

BO.24.722

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

1 100001 00000 00000 00000 00000 00000 00000 00000 00000 00000
BOL 46824 Reg.121453
Desenvolvimento regional,
BO 24722

***DESENVOLVIMENTO REGIONAL, OCUPAÇÃO DO
ESPAÇO RURAL E O MERCADO DE TRABALHO NO
SUDOESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO***



Elizabeth Alves e Nogueira

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Augusto de Queiroz Abias

São Paulo - 1999

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

***DESENVOLVIMENTO REGIONAL, OCUPAÇÃO DO
ESPAÇO RURAL E O MERCADO DE TRABALHO NO
SUDOESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO***

Elizabeth Alves e Nogueira

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Augusto de Queiroz Ablas

São Paulo - 1999

Aos meus mais caros ...

Ícaro, Érico e Nogueira, dedico este estudo

AGRADECIMENTOS

Diversas pessoas colaboraram ao longo da elaboração desse trabalho, às quais gostaria de expressar meus agradecimentos.

Ao Professor Dr. Luiz Augusto de Queiroz Ablas, autêntico orientador e novo amigo, que acompanhou cada passo da pesquisa, pela confiança, estímulo e dedicadas críticas e sugestões.

À Professora Dra. Ana M.M.C. Marangoni pelas valiosas informações sobre a região Sudoeste paulista, sua grande conhecida, e também pelas críticas e sugestões apresentadas ao projeto original. Aos Professores Cláudio Afonso Vieira e Nelson Nozoe pelas sugestões de importantes leituras. Ao Professor Bruce B. Johnson sempre prestativo e colaborador.

Ao pessoal da Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo da Capital e dos Escritórios Regionais pelas preciosas informações.

Aos colegas Jairo, Ana Maria e José Carlos das Estações Experimentais do IAC, IB e IZ da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo que, conhecendo com profundidade a região, puderam prestar informações essenciais para a elaboração desse trabalho. Aos colegas Donzelli e Lombardi, da Seção de Fotointerpretação do IAC pela pronta colaboração no levantamento de dados. Em especial ao Tupi e ao Rui da ISOMAPA Consultoria e Projetos, que possibilitaram a finalização de importante etapa da pesquisa, reduzindo o seu oneroso custo e trabalhando com desprezencioso profissionalismo.

Registro meus agradecimentos aos pesquisadores Mário, Nilda e Yuly, e à Ana Cristina que contribuíram em diversos momentos para que essa pesquisa se concretizasse. Ao pesquisador Nogueira pela criteriosa leitura, críticas e sugestões, fundamentais para a consecução do trabalho.

Ao pessoal do Departamento de Geografia Humana, à Ana e à saudosa Fumiko cujo apoio burocrático foi muito valioso. Aos Estagiários Gabriel, Bianca e Luciana que colaboraram com cuidadoso e cansativo trabalho nas diversas etapas de levantamento e organização das estatísticas. Também devo me lembrar do João, do Paulo e do Arnaldo, do Centro de Informática Agrícola do IEA, pelo atendimento no processamento de dados. Meus agradecimentos aos funcionários do Serviço de Biblioteca e Documentação do IEA pelo grande empenho na busca de publicações necessárias à execução desse trabalho. À Nielce, minha “secretária”, que muito ajudou durante minhas ausências. À Irene e à Deborah pela grande eficiência que conferiram à apresentação final do trabalho.

Não poderia deixar de agradecer à Viviane pelos dias que passou ajudando na digitalização dos mapas, ao Érico pela eficiência na confecção das figuras, ao Ícaro pela grande satisfação de poder ajudar e à Nadja pelo incansável estímulo e paciência nas horas difíceis.

Ao Instituto de Economia Agrícola (IEA) pela oportunidade de realização do curso de Pós-Graduação e dessa tese, e à CAPES pelo suporte financeiro.

Em especial agradeço ao amor, solidariedade e confiança do Nogueira, Érico e Ícaro, durante a elaboração do trabalho. Sem a paciente afeição e compreensão deles não teria sido possível chegar ao final.

SUMÁRIO

	<i>Página</i>
AGRADECIMENTOS	i
LISTA DE TABELAS	vi
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE CARTOGRAMAS	ix
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
CAPÍTULO 1 – Introdução	1
CAPÍTULO 2 – A Região Sudoeste Paulista	15
2.1 - Dinâmica Espacial	20
2.2 - Caracterização Sócio-Econômica	28
2.2.1 - Infraestrutura Regional	28
2.2.2 - Perfil Sócio-Demográfico	43
2.2.3 - População Regional	47
CAPÍTULO 3 – Antecedentes Históricos	54
3.1 - Colonização e Evolução Histórica Paulista	54
3.2 – A História da Região Sudoeste	62
3.2.1 – História dos Municípios do Sudoeste	72
3.3 – Antecedentes Agrários	90
3.3.1 – Estrutura Fundiária Recente	96
CAPÍTULO 4 – Caracterização Física e Ocupação do Solo	102
4.1 – Caracterização do Sistema Natural	105
4.1.1 – Clima	105
4.1.2 – Aspectos Geomorfopedológicos	108
4.1.3 – Recursos Naturais	115

4.2 – Uso do Solo Regional	126
4.2.1 – Ocupação Territorial	126
4.2.2 – Intensidade Atual de Uso das Terras	128
4.2.3 – Aptidão Agrícola das Terras	141
CAPÍTULO 5 – Metodologia	151
5.1 – Instrumental Teórico	153
5.2 – Instrumental de Análise	174
5.3 – Instrumental Técnico	198
CAPÍTULO 6 – Resultados	202
6.1 - Base Econômica Agrícola: Atividades Básicas na Região	203
6.2 - Possibilidades de Emprego pelo Circuito Regional	210
6.3 - Cadeias Produtivas Seleccionadas	215
6.3.1 - Cadeia Produtiva do Feijão	218
6.3.2 – Cadeia Produtiva de Olerícolas	220
6.3.3 – Cadeia Produtiva do Tomate	223
6.3.4 – Cadeia Produtiva de Fruticultura	225
6.3.5 – Cadeia Produtiva do Trigo	227
6.3.6 – Cadeia Produtiva do Milho	228
6.3.7 – Cadeia Produtiva da Carne Bovina	230
6.3.8 – Cadeia Produtiva do Leite	232
6.3.9 – Cadeia Produtiva da Carne Suína	234
6.3.10 – Cadeia Produtiva da Carne Avícola	235
6.3.11 – Cadeia Produtiva de Ovos	237
6.3.12 – Cadeia Produtiva de Eucalipto e Pinus	238
6.3.13 – Cadeia Produtiva do Calcário	241
6.4 – Ocupação do Solo e Emprego Rural	248

6.5 – Aptidão das Terras e Emprego Potencial	263
6.5.1 – Aptidão do Solo Agrícola	264
6.5.2 – Emprego Agrícola Potencial	273
CAPÍTULO 7 – Considerações Finais	281
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	290
ANEXOS	
ANEXO 1 – Informações Estatísticas	303
ANEXO 2 – Informações Adicionais sobre o Sudoeste Paulista	334

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 2.1 - Distância dos Municípios da Região Sudoeste Paulista à Capital Paulista .. e à Sorocaba, Densidade Demográfica, População e Área Regional	29
Tabela 2.2 - Energia Elétrica (Kwh/Consumidor)	35
Tabela 2.3 - Comunicações (linhas telefônicas/mil habitantes)	36
Tabela 2.4 – Indicadores Seleccionados dos Municípios Pesquisados, Região Sudoeste, Estado de São Paulo, 1997 (LUPA)	42
Tabela 2.5 – Principais Indicadores Sócio-Demográficos da Região do Sudoeste Paulista e das Regiões de Governo e Principais Regiões Administrativas, 1991	45
Tabela 3.1 – Municípios do Sudoeste do Estado de São Paulo segundo Município de Origem, Ano de Fundação, de Vila e Ano de Emancipação	74
Tabela 3.2 – Índice de Gini para os Municípios do Sudoeste Paulista	99
Tabela 4.1 – Concentração da Produção de Atividades Agropecuárias Seleccionadas, Sudoeste do Estado de São Paulo, 1996	131
Tabela 6.1 – Região Sudoeste do Estado de São Paulo – Quocientes Locacionais.....	205
Tabela 6.2 – Região Sudoeste do Estado de São Paulo e Seleção de Alguns Quocientes Locacionais	206
Tabela 6.3 – Multiplicadores Urbanos de Emprego por Município, do Sudoeste Paulista .	213
Tabela 6.4 – Uso do Solo da Região do Sudoeste do Estado de São Paulo, 1995/96	251
Tabela 6.5 – Utilização da Mão-de-Obra Rural por Município no Sudoeste Paulista (Base 1996)	260
Tabela 6.6 – Capacidade do Uso do Solo segundo a Área Ocupada por Classes de Solo para os Municípios do Sudoeste Paulista	265

Tabela 6.7 – Utilização Potencial da Mão-de-Obra Rural por Município no Sudoeste

Paulista (Base 1996) 274

Tabela A.1.1 – Uso da Área Agrícola, por Classe de Atividades Agropecuárias nos
Municípios do Sudoeste Paulista, Safra 1996/96 303

Tabela A.1.2 – Uso da Área Agrícola por Municípios, Estado de São Paulo 306

Tabela A.1.3 – Evolução da Área Agrícola, por Atividade Agropecuária, Região Sudoeste,
Estado de São Paulo, 1985-96 330

LISTA DE CARTOGRAMAS

	Página
Cartograma 6.1 – Concentração da Produção do Feijão e do Milho, Região Sudoeste do Estado de São Paulo, 1996	252
Cartograma 6.2 – Concentração da Produção do Tomate e Olerícolas, Região Sudoeste do Estado de São Paulo, 1996	253
Cartograma 6.3 – Concentração da Produção de Frutas e de Citros, Região Sudoeste do Estado de São Paulo, 1996	254
Cartograma 6.4 – Concentração da Produção de Bovinos de Corte e de Leite, Região Sudoeste do Estado de São Paulo, 1996	255
Cartograma 6.5 – Concentração da Produção de Suínos e da Mata, Região Sudoeste do Estado de São Paulo, 1996	256
Cartograma 6.6 – Distribuição da Área Ocupada, segundo a Classe de Capacidade de Uso, Região Sudoeste do Estado de São Paulo, 1998	269
Cartograma 6.7 – Distribuição da Área Ocupada, segundo a Classe de Capacidade de Uso, por Grupos, Região Sudoeste do Estado de São Paulo, 1998	270
Cartograma 6.8 – Distribuição da Área Ocupada, segundo a Classe de Capacidade de Uso, por Grupos, Região Sudoeste do Estado de São Paulo, 1998	271

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

	Página
Figura 2.1 – Região Sudoeste, Estado de São Paulo, 1999	23
Figura 2.2 – Sistema Viário e Hidrográfico, Região Sudoeste, Estado de São Paulo, 1999	31
Figura 2.3 – Densidade Demográfica, Estado de São Paulo, 1996	49
Figura 4.1 – Estado de São Paulo, Distribuição da Cobertura Vegetal	119
Figura 4.2 – Participação dos Produtos no Valor da Produção Agropecuária em 23 Municípios do Sudoeste Paulista (Safrá 1995/96)	137
Figura 4.3 – Valor da Produção Agrícola em 23 Municípios do Sudoeste Paulista (Safrá 1995/96)	138
Figura A.2.1 – Evolução Ferroviária de São Paulo	334
Figura A.2.2 – Esquema das Vias de Comunicação em São Paulo na Época da Independência e o Roteiro do Café	335
Figura A.2.3 – Estado de São Paulo, Região Sudoeste Paulista, Unidades de Conser- vação Ambiental	336
Figura A.2.4 – Região do Sudoeste do Estado de São Paulo, Distribuição da Cobertura Vegetal (Alguns Municípios).....	337
Figura A.2.5 – Região do Sudoeste do Estado de São Paulo, Distribuição da Cobertura Vegetal	338
Figura A.2.6 – Região do Sudoeste do Estado de São Paulo, Distribuição da Cobertura Vegetal	339
Figura A.2.7 – Região do Sudoeste do Estado de São Paulo da Cobertura Vegetal	340

RESUMO

Compreender a estagnação da região Sudoeste do Estado de São Paulo constitui a busca maior deste documento. A despeito de pertencer a um dos Estados mais ricos e desenvolvidos do país, essa região apresenta um descompasso tanto econômico como social com fortes desequilíbrios internos, marcados sobretudo pelo deficiente nível de emprego, face à grande dependência da região do setor agrícola .

O estudo teve como objetivo principal investigar as razões do atraso abordando três aspectos que pudessem elucidar e contribuir para o equacionamento do problema: a evolução histórica da ocupação do espaço regional, a caracterização atual do espaço rural e a dinâmica econômica que vem prevalecendo em períodos recentes, com vistas ao desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentado do Sudoeste paulista.

O instrumental teórico foi centrado nos conceitos de região, formação econômico-social e divisão do trabalho. Para a sistematização do funcionamento de uma economia regional de base primária, o instrumental de análise utilizado concentrou o foco em um conjunto de aspectos importantes, como a ocupação do solo e cadeias produtivas importantes para a região, variáveis-chave para a compreensão do processo produtivo e distributivo presentes e divisar possíveis potencialidades regionais.

Pode-se estabelecer como considerações finais a presença de algumas possibilidades agronômicas, sócio-econômicas e de internalização de determinadas cadeias produtivas visando a geração de emprego e renda, desde que superados o atraso tecnológico, as deficiências em infraestrutura e de políticas regionais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Rural, Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

The understanding of the developmental stagnation of the southeast region of the state of São Paulo is the major purpose of this document. Despite its location in one of the richest and most developed states of the country, this region presents economic and social disruptions, with strong internal disequilibria, manifested above all by deficient employment opportunities due to high dependence upon the agricultural sector.

The study had, as its primary objective, the investigation of the reasons for underdevelopment by looking at three aspects that could clarify and contribute to the solution of the problems: the historical evolution the spatial occupation of the region, the characterization of the current rural spatial occupation and the economic dynamics which have predominated recent periods with regards to social, economic and environmental sustainable development of this region.

The theoretical approach is centered on the concepts of region, socio-economic formation and the division of labor. The analytical tools used for the systematic understanding of a primary regional economy focused on a set of important aspects such as the use of soils and regionally important production chains, key variables for the comprehension of the productive and distributive processes in place, as well as to outline potential regional opportunities.

Concluding remarks point to the presence of several socio-economic opportunities based on agriculture and the internalization of determined production chains targeting the creation of employment and income, requiring technological advances and the development of infrastructure, oriented by regional development policies.

Key-words: Regional Development; Rural Development ; Labour Market.

Capítulo 1: INTRODUÇÃO

Nos anos 90 as políticas econômicas, os programas sociais e as questões do emprego têm se colocado como problemas básicos nas relações de âmbito mundial, continental e nacional. As políticas de abertura econômica, desregulação, estabilização e ajuste fiscal promovidas, assim como as transformações produtivas e organizacionais têm afetado os mercados, debilitando alguns setores e seus segmentos e levando ao questionamento das relações econômicas, de trabalho e das negociações.

A integração entre os países pode favorecer o desenvolvimento econômico na medida em que amplia os mercados consumidores, gera economias de escala, melhora a eficiência produtiva e a estrutura de comercialização, possibilita a poupança de divisas, aumenta a competitividade da região integrada ao mercado mundial, dentre outros benefícios. No entanto, também gera custos e a distribuição dos benefícios e dos custos entre países, entre setores e entre agentes econômicos não é uniforme (SIMÕES, 1997)¹.

A equidade e o crescimento econômico estão presentes nos temas centrais de reflexão sobre a América Latina de uma forma ampla, e sobre o Brasil, em particular. A busca de reestruturação econômico-social e consolidação dos sistemas democráticos estão diretamente relacionados com a lista de ações, contemplando os diversos segmentos na formulação de novos estilos de desenvolvimento para a região latino-americana. Historicamente, nesse processo, o setor rural vem desempenhando papel importante nos países, apresentando em termos micro-

¹O crescimento econômico pode trazer junto tanto uma tendência de redução como de ampliação das desigualdades regionais, gerando um acirrado debate entre estudiosos da área de economia regional. Segundo Williamson (1965), Alonso (1980) e Azzoni (1993) (apud GODINHO, 1996) o processo de desenvolvimento econômico de um determinado país leva à redução das disparidades de renda de suas regiões, ainda que não seja nos primeiros anos, a medida que aparecem as deseconomias externas geradas nas regiões ricas e as economias de aglomeração nas pobres, redirecionando o fluxo de capitais e reduzindo as migrações de mão-de-obra. Já Myrdal (1963) e Hirschman (1975) (apud GODINHO, 1996) se opõem à essa visão ao alegarem que há "efeitos de retardamento" cumulativos como consequência de um estímulo favorável recebido por uma das regiões e incidentes sobre as outras. Neste caso, a região estimulada tenderia a atrair, de forma cumulativa, mão-de-obra especializada e capitais das demais regiões, ocasionando a ampliação das desigualdades.

espaciais, um forte caráter de subordinação a um centro urbano de cunho industrial e/ou comercial.

A contribuição do setor agrícola brasileiro para o desenvolvimento geral do país tem sido inquestionável. Porém, com a concorrência internacional cada vez mais acirrada, são grandes os desafios a serem enfrentados pela agropecuária nos contextos econômico e institucional, interno e externo.

Além dos problemas econômicos, existe uma estrutura social rural na qual se considera como fatores determinantes a estrutura da propriedade e a posse da terra, desenhando uma forte estratificação, cujas raízes remontam da história colonial e há, ainda, o imperativo de mudanças do padrão tecnológico impostas a um grupo heterogêneo do setor produtivo, levando à desigualdades econômicas e sociais. Essa situação afeta sobretudo o pequeno produtor e, em particular, o trabalhador rural, deixando-os sistematicamente isolados dos processos sociais, econômicos e políticos de desenvolvimento.

O maior impulso modernizador da agricultura brasileira no período de 1960-90, embora tenha aumentado consideravelmente a produtividade em termos globais, deu-se de forma desigual entre produtos e regiões e também entre os produtores rurais. Para sair do subdesenvolvimento foi preciso implementar a industrialização e à agropecuária coube também uma modernização, porém "conservadora" - por não alterar a estrutura agrária - levando ao crescimento diferenciado, com elevada concentração de terra e de renda. Os demais países latino-americanos também tiveram esses mesmos problemas estruturais. As políticas macroeconômicas afetaram o setor de forma diferenciada e provocaram um maior distanciamento entre as regiões e entre os produtores.

Porisso, se a preocupação com o desenvolvimento retorna à pauta das negociações, é preciso que haja ação mais decisiva desses países no que tange à aplicação de políticas e estratégias, que revertam as situações de desigualdades desse segmento da sociedade que pouco se beneficia dos frutos do desenvolvimento (FAO,1988).

Nesse contexto, a retomada do crescimento econômico e da melhoria do bem-estar da população tem que contemplar o desenvolvimento rural.

Algumas das estratégias de ação do planejamento econômico devem ser a dinamização, o fortalecimento e a integração do espaço e dos setores das economias regionais no sentido de reorientar o desenvolvimento urbano, consolidar e conservar a infra-estrutura econômica, ampliar e melhorar a oferta de serviços sociais, alterar as estruturas rurais, estimular o desenvolvimento da ciência e tecnologia e, democratizar e descentralizar o aparelho político-institucional, atuando direta e indiretamente sobre o emprego e renda da própria região.

Uma característica marcante do desenvolvimento econômico brasileiro, nas últimas décadas, tem sido o acelerado ritmo de concentração populacional e de atividades nos grandes centros urbanos, conduzindo a situações inconvenientes. Visando a eficiência do sistema produtivo numa fase inicial, a concentração de atividades e de recursos é aceitável, desde que se atente para as implicações sociais que podem advir desse processo. A partir de um certo grau, porém, essa concentração começa a gerar uma série de deseconomias, com reflexos em toda a comunidade e nas iniciativas individuais.

Tal situação acaba por exigir a participação do poder público que, por meio de suas ações indicativas e disciplinadoras, almeje a consecução de um crescimento regional mais harmônico, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população, tanto das áreas congestionadas quanto das zonas mais periféricas.

Os tradicionais mecanismos de ação efetivados pelo poder público, nos últimos tempos, não têm sido suficientemente capazes de reduzir, aos níveis desejáveis, os desequilíbrios regionais existentes. Um dos elementos motores desse processo concentrador é a indústria, em grande medida responsável pelo ritmo de crescimento econômico do país e, em parte, pelas disparidades regionais. Nesse sentido, a seleção de instrumentos mais eficazes para a implementação de uma política de descentralização, deve se basear no conhecimento mais completo do processo de decisão locacional dos investimentos privados (SEADE, 1988).

Na esteira dessas constatações há, hoje, uma retomada dos chamados temas regionais em que pesquisadores e cientistas sociais têm interesse em resgatar o estudo do desenvolvimento regional - econômico e social - e do desenvolvimento rural, por longo tempo negligenciado no país; ainda que a ênfase regional agora seja sobre a desconcentração produtiva e os novos requisitos locacionais, em razão da industrialização. É certo, também, que temas como os desequilíbrios econômicos inter-regionais, crise do federalismo, desenvolvimento desigual, continuam sendo cruciais para o entendimento da questão regional brasileira e a história econômica das diversas regiões e, não podem ser dissociadas da agenda atual dos temas regionais.

Desde a década de 1960 até o final da década seguinte, em todo o mundo era grande a quantidade de estudos regionais - científicos e práticos - e havia uma preocupação maior com o processo de planejamento de médio e longo prazos; contudo, os anos 80 entraram na história do Brasil como um período em que, em termos práticos, o país abandonou as atividades de planejamento e se entregou a uma enorme e mal sucedida seqüência de "planos" de estabilização de curto prazo - emergenciais e com tratamentos de choques ora ortodoxos ora heterodoxos, com ou sem interferências do Fundo Monetário Internacional (FMI) - numa desenfreada busca pelo controle da inflação e do equilíbrio da balança de pagamentos, procurando desesperados reajustamentos contra a instabilidade conjuntural. Nessa época se aprendeu a conviver com os problemas estruturais, cuja solução exigiria medidas de planejamento com um horizonte mais distante, mas que eram consideradas como supérfluas e residuais.

Nesse período, de forma contraditória, o ensino e a pesquisa nas universidades e em alguns órgãos governamentais de planejamento e pesquisa evoluíram em termos de orientações metodológicas e de abordagens interdisciplinares dos problemas urbanos, rurais e regionais, no processo de desenvolvimento sócio-econômico. No entanto, apesar dos avanços metodológicos, os estudos regionais foram deixados em segundo plano entre as prioridades da comunidade acadêmica. Já o interesse do "grande" setor

público sobre estes problemas perdeu impulso tanto como tema de investigação aplicada ou como objeto de planejamento.

No limiar do século XXI reaparece a tentativa de alguns governos de corrigir as disparidades regionais, procurando aplicar os princípios básicos de desenvolvimento à realidade brasileira e à planificação - redefinindo e apresentando novas funções - priorizando assim, os programas regionais de desenvolvimento; reacende-se a discussão nos bancos acadêmicos sobre a questão regional e a regionalização do desenvolvimento econômico e social.

Dadas essas constatações, este parece ser o momento oportuno para entender o atraso e tratar do desenvolvimento regional e rural do Sudoeste do Estado de São Paulo, frente às transformações das economias brasileira e internacional.

Esta tese, situada no campo dos estudos regionais, surgiu de um questionamento e da inquietação em entender como num Estado como São Paulo - a chamada "locomotiva do país" - podem existir espaços tão diferenciados econômica e socialmente, com disparidades crônicas - desde a sua formação - que se perpetuam até o final do século XX? Isso levou ao desafio de tentar explicar porque as relações que caracterizam uma dada formação social podem assumir diferenciações tão relevantes dentro do próprio território nacional.

Qual o grau de coesão interna entre as partes do todo que leva a diferenciá-las: regiões desenvolvidas X regiões atrasadas? Como se dá a organização espacial das atividades produtivas? É muito baixo o grau de integração entre essas partes? Porque uma dada sociedade regional é relativamente tão carente de infra-estrutura e de opções de emprego? Quais suas limitações?

As explicações para situações tão diversas ao que parece, devem partir do entendimento que se tem do mundo atual. As relações que ocorrem no mundo de hoje, devido à racionalização, podem fazer com que cada sociedade capitalista e cada setor tenham características específicas, que levam a lógicas separadas de

desempenho. Essa racionalidade, por força da divisão do trabalho ou vice-versa, dá-se pela produção em sistemas até certo ponto fechados e despersonalizados.

O mundo contemporâneo revê a categoria trabalho - sua divisão territorial e social - pelo uso da tecnologia que passa a exigir uma maior cooperação e coordenação do trabalho, para atingir maiores níveis de produtividade e fazer frente aos desafios da globalização. Porém, o que mais há nesse mundo atual é desemprego e subemprego, o fechamento definitivo de postos de trabalho, produzidos pela combinação de novas tecnologias com a redução de custos, em nome da produtividade.

No final deste século, há que se cuidar para que a política econômica nacional não se envolva apenas com temas como eficiência, competitividade, globalização, etc., deixando para trás a equidade, as disparidades e as políticas de desenvolvimento rural, social – de emprego e renda – e regional.

O Estado de São Paulo, considerado como uma das porções territoriais mais desenvolvidas do país, possui uma problemática regional peculiar e que pode ser explicada pelo seu desenvolvimento ao longo do tempo e por sua inserção no espaço nacional e internacional.

Até há pouco tempo, o Brasil dependeu fundamentalmente do desempenho de seu setor primário. Desde a época do descobrimento, a história econômica registra diversos ciclos pelos quais passou o país, todos eles ligados a produtos relacionados à terra. Dentro de um contexto essencialmente agrícola, os excedentes gerados na produção (de café, em especial) permitiram a formação de capital, de onde surgiu uma classe empresarial ligada à indústria que, com o correr do tempo, veio a desempenhar papel importante e influente no processo de desenvolvimento do país.

No período do pós-guerra, o processo de industrialização foi implementado, inicialmente com as substituições de importações e, mais tarde também se orientando para a exportação. Dessa forma, mercê da dinamicidade que o caracteriza e dos rápidos efeitos multiplicadores que é capaz de gerar, pode-se dizer

que o setor manufatureiro foi a mola propulsora do acelerado crescimento econômico brasileiro nas últimas décadas.

O novo modelo de desenvolvimento acarretou grandes mudanças no sistema produtivo da nação, principalmente no que se refere às estruturas de produção e de emprego, com reflexos diretos na localização espacial da população e das atividades, bem como na própria condição de vida de seus habitantes. Em termos espaciais, verificou-se uma concentração de atividades e de população em áreas e centros que, já no início do período, mostravam-se mais dinâmicos com relação ao setor industrial ou que manifestavam vantagens locacionais para essas atividades.

No Estado de São Paulo, como não poderia ser de outra forma, refletindo a própria evolução do modelo de desenvolvimento observado no país, o emprego, a população e as atividades produtivas, de modo geral, manifestam um elevado grau de concentração espacial. Assim, somente a Área Metropolitana de São Paulo é hoje responsável pela geração de 52% do valor industrial adicionado do Estado, absorve 59% do total da força de trabalho empregada e abriga 49% de toda a população estadual.

O atual quadro brasileiro, assim como o paulista, tem raízes históricas bastante profundas. O Estado de São Paulo, por apresentar essas características já nos primeiros momentos do processo de industrialização, recebeu um afluxo de pessoas e de recursos, situando-se, desde o início, acima da média nacional.

No decorrer do processo de desenvolvimento nacional, a economia paulista foi se consolidando em uma posição hegemônica, contribuindo ativamente para as transformações da estrutura produtiva do país. As diferentes fases econômicas se manifestaram no território paulista, de uma forma concentrada, sendo observados, a partir dessa aglomeração, os maiores níveis de produtividade exigidos para a manutenção da dinâmica do desenvolvimento. As vantagens aglomerativas de economia de escala, de localização e de urbanização assumiram, em São Paulo,

uma dimensão regional e transformaram-se em um campo de forças que passou a atrair as mais variadas atividades econômicas (AZZONI, 1986).

Dessa forma, o desenvolvimento da economia estadual, dadas as suas características históricas, teve o seu rebatimento espacial orientado por padrões concentrados gerando desequilíbrios que abrangem desde as distribuições regionais do produto e emprego, a composição das populações rural e urbana, o tamanho e a hierarquia das cidades até a presença de regiões deprimidas onde o desenvolvimento não chegou a se instalar. É dentro desse contexto que se deve considerar a região Sudoeste do Estado de São Paulo.

Essa região paulista caracteriza-se por ser predominantemente agrícola, com um nível de desenvolvimento insatisfatório, onde habita uma população com problemas de carência de diversas ordens. A região pode ser considerada como subdesenvolvida, principalmente quando comparada com outras regiões do Estado com melhor nível de desenvolvimento. Vista de uma perspectiva mais ampla, a região apresenta um nível de complexidade que dificulta as análises efetuadas a seu respeito. Grandes contrastes, potencialidades não utilizadas, bolsões claros de pobreza convivendo com situações modernas e uma acessibilidade às vezes complicada, são alguns fatores que dificultam a compreensão da problemática regional.

O Sudoeste, assim como toda a zona geográfica de Sorocaba, não se incorporou às áreas cafeeiras em terras paulistas no decorrer do século passado e, por conta disso, se distingue hoje da maior parte das regiões do Estado, resultando em uma dinâmica específica para sua agricultura, voltada ao mercado interno, ainda a principal atividade econômica da maioria dos seus municípios.

Uma das regiões paulistas mais pobres - e tendo sido, por isso denominada "ramal da fome" - o Sudoeste do Estado de São Paulo que tem na agropecuária sua base econômica, possui uma grande parte do seu território com extensas reservas florestais protegidas por lei, o que transforma até mesmo essa vocação agrícola em uma possibilidade problemática.

Apesar de se situar relativamente próxima da metrópole paulistana - considerada como o grande pólo irradiador de desenvolvimento para o território nacional - a região não chegou a receber os efeitos positivos dessa proximidade. Tentar esclarecer as causas que determinaram essa situação peculiar, envolve o conhecimento mais aprofundado das potencialidades da região e do processo histórico que levou à situação atual. Por ser uma questão claramente regional, o tratamento terá que assumir características igualmente regionais, tratando essa porção territorial como sendo uma unidade relativamente autônoma, mas ao mesmo tempo dependente do restante do país.

Considerando que o desenvolvimento econômico de uma região deva se basear fundamentalmente na utilização racional e eficiente dos fatores de produção disponíveis - terra, capital e postos de trabalho tendo como pano de fundo a tecnologia - há que se destacar a terra e a mão-de-obra tendo em vista a predominância primária das atividades regionais. Ainda, é preciso atentar para a promoção de seu desenvolvimento analisando as oportunidades de alocação e realocação de recursos (conhecidas as necessidades e disponibilidades dos mesmos) para obtenção de maiores retornos.

Esta tese caracteriza-se pela tentativa de apreender a espacialização de um conjunto de variáveis, dentro do contexto da realidade econômica e social da região Sudoeste do Estado de São Paulo, tendo por objeto de estudo o perfil produtivo atual, a estrutura fundiária, a acessibilidade entre outros fatores, como obstáculos à dinâmica regional.

Compreender a estagnação dessa região inserida no espaço que compõe o território paulista, uma das frentes mais avançadas do capitalismo brasileiro se constitui no cerne deste documento. As reflexões sobre o processo de desenvolvimento brasileiro, suas especificidades e contradições, o entendimento das questões regionais, dos problemas inerentes aos desequilíbrios inter-regionais na história econômica do país e, mais profundamente, do desenvolvimento e do emprego rural

são elementos essenciais para apreender a organização espacial do Sudoeste do Estado de São Paulo.

O desenvolvimento regional rural recente é uma inquietação que está presente ao longo de todo o trabalho. A preocupação maior é entender as razões de seu atraso e buscar alternativas sócio-econômicas para o benefício da comunidade local.

A compreensão da realidade regional envolve pelo menos três aspectos que devem ser considerados para o equacionamento do problema: a evolução histórica da ocupação do espaço regional, as características atuais desse espaço e a dinâmica econômica que prevalece na região nos períodos mais recentes, estabelecendo uma visão sobre as variáveis e condicionantes da dinâmica regional.

O objetivo geral é estudar as razões do atraso relativo detectado na região Sudoeste do Estado de São Paulo, buscando identificar a competitividade regional para os produtos atuais e potenciais, que maximizem oportunidades de trabalho, reduzam o êxodo e preservem o meio ambiente.

Especificamente, procura-se estudar o perfil ocupacional da população trabalhadora, as relações de emprego e a estrutura fundiária da região; o desenvolvimento da agricultura tentando compreender como ele se disseminou nessa região, pela análise dos perfis da produção agrícola, industrial e de serviços – quando possível – e das transformações na estrutura produtiva e agrária; as características espaciais históricas e atuais do processo de subdesenvolvimento da região; os ramos (agro)industriais, atuais e potenciais, adequados para a geração de oportunidades de ocupação e renda da mão-de-obra urbana e do excedente rural visando, também a sustentabilidade dos recursos naturais; e as possíveis tendências favoráveis e desfavoráveis ao desenvolvimento nos aspectos econômico, social e ambiental da região, sobretudo para a dinamização de segmentos específicos de sua agricultura e para a melhoria da qualidade de vida da população local, em particular, e nacional em geral, buscando a manutenção do nível de emprego e a conservação dos recursos naturais.

Para tais propósitos algumas hipóteses podem ser formuladas, visando compreender o comportamento econômico e social, a ocupação do espaço rural e o mercado de trabalho da região Sudoeste do Estado de São Paulo.

A procura pelas razões do atraso regional leva a suposições que podem ser antagônicas ou complementares. Em primeiro lugar procura-se supor que a população trabalhadora da região do Sudoeste paulista, encontra-se num espaço determinado pela própria forma como se deu o processo inicial de ocupação da região, inserido na dinâmica maior da acumulação capitalista. Além disso, acredita-se que as transformações por que vêm passando a produção agrícola e a pequena produção em particular, nada mais são do que o processo de adaptação às novas condições do processo produtivo e do desenvolvimento dos centros urbanos; outra hipótese seria admitir que devido às suas restrições de clima e solo – relativamente a outras regiões que possuíam melhores potencialidades – as culturas de exportação como a cana-de-açúcar, o café, a laranja e a soja, não chegaram a se instalar na região, sendo esta preterida pelas políticas econômicas e agrícolas, que facilitaram o desenvolvimento de outras regiões do Estado; adicionalmente, ou pela razão anterior, supõe-se que não tendo a região Sudoeste paulista se incorporado ao avanço do café, em particular, permaneceu alijada dos investimentos públicos e particulares, principalmente no transporte ferroviário e depois, rodoviário, submetendo-se a produzir alimentos básicos voltados ao mercado regional e/ou interno, sem se constituir num mercado agroexportador e agroalimentar mais forte; uma outra suposição para o atraso regional, poderia ser o baixo poder de barganha dos agricultores no mercado, devido a pouca disposição que os produtores paulistas apresentam, de modo geral, ao associativismo/cooperativismo (exceção feita algumas áreas e atividades específicas do Estado), fruto possivelmente de herança cultural.

A metodologia a ser utilizada centra-se sobre dois eixos de pesquisa: a dinâmica do desenvolvimento regional e a disponibilidade e adequabilidade dos recursos produtivos da região, detectáveis através do estudo da capacidade do solo, para que esses possam vir a suprir o emprego da população residente.

Este documento estrutura-se em sete capítulos, além dos anexos. Inicialmente, apresenta-se uma introdução na qual se faz ponderações sobre o crescimento e o desenvolvimento econômico - que têm levado a acentuadas disparidades regionais - e sobre os rumos tomados pelos estudos regionais. Dá-se ênfase aos conceitos de região e de divisão do trabalho, como categorias de análise, para a compreensão de questões relativas às distorções do crescimento econômico e da expansão do capital num espaço sócio-econômico concreto que se pretende estudar. Define-se o objetivo geral da tese e estabelecem-se algumas hipóteses que se pretende testar.

No segundo capítulo levantam-se questões fundamentais sobre a região Sudoeste do Estado de São Paulo, que levam a busca de um equacionamento dos conflitos internos e de seus entraves. Analisa-se a dinâmica espacial da região sob o ponto de vista da conformação da rede urbana e das vias de comunicação nela existentes, as quais seriam o resultado de um processo cumulativo de ações do passado que definem as espacialidades atuais; estabelece-se uma posição sobre a área de abrangência que poderia ser considerada a região Sudoeste, com base em diversos trabalhos que a escolheram como objeto de estudo, apresentando-se as origens de sua delimitação, a definição da área de estudo - o objeto concreto de diagnóstico desse projeto. Procura-se, também, explorar sua caracterização sócio-econômica.

No capítulo três, a ênfase está centrada sobre a justificativa para a realização da pesquisa, a respeito da ocupação do território que constitui o espaço regional presente, a partir de uma perspectiva histórica, com destaque aos aspectos relacionados à história econômica do país, do Estado de São Paulo e da região Sudoeste paulista - inclusive dos municípios que a compõem - e à estrutura fundiária regional - os antecedentes fundiários e a ocupação atual - sob a hipótese de que a distribuição da propriedade tem uma participação ativa na função da produção agrícola de uma área. A disparidade regional também é discutida ao se confrontar, no decorrer do capítulo, a história de algumas regiões paulistas, com grandes contrastes quanto ao desenvolvimento recente.

O quarto capítulo trata da caracterização dos recursos naturais e dos aspectos climáticos, dos recursos edáficos, florestais, hidrológicos, faunísticos e geomorfológicos do Sudoeste paulista, os quais permitirão estabelecer as zonas com potencialidades e limitações quanto ao uso do solo nas atividades agropecuárias regionais. Busca-se avaliar as características físicas atuais bem como sua vocação agrícola. Em seguida, no capítulo cinco, propõe-se uma fundamentação metodológica baseada em instrumentais teórico e analítico e, na parte seguinte o técnico. O instrumental teórico se baseia na revisão dos conceitos de região, formação econômico-social e divisão do trabalho, como categorias analíticas do funcionamento de uma economia regional. Na seqüência é apresentado o instrumental de análise adotado nessa tese, procurando-se equacionar o funcionamento de uma economia em termos genéricos, passando-se ao detalhamento de uma economia regional com base agrícola e, por último, se explicitam algumas proposições operacionais e o instrumental técnico que servirão para analisar o arcabouço teórico, tendo em vista a compreensão da realidade regional do Sudoeste paulista.

O sexto capítulo está centrado nos resultados obtidos relativos aos aspectos econômicos, procurando-se estabelecer e caracterizar o conjunto de relações econômicas que determinam os processos produtivo e distributivo prevalentes na região, analisando a sua base econômica, as possibilidades de multiplicação dos efeitos oriundos do exterior e a capacidade do circuito auto-alimentador pelas estruturas de consumo - quocientes locacionais, cadeias produtivas selecionadas, uso atual do solo e demanda atual de emprego rural. Esse capítulo se propõe, ainda, a identificar algumas potencialidades para o Sudoeste paulista, dentro do enfoque metodológico apresentado, a partir das atividades básicas que representam a vocação natural da área - predominantemente agrícola - e das possibilidades abertas pela presença das cadeias produtivas mais importantes para a região. Descreve, assim, as possibilidades de uso agrícola e de emprego sob o ponto de vista da capacidade produtiva dos recursos naturais presentes na região e de internalização das cadeias produtivas selecionadas, para as atividades agropecuárias regionalmente mais importantes. Avalia, também, o uso atual do solo

e demanda atual de emprego rural, a aptidão das terras e a potencialidade de emprego com base no uso potencial dessas terras.

No capítulo final são estabelecidas algumas considerações relevantes a partir dos capítulos apresentados e se colocam algumas idéias que poderão subsidiar e nortear estratégias de ação do setor privado e público, para o desenvolvimento regional harmonioso, econômico, ambiental e socialmente sustentável da região Sudoeste paulista. Os anexos são colocados com a finalidade de fornecer informações complementares a exposição dos resultados e análises.

Capítulo 2 : A REGIÃO SUDOESTE PAULISTA

Com a globalização, os agentes hegemônicos escolhem cientificamente os lugares via lucro, restando aos não hegemônicos uma escolha precária. As acentuadas desigualdades de desenvolvimento e de poder entre os países que constituem o sistema mundial, diferenciam-nos em dois grandes conjuntos: desenvolvidos-subdesenvolvidos e/ou dominantes-dominados e/ou centrais-periféricos, correspondendo à uma desigualdade combinada que se produz e se reproduz pelos mecanismos do intercâmbio desigual. Esse intercâmbio poderia ser explicado pela "lei das vantagens comparativas" e/ou "das vantagens competitivas"¹ segundo as quais, na divisão internacional do trabalho, reservam-se aos países que conseguem produzir a um custo menor, os processos de trabalho mais sofisticados e aos outros, os mais banais (SANTOS, 1994).

Tem-se hoje uma organização deliberada, a partir da intervenção dos grandes organismos internacionais, ditando as formas de vida das mais diferentes sociedades, com uma completa superposição de níveis diversos na divisão do trabalho, o que leva a uma reorganização do espaço. A despeito dessa intervenção, nem sempre os níveis inferiores da organização se submetem e até passam a desempenhar - frente a tantos tipos de troca - um papel fundamental na redefinição dos níveis superiores da divisão regional, nacional e internacional do trabalho (SANTOS, 1994). Hoje é necessário atuar de acordo com o moderno conceito básico adotado pelas empresas competitivas da economia nacional e internacional: "pensar globalmente e agir localmente" (MARTIN, 1993).

¹As vantagens comparativas correspondem àquelas que "demarcam" as regiões que apresentam características específicas, únicas, aos seus produtos conferindo a possibilidade de agregar valor dada sua exclusividade: vinhos da região da França-Borgonha, champanhe; uísque escocês, queijos do Cerro-Minas Gerais, café do cerrado mineiro, carne de cordeiro da Patagônia, por exemplo. Nesses casos pode-se arriscar afirmar que a região (única e exclusiva) poderia servir de base de operações (produção e comercialização) num processo de globalização. As vantagens competitivas representam aquelas onde, tendo todas as nações tecnologia equivalente difeririam, antes, nos fatores de produção (terra, capital, recursos naturais e trabalho) e hoje diferem na especialização do produto: EUA passaram a produzir os programas computacionais (*softwares*) e o Japão (num primeiro momento) e depois os "Tigres asiáticos" (que eventualmente apresentavam vantagens competitiva em relação aos japoneses) os computadores (*hardwares*); no entanto a geração da tecnologia tanto de *softwares*

A divisão espacial do trabalho nacional implicou numa dinâmica de criação, expansão e contração do sistema urbano, até compor a sua configuração atual, onde diferentes regiões desempenham papéis diferenciados na condução do desenvolvimento estadual e nacional, nem sempre se processando de maneira desejada. As características dessa divisão no mundo globalizado, só podem ser apreendidas quando se entende o movimento interno de suas partes, isto é, quando se estuda cada lugar, cada região - que são partes da realidade. Na busca da eficácia e do lucro, na adoção de tecnologias do capital e do trabalho cada lugar tem um ponto de lógicas que trabalham em diferentes escalas, em níveis diversos e até contrastantes. Assim, os lugares representam o encontro de interesses longínquos e próximos, mundiais e locais, expressos por um grande número de classificações que constantemente se ampliam e se alteram.

As regiões são subdivisões do espaço total, nacional e mesmo local, que representam as somas de sistemas de objetos e de ações, um espaço de conveniência, os lugares funcionais e de existência social. E, as mudanças nas formas e nos conteúdos das regiões são impostas pelas divisões do trabalho sucessivamente instaladas - cuja energia propulsiona as sociedades. Quanto mais complexa a divisão do trabalho, maior a diversificação e a diferenciação dos objetos e das ações, mais dominante se torna o subespaço em relação aos demais. A divisão do trabalho através do tempo passa por divisões sucessivas funcionando como sistemas, marcando o sentido que existe em tudo, levando a um alargamento crescente dos contextos; também sofre divisões concomitantes - numa área, região, país, mundo - como resultado da soma de todas as divisões individuais do trabalho, cabendo à cada empresa uma determinada divisão territorial do trabalho e a cada produto sua própria divisão do trabalho. Essas vão se consolidando e configurando os subespaços.

A expansão espacial das relações capitalistas de produção no tempo, as formas espaciais enquanto processos sociais e os fluxos gerados vão se adequando, enfim, à lógica do capital na apropriação e ordenação dos lugares.

O sentido atual de região está em assumi-la como sendo uma parcela de um universo social onde as coisas acontecem. O território é um conjunto de possibilidades e a região escolhe algumas delas. *"A região é um lugar funcional do todo (que é o mundo) e não tem existência autônoma"* (SANTOS, 1994). Quando algumas possibilidades se combinam e se tornam reais, então, se cria o tempo e o espaço. As ações se instalam no lugar, que passa a ter vida pela sociedade.

As diferenciações relevantes entre as relações que caracterizam uma dada formação social (dentro do próprio território nacional) e as ações do homem que transformam o espaço (com o qual o grupo social se defronta), podem ser entendidas quando se considera a espacialidade das estruturas produtivas - o estudo regional. Tais estruturas decorrem da definição das áreas de mercado - para diferentes atividades produtivas - e do emprego espacializados, num determinado suporte físico e devem revelar, através do tempo, a dinâmica/estagnação de seus determinantes de ordem social.

No contexto das transformações recentes da globalização e da revolução tecnológica é muito difícil pensar em regiões. Contudo é fundamental levar em conta de novo a idéia de região (sem restabelecer categorias obsoletas) no que ela tem de fundamental, isto é, o fato de ela continuar sendo uma questão importante para os que nela habitam (BOISIER, 1994).

Embora o conceito de região seja complexo e controvertido, pode-se considerar como sendo um setor geográfico escolhido por alguma razão específica, delimitado segundo certos critérios e objetivos de pesquisa e análise ou de administração e planejamento. Na medida que se tenha uma finalidade particular, pode-se delimitar áreas que melhor atendam aos propósitos visados. Permite-se observar que *"os limites regionais não existem "de fato", mas são "impostos" a uma área qualquer, podendo ser modificado à vontade; nada há de "intocável"à delimitação regional"*; é possível alterar os limites regionais no tempo, de acordo com novas definições de objetivos e de circunstâncias (VOLLET, 1972).

Uma região deve ser vista como um organismo vivo, que se transforma com o

decorrer do tempo, podendo seu “núcleo” expandir-se ou contrair-se, sendo que seus limites e estrutura estão sujeitos a transformações dinâmicas, evoluções – rápidas ou lentas – constantes em termos de suas dimensões básicas.

Uma definição razoável das diversas realidades empíricas complexas deve destacar não só um aspecto particular da realidade, mas procurar preservar em termos analíticos seu sentido histórico e captar as tensões entre a dinâmica regional interior e o ambiente externo. Deve compreender como as regiões se relacionam com outras regiões, com seus próprios municípios e com outras entidades espaciais (PACHECO, 1996).

Um conceito bastante aceitável é dado por Markusen (1987, apud PACHECO, 1996): *“Uma região é uma sociedade historicamente desenvolvida e territorialmente contínua, que possui um ambiente físico, socioeconômico, um meio político e cultural e, uma estrutura espacial distinta de outras regiões e das outras unidades territoriais principais (cidades e nações)”*.

A compreensão do que seja região torna possível estabelecer diferentes regionalizações, em função do que se pretende destacar: a configuração de macro ou microrregiões; as regiões agrícolas ou industriais; a divisão social do trabalho. Permite-se entender as diferenças, hoje ditadas pelo capital concentrador que garante uma heterogeneidade espacial, as disparidades econômicas e sociais inter-regionais que persistem.

Regiões agrícolas podem ter lógicas distintas. Desde aquelas onde há a convivência de diferentes sistemas econômico-sociais: uma economia de subsistência - onde as técnicas modernas não teriam ou teriam pouca penetração, assumindo aspectos pré-capitalistas - ao lado de uma agricultura tipicamente capitalista, até as regiões nas quais o setor agrícola pode representar um entrave ao desenvolvimento dentro de uma economia de mercado: em decorrência da estrutura fundiária concentrada e, muitas vezes, improdutiva. Ou, ainda, outras com um segmento agrícola flexível, economicamente racional, capaz de responder aos estímulos e às exigências do mercado, com uma agropecuária que possa abastecer seus consumidores em

termos de alimentos e de matérias-primas e impulsionar o desenvolvimento dos demais setores econômicos.

Há um sentido em caracterizar as economias regionais, vitais para o planejamento, embora o conceito de região continue sendo uma questão quase insolúvel. Por meio da articulação no espaço de distintos modos de produção, justifica-se a existência de regiões desigualmente desenvolvidas como um resultado histórico. A região serve como uma categoria de análise que permite sucessivas aproximações dos movimentos reais particulares. A partir de um conjunto de circunstâncias históricas em que ocorrem os processos, pode-se chegar a formas concretas do desenvolvimento do capitalismo nas diferentes regiões; processos estes determinados pelas condições de acumulação de capital em cada região e pelas formas dominantes, pela natureza de sua articulação com a dinâmica de acumulação prevalente em outras regiões, pela forma real com que o capital regional se subordina à dinâmica de um centro maior, pelas características de integração comercial e produtiva desses capitais (PACHECO, 1996).

Segundo PACHECO (1996), o estudo das economias regionais deriva das especificidades de suas estruturais produtivas, do modo como se articula comercialmente com as demais regiões e dos padrões de reprodução das várias frações do capital e da força de trabalho, ainda que se subordinem à uma mesma dinâmica geral.

Nesse aspecto, é inconteste a importância a ser atribuída a um enfoque regional ou micro-regional como forma de ação para dinamizar, integrar espacialmente e fortalecer os diversos setores da economia, com reflexos diretos sobre a produção, o emprego e a renda da própria região considerada, promovendo seu desenvolvimento. Qual o papel que pode ou deve desempenhar a região na divisão do trabalho e nas estruturas produtivas do Estado, da nação e do mundo, são questões que precisam ser cuidadosamente investigadas para entender a dinâmica/estagnação de espaço sócio-econômico e permitir ações estratégicas visando seu crescimento e o bem-estar de sua população, no sentido mais amplo que se possa dar à esses conceitos.

As linhas mestras de caracterização da dinâmica espacial na região Sudoeste e de seu posicionamento no contexto do Estado de São Paulo, estão baseadas na estruturação inter e intra-regional. Comparativamente a outras regiões paulistas, o Sudoeste é, em conjunto, uma região pobre e com evidente descompasso interno de desenvolvimento, que aflora quando se desce aos níveis mais profundos de análise. Apresenta desequilíbrios tanto na rede urbana como no espaço rural e um dos mais conflitantes indicadores econômicos e sociais.

Considerada uma das regiões paulistas menos desenvolvidas, o Sudoeste caracteriza-se por apresentar uma particularidade no processo econômico em relação ao conjunto do Estado e às regiões reconhecidamente mais dinâmicas, como as de Campinas e de Ribeirão Preto, por exemplo, as quais absorveram grande parte do setor econômico na expansão capitalista industrial e agrícola. A região não se destaca em nenhum campo de ocupação econômica, tampouco no turismo e/ou nas demais atividades terciárias.

A área de estudo envolve 23 municípios, ocupando uma área territorial de 15.650 km² com uma população total de 374.041 habitantes e com uma densidade demográfica de 23,9 hab./km².

2.1. Dinâmica Espacial

A distribuição geográfica de seus municípios decorre da infra-estrutura das vias de comunicação e da base econômica impostas, dando uma feição bastante específica à região. Tais singularidades inerentes ao processo histórico constitutivo de sua economia regional, levam à dominância de lógicas distintas em relação a regiões de agricultura industrializada ou onde o capital agrário deu um sentido peculiar ao movimento da economia.

O processo de urbanização se fez de modo marcante em toda a região, influenciado por diferentes fatores, abrangendo, praticamente, todas as sub-regiões ou áreas.

Dentre esses fatores, cabe destacar a nítida influência dos grandes eixos regionais de circulação, que, além de terem balizado o desenvolvimento histórico da urbanização, adensaram as cidades nas áreas que atravessaram. Até a década de 1960, a ligação entre São Paulo e o Sul do país era feita pela Rodovia Raposo Tavares – que atravessava os trechos urbanos das cidades do Sudoeste – sendo que a partir de 1962, a circulação se intensificou com a construção da Rodovia BR-116 (Régis Bittencourt), uma opção mais rápida e moderna para o mesmo trecho, implementada pela presença mais recente da Rodovia Castelo Branco que possivelmente têm um grau de responsabilidade nesse atual processo.

A região Sudoeste apresenta uma urbanização relevante. O seu sistema de cidades se caracteriza por marcantes desequilíbrios, sendo que o sistema de polarização intra-regional vem apresentando, desde 1970, uma relativa modificação que poderá intensificar-se em algumas áreas dessa região. No entanto, a estrutura espacial atual ainda é desigual em termos de potencialidade das cidades.

Para estabelecer uma posição sobre a área de abrangência do que poderia ser considerada a região Sudoeste do Estado de São Paulo, com vistas ao estudo da agropecuária, mercado de trabalho regional e o processo de desenvolvimento, foi tomada como base mais geral de consideração a análise sucinta das informações contidas nos diversos trabalhos que trataram, no passado recente, da definição da área que compõe a atual região de governo, centrada sobre o município de Itapeva.

Do ponto de vista metodológico, o embasamento do presente estudo pode ser encontrado na definição de região de planejamento conforme definido por Jacques Boudeville (1972) em seu clássico trabalho “Aménagement du Territoire et Polarisation”, conceito esse que tem por base as idéias de região polarizada e região homogênea².

O desenho da configuração do Estado de São Paulo, ou seja, sua regionalização atual,

²A teoria de polarização foi desenvolvida por Perroux (1960, 1966a e 1966b), segundo a qual o crescimento econômico não se faz de forma difusa por todo o espaço de um país ou cobrindo as várias partes de uma região, mas se manifesta em vários pontos - os pólos de desenvolvimento. A partir de Perroux e de seu discípulo Boudeville (1962), floresceram trabalhos sobre pólos de desenvolvimento e/ou de crescimento (NOGUEIRA, 1997).

com as respectivas Regiões Administrativas (RAs), tomou por base os padrões funcionais e espaciais - sua estrutura espacial de polarização e hierarquia dos centros urbanos, a partir de estudos realizados pelas Secretarias de Planejamento e do Interior que, utilizando a teoria dos pólos, através do modelo de potencial, realizaram a regionalização estadual. Foram assim estabelecidas as Regiões Administrativas (RA) - compostas por várias Regiões de Governo (RG) - considerando dois trabalhos clássicos: "Padrões Funcionais e Espaciais de Rede Urbana do Estado de São Paulo" (1975) e "Organização Regional do Estado de São Paulo: Polarização e Hierarquia dos Centros Urbanos" (1982), regionalização administrativa que permanece até os dias de hoje.

O Sudoeste do Estado de São Paulo, que pertence à RA de Sorocaba, se distingue das demais no contexto estadual, resultando numa dinâmica específica para sua agricultura, base econômica da maioria dos seus municípios. Reconhecida como uma das regiões "deprimidas" do Estado de São Paulo, embora não seja a única - aí se incluem o Vale do Ribeira e Pontal do Paranapanema - necessita de uma ação concentrada dos Governos estadual e municipais para alavancar seu desenvolvimento.

O que pode ser considerada a região Sudoeste do Estado de São Paulo e, portanto, objeto dessa pesquisa compreende a atual Região de Governo (RG) de Itapeva, composta por 18 municípios - definida nos dois trabalhos acima mencionados - acrescida de outros 5 municípios - cujas razões serão enunciadas mais adiante. Com a emancipação de sete municípios em 1991 e com pequenas modificações (tais como a exclusão do município de Barra do Turvo, que passou a fazer parte da Região do Vale do Ribeira) a atual Região Sudoeste do Estado seria composta dos 23 municípios seguintes: **Apiaiá, Barão de Antonina, Barra do Chapéu, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Capão Bonito, Coronel Macedo, Guapiara, Iporanga, Itaberá, Itai, Itaóca, Itapeva, Itapirapuã Paulista, Itaporanga, Itararé, Nova Campina, Ribeira, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul, Taquarituba e Taquarivaí.**

Os mapas mostram a localização da região Sudoeste no Estado de São Paulo e a delimitação da área de estudo da presente tese (Figura 2.1).

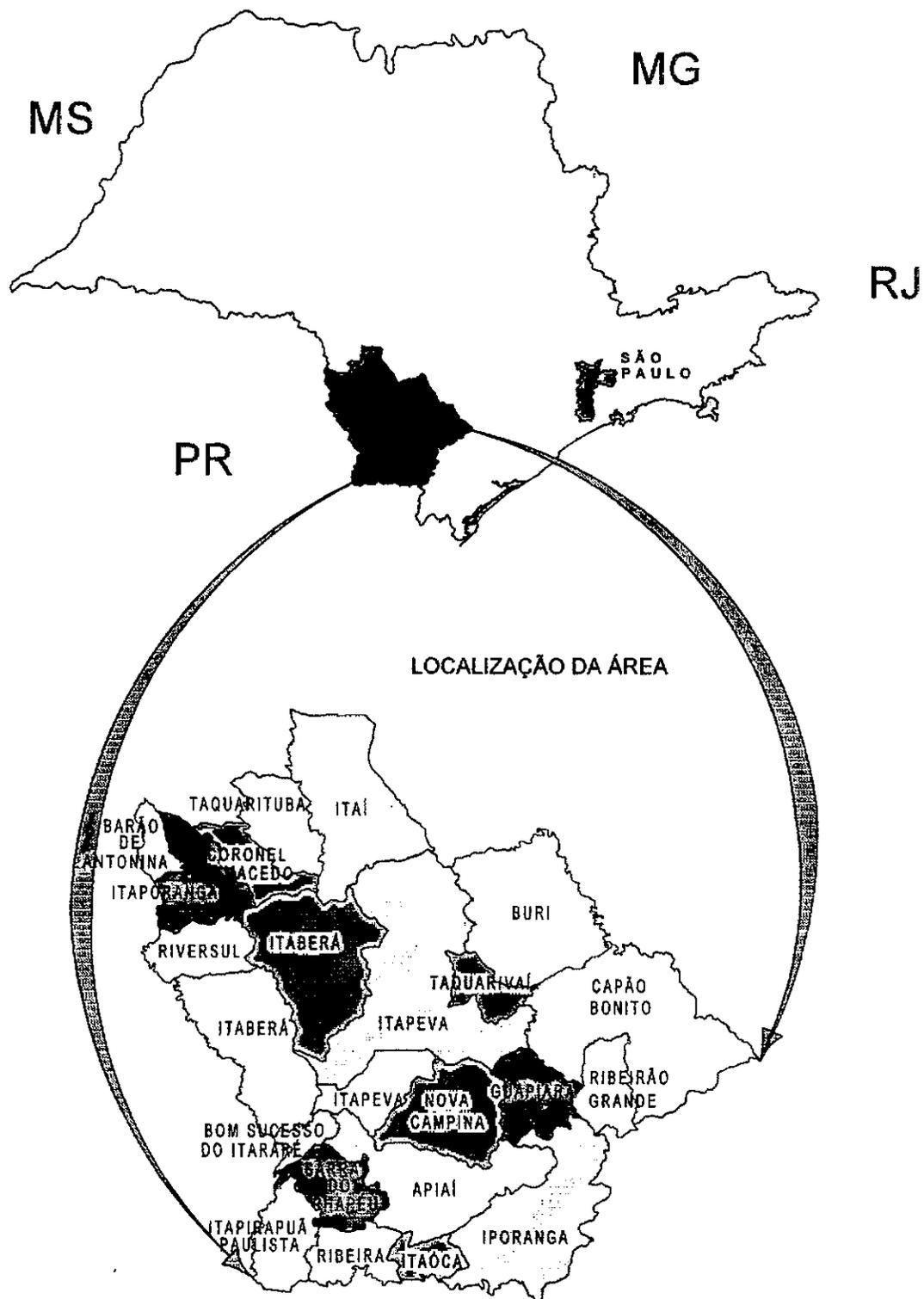


Figura 2.1 : Região Sudoeste, Estado de São Paulo, 1999.

A região Sudoeste aqui considerada, não está formalmente definida por organismos de planejamento estadual, mas corresponde a um esforço do autor em agregar municípios contíguos e homogêneos da melhor maneira possível.

É preciso considerar, ainda, que no Estado de São Paulo, além do critério de Região Administrativa (RA), os municípios paulistas eram agrupados (num arranjo um pouco distinto do das RAs) até recentemente também por Divisão Regional Agrícola (DIRA) - com suas respectivas Delegacias Agrícolas e Casas de Agricultura – assim distribuídas: Registro, São José dos Campos, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto, Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Marília, Vale do Paranapanema, Barretos, Franca e São Carlos. Com a reestruturação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) em 1997, visando implementar sua atuação com a criação de pólos regionais, a estrutura da rede da SAA foi alterada no interior do Estado. Os municípios passaram a ser organizados dentro de 40 Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR). Portanto, grande parte das informações disponíveis no Estado de São Paulo são agregadas segundo as RAs, exceto aquelas para a agropecuária, que são coletadas e agregadas conforme as DIRAs e/ou os EDRs.

De forma geral, a região Sudoeste apresenta características peculiares que condicionam a delimitação espacial. Fazendo parte da área de Sorocaba, a região apresenta uma rede urbana mais rarefeita que os demais centros polarizados por essa cidade. Dominada por ligações radiais que são preponderantes entre as cidades de Capão Bonito, Itapeva e Itararé, apresenta uma debilidade nas suas ligações transversais. Como resultado, mesmo o centro mais importante da região – Itapeva - não tem condições para estruturar todo o espaço supostamente sob sua influência, não exercendo um comando efetivo e tomando o seu espaço descontínuo, principalmente na sua porção mais ao Sul (direção de Apiaí). Por outro lado, a concorrência espacial exercida por Sorocaba, principalmente nos períodos mais recentes, tem debilitado ainda mais a função polarizadora de Itapeva, o que resulta em um aumento dessa característica desestruturante.

A debilidade da rede viária da região, onde prevalecem as ligações radiais, aliada a inadequada conservação das estradas, dificulta a acessibilidade dos centros de

hierarquia funcional inferior. O próprio centro regional apresenta características contraditórias: de um lado, “perde” funções para o centro maior - Sorocaba - e de outro, exerce funções na rede urbana de caráter sub-regional, principalmente face ao rarefeito ambiente urbano encontrado na região. Cidades como Capão Bonito e Itararé, mantidas as proporções e as posições espaciais relativas diferenciadas, apresentam as mesmas características (NOGUEIRA, 1997).

Esses traços específicos do sistema urbano regional permitem inferências no que se refere ao atraso relativo que ainda predomina na região. Apesar de Sorocaba ter condições de captar os efeitos do crescimento da Grande São Paulo, há indicações de falta de estruturação nos níveis hierárquicos mais baixos e as próprias características da dinâmica do Sudoeste não permitem a transferência desses efeitos para a área em estudo; esta apresenta dificuldades em participar efetivamente das funções econômicas, sejam industriais ou agrícolas.

Tal como definida anteriormente, a região do Sudoeste paulista como um todo, em termos espaciais, é formada por duas grandes porções que, do ponto de vista de homogeneidade são relativamente distintas.

Ao Sul da região existe um subconjunto de 6 municípios: Apiaí, Barra do Chapéu, Iporanga, Itapirapuã Paulista, Itaóca e Ribeira, que possuem características distintas do restante da região, mas que se acham mais intensamente ligados a esta em termos de acessibilidade. Os aspectos específicos desse subconjunto de municípios são mais semelhantes ao que ocorre no Vale do Ribeira do que o que prevalece no restante do Sudoeste, principalmente do ponto de vista agrícola. A ocorrência de minerais na área, a concentração de grutas calcárias e de cavernas em um espaço restrito e a presença de parques estaduais - como reservas da Mata Atlântica - são características próprias desse subespaço.

Embora semelhante ao Vale do Ribeira, o subconjunto apresenta configurações próprias e, principalmente, tem sido considerado, tradicionalmente como compondo o território da região Sudoeste do Estado.

Paralelamente, a proximidade e o acesso a alguns municípios limítrofes e com características semelhantes aos da área em consideração, permitem algumas observações com relação a abrangência do total da área a ser considerada. É que o restante da região se caracteriza pela presença dominante da agricultura, da pecuária e do reflorestamento. Na sua porção Noroeste existe um outro subconjunto de municípios que representa, do ponto de vista agrícola, uma continuidade da área estudada. Este subconjunto é formado pelos municípios de Barão de Antonina, Itaporanga, Coronel Macedo, Taquarituba e Itaí. Os três primeiros - Barão de Antonina, Itaporanga e Coronel Macedo - seja por ligações rodoviárias através de Riversul e Itaberá, seja pela precariedade das estradas - que demandam a cidade de Avaré (centro da região vizinha) - têm um melhor grau de acessibilidade à região Sudoeste do Estado.

Para efeito da presente tese, optou-se por trabalhar com uma área de estudo que permitisse atingir tanto os objetivos da análise a ser desenvolvida como os inerentes ao processo de planejamento e possibilidade efetiva de ação.

Considerando prioritariamente as necessidades da análise regional para a qual é mais apropriada a definição de uma região coerente do ponto de vista da polarização, em uma primeira aproximação a área a ser definida deveria incluir o grupo de municípios a Noroeste da região e excluir a sub-região (mais ao Sul) de Apiaí, que possui características semelhantes às do Vale do Ribeira e, portanto, tem pouca relação com restante do conjunto. Dessa forma, a área a ser definida seria constituída, coerentemente, pelo grupo de municípios que constituem a RG de Itapeva, polarizada pelo eixo Capão Bonito – Itapeva – Itararé, mais o conjunto de cidades secundárias situadas na sua área de influência.

Como essa tese visa apresentar subsídios ao desenvolvimento para essa região deprimida do Estado, também a porção Sul - mencionada anteriormente com uma série de carências - deve ser incluída; caso contrário, ela acabaria em uma situação marginal sem ser inserida na região Sudoeste ao mesmo tempo em que não seria igualmente considerada no Vale do Ribeira, se ações de planejamento governamental selecionassem a região apenas a partir de RGs.

Face a essas ponderações e com vistas ao desenvolvimento regional agrícola e ao bem-estar de sua comunidade, a proposição do trabalho é centrar a análise no conjunto da região de governo – que inclui os 18 municípios - para os quais uma certa quantidade de dados está disponível e trabalhados a esse nível, inserindo-se também os cinco municípios vizinhos, a Noroeste da região.

A área, por conseguinte, iria se caracterizar pela existência de um eixo de cidades importantes capitaneadas por **Itapeva** e complementada por **Capão Bonito** e **Itararé**, em torno do qual gravitariam um certo número de centros menores: **Riversul, Itaberá, Taquarivaí, Buri, Ribeirão Grande, Guapiara, Ribeirão Branco, Nova Campina e Bom Sucesso de Itararé** - aos quais se juntariam pela semelhança e acessibilidade **Itaporanga, Barão de Antonina e Coronel Macedo** e, pela semelhança os municípios de **Taquarituba e Itaí**. Ao Sul, embora com características próprias, permanece na região, principalmente pela possibilidade de acesso, o subconjunto de municípios polarizados pela cidade de **Apiiaí: Barra do Chapéu, Iporanga, Itapirapuã Paulista, Itaóca, e Ribeira** (Figura 2.1).

A atípica e complexa distribuição das cidades do Sudoeste dificulta estabelecer uma clara hierarquia entre elas. É possível identificar apenas dois centros sub-regionais - Itapeva e Avaré - por terem uma ascendência mais pronunciada, estendendo suas influências sobre um amplo espaço geográfico. Capão Bonito, que completa o "eixo" referido anteriormente, por sofrer grande influência da proximidade de Itapetininga, não chega a se firmar como centro sub-regional. Todos os demais centros em consideração são periféricos ou "dominados" pelos primeiros, isto é, dependem deles. A maioria das cidades restantes ocupa posições secundárias nos demais escalões.

Focalizando apenas a região do estudo, tem-se que Itararé e Capão Bonito não podem ser classificados tão somente como centros locais, ambos polarizados por Itapeva. As demais cidades são consideradas como centros locais, isto é, centros urbanos que dominam suas respectivas áreas rurais. Os centros de maior hierarquia - Itapeva e Avaré - possuem sempre áreas de influência em todos os níveis imediatamente inferiores aos seus, exercendo, normalmente, mais atividades econômicas, políticas e sociais do que os centros periféricos.

A debilidade de liderança de Itapeva e demais centros zonais, especialmente nas áreas mais distantes, está no fato de os municípios periféricos se relacionarem diretamente com Sorocaba e, em menor grau, com Itapetininga, sobrepondo-se ao seu papel de mediadora. A não atuação eficiente de Itapeva e a distância de Sorocaba favorecem o estabelecimento de uma faixa de competição entre as regiões comandadas por Sorocaba e Bauru, dada a proximidade de Avaré e Botucatu, dois centros sub-regionais comandados por Bauru e, compete também - pela mesma razão - com o Estado do Paraná (NOGUEIRA, 1997).

2.2. Caracterização Sócio-Econômica

2.2.1. Infraestrutura Regional

A região do Sudoeste paulista apresenta grandes vazios demográficos, alta pulverização de municípios e precária rede de ligação interregional, relativamente às demais regiões paulistas. A baixa representação parlamentar e a inexpressiva organização política traz à região uma pequena capacidade de pressão. Como resultado desta situação a presença estadual e federal torna-se apenas convencional e rotineira, de forma a garantir tão somente os serviços constitucionalmente de obrigação do Estado.

A distância dos municípios da região Sudoeste à capital paulista e à Sorocaba, bem como sua população, densidade demográfica e área regional são apresentados a seguir, de modo a situar a região no espaço e no tempo para fins de análise (Tabela 2.1).

Um dos exemplos dessa falta de atenção do poder público na região é a precariedade da malha viária. Apesar de a maioria de seus municípios existirem desde meados do século XIX e de ser antiga a demanda por este tipo de infra-

TABELA 2.1

Distância dos Municípios da Região Sudoeste Paulista à Capital Paulista e à Sorocaba , Densidade Demográfica , População e Área Regional

Municípios	Distância da Capital¹ (km)	Distância de Sorocaba (km)	Densidade Demográfica (hab./km²)	População Total² (hab.)	Área Total² (km²)
Apiáí	316	223	24,4	24.010	982
Barão de Antonina	362	248	19,5	2.688	138
Barra do Chapéu	343	250	12,4	5.008	404
Bom Sucesso de Itararé	366	299	21,1	2.720	135
Buri	258	153	13,4	16.249	1.213
Capão Bonito	224	127	28,7	46.415	1.619
Cel. Macedo	323	223	17,3	5.658	327
Guapiara	257	164	46,7	19.223	412
Iporanga	351	270	3,71	4.734	1.277
Itaberá	300	233	17,8	18.645	1.050
Itaí	302	188	14,5	17.473	1.205
Itaóca	362	295	17,8	3.412	192
Itapeva	270	203	41,13	77.694	1.889
Itapirapuá Paulista	315	222	6,8	3.145	462
Itaporanga	343	238	28,4	14.446	508
Itararé	320	253	42,4	44.978	1.060
Nova Campina	290	223	15,8	5.663	357
Ribeirão Branco	300	230	27,5	19.159	697
Ribeirão Grande	234	137	20,9	7.012	335
Ribeira	287	194	10,9	3.884	356
Riversul	350	260	22,7	8.351	368
Taquarituba	322	208	44,3	19.971	451
Taquarivaí	278	211	16,4	3.503	213
Sorocaba	87	XXX	971,6	430.423	443
RG Avaré	XXX	XXX	28,5	231.952	8.126
RG Itapeva	XXX	XXX	24,1	313.805	13.021
RA de Sorocaba Sorocaba	XXX	XXX	54,0	2.220.988	41.277

Fonte: ¹ Mapa Rodoviário (DER, 1995); ²SEADE (1996).

estrutura - já que desde os anos 1960 a região se constituía na principal produtora estadual de feijão – foi apenas no final dos anos 70 deste século, que se completou sua estrutura viária, com a construção de rodovias interligando toda a região. A estrada de rodagem mais importante atingia apenas Itapeva - centro industrial e de interesse na extração de minérios - mas não penetrava nos demais municípios, quase todos agrícolas.

A principal ligação de Itapeva, Capão Bonito e Itararé com a capital do Estado dá-se hoje pela rodovia asfaltada SP-258 (rodovia Francisco Alves Negrão) até a Castelo Branco (SP-280) e pela ferrovia (antiga Estrada de Ferro Sorocabana, atual FEPASA) hoje utilizada somente para cargas³. Ao Sul, Apiaí, Guapiara, Iporanga e Ribeira se ligam à capital paulista pela Rodovia Bandeirantes Apiaí (SP-250) até a BR-476 e na porção Noroeste, via Avaré, pela Rodovia Raposo Tavares. Sua rede viária é bastante mais densa, muito mal conservada e permite a comunicação entre os municípios do Sudoeste e também com o Estado do Paraná e com o Sul do país (Figura 2.2).

As atuais estradas, quando asfaltadas, não possuem acostamentos, tornando o escoamento da produção e o acesso às reservas turísticas da região bastante difíceis e perigosos. A ligação asfáltica entre os municípios de Apiaí e Ribeirão Branco apesar de iniciada há mais de vinte anos, inexplicavelmente ainda não foi concluída. Já o caso do município de Iporanga é mais complicado: não existe ligação asfáltica com nenhum dos municípios vizinhos, tornando-o totalmente isolado do restante da região.

Hoje em dia começam a despontar alguns investimentos em novas obras como duplicação da chamada “Rodovia Castelinho”, da Castelo Branco, da Raposo Tavares e da BR-116 – incluída no Programa Brasil em Ação – a serem realizadas pela iniciativa privada, em função do Corredor do Mercosul e da utilização futura dos modais de transporte ferroviário e rodoviário, o que poderá beneficiar toda a região de Sorocaba.

³Hoje desativada, a mesma linha descia para o sul da região, de Capão Bonito para Itapeva, onde se bifurcava para Itararé e Apiaí, trecho destinado à excursões turísticas ferroviárias, seguida de visita rodoviária à Gruta de Santana, em Iporanga (UNIVERSIDADE PAULISTA, 1997).

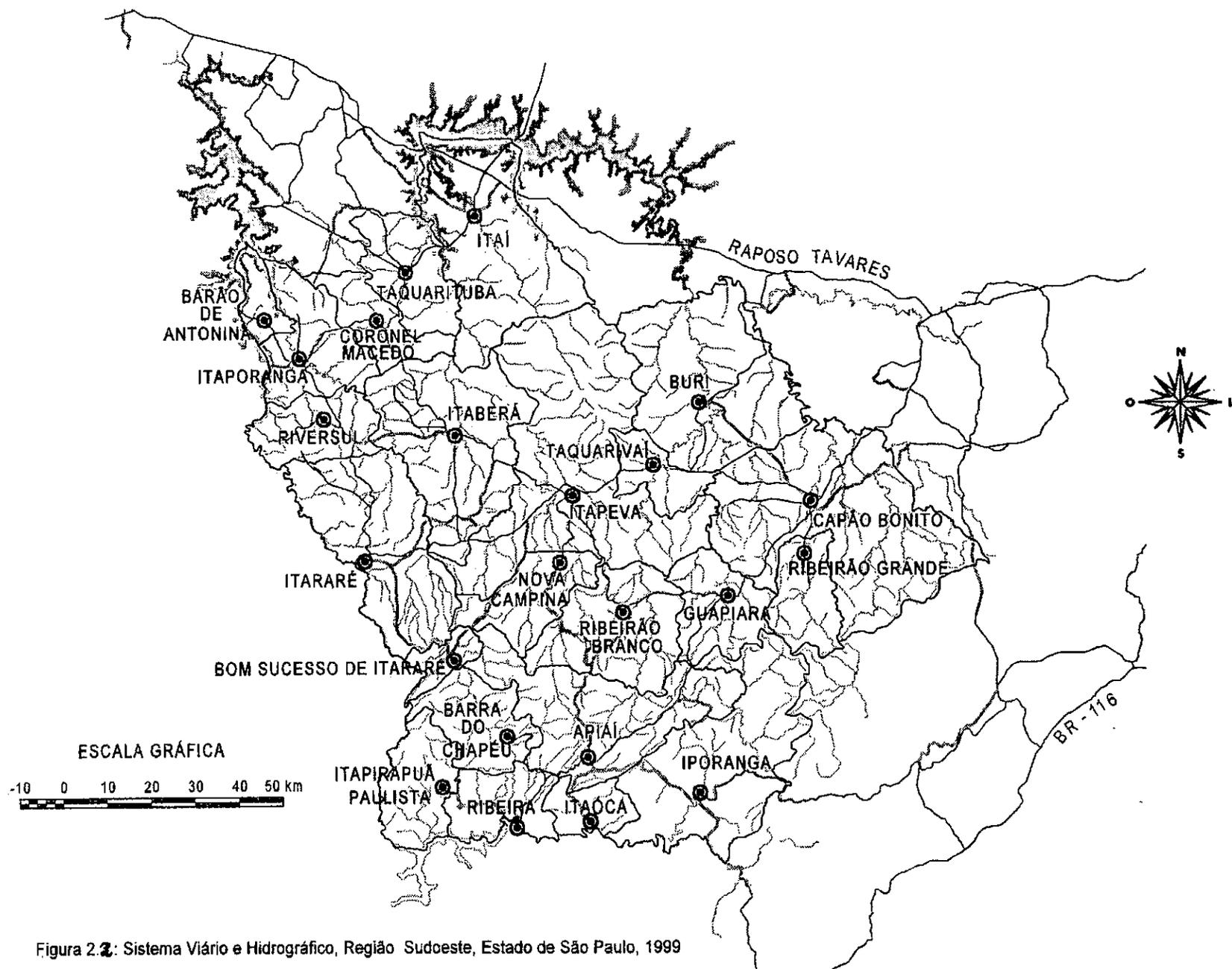


Figura 2.2: Sistema Viário e Hidrográfico, Região Sudoeste, Estado de São Paulo, 1999

Paralelamente, a estrutura ferroviária, embora mais antiga, também teve sua expansão associada à atividade de mineração e siderurgia, sem uma utilização significativa no transporte de produtos agrícolas e de insumos. O ramal Itapeva-Apiáí foi construído na década de 1970 graças a Itapeva que, pela riqueza de seu subsolo se transformou num grande centro de produção industrial de minério. A FEPASA mantém uma rede de tráfego ferroviário que penetra na região através de Buri, passando por Itapeva e terminando em Apiáí, caracterizada pelo transporte de minérios, cimento, materiais ferrosos e combustíveis (GONÇALVES & SOUZA, 1993).

O transporte fluvial, praticamente não se realiza. Os recursos hídricos em abundância na região Sudoeste, contribuem na formação de importantes bacias hidrográficas: Paranapanema, Tietê e do Ribeira, com destaque para os rios: Itararé, Verde, Pirituba, Apiáí-Guaçu, Taquari (caracterizado como patrimônio ecológico), Paranapanema, Rio da Almas, Paranapitanga e Ribeira (NOGUEIRA et. al., 1998). Destes, o rio Paranapanema – muito extenso com corredeiras e pedras - é navegável nas proximidades de São Miguel Arcanjo e Capão Bonito, enquanto os rios Ribeira e das Almas só comportam embarcações pequenas (Figura 2.2).

Quase inexistente o tráfego aéreo na região, uma vez que os aeroportos municipais de Itapeva, Itararé e Apiáí foram desativados. Permanece em funcionamento precário, apenas o campo de aviação de Capão Bonito, embora seja pavimentado e tenha dimensões satisfatórias.

A execução de obras públicas foi registrada só mais recentemente, na década de 1980, com investimentos no setor de infra-estrutura da região, visando reduzir déficits apontados pelas estatísticas sociais. Ainda assim, os melhoramentos ficaram aquém das expectativas, com infra-estrutura parcial nas áreas de saúde, habitação, segurança pública e educação.

Prova disso, é que no campo da saúde é grande hoje a carência regional na área de atendimento laboratorial e hospitalar, tanto devido à baixa média de leitos hospitalares como nos setores de profilaxia e prognósticos de doenças infecto-contagiosas e cancerígenas. O problema agrava-se ainda mais quando se considera a falta de obras

de infra-estrutura de saneamento básico, com a presença de grande número de esgotos a céu-aberto, exigindo constante assistência sanitária.

Os hospitais regionais mais próximos encontram-se em Sorocaba e Botucatu, distantes, portanto, mais de 200 km em média. Alguns municípios da região sequer possuem retaguarda hospitalar. Os centros de saúde tornam-se então as únicas opções da população carente, acarretando uma grande repressão de demanda de serviços. Os laboratórios médicos são em número irrisório, o que exige que se encaminhe rotineiramente os pacientes para fora da região. Também não há serviços médico-sanitários especializados, como por exemplo na área de psiquiatria, implicando em gastos municipais e constantes encarecimentos com a remoção de pacientes (SEPLAN, 1991).

Essa situação faz com que a região apresente altas taxas de mortalidade infantil (que serão apresentadas mais adiante) sem que, no entanto, sejam feitos investimentos no sentido de desenvolver a assistência médica, sanitária e alimentar à população⁴.

Os dados relativos às ligações de água e coleta de esgotos nos municípios mostram que, no período de 1980 a 1990, houve um crescimento apenas vegetativo desses serviços, contudo muito aquém das reais necessidades, não existindo nenhum tipo de investimento em construção de obras de saneamento básico. Ainda sobre a infra-estrutura de água, esgoto e energia elétrica na região, tanto a SABESP quanto a CESP vêm oferecendo seus serviços, apesar das demandas pela implantação de programas sociais ou para recuperação das antigas redes de água, esgoto e luz elétrica, que foram feitas de forma incipiente por prefeituras ou pequenas companhias de eletricidade.

⁴Recentemente alguns municípios tomaram iniciativas isoladas visando diminuir esses graves índices. Itapeva conseguiu reduzir em mais de 50% a taxa de mortalidade desde 1990, graças ao Programa Interinstitucional de Combate à Desnutrição e Mortalidade Infantil, conhecido como Projeto Bandeira, desenvolvido pela Associação para o Desenvolvimento Social (ADS), uma organização não-governamental da qual participam universidades, entidades públicas e privadas e pessoas físicas de várias áreas do conhecimento. O objetivo do Projeto é melhorar a situação da saúde de crianças e adolescentes, intervindo direta e permanentemente na sua condição de vida, hábitos alimentares e de higiene; além do incentivo ao aleitamento materno, atendimento aos desnutridos e gestantes adolescentes, à saúde da criança e à terapia de reidratação oral. Também os municípios vizinhos de Itararé, Itaberá, Buri, Taquarivaí e Capão Bonito se envolveram com o Projeto (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1996).

Quanto à habitação, até mesmo antes da atividade reflorestadora do Sudoeste, já se utilizava a madeira para a construção de moradias com tábuas serradas extraídas de espécies arbóreas endêmicas da região. A partir da década de 1970, com o impulso dado ao reflorestamento, o aproveitamento passou a ser mais intensivo utilizando as aparas longitudinais de toras de pinus e eucalipto, tanto para a construção de casas populares como para a confecção de cercas divisórias de propriedades, dando nova feição à região. Graças a isto mais de 65% das moradias são de madeira e perto de 25% são de alvenaria (LIBÓRIO, 1994). As condições gerais de moradia são precárias, como mostram os números a seguir: 80% das moradias possuem energia elétrica; 70% possuem água encanada; 30% possuem rede de esgoto; 30% têm banheiro; 07% utilizam fossa séptica; 55% utilizam fossa negra (SEPLAN, 1991).

Com base numa pesquisa desenvolvida pela Fundação SEADE, o jornal "O Estado de São Paulo" (1995), elaborou um "ranking" de municípios paulistas evidenciando os seus enormes contrastes, em diversos indicadores. Os municípios que compõem a região do Sudoeste paulista aparecem nesta pesquisa como sendo alguns dos mais desfavorecidos do Estado. A título de ilustração, nas tabelas 2.2 e 2.3 são apresentadas comparações entre municípios mais e menos favorecidos em relação à dois indicadores: consumo de energia elétrica e número de linhas telefônicas.

Quando selecionados os 10 maiores e os 10 menores municípios consumidores do Estado de São Paulo o que mais chama a atenção é a forte presença do Sudoeste entre as mais pobres localidades paulistas, superando inclusive o Vale do Ribeira. Um atraso marcante frente o franco desenvolvimento das telecomunicações e dos bens de consumo altamente dependentes da energia elétrica.

Na área da educação a região possui, principalmente em função dos convênios descentralizadores firmados entre municípios e Estado, uma rede física de escolas bem distribuídas, tanto para o primeiro quanto para o segundo grau. Ainda assim, alguns municípios apresentam uma certa carência de instalações, como por exemplo Itapeva, Itararé, Capão Bonito e Apiaí. Existem também duas escolas técnicas de nível médio (agricultura e mineração/metalurgia), instaladas em Itapeva e que atendem a demanda de toda a região. A população em idade de frequentar escolas é

praticamente a metade daquela efetivamente matriculada. Existem cerca de 80 estabelecimentos de ensino de 1º grau e de 20 de 2º grau. A região é, portanto, ainda bastante carente de escolas para o exercício do direito de escolaridade da comunidade de baixa renda. Aproximadamente 50% da população total é alfabetizada, embora existam municípios com percentuais menores. A formação profissional não atinge mais que 1% em idade ativa (maiores de 16 anos). As atividades mais freqüentes são: empregada doméstica, bóia-fria e pedreiro. Também inexistem cursos de nível superior e muito menos campus avançado de qualquer universidade estadual, contrastando com as demais regiões do Estado (SEPLAN, 1991).

Tabela 2.2

Energia Elétrica (Kwh/consumidor)

Maior Consumo		Menor consumo	
Município	Consumo	Município	Consumo
Santana do Parnaíba	2.970	Itapirapuã Paulista*	490
Pedrinhas Paulista	2.860	Barra do Chapéu*	530
São Caetano do Sul	2.790	Bom Sucesso de Itararé*	580
Cotia	2.760	Nova Campina*	600
São Paulo	2.700	Itaóca*	620
Ilha Solteira	2.695	Riversul*	770
Barueri	2.690	Ribeirão Grande*	800
Vinhedo	2.685	Ribeirão Branco*	810
Valinhos	2.660	Barra do Turvo	840
Campinas	2.620	Ribeira*	845

* Municípios do Sudoeste.

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO (16/10/1995).

Tabela 2.3

Comunicações (linhas telefônicas/mil habitantes)

Maior número de linhas		Menor números de linhas	
Município	Nº linhas	Município	Nº linhas
Aguas de São Pedro	529.77	Ribeirão Grande*	7.83
Santos	284.31	Rosana	8.48
São Caetano do Sul	275.46	Ribeirão Branco*	9.56
Mongaguá	267.68	Engenheiro Coelho	11.85
Ribeirão Preto	234.33	Pontalinda	15.58
Ilha Comprida	212.89	Barra do Turvo	15.76
Peruíbe	201.64	Guapiara*	16.11
Praia Grande	201.59	Potim	16.72
Guarujá	191.83	Sto Antonio do Aracanguá	18.05
Itanhaém	191.36	Alambari	18.83

*Municípios do Sudoeste.

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO (16/10/1995).

No que tange aos serviços e comércio, os setores da economia urbana não são expressivos na região, destacando-se apenas Itapeva, Capão Bonito, Itararé e Apiaí, em ambos os setores. O comércio da região é antigo e originário, em sua maioria, de mascates que foram se fixando em pequenas lojas. Atualmente, instalaram-se lojas de departamento, principalmente eletrodomésticos, oriundas de outras cidades como Sorocaba, Salto, Barueri e São Paulo, sobretudo em Itapeva e Capão Bonito (SEADE, 1991).

O município de Itapeva é o que apresenta um desempenho relativamente mais significativo, corroborando com a tendência histórica de ser centro comercial e prestador de serviço da região onde está situado. Em Itararé e Itapeva, há registro de quase 1.500 estabelecimentos comerciais, cujas mercadorias - no atacado e no varejo -

atendem as necessidades domésticas, industriais e agrícolas (LIBÓRIO, 1994).

Há uma rede de aproximadamente 1.000 estabelecimentos comerciais responsáveis pela prestação de diversos serviços (LIBÓRIO, 1994). As instituições bancárias existentes na região são basicamente oficiais, ou seja, Banco do Brasil, Banespa, Caixas Econômicas Federal e Estadual. Do total de 37 agências bancárias, 22 estão centralizadas nos municípios de Itapeva, Apiaí, Capão Bonito e Itararé, mais um indicador que confirma o maior grau de desenvolvimento relativo de tais localidades e de certo dinamismo das atividades econômicas. Existem ainda outros tipos de assessoria, envolvendo serviços de informática, de transportes, alojamento, alimentação, reparos, comunicação, escritórios e consultórios, para atender a uma demanda por serviços já mais especializados.

A região de Sorocaba - onde se inserem os municípios do Sudoeste paulista - apesar de ser uma das pioneiras na produção de ferro, no século passado e ter sido importante centro têxtil paulista, perdeu forças tanto na indústria têxtil como na de alimentos. Porém, intensificou-se na região a indústria de metalurgia, minerais não metálicos, química, bens de capital e bens de consumo duráveis. Tem-se, assim, que as indústrias associadas à agricultura perderam importância regional, mesmo no caso da indústria sucroalcooleira, com ação no perfil da produção agropecuária. (NEGRI, 1988). No campo da agroindústria, manteve o efeito localizado de algumas estruturas processadoras de papel e celulose e indústrias de madeira, por força da existência de grandes áreas de florestas econômicas - plantadas com incentivo fiscal na década de 70, que já maturaram e agora encontram-se estagnadas e circunscritas a algumas áreas do Sudoeste (GONÇALVES & SOUZA, 1993).

As informações mais pormenorizadas que se pôde obter sobre as agroindústrias estão agrupadas ao nível da DIRA de Sorocaba e de suas Delegacias Agrícolas - nas quais estão incluídos os 23 municípios da região Sudoeste - e correspondem ao período de 1978 a 1989. Portanto, serão enumeradas as variações ocorridas na DIRA e nas Delegacias de Itararé, Avaré, Itapetininga e Capão Bonito.

No período 1978-89 houve uma alteração no número de estabelecimentos

agroindustriais na DIRA de Sorocaba ampliando-se de 286 para 521. As agroindústrias de produtos alimentares passaram de 237 a 290 - correspondendo a 55,66 % do total - e as de bebidas chegaram a 80 estabelecimentos: 48 destinados à fabricação de aguardentes, licores e outras bebidas; 14 para fabricação de bebidas não alcoólicas; 11 de destilação de álcool; 6 de fabricação de vinho e, ainda, 1 de fabricação de cerveja, chope e malte⁵.

A indústria de madeira participou com 114 estabelecimentos na atividade de desdobramentos de madeira, representando 21,88 % do total .

Entre as Delegacias Agrícolas, as 521 agroindústrias da DIRA de Sorocaba estavam distribuídas, em 1989, da seguinte forma: 164 em Itu; 140 em Sorocaba; 71 em Botucatu; 44 em **Itararé**; 42 em **Itapetininga**; 41 em **Avaré** e 19 em **Capão Bonito**. Um maior detalhamento permite classificar e quantificar as agroindústrias em:

- 10 Indústrias de beneficiamento de café (Itararé: 01; Itapetininga: 04; Avaré: 04; Capão Bonito: 01);
- 01 Indústria de beneficiamento de produtos diversos (Itararé);
- 30 Indústrias relativas à pecuária: 24 de Laticínios (Itararé: 04; Itapetininga: 11; Avaré: 08; Capão Bonito: 01); 02 de Abate de animais (Avaré) e 04 de Conserva de carne (Avaré: 01; Itapetininga: 03);
- 10 Setor de bebidas: 07 de Aguardentes e outras bebidas não alcoólicas (Itararé: 02; Avaré: 05); 01 de Cerveja, chope e malte (Itapetininga); 02 de Destilação (Itapetininga: 01; Avaré: 01);
- 01 Torrefadora de café (Capão Bonito);

⁵Em 1989, o maior número de estabelecimentos da indústria de alimentos dedicava-se ao beneficiamento de café, cereais e produtos afins (48 estabelecimentos); 42 à preparação de leite e produtos de laticínios; 29 à fabricação de produtos de milho; 28 à preparação de conservas de carne e 23 à torrefação e moagem de café.

- 09 Fabricação de Produtos: 04 de Milho (Itararé: 01; Itapetininga: 01; Avaré: 02); 01 de Mandioca (Avaré); 03 de Rações e ingredientes (Avaré); 01 de Aromatizantes (Avaré);
- 01 Indústria de conserva de frutas (Itapetininga);
- 76 Indústrias ligadas ao desdobramento da madeira (Itararé: 35; Itapetininga: 15; Avaré: 10; Capão Bonito: 16).

Analisando a distribuição dos dados desagregados entre os principais municípios, pode-se dizer que o desenvolvimento industrial da região é pouco expressivo, mesmo com instalações de novas indústrias em Itapeva, Capão Bonito, Apiaí e Itararé. Das empresas existentes, destacam-se as de extração de minerais (calcáreo e cimento), as indústrias ligadas ao desdobramento da madeira - o corte, a fabricação de papel (voltada para o mercado externo) e a laminação - e as de fabricação de alimentos (decorrência da grande produção agrícola de grãos). Totalizam 07 Indústrias: 04 cimento e cal; 02 na laminação da madeira e 01 na área de papel e celulose, situadas nos municípios de Itapeva, Apiaí, Capão Bonito e Itararé (SEPLAN, 1991).

Estudo realizado por LIBÓRIO (1994) aponta que na economia regional, além dos produtos agropecuários, também merecem destaque as atividades ligadas à silvicultura compreendendo a extração de madeira para lenha, pasta de celulose e papel e a resinagem, realizadas pelas empresas: Art Pinus Resineira, Braskraft, Itapeva Florestal, Pinara, Pinus, Plantar, Ripasa, Resineves e Ultraquímica. Adicionalmente, cite-se a presença tradicional das mineradoras que exploram calcário, carvão mineral e cobre, dentre outros minérios, citando-se: Cal Sinhá, Calsucar, Companhia de Cimento Portland Maringá, Fontes, Indústrias Votorantim, Mineração Itapeva, Lufra, Pluma, Santana, São Judas e Talkita.

O setor secundário é implementado, em grande parte, pela produção de papel e celulose - com destaque para a Sguário - e pela indústria madeireira - tendo levado inclusive à criação de um distrito industrial voltado exclusivamente para a instalação de

serralherias em Itararé. Dentre as madeireiras tem-se: América, Cotril, Eucatex, Espinho, Ibitipinus, Ito, Javame, Lafer, Marquesa, Menck & Plens, Oeste de Itararé, Rhoden, São Jorge, Semavi, Vale Conchas e Vila Beca.

A atividade industrial inclui, além da transformação de produtos florestais e alimentares, alguns outros estabelecimentos inscritos nos cadastros municipais como: indústria química, editorial e gráfica, material elétrico, eletrônico e de comunicação, de material de transporte, curtume e fabricação de artefatos de couro, da construção civil, etc.

A industrialização regional não produziu na agricultura o dinamismo endógeno característico da expressão da agroindústria, o que levou ao desenvolvimento de uma agropecuária na qual tem destaque a produção de alimentos, tanto grãos como hortícolas, voltadas ao mercado doméstico.

Embora predomine a atividade agropecuária na região, a proporção de propriedades atendidas com eletrificação rural é de apenas 28%, um indicador baixíssimo se comparado com o restante do Estado (44%). Tal fato dificulta bastante o uso de técnicas agrícolas modernas de cultivo, a prática de irrigação, secagem e ensilagem de grãos, dentre outras (SEPLAN, 1991). Isto também deixa de proporcionar conforto e bem-estar à população que vive no campo.

Adicionalmente, há que se destacar uma carência clara na estrutura de comercialização da produção agrícola regional, já que a estrutura de estocagem é bastante pequena relativamente à grande produção de grãos (362.071 toneladas em 1989). Há carência de armazéns oficiais ou comunitários, existindo apenas 05 silos, 12 depósitos e 17 armazéns, viabilizando uma estocagem de somente 40 mil toneladas de grãos.

Na Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Sorocaba, à qual pertence o Sudoeste paulista, em 1989 o armazenamento estático de grãos tinha capacidade de 329.224 toneladas, sendo 72,2% em instituições oficiais e 27,8% em particulares. Segundo estudos de NOGUEIRA JR. et al. (1989), nas Delegacias Agrícolas da DIRA de

Sorocaba, que compreendem os municípios estudados, haveria possibilidades de implantação de armazenagem a granel nos municípios de: Itararé, Itapeva, Avaré, Itapetininga e Buri, em função da produção potencial de grãos.

Hoje, os produtores de grãos ficam a mercê de atravessadores e/ou competem em desigualdade de condições no mercado, na concorrência de preços agrícolas, em especial, daqueles de produtos mais perecíveis, como os hortigranjeiros. A situação se agrava ainda mais para os pequenos produtores que não têm condições de transporte para comercializar sua produção (NOGUEIRA et al., 1998).

Com base nos dados do Censo Agropecuário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, também conhecido como Projeto LUPA (Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola) publicado em 1997, é possível observar o atraso relativo dos municípios que compõem a região Sudoeste paulista, que vão desde a infra-estrutura do campo até indicadores que tratam do uso do crédito rural, de assistência técnica, de tecnologias de produção, nível educacional dos produtores rurais, etc. (Tabela 2.4).

Nas Unidades de Produção Agrícolas (UPAS) da região Sudoeste – incluindo o conjunto dos 23 municípios da área de estudo – as análises relativas ao uso de energia elétrica residencial apontam que 59% se utilizam contra os 73% encontrados para o Estado; a comunicação telefônica é realizada em 6% das UPAS da região sendo que no Estado esse valor passa para 16%; apenas uma pequena parcela utiliza o crédito rural na região (10%) relativamente aos 15% do total estadual. A falta de recursos financeiros, o grande número de propriedades que trabalham em sistemas familiares de produção e o grau de instrução dos proprietários – cerca de 37% têm apenas o primeiro grau incompleto contra os 21% das UPAS do Estado - deixa transparecer sua relativa dificuldade em adotar o uso de tecnologias mais modernas e/ou adequadas em suas propriedades: na exploração de **produtos vegetais** 30% das UPAS do Sudoeste fazem análise do solo, 36% utilizam a calagem, 15% aplicam adubos orgânicos ou verdes e 32% se preocupam com a conservação do solo contra os 44%, 51%, 31% e

Tabela 2.4
Indicadores Selecionados dos Municípios Pesquisados , Região Sudoeste,
Estado de São Paulo, 1997 (LUPA)

Indicadores	Número de UPAS	% em relação ao total de UPAS (Sudoeste)	% em relação ao total de UPAS ² (Estado)
Produtor faz parte de Cooperativa	2.239	15	37
Produtor faz parte de Associação	1.085	7	19
Produtor faz parte de Sindicato	2.778	19	31
Não utiliza Assistência Técnica	7.811	54	39
Utiliza Assistência Técnica Governamental	4.922	34	31
Utiliza Assistência Técnica Privada	722	5	15
Utiliza Assistência Técnica Gov. /Privada	948	6	15
Dispõe de Comunicação Telefônica	826	6	16
Utiliza Crédito Rural	1.455	10	15
Utiliza Escrituração Agrícola	2.259	16	28
Dispõe de Energia Elétrica Residencial	8.549	59	73
Dispõe de Energia Elétrica para Agricultura	4.003	28	44
Utiliza Computador na Agropecuária	239	2	4
Análise do Solo	4.189	29	44
Faz Calagem	5.254	36	51
Utiliza Adubação Orgânica/ Verde	2.252	16	31
Utiliza Práticas de Conservação do Solo	4.582	32	53
Utiliza Semente Melhorada	8.189	57	46
Utiliza Plasticultura	296	2	2
Utiliza Inseminação Artificial	222	1	2
Utiliza Confinamento Bovino	195	1	3
Utiliza Pastejo Intensivo	3.551	25	16
Utiliza Mineralização	7.641	53	59
Utiliza Vermifugação	8.231	57	61
Proprietário dem Instrução Completa	5.272	37	21
Proprietário Antigo Primário Completo	5.620	39	38
Proprietário com 1º Grau Completo	1.291	9	11
Proprietário com 2º Grau Completo	995	7	11
Proprietário com Superior Completo	1.225	8	19
Familiares do Proprietário que Trabalham na UPA	31.574	283	
Trabalhadores Permanentes	17.877	326	
Proprietário que Reside na UPA	6.733	47	30
Upas com Arrendatário	2.019	14	18
Upas com Assentamento	1.027	7	
Upas com Trabalhadores Temporários	5.192	36	43
Upas Estendem por mais de um Município	218	1	2

(1) UPAS : Unidades de Produção Agrícola.

(2) % em relação ao Estado de São Paulo.

Fonte: Dados originais do LUPA (Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola do Estado de São Paulo). PINO, FRANCISCO e TORRES, 1997.

53%, respectivamente, das UPAS estaduais, ou seja, um número bastante reduzido para os padrões paulistas. Já o uso de semente melhorada (em 57%) supera o do Estado (46%). Na **pecuária** é menor a defasagem do Sudoeste relativamente ao Estado no tocante ao uso de mineralização e vermifugação do gado, onde cerca de 50% das UPAS essa tarefa muito próximos dos 60% do total estadual.

Os dados também indicam o baixo grau de associativismo dos produtores do Sudoeste relativamente ao total regional de UPAS e ao do Estado – embora neste último também deixe a desejar: apenas 15% fazem parte de cooperativas, menos da metade do valor encontrado para o Estado (37%); 7% estão associados a algum tipo de organização de produtores o que contrasta com os 19% estadual e 19% são sindicalizados *vis a vis* os 31% do total paulista.

Quanto à infra-estrutura a disponibilidade de serviços públicos precários e/ou reduzidos para o atendimento das necessidades da população, são alguns dos indicadores das disparidades regionais. Outros como os sócio-econômicos que apontam a exclusão econômica e social – da terra, do emprego, do acesso ao mercado, aqueles relativos à renda per capita, mortalidade infantil, escolaridade – reforçam as diferenças interregionais ou são os próprios reflexos do abandono a que uma região pode ser legada.

2.2.2. Perfil Sócio-Demográfico

Ao lado das regiões industrializadas, com enorme dinamismo subsistem outras quase completamente dependentes do setor agropecuário e “que ficam a espera de que alguma coisa de fora aconteça para impulsionar seu desenvolvimento”. Responsável por 36% do Produto Interno Bruto (PIB) e pelo maior parque industrial do país, o Estado de São Paulo apresenta contrastes surpreendentes entre suas regiões, as discrepâncias são incompatíveis com o segundo orçamento da União (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1998). O perfil sócio-demográfico do Sudoeste paulista ilustra bem esse panorama.

Enquanto que a taxa de urbanização do Estado de São Paulo em 1990 correspondia a 88,6%, na região Sudoeste se situava em 51,3%. Por outro lado, a mão-de-obra ocupada no setor primário era de 53,6% e a produção desse mesmo setor de 26,5% na região, o que contrasta com os valores do Estado: 11,3% e 3,1% respectivamente.

O Sudoeste é conhecido principalmente por seus indicadores sócio-econômicos de pobreza (Tabela 2.5).

De acordo com dados relativos a 1991(SEADE, 1993): 54,4% da população percebiam até 2 salários mínimos mensais de **renda familiar** contra 20,9% da população do Estado; a **renda per capita** é de US\$ 800,00 anuais, três vezes menor que a média do país, e bastante próxima das regiões mais pobres do Nordeste. Os **chefes de domicílios que recebiam até dois salários mínimos** chegavam a 68,2% no Sudoeste (RG de Itapeva) enquanto que na RA de Campinas, para a mesma classe de rendimento, era de 33,0%, em Ribeirão Preto, 31,5% e no Estado de 38,1%. A **taxa de mortalidade infantil** na RG de Itapeva era de 44 por mil crianças vivas com valores superiores ao do Estado de 27 por mil nascidos, de Ribeirão Preto (18 por mil) e de Campinas (19 por mil nascidos). Os valores encontrados para essa taxa nos 23 municípios do Sudoeste variaram de 78 por mil em Nova Campina e 69 por mil em Ribeirão Branco até 15 por mil em Barra do Chapéu e 8 por mil nascidos vivos em Coronel Macedo. A **taxa de evasão** do 1º grau correspondia a 11,0 % sendo que para o Estado atingia 10,0%, em Sorocaba 11,5%, em Campinas e Ribeirão Preto chegava 9,8% e 11,4%, respectivamente e Registro 13,6%. A **taxa de analfabetismo** em 1991, para a população residente de 50 anos ou mais, registrava 18,0% no RG de Registro praticamente igual aos 18,6% no Sudoeste, porém maior que os 10,4% das RAs de Campinas e Ribeirão Preto e dos 10,2% do Estado. Quanto à **número médio de anos de estudo dos chefes de domicílios** era de 4,8 anos no Sudoeste, valores Estado ⁶.

⁶Esse indicador que mede a disponibilidade de recursos hospitalares existentes, tem como valor aceitável estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de 4,5 leitos por mil habitantes. Embora menor que o parâmetro definido, o Estado de São Paulo está muito próximo do desejável, ao passo que o Sudoeste encontra-se numa posição baixíssima.

Tabela 2.5

Principais Indicadores Sócio - Demográficos da Região do Sudoeste Paulista e das Regiões de Governo e Principais Regiões Administrativas, 1991

(continua)

Municípios	Taxa de Analfabetismo ¹	Anos médios de Estudo	Matriculas no Ensino Fundamental	Taxa de Evasão ⁴	Rendimento do Chefe de Domicílio ⁵
Apiáí	19,82	3,56	7.756	14,57	73,57
Barão de Antonina	21,25	3,49	686	14,94	77,87
Barra do Chapéu	-	-	-	-	-
Bom Sucesso	-	-	-	-	-
Buri	18,08	3,90	2.815	13,15	66,36
Capão Bonito	18,79	3,87	10.194	10,02	65,42
Coronel Macedo	21,53	3,19	1.116	11	76,33
Guapiara	21,92	3,13	3.736	12,62	77,03
Iporanga	27,92	3,01	1.153	19,36	66,05
Itaberá	17,02	3,52	3.396	12,24	71,50
Itaí	18,39	3,84	3.303	13,93	65,61
Itaóca	-	-	-	-	-
Itapeva	16,22	4,52	16.355	12,61	61,74
Itapirapuã Paulista	-	-	-	-	-
Itaporanga	21,91	3,69	3.841	10,43	73,62
Itararé	15,21	4,31	8.498	11,03	64,57
Nova Campina	-	-	-	-	-
Ribeirão Branco	27,16	2,56	3.717	17,97	81,87
Ribeirão Grande	12,21	5,01	-	-	-
Ribeira	25,54	2,80	1.686	14,78	82,23
Riversul	23,14	3,14	2.022	12,92	81,26
Taquarituba	18,33	4,07	3.429	14,11	66,85
Taquarivaí	-	-	-	12,61	-
RG Avaré	15,94	4,67	43.305	13,1	59,36
RG Itapeva	18,63	3,68	61.328	12,72	68,17
RA Campinas	10,38	6,27	830.034	9,79	33,01
RA Registro	18,03	4,43	55.506	13,61	45,91
RA Ribeirão Preto	10,38	6,27	168.545	11,44	31,46
RA Sorocaba	12,76	5,28	399.614	11,51	45,91

(1)Corresponde à população adulta

(2)Correspondem aos anos médios de estudo do chefe de domicílio

(3)Correspondem às matriculas iniciais no ensino fundamental

(4)Corresponde à taxa de evasão do ensino fundamental na escola pública

(5)Corresponde ao rendimento mensal até 2 salários mínimos do chefe de domicílio

Tabela 2.5

Principais Indicadores Sócio - Demográficos da Região do Sudoeste Paulista e das Regiões de Governo e Principais Regiões Administrativas, 1991

(conclusão)

Municípios	Leito Hospitalar ⁶	Leitos (Coeficiente)	Taxa de Mortalidade	Taxa de Mortalidade Infantil ⁷
Apiáí	66	1,88	7,58	19,35
Barão de Antonina	32	10,55	7,07	-
Barra do Chapéu	-	-	6,19	15,50
Bom Sucesso	-	-	4,78	66,67
Buri	23	1,61	7,82	72,46
Capão Bonito	144	2,74	7,91	42,68
Coronel Macedo	-	-	6,72	8,06
Guapiara	-	-	7,23	57,69
Iporanga	14	3,03	6,97	26,09
Itaberá	48	2,68	6,7	34,78
Itaí	42	2,37	7,9	27,91
Itaóca	-	-	8,5	30,93
Itapeva	350	4,29	7,89	49,14
Itapirapuã Paulista	-	-	25,97	43,02
Itaporanga	60	4,15	9,55	60,73
Itararé	105	2,38	8,12	44,85
Nova Campina	-	-	7,42	77,78
Ribeirão Branco	-	-	6,37	68,72
Ribeirão Grande	-	-	5,42	29,63
Ribeira	-	-	8,24	21,74
Riversul	20	2,12	8,14	32,26
Taquarituba	74	4,00	7,06	35,20
Taquarivaí	-	-	8,21	39,60
RG Avaré	824	3,76	7,85	28,42
RG Itapeva	770	2,53	7,54	44,31
RA Campinas	13.893	3,17	6,59	19,51
RA Registro	575	2,54	7,03	25,80
RA Ribeirão Preto	2.993	3,35	6,81	17,83
RA Sorocaba	6.165	3,07	7,22	28,07

(6)Corresponde ao número de leitos gerais disponíveis.

(7)Correspondem ao número de óbitos por 1.000 crianças nascidas.

Fonte : SEADE , São Paulo em Dados , 1998.

contrastantes aos 6,3 anos encontrados para a RA de Campinas, 5,3 anos em Sorocaba, 4,4 anos em Registro e 6,3 anos em Ribeirão Preto. O número de leitos em hospitais equivalia a 2,5 por mil habitantes no Sudoeste contra 4,1 por mil para o Estado. Esses indicadores deixam claro as precárias condições de vida da população residente e os marcantes quadros de exclusão de boa parte do povo do Sudoeste paulista.

2.2.3. População Regional

- **Região Administrativa de Sorocaba⁷**

A população total do Estado de São Paulo, por força de forte imigração estrangeira ao final do século passado e início do atual e, mais recentemente de contingentes oriundos de outros estados do país, tem apresentado tendência crescente. O desenvolvimento industrial e agrícola que se verificou a partir da década de 1950, estimulou sobremaneira essa expansão. SINGER (1971) aponta que também o crescimento acelerado da população tomou possível a expansão do povoamento bem como o próprio processo de industrialização, levando ao desenvolvimento de algumas regiões.

O Estado de São Paulo apresentava em 1940, maior contingente populacional em áreas rurais de 56% em contraposição aos 44% dos residentes nas áreas urbanas. A partir dos anos 50 houve uma inversão da situação, passando a população urbana (53%) a ser mais numerosa do que a rural (47%). Nos anos 80 praticamente 90% da população vivia nos centros urbanos e já na década de 1990 estima-se em apenas 5% a população na zona rural. Hoje essa cifra não deve chegar a 3,0%. No período de

⁷Optou-se pela análise da RA – à qual pertencem os municípios do Sudoeste – pela maior disponibilidade de dados e por permitir uma análise da série histórica acompanhando sua evolução por um período maior tempo, o que permitiu relacioná-la ao Estado num mesmo período, enriquecendo os resultados.

1980/91, o ritmo de crescimento da população urbana foi superior ao da população total: 2,55 %, enquanto que a rural registrou taxas negativas de crescimento no Estado: -2,0%. A taxa de crescimento da urbanização da Região Administrativa (RA) de Sorocaba, apesar de ter se elevado desde a década de 1940, encontra-se bem abaixo da média do Estado. Entre 1940 e 1950 a RA apresentava uma taxa geométrica de crescimento da população urbana de 6,9% passando para 5,4% entre 1950/60, para 5,0% de 1960/70 e para 2,3% entre as décadas de 1970 e 1980, contra os 4,5% do Estado.

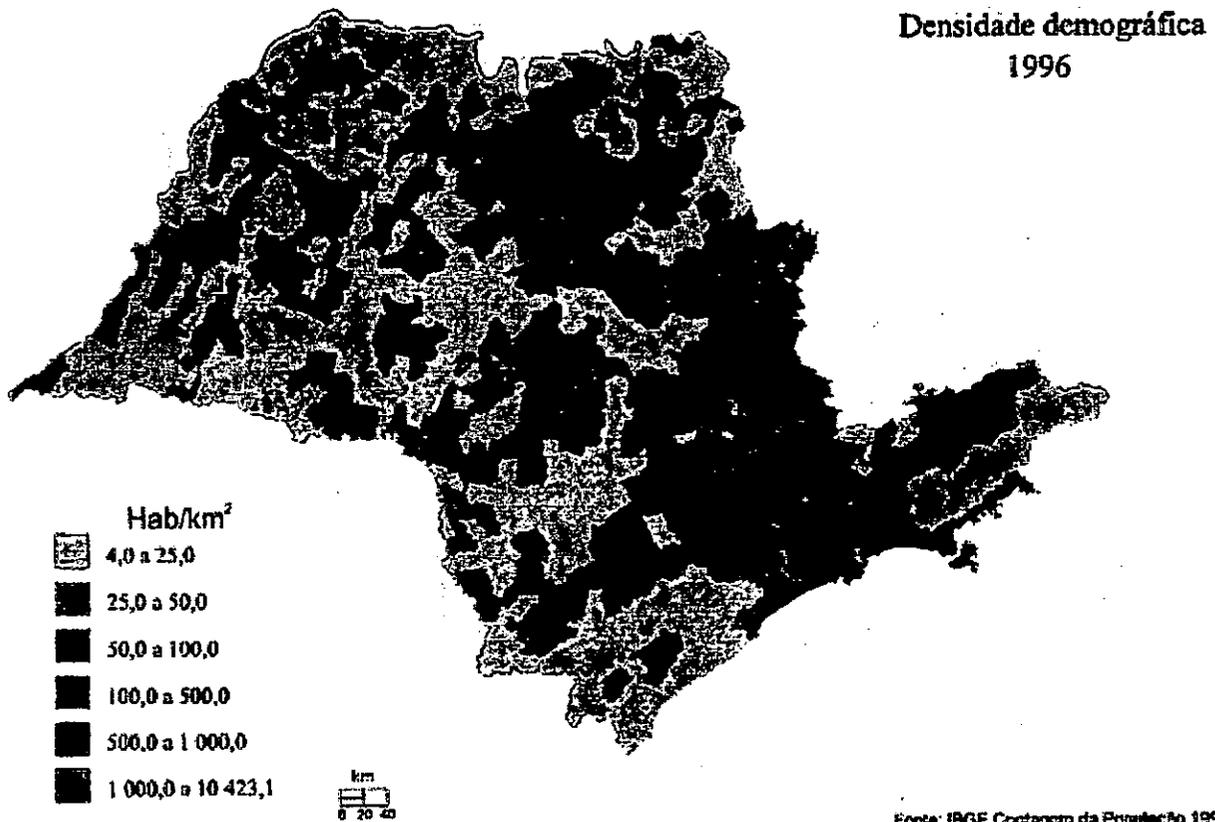
Em 1970 a RA de Sorocaba contava com aproximadamente 642 mil habitantes - 58% da população em centro urbano - passando para uma taxa de urbanização de 71,5% em 1980 e de 79,1%) em 1991, devido à emigração de outras regiões paulistas. No Estado, em 1980 essa taxa era de 88, 6% e em 1991 de 92,8%. A RA de Sorocaba também registrava diminuição da população rural no período, embora ainda contesse com um grande contingente (21,0 %) quando comparado com a média estadual da década de 90.

- **Região Sudoeste**

Em 1980 essa região abrigava um total de 313.932 indivíduos, passando para 364.387 em 1991. A população total estimada dos municípios da região Sudoeste do Estado de São Paulo para 1996 era de 372.045 habitantes, com 224.786 na zona urbana e 147.437 na zona rural (Figura 2.3).

O crescimento populacional regional, entre 1980 e 1991, foi baixo se comparado com o média estadual, da ordem de 1,3% para o período, abaixo dos 2,1% encontrados para São Paulo e 2,6% para a Região Administrativa de Sorocaba. No período, a taxa geométrica anual de crescimento populacional do Sudoeste variou muito entre seus municípios, apresentando desde taxas negativas de crescimento de -2,4 % em Barão de Antonina e de -1,7% em Riversul até altos valores positivos em grande parte dos

Figura 2.3 : Densidade Demográfica, Estado de São Paulo, 1996



Fonte: IBGE Contagem da População 1996.

municípios: 3,0% em Ribeirão Branco, 2,5% em Apiaí e 2,0% em Itapeva e Buri. Esse indicador aponta para fortes movimentos populacionais tendentes à concentração regional e, ainda, a um desenvolvimento desigual. O ritmo de crescimento da população rural da região (3,5%) foi bem superior ao da população total de 1,7%, enquanto que a população urbana apontou uma queda de 0,3%.

A tendência à urbanização, quando se compara dados demográficos de 1991 com 1980, é observada em Itararé, Capão Bonito, Taquarituba, Itapeva e Itaí - com percentuais acima de 65%, com destaque para Itararé que, em 1991, concentrava 84% de sua população na área urbana contra os 64% em 1980. Buri também apresentava elevada taxa no período - apesar de ser considerado um município pequeno em termos de população - atingindo 62% em 1991. Apesar disso, grande parte da população ainda se localiza na zona rural, o que mostra a tendência acerca da atividade econômica regional, com predomínio do setor primário.

Segundo o censo demográfico de 1991, dos 23 municípios que compõem a região a maioria - 14 deles - concentra mais de 50% da população no campo. As cidades de Apiaí, Guapiara, Ribeira, Riversul, Ribeirão Branco e os novos municípios (emancipados em 1991) levam a região à taxa de urbanização muito abaixo da do Estado de São Paulo (92,8%) e também daquela encontrada na Região Administrativa de Sorocaba (79,8%) e da Região de Governo de Itapeva (61,3%). Apenas os municípios de Itapeva, Capão Bonito e Itararé, têm uma taxa de urbanização relativamente alta com relação aos demais, conforme foi anteriormente citado. Os municípios de Guapiara, Ribeirão Branco, Ribeira e Iporanga apresentam características tipicamente rurais, com valores superiores a 65% da população no campo. Hoje, a situação não é muito diferente. Apenas alguns (poucos) municípios acompanharam a tendência estadual, caso de Itararé, Capão Bonito e Itapeva, a partir de 1970.

A razão dessa predominância "rural" se deve à concentração de cultivos de produtos alimentares tradicionais de pouca mecanização, baixa tecnologia e, portanto, com grande utilização de contingente humano, ainda que representem empregos sazonais de baixos salários.

Analisando-se as tendências de crescimento populacional em cada região de governo do Estado de São Paulo tem-se que grande parte das regiões de governo situadas a leste do Estado - Campinas, Santos, Jundiaí, por exemplo - apresentou altas taxas líquidas de migração na década de setenta, reduzindo-se bastante a intensidade no período 1980/91. Ao contrário, as RG de Itapeva e de Registro, mais ao Sul do Estado, mostraram na última década, taxa líquida de migração negativa.

Em ambos os períodos essas as taxas de crescimento populacional ficaram abaixo daquelas observadas para as demais RGs da Região Administrativa de Sorocaba e do próprio Estado. Esse indicador aponta um esvaziamento demográfico relativo da região, o que pode ser resultado da desaceleração de seu desenvolvimento. A mobilidade da população rural, aparece como o único recurso contra as condições adversas. Um aspecto relevante é que o êxodo do meio rural atingiu principalmente o contingente de jovens, por falta de oportunidades de trabalho e de escolaridade, levando à perda potencial da principal força de trabalho.

O crescimento demográfico regional entre os municípios tem sido desigual, em razão de um concomitante crescimento econômico heterogêneo e da falta de esforço governamental, que procure expandir e aperfeiçoar programas de educação, de saúde e de saneamento do meio rural e urbano, visando a redução das disparidades e seu desenvolvimento.

A região de Sorocaba é uma das maiores do Estado em termos geográficos, com grande concentração industrial em torno do município de Sorocaba e apresenta áreas tipicamente agrícolas ao sul, com destaque para a produção de cereais componentes da cesta básica, principalmente o feijão, milho e arroz. Há uma aparente diversificação da agricultura regional como a do feijão no Sudoeste. Compreende ainda, a região da Serra de Paranapiacaba, a principal região produtora de olerícolas e frutas de clima temperado; e áreas específicas ocupadas com reflorestamento, cana-de-açúcar, suinocultura e pecuária de corte e de leite dispersa por toda a região. A especialização é, portanto, uma característica sorocabana.

As principais culturas regionais são destinadas à alimentação não sofrendo em geral processos de transformação (MARTIN et al., 1991). O feijão que se transformou na principal atividade econômica da região de Sorocaba, transformando-a na maior produtora estadual (concentrou 38,4% da área cultivada e 34,4% da produção, na safra 1992/93) e situando-a entre as principais regiões fornecedoras de feijão das águas e da seca do país, com 2,7% da área e 4,8% da produção, o que provocou mudanças na dinâmica local. Hoje o feijão representa cerca de 50,0% da área e quase 60,0% da produção do Estado⁸.

A despeito disso, a agricultura do Sudoeste paulista não se transformou num complexo produtivo e nem evoluiu com agroindústrias ou grandes cooperativas, de modo a participar ativamente do agribusiness brasileiro. Tal processo poderia ter-lhe legado uma força mais dinâmica, a exemplo do que ocorreu com o moderno setor agrícola paulista.

A concentração da terra é elevada na região Sudoeste do Estado de São Paulo; existe uma estrutura agrária extremamente desigual no tocante à propriedade da terra, certamente fruto histórico de uma ocupação do solo, sem nenhuma transformação estrutural do seu sistema agrário, ao longo do tempo. A região sempre se manteve marginal às mudanças econômicas operadas no Estado permanecendo pouco integrada ao processo de acumulação.

Sua economia, baseada na agropecuária especialmente destinada ao consumo interno, conta com atividade pecuária bovina mista e extensiva de pouca expressão estadual. É representada por um grupo de culturas anuais como feijão, milho, tomate, batata, arroz, etc. e diversas hortícolas e além de algumas atividades perenes: particularmente fruticultura de clima temperado e reflorestamento.

A análise ainda que parcial da dinâmica regional, dos indicadores sócio-

⁸É importante realçar que a cultura do feijão, mesmo mecanizando quase todo o processo produtivo, mostra um gargalo tecnológico à expansão em grandes áreas de forma geral: a colheita ainda exige um contingente elevado de mão-de-obra e mesmo com o plantio planejado, a maturação se dá num processo contínuo e provoca uma necessidade improrrogável de realizá-la sob pena de elevadas perdas. Esse fato constitui um empecilho à uma elevação indiscriminada da área de lavoura (GONÇALVES et al., 1990).

demográficos e da ocupação do solo, deixam antever uma região paulista bastante contrastante com a maioria das regiões do Estado. Todavia, as disparidades entre economias não decorrem só de fatores econômicos, mas também de diversidades nas matrizes culturais e das particularidades históricas. Sobre esse quadro, aliado à sua integração histórica no conjunto do Estado será possível delinear como foi moldada a organização atual do espaço regional do Sudoeste.

Capítulo 3: Antecedentes Históricos

Para se conhecer e avaliar as características espaciais e as inter-relações sócio-econômicas que enfatizam o atraso relativo da região Sudoeste do Estado de São Paulo - principal objetivo da pesquisa – uma das hipóteses formuladas é de que a população trabalhadora está inserida num espaço regional determinado pela própria forma como se deu o seu processo inicial de ocupação, envolvido pela dinâmica maior da acumulação capitalista.

A integração sócio-econômica dessa região só pode ser compreendida com a necessária contextualização da sua relação com o desenvolvimento do país e, em particular, do Estado de São Paulo.

A economia estadual paulista, historicamente se desenvolveu de forma concentrada e com grandes desequilíbrios populacionais, na produção, nos mercados, no emprego e na renda constituindo regiões com grandes contrastes de desenvolvimento.

É dentro desse contexto que se quer considerar o caso da região sudoeste do Estado de São Paulo. Para esse fim, procura-se apresentar uma análise, ainda que sucinta, da evolução histórica do Estado de São Paulo, da região de Sorocaba – da qual originaram os 23 municípios do estudo – e da fundação desses municípios.

Também são contempladas análises sobre a estrutura fundiária regional no passado e no presente.

3.1. Colonização e Evolução Histórica Paulista

A colonização de um território, da qual decorre a sua ocupação e a distribuição de contingentes populacionais, pode ser associada a fatores geográficos e a fatores

estruturais como determinantes e condicionantes da fixação da população.

De acordo com estudos realizados no Estado de São Paulo e particularmente na região sudoeste, o processo histórico de ocupação desse espaço se deu de forma semelhante ao observado para o resto do país. Em termos históricos, o destino da região esteve sempre ligado às ocorrências observadas no espaço dominante, centrado na área de abrangência da cidade de Sorocaba – a partir da qual surgiram os diversos municípios que compõem o atual sudoeste – decorrendo daí a importância de se fazer algumas considerações sobre ela.

Durante grande parte do período colonial, o planalto paulista de Piratininga viveu numa situação de isolamento em função de suas características físicas, que dificultavam sua ligação com o litoral – a partir de São Vicente – e, conseqüentemente, a comunicação com a metrópole e com as outras regiões do país. Por conta disso, o interior das terras descobertas pelos portugueses criou para si uma configuração sócio-econômica bastante especial dentro da sociedade brasileira. A área paulista se constituía de pequenas propriedades, com agricultura de subsistência, policultura, atividades econômicas vinculadas ao apresamento indígena, com uma sociedade muito pobre, com pouca ligação com a vida cultural, um nomadismo imposto pelas atividades a que se dedicou, espírito de aventura, arrojo e tenacidade do grupo de bandeirantes (Ellis Jr., 1926, apud MATOS, 1974), longe da opulência que assinalou o Nordeste do açúcar, onde tudo se relacionava com o reino.

Situação que levou São Paulo a permanecer, por longo tempo, quase numa autarquia econômica, psicológica, étnica e social, etc., arrefecendo-se apenas em meados do século XVIII, como conseqüência do descobrimento do ouro (MATOS, 1974). A mineração, segundo Ellis Jr. (1926 apud MATOS, 1924), representou uma verdadeira “sangria” na população do Planalto de Piratininga com a corrida para os centros onde o ouro fora anunciado e onde os paulistas se instalaram, dando origem às várias cidades.

O povoamento do Estado se fez muito lentamente nos dois primeiros séculos do

país, chegando apenas a pouco mais de cem quilômetros de São Paulo com a fundação de Itu (1610), Jundiá (1615), Taubaté (1636), Sorocaba (1661)¹, Parnaíba (1665) e Atibaia (1665), algumas “aldeias” indígenas que com o tempo se transformariam em freguesias, vilas e cidades, numa característica bem paulista de povoamento, fruto de seu isolamento, com forte influência dos costumes indígenas até na toponímia e no fato de a própria língua tupi ser falada tanto quanto a portuguesa (MATOS, 1974).

As bandeiras que saíram do Planalto de Piratininga nos séculos XVI e XVII em busca de índios e de ouro, penetraram no interior pelos rios Tietê, Paraná e Parnaíba do Sul e, no final do século XVII chegavam às regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso – facilitando a penetração dos paulistas e a formação de novos núcleos povoadores no interior de São Paulo e no extremo-oeste do Brasil. O povoamento e conseqüente desenvolvimento das regiões de mineração, tomaram-nas capitânicas autônomas destacadas de São Paulo, que passou a compreender apenas o atual território do Estado de São Paulo e mais o Paraná – até 1853, quando este também se tornou província autônoma.

Durante o século XVIII tanto o ciclo paulista da cana-de-açúcar como a atividade tropeirista vão caracterizar a vida econômica de São Paulo implicando em importantes alterações no sistema de transporte e comunicações. Foi graças ao Governo de Morgado de Mateus que a lavoura canavieira se tornou um empreendimento visando ao mercado mundial e o comércio de muares deslanchou, readquirindo a Capitania sua autonomia administrativa, levando-a a incrementar sua economia que jazia numa grande pobreza (PETRONE, 1968). Foi a cana que permitiu a obtenção de capitais e mão-de-obra para o posterior aumento gigantesco da cafeicultura e a conquista dos sertões do oeste paulista (ELLIS JR., 1926 apud MATOS, 1994).

¹A vila de Sorocaba foi efetivamente criada em 03 de março de 1661, depois de duas fracassadas tentativas: em 1599, em Itapema, denominada de vila de Nossa Senhora de Monte Serrat e em 1609 em Itavovu, com a extinção quase que total da primeira, aglutinando populações há tempos instaladas em seus arredores. Contudo, ALMEIDA (1939) chega a firmar que desde 1645 já existia um povoado no lugar onde viria a ser instalada Sorocaba.

No século XVIII já partiam de São Paulo as expedições comerciais que utilizavam tanto as vias fluviais como as terrestres, transportando mercadorias para abastecer as zonas mineradoras – as chamadas monções – surgindo com elas uma nova atividade econômica para os paulistas, que favorecia o crescimento do comércio. Aí começa a importância do papel da região de Sorocaba e, conseqüentemente, do Sudoeste na história paulista. Mas também consegue se delinear o avanço de outras regiões do Estado com o açúcar e, posteriormente, com o binômio café-ferrovia.

Com duração relativamente pequena, o “ciclo do açúcar paulista” que vai de fins do século XVIII até meados do século XIX, liga historicamente o período de bandeirismo (de apresamento e mineração) ao do café. A exploração açucareira promoveu o povoamento do primitivo Oeste paulista, primeira atividade econômica mais importante da Província de São Paulo, ligando-a ao mercado internacional. Levou à criação de núcleos urbanos e à diversificação dos sistemas viários², sendo a primeira área produtora da Capitania uma parcela do território situada a Oeste da capital.

A ocupação das terras da região Oeste de São Paulo, a partir da segunda metade do século XVIII, se deu com a compra ou concessão de sesmarias e sua subdivisão, chamado por ELLIS (1961) de “feudos patriarcais paulistas” entre 1847-1857, nas áreas de Jundiaí, Campinas, Limeira, Piracicaba, Rio Claro e Pirassununga, como produtores de açúcar. A origem dessa riqueza foi o capital acumulado no comércio com as minas, o bandeirismo e o tropeirismo, vários casos de negociantes enriquecidos com o comércio e com o transporte (SAES, 1981), embora PETRONE (1968) defenda a hipótese de que a maioria desses capitais tivesse origem na própria atividade açucareira, já que em seu início quase não se empata capital para compra de terras ou de instalações (modestíssimas) e trabalhando com número reduzido de escravos.

Apesar de não ter sido tão importante quanto no Nordeste ou no Rio de Janeiro, o “ciclo do açúcar” deu início, em São Paulo, a um verdadeiro processo revolucionário,

²Em 1792 foi concluído importante melhoramento no caminho que ligava a cidade de São Paulo ao porto de Santos – a calçada de Lorena - resolvendo em parte um grande problema para a comercialização do produto, que era o transporte (SEMEGHINI, 1988).

estabelecendo-se como lavoura de cunho comercial, apoiada pelo trabalho escravo, firmando-se como estrutura agrária e, depois, passando a sustentar por longo tempo a produção cafeeira (HOLANDA, apud PETRONE, 1968). O auge da produção de açúcar ocorre por volta de 1850, sendo então superada pela produção e exportação cafeeira³.

O cultivo cafeeiro fluminense acabou sendo estimulado por uma série de acontecimentos ocorridos no período. A concorrência do açúcar das Antilhas e do açúcar de beterraba americano no comércio externo, o declínio do ouro das Minas Gerais, a franca expansão da navegação marítima, a elevação do preço do café no mercado internacional devido à queda do suprimento de produto pelo Haiti (maior produtor e exportador, envolvido em prolongada guerra pela independência) e ao aumento de consumo da bebida pelos europeus⁴ e norte-americanos, beneficiaram os concorrentes – no caso o Brasil – que por volta de 1790 também avançava pelo Vale do Paraíba paulista e pela Zona da Mata, em Minas Gerais (entre 1791 e 1798). No Centro-Oeste de São Paulo as plantações de café datam de 1830 em Campinas, estendendo-se para Limeira, Rio Claro, São Carlos até os campos de Araraquara. Caminhava para se tornar, desde 1840, o principal item na pauta das exportações do Brasil para a Europa e Estados Unidos. Em 1890 alcançava o Nordeste paulista chegando a Ribeirão Preto⁵.

³ Nos princípios do século XVIII já era grande aceitação do café pelos europeus que o importavam do Haiti – colônia francesa - como uma bebida exótica, rara e cobiçada. Porém mesmo tendo chegado ao Brasil em 1727, só foi cultivado como ornamento de jardim e, no máximo para consumo caseiro; vindo do Norte para o Sul do país chegou ao Rio de Janeiro por volta de 1776. Os senhores de engenho de açúcar fluminense, mesmo com o incentivo das autoridades - criando condições favoráveis ao plantio e acenando com a importância do produto comercial - não se dispunham a plantar o nova cultura de café (MARTINS, 1990).

⁴ Naquele momento a Europa vivia em plena Revolução Industrial, não estando mais interessada em dedicar-se à agricultura de exportação. Especialmente a França e a Inglaterra destinavam sua força de trabalho para servir à indústria, procurando exportar suas mercadorias e investir em ativos financeiros que propiciavam altos lucros. Impunham à suas colônias da América a produção agrícola para que suprisse o mercado europeu. A divisão internacional do trabalho acentuou-se cabendo aos países da Europa as atividades industriais e o controle das rendas; aos países periféricos, dependentes daquelas economias, restava a atividade agrícola, com mão-de-obra escrava. O Brasil, sem permissão da metrópole portuguesa de instalar fabricas, qualquer que fosse, com mão-de-obra escrava farta e grande extensão de terras favoráveis ao plantio de café, não teve outra saída (MARTINS, 1990).

⁵ O Vale do Paraíba conservava, até 1836 a primazia na produção do café, enquanto que a região de Campinas era fortemente açucareira. Vinte ou trinta anos mais tarde a situação era completamente diferente, o chamado “norte” de São Paulo decairia significativamente ao passo que o Centro-Oeste assumiria, progressivamente a

As condições de clima e solo favoráveis na região, a mão-de-obra abundante e barata – escravos e, depois imigrantes – os antigos engenhos de açúcar que serviam para o beneficiamento do café e os capitais disponíveis para investir na cultura, imprimiram um ritmo ímpar no desenvolvimento cafeeiro. Interessados em investir na lavoura, somavam-se os capitais de antigos mineradores, de comerciantes fluminenses, paulistas e mineiros – tropeiros e atacadistas urbanos, em sua maioria - de ex-senhores de engenho de açúcar e, os capitais antes empregados no comércio de escravos (depois da proibição do tráfico em 1850) que foram invertidos em terras para a cafeicultura. Tempos depois, capitais estrangeiros também foram aplicados na lavoura, levando à capitalização do próprio setor cafeeiro. Agora os capitais agro-exportadores se apresentavam fortes na economia, permitindo maiores investimentos na cultura, melhoria do maquinário, recuperação de estradas e até a inversão em ferrovias – barateando o escoamento do produto. Os lucros só aumentavam, levando à diversificação para o comércio, depois para a indústria nascente e, finalmente, para outros investimentos financeiros. As funções políticas no Império couberam aos fazendeiros proprietários de grandes plantações de café; também a chamada Primeira República se apoiava nos fazendeiros de café e os estados cafeicultores passaram a exercer o comando federal. A partir, praticamente, das fortunas advindas das lavouras de café é que se iniciaria o surto industrial moderno do país, cabendo à São Paulo a liderança (MATOS, 1974).

A economia cafeeira paulista impulsionou e foi impulsionada pela rede ferroviária⁶,

liderança econômica da Província. Hegemonia que viria a se firmar com a era ferroviária e com os movimentos de imigração e de colonização (MATOS, 1966).

⁶De 1836 a 1850 várias tentativas de construção de estradas de ferro foram frustradas. Essas se faziam às custas de vantagens, dentre outras, privilégio por quarenta anos, isenção de impostos para a importação de todas as máquinas – durante os cinco primeiros anos – cessão gratuita de terrenos necessários à estrada – se pertencessem ao governo – e o direito de desapropriação de fossem de particulares e, ainda, o prazo de oitenta anos para a concessão, findo o qual reverteria ao patrimônio nacional (BAPTISTA, 1922 apud MATOS, 1974). Em 1852, cercando as concessões de favores mais sólidos como “privilégio de zonas e garantia de juros” – como forma de atrair capitais para sua construção – autorizou-se a ligação da Corte com as capitais de Minas Gerais e São Paulo, sendo o primeiro trecho de Mauá à Estação de Fragoso, seguiu-se a ferrovia “Pedro II” (hoje Central do Brasil), dentre outras. Enquanto isso, em São Paulo alguns construtores lutavam para obter as concessões. O desenvolvimento que manifestava a agricultura em São Paulo onde, além da produção do açúcar a cultura de café começava a invadir o Noroeste paulista, levou as autoridades a se preocuparem com a construção das ferrovias, ligando litoral com o interior, até que em entre 1855 e 1860 se construiu a estrada de ferro “Santos-Jundiaí” (São Paulo Railway) . Em 1872 se inaugurava a “Cia Paulista de Estradas de Ferro” (ou, a Paulista) ligando Jundiaí a Campinas, inicialmente, com a participação de elementos exclusivamente provinciais – de fazendeiros do centro-oeste e do oeste de São Paulo. Nascia vinculada ao café a primeira estrada de ferro

que lhe possibilitava a incorporação de novas terras férteis e a utilização de máquinas de beneficiar café, reduzindo os custos de produção e ampliando as margens de lucro e o potencial de acumulação (NEGRI, 1996). A ferrovia paulista, financiada quase que totalmente com o capital de cafeicultores (porém com incentivos públicos) era duplamente lucrativa ao reduzir os custos de transporte e ao permitir bons investimentos – com altas taxas de juros – fora da atividade cafeeira.

A agricultura paulista do início do século XX, foi se tornando capitalizada e diversificada, passando a ser auto-suficiente em vários produtos e abastecendo o mercado nacional – como grande produtora de arroz, feijão, milho e batata inglesa e, também aves, suínos e bovinos de corte e leite. A migração, em massa, de homens livres e despossuídos garantiu o mercado de trabalho rural e urbano, o mercado consumidor, o surgimento precoce da agroindústria. Proporcionou ainda, o mercado de trabalho e de consumo para a nascente indústria paulista. O Estado e o país se inseriam, finalmente, na divisão internacional do trabalho.

A acumulação de capital desde a década de 1930, comandada por São Paulo, foi integrando o mercado nacional, condicionando-o a uma complementaridade inter-regional ajustada às necessidades, ditadas pela acumulação de capital daquele centro dominante (CANO, 1985).

A história econômica de São Paulo e do Brasil pode ser sintetizada com essa linha mestra.

A fisionomia paulista foi marcada, principalmente pela marcha do café. Uma cultura itinerante, que derrubava a mata, queimava a roça e esgotava rapidamente o solo, devendo, em apenas vinte anos, partir sempre em busca de terras virgens. As terras do Centro-Oeste paulista, superiores às do Vale do Paraíba, foram sendo ocupadas, mesmo que para isso os fazendeiros tivessem que enfrentar sérios problemas de geadas na região. Eram tão vantajosas e férteis essas terras que, apesar desse

tipicamente paulista. Outras ferrovias foram sendo construídas ao longo do tempo, sendo que a que menos avançava era a "Sorocabana", atingindo apenas em 1899 o município de Botucatu, com dois pequenos ramais – para Porto Feliz e para Tietê – velhas cidades ribeirinhas do histórico rio das Monções. A "era ferroviária" do país encerrou-se, praticamente em 1940 (MATOS, 1974).

risco, foram surgindo os grandes centros cafeeiros de Limeira, São Carlos, Araraquara, Descalvado, Jaboticabal e Ribeirão Preto (este último, nos finais do século XIX “se tornaria o maior centro produtor, talvez de todo mundo” (MATOS, 1974). Alargava-se, cada vez mais, a zona cafeeira de São Paulo, já que os desmatamentos reduziam o perigo e a intensidade de geadas. Transformando-se de sesmarias ou patrimônios, muitas das grandes cidades interioranas de hoje – que tiveram suas origens nas décadas de 1880-90 – esboçavam os primeiros centros urbanos.

Assim é que no período de 1870 a 1929, se estruturou a rede urbana paulista, organizada basicamente pelo traçado da via férrea (Santos-Jundiaí, Paulista, Mogiana, Sorocabana, etc.), processo articulado à expansão e ao desenvolvimento da economia cafeeira. O complexo cafeeiro exigiu a montagem de uma rede urbana no Estado de São Paulo, compreendendo um sistema de transportes ferroviário, uma rede de comércio e serviços para os trabalhadores, sistema bancário, atividades comerciais internas e de exportação e importação, infra-estrutura de portos e armazéns, atividades dos setores público e industrial. Gerou-se em paralelo, um processo de urbanização que também propiciou a expansão de alimentos e de matérias-primas, que passavam a operar com recursos próprios, fora da propriedade agrária de café. Igualmente importantes para o complexo cafeeiro foram as migrações, a disponibilidade de terras agricultáveis, o capital estrangeiro, as políticas governamentais – de valorização e defesa do café, dentre outras (NEGRI, 1996).

Na sua caminhada a lavoura do café que criou cidades, abandonou outras, povoou regiões novas que se enriqueceram e progrediram, caso do Centro-Oeste paulista que passa a assumir a liderança econômica da Província e que vai tornar Campinas – seu núcleo principal – a capital agrícola de São Paulo (MATOS, 1966). A era ferroviária ampliando a ocupação dos espaços e promovendo o desenvolvimento de muitas cidades, foi alcançar também o Nordeste do Estado, que se firmou no cenário econômico paulista.

Enquanto isso outras regiões de piores solos e clima desfavorável – casos do Sudoeste e Vale do Ribeira - nunca chegaram a cultivar o café. Não receberam os

benefícios das ferrovias, alijadas que estavam da expansão cafeeira, vivendo do cultivo de alimentos básicos, voltados ao mercado interno, sem interesse ao capital agroexportador. Portanto, representavam locais onde a ferrovia não se instava por não se sentir “segura” de encontrar frete e viajante (Sorocabana); aí as possibilidades de acumulação de capital se tornaram precárias.

Além do mais, essas regiões pouco desenvolvidas ainda tiveram que enfrentar a concorrência da agricultura comercial de alimentos de outras regiões nascentes, o que fez com que aquelas regiões mergulhassem num processo de estagnação econômica ou fossem buscar atividades alternativas, subsidiárias à cultura cafeeira, voltadas ao abastecimento interno e sem força econômica e/ou política para se firmarem no cenário brasileiro e paulista. Todos esses fatores acabaram por influir na ocupação do espaço, trazendo um quadro social diferenciado e gerando disparidades regionais históricas e, muitas vezes crônicas dentro do próprio Estado de São Paulo.

A título de ilustração ver no Anexo 2, figuras A.2.1 e A.2.2.

3.2. A História da Região Sudoeste

O povoado de Sorocaba e os demais povoados dela surgidos, que mais tarde foram elevados à categoria de vilas e, depois à de cidades que hoje compõem o Sudoeste paulista, surgiram no século XVII a partir de um pequeno e rarefeito número de anônimos povoadores que se embrenharam pela capitania de São Vicente. Sabe-se porém, que desde o início da ocupação portuguesa era uma área conhecida como sendo o famoso caminho indígena de Peabiru ou Piabiju ou, ainda, o caminho de São Tomé – como o denominavam os jesuítas – e que os levava do litoral até o Paraguai e o Guaibá (ALMEIDA, 1939). Esse acesso possibilitou a descoberta de jazidas de ferro no morro de Araçoiaba, por volta de 1590, atraindo a presença do Governador Geral do Brasil – D. Francisco de Sousa – que levantou no local, em

1599, o pelourinho de Nossa Senhora de Monte Serrat (em Ipanema) e apesar de o projeto de vila não ter sido efetivado, desde então a presença de moradores permanentes ou temporários passou a ser constante (ALMEIDA, 1945 e 1951). Nova tentativa de erigir a vila, com a quase extinção da primeira, ocorreu em 1609 em Itavovu (ou Itavovi, atual Itavuvu) com a denominação de São Filipe, em homenagem ao monarca da União Ibérica. Apesar do fracasso desse outro núcleo urbano – sem contar com uma câmara e sequer uma paróquia - a região continuou recebendo novos povoadores.

Embora num ritmo muito lento, a exploração do sertão promoveu o avanço da colonização informal e anônima durante toda a primeira metade do século XVII (BACELAR, 1994).

Foi um paulista de Parnaíba - Baltazar Fernandes – que se estabelecera com sua família pouco além do morro de Araçoiaba quem requereu, em 1661, a transferência da vila para o ponto onde se fixara e que começara um grande desenvolvimento a partir de 1654. Foi em 03 de março de 1661, por provisão do governador Salvador Corrêa de Sá e Benevides, que a nova vila foi criada passando a denominar-se Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba. No mesmo ano, Baltazar Fernandes doou aos frades Franciscanos a Igreja Nossa Senhora da Ponte – atual Mosteiro de São Bento (LIVRO DOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO, 1951).

A efetiva criação de Sorocaba vinha de encontro com os interesses da Coroa Portuguesa para a bacia do Prata. Urgia acessar, por via terrestre, os imensos territórios entre São Paulo e as terras de Castela, ao Sul. Foram incorporados aos domínios portugueses, numa primeira etapa, os chamados Campos Gerais – no atual Estado do Paraná – que vinha se apresentando como fornecedor de gado, desde o início do século XVII⁷. Sesmarias foram concedidas, simultaneamente, nas áreas de

⁷Na busca de ouro, começam a surgir pequenas formações urbanas, originando o Alvará de 18 de agosto de 1618 que facultava aos habitantes de São Paulo e São Vicente as minas que eles haviam descoberto e “então já patentes com a condição de pagarem o quinto metal áureo”. Com o insucesso do ouro na região de Curitiba, a economia voltou-se à agropecuária de bens primários, já que se mostrara fornecedoras destes aos elementos voltados à atividade principal inicial, o ouro. Nos séculos XVIII e XIX o Paraná - então província de São Paulo - passa a ter novo sentido de ocupação do Sul/Norte, delineado pelos caminhos de tropas de bovinos e muares, que demandavam o caminho de Sorocaba vindas do Rio Grande do Sul (REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, 1981).

Curitiba e de Sorocaba, por volta de 1650 e 1660, na tentativa de consolidar o povoamento e garantir a exploração conveniente do gado. O Sul paulista dava mostras de atratividade e Sorocaba passava a receber os migrantes em busca de novas oportunidades.

A nova e importante base logística de Sorocaba na atividade de apresamento de índios e de penetração para o sertão do Estado e Sul do país, seguiu forte até meados do século XVIII (BACELAR, 1994).

O processo de ocupação que teve início no final do século XVII com a instalação de fazendas, principalmente nas áreas que compreendem hoje as sub-regiões de Sorocaba e Tatuí, caracterizava-se pela instalação de um centro de irradiação que se dirigia, em geral, para a área das minas, tornando-se ponto de apoio, de descanso e de internada e, base de povoamento sobre os campos do Sul: Curitiba, Lajes, Palmas, Vacaria e Viamão⁸.

Após meados do século XVIII até fins do século XIX, a cidade de Sorocaba passou a desempenhar importante papel no desenvolvimento do tropeirismo em todo país. Funcionando como um meio de comunicação e avanço para o sertão, a região de Sorocaba – por força de sua situação geográfica privilegiada – transformou-se em eixo geo-econômico entre as regiões Norte e Sul do país. No Norte as regiões se empenhavam na mineração e na exploração de imensas reservas florestais e, as do Sul estavam envolvidas com a produção de animais de carga. Sorocaba também contribuiu como eixo geo-econômico dos países vizinhos - Argentina e Uruguai. Durante um certo período, serviu como via de passagem das tropas e ponto de partida das bandeiras, passando a ser lentamente povoada, intensificando ainda mais o comércio e a agricultura locais (KLEIN, 1989).

O comércio de muares passou a centralizar-se na zona da feira de Sorocaba, onde

⁸Os caminhos eram chamados, dentre outros, o de Peabiru, de Cubatão, do Itupava e do Arraial, de Sorocaba a Viamão. A esse último os historiadores deram maior importância. (REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, 1981).

os intermediários iam negociar os animais. A convergência do tráfego de tropeiros, mercadores e boiadeiros vindos dos mais longínquos recantos do país, transformou a capitania de São Paulo em pólo de abastecimento das populações das minas. Enquanto a agricultura em grande escala sempre esteve ligada ao mercado consumidor externo, à mercê da metrópole, a lavoura de subsistência predominante na região, tornou-se um imperativo das necessidades alimentares das populações junto às lavras e dos mercadores internos, passando, assim, a assegurar o abastecimento da população, que ia se concentrando nos centros urbanos que cresciam.

As atuais sub-regiões de Tatuí, Sorocaba e Itapetininga - da Região Administrativa de Sorocaba - não participaram da produção de cana-de-açúcar, no século XVIII, porém, serviram de entreposto para o comércio das tropas de muares, que iam do Sul para o Norte, na época da mineração. Para suprir as necessidades de mercado, Sorocaba, em especial, começou a desenvolver a indústria de couro, artefatos de metal e tecidos. Posteriormente, parte dessa mesma região foi ocupada pelo café, em seu avanço para o Centro-Oeste, desenvolvendo-se Itu e Sorocaba como centros ferroviários. O chamado ciclo luar – difundido pelo tropeirismo, desenvolvido em todo país – só declinou com a inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana em 1875, transformando Itu e Sorocaba, posteriormente, em áreas de indústrias tradicionais, permanecendo Itapetininga e Capão Bonito como lugares de passagem para o Sul. Avaré e Botucatu, regiões igualmente não atingidas pela expansão cafeeira, dedicaram-se à pecuária e à agricultura de subsistência (SEPLAN/CAR,1978).

A região Sudoeste do Estado de São Paulo não se incorporou ao grande avanço do café em terras paulistas no século XIX, o que a levou a uma fisionomia distinta das demais regiões no contexto estadual, representada hoje por uma dinâmica específica para sua agricultura, base de sua economia regional.

Em razão disso, apresenta um atraso que é histórico e crônico, apesar de ter demarcado seu espaço no cenário econômico nacional, notadamente na agropecuária, desde o início da colonização, e que, por mais de dois séculos, atuou

como entroncamento de interesses diversos vindos da população envolvida com a mineração, com a produção de açúcar, com a comercialização de gado e, depois, com o abastecimento de alimentos da nova e então pujante capital do país, a cidade do Rio de Janeiro.

Representou importante e dinâmico papel, enquanto encruzilhada de tropeiros e de exploradores do sertão, que ocuparam parte considerável do território brasileiro, permitindo a formação de extensa rede de comunicação e de povoamento desde o Sul até Sorocaba e desta para os mais diversos cantos do país.

Durante todo século XVII, o apresamento de índios, a penetração territorial e, mais nas últimas décadas, a comercialização incipiente de gado curitibano, permitiram a Sorocaba sua manutenção mas não seu crescimento. Viveu uma economia relativamente insignificante, com uma população quase miserável de onde os homens saíam na caça de índios e, depois de gado, com terras com mínimas lavouras e de grande rusticidade até mesmo dos poderosos da terra⁹. Nos primórdios do século XVIII é que Sorocaba passou a receber os reflexos da explosão do ouro nas Minas Gerais. A procura por animais para transporte e gado para consumo alimentar cresceu muito. A primeira tropa vinda de Curitiba data de 1732 e por essa época os animais eram levados pelos próprios criadores até os centros consumidores, já que ainda não havia intermediários das feiras de Sorocaba.

Em 1734 foi criado o Registro do Rio Negro ou Curitiba visando a fiscalização e a cobrança de tributos, visto que se avolumava o fluxo de animais e dos negócios que interessavam à Coroa Portuguesa. Logo em seguida criava-se o Registro de Itu para fiscalização dos documentos relativos aos pagamentos de Curitiba, mas que acabou se instalando em Sorocaba em 1750¹⁰. A abertura dos caminhos – aperfeiçoando o

⁹De acordo com Aluisio de Almeida (1939) os inventários do século XVII descrevem os pertences da "elite" dentro da pobreza : grandes bandeirantes, desbravadores dos sertões, possuidores de incontáveis "homens de arco" e de "valiosos" bens como: colchões e roupas velhas, uma ou outra colher e ínfimas terras de lavouras (BACELAR, 1994).

¹⁰O Registro de Itu foi uma sugestão do Cel. Cristóvão Pereira de Abreu – considerado o primeiro nome do ciclo tropeiro - que passando por Sorocaba em 1733, após concluir o caminho conhecido como "rota do luar", solicitou junto ao Conselho Ultramarino – responsável pela estrada e criação dos registros – o recebimento de parte dos impostos cobrados como pagamento pela "reconstrução" do caminho do Sul. Os preços cobrados no Registro de Sorocaba eram de \$100 réis por cabeça de gado vacum, \$ 200 réis por gado cavalari e \$ 340 réis por

traçado preexistente – facilitava o deslocamento das tropas e a consolidação da presença da metrópole lusa nos territórios do Sul. Uma questão militar e estratégica, desde os princípios dos conflitos em torno da Colônia de Sacramento, se aliava aos interesses econômicos dos portugueses nos muares soltos pelos campos no Sudeste e Sul brasileiros.

Sorocaba inseria-se, pois como ponto distribuidor das tropas e, posteriormente, em centro de comercialização do gado. As feiras sorocabanas se estabeleceram a partir de 1750, reunindo então compradores e vendedores num só lugar - e não mais exigia o deslocamento dos vendedores até vilas e/ou às diversas propriedades. Sorocaba especializou-se, com isso, na intermediação do gado sulino, de forma que seus campos naturais foram pouco explorados para criação (BACELAR, 1994).

As áreas fronteiriças de Curitiba, Santa Catarina e Rio Grande do Sul começaram a criar e produzir couro e carne-seca, na segunda metade do século XVIII, exportando para a Europa, Caribe e América do Norte (por mar) e para as três províncias dinâmicas do centro – Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (por terra). Na maioria dos casos os proprietários gaúchos ou, mais propriamente os compradores paranaenses e paulistas que tinham ido ao sul, partiam com seus rebanhos em setembro ou outubro – quando a grama estava se tornando verde novamente – chegavam ao Paraná para engordá-lo, durante o final do ano, na região de Campos Gerais, ou vinham ocasionalmente do Paraná para Sorocaba, no outono (PETRONE, 1976).

Em Sorocaba encontravam-se as últimas planícies abertas e os bons campos de pastagem das rotas para o Norte, para comerciantes e agricultores do Brasil central. Apresentava-se no mercado de muares do Brasil setentrional e central – à semelhança dos mercados de outros pontos da América – uma tríplice divisão territorial de trabalho correspondente à especialização; os gaúchos eram quase que exclusivamente os criadores do gado muar e cavalar, os paranaenses eram os invernistas (e tinham também a própria criação) e os comerciantes eram

mula (portanto, cada mula valia dois cavalos ou três bois e meio) e foram impostos decretados por 10 anos que, porém, perduraram até a República, quando em 1890 foi fechado o Registro de animais (SILVA, 1995).

representados pelos paulistas de Sorocaba (KLEIN, 1989).

Conquanto a procura pelas tropas tenha retrocedido quando do final do ciclo do ouro nas Minas Gerais, a instalação da nova capital da colônia no Rio de Janeiro em 1763 e a expansão da lavoura canaveira no Oeste paulista – partir da metade do século XVIII – provocaram notável aumento da demanda por animais nas feiras sorocabanas.

De acordo com BACELAR (1994) as listas nominativas anuais dos habitantes da vila de Sorocaba e seus entornos daquela época, não apontam explícita ou implicitamente que sua população estivesse envolvida profundamente na comercialização de tropas. Indicam, ao contrário, que se tratava de uma vila tipicamente voltada para a produção de gêneros de primeira necessidade, de agricultores rústicos, roceiros ou pequenos proprietários¹¹. Mas, paralelamente, muitos domicílios envolviam-se em outras atividades, casos dos comerciantes e condutores de tropas – inferidos das listas nominativas por sua ausência, no momento da pesquisa, por motivo de viagem para o Sul enquanto sua família continuava lavrando em suas terras. O milho, feijão e algodão eram vendidos essencialmente dentro dos limites do município, abastecendo sua população. O açúcar embora marginal – instalado em área monocultora, com limites fluidos ao norte de Sorocaba - permitiu consolidar alguns latifúndios escravistas e ampliar fortunas, ao criar vínculos econômicos e familiares, dos senhores de engenhos sorocabanos com outros de centros açucareiros do Oeste paulista.

Servindo de suporte às feiras, outras atividades começaram a se desenvolver como a “hotalaria” – que representava um quarto alugado dentro das próprias residências dos sorocabanos – as oficinas de selaria, a ourivesaria, os ferreiros, a tecelagem de redes e panos rústicos. Os agentes econômicos no comércio das feiras de Sorocaba foram descritos por Deffontaines como sendo os habitantes mais ricos, no ciclo de

¹¹Embora a visão dos recenseadores fosse mais dirigida para apontar a presença de agricultores e seus critérios não fossem constantes – variando de ano para ano e de um recenseador para outro – análises agregadas de diversas listas nominativas compensavam esses viés e reforçavam a preocupação da metrópole com a conjuntura colonial sobre a disponibilidade de produtos da terra e sobre outras atividades produtivas, visando conhecer o nível de produção de alimentos básicos para o abastecimento das tropas.

muares, *“os aquiladores que partiam por cinco ou seis meses para o Sul, a fim de buscar tropas, vinham depois os hoteleiros... e finalmente os artesãos que trabalhavam o couro”* (SILVA, 1995).

A vila de Sorocaba foi se destacando dentro da economia da Capitania de São Paulo por estar sua atividade principal no comércio de muares e não na agricultura exportadora, como exigia a metrópole lusa do governador da Capitania Morgado de Mateus (1765-75), o qual deveria incrementar a lavoura de cana-de-açúcar e de algodão¹². Mesmo com o incentivo do governo, Sorocaba não vai desenvolver a agricultura de exportação, apesar de ter participado do quadrilátero da cana – só pontualmente e com pequena expressão relativamente à Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí - e de ter apresentado alguma expressão econômica com relação ao algodão apenas um século depois, entre 1860-1865, período da Guerra Civil americana. Seu papel principal foi como entreposto de muares.

Tão importante quanto o ciclo paulista do açúcar, a atividade tropeirista do século XVIII caracterizou, igualmente, a vida econômica de São Paulo alterando o sistema de transportes e comunicações, numa rede de caminhos, especialmente para o Sul, e o desbravamento dos sertões do Oeste paulista com a exploração da cana-de-açúcar, dando nova configuração ao espaço paulista. A política povoadora de Morgado de Mateus, permitiu ultrapassar as bordas da depressão periférica – onde se situa a região Sudoeste – chegando até quase a metade do atual território do Estado, com o erguimento do solo roxo que foi, posteriormente, ocupado pela lavoura cafeeira. Para o Sul, zonas de internada, o povoamento era mais escasso como costuma acontecer em áreas onde predomina a atividade pastoril, que ainda hoje predomina no Sul e Sudoeste de São Paulo, com uma fisionomia bem diferente das demais regiões do território paulista (MATOS, 1974).

Sorocaba e seus entornos estruturou-se às margens do espaço geográfico ocupado pelo circuito agro-exportador, mas fortemente influenciada pelo vertiginoso

¹²A capitania de São Paulo perdera sua autonomia administrativa em 1748, ficando 17 anos subordinada à jurisdição da Capitania do Rio de Janeiro. Somente com Morgado de Mateus é que a agricultura de São Paulo vai ter um impulso para sair do estado caótico em que se encontrava (SILVA, 1995).

crescimento econômico das áreas de mineração, lavoura canavieira e cafeicultura, dentro do contexto maior de transferência do eixo econômico e político da colônia para o Centro-Sul, constituindo-se numa economia não-exportadora voltada, portanto, ao abastecimento interno.

Assim, no início do século XVIII Sorocaba participou com os muares no transporte de metais e produtos para a sobrevivência dos mineiros; no transporte para os portos no ciclo do açúcar e depois, do café em princípios do século XIX (no surto cafeeiro), de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, levando os produtos e trazendo sal e “fazendas do mar em fora”. Forneceu também chapéus, redes e baixeiros fabricados na região sorocabana, arreios e chicotes de couro e o algodão.

A atividade algodoeira¹³ em Sorocaba foi de grande importância para a economia local, especialmente no período de 1860-1865, com o rompimento da Guerra Civil americana. Entretanto, era explorado sem nenhuma tecnologia, predominantemente pelo *“produtor caipira ou lavrador pobre, que cultivava a fibra com mão-de-obra familiar, sem deixar de produzir sua alimentação”* (LOUREIRO, 1987). Algumas plantações de “larga escala” foram identificadas, envolvendo área de quatro alqueires, em 1864, do agricultor Manuel Lopes de Oliveira – sendo 250 arrobas em alqueires de terras boas e 150 arrobas nas terras fracas - e do agricultor Roberto Dias Baptista com sete alqueires, que por volta de 1890 foram abandonadas, “deixando terras velhas e safáras, campos, taperas e máquinas ao abandono...” (GASPAR, 1958, apud SILVA, 1995).

As terras não se mostraram tão apropriadas ao cultivo, explorados em moldes tradicionais - queimando a mata e plantando roça. A compra do algodão era garantida, a partir de 1867 por uns poucos comerciantes de Sorocaba que depois de beneficiar o produto, remetiam-no para os centros industriais do exterior, especialmente o inglês. Porém, o algodão teve um ciclo efêmero na região, já que

¹³O algodão arbóreo –considerado nativo do Brasil – foi utilizado por longo tempo na confecção de roupas rústicas para os escravos e classes pobres do país e também nas roupas e artefatos dos tropeiros, produzidos e comercializados nas feiras de Sorocaba. As primeiras sementes do algodão herbáceo – de qualidade superior ao nativo – foram plantadas na cidade em 1861, com sementes distribuídas pela Associação para o Suprimento do Algodão de Manchester. O que implica em reconhecer Sorocaba como o primeiro centro de expansão do algodão herbáceo da Província de São Paulo (CANABRAVA, 1984).

com o fim da guerra civil restabeleceu-se a produção do algodão dos Estados Unidos e sua volta ao mercado europeu. A queda dos preços do algodão no mercado externo levou os agricultores sorocabanos - na sua maioria pequenos proprietários - a abandonarem seu cultivo, substituindo-o por outros produtos de venda imediata no comércio local. Embora Sorocaba tenha ainda continuado a produzi-lo como matéria-prima para a indústria têxtil do Brasil, como forma de fugir da crise, transformando-o em pano para vendê-lo no mercado interno, não se pode generalizar a presença do cultivo da algodão em toda área e tampouco, na maioria das propriedades (SILVA, 1995).

A economia algodoeira sorocabana parece ter servido para acumulação não de capitais agro-exportador, mas sim que a *“pequena produção mercantil serviu de instrumento de acumulação para o capital comercial dominante”* (LOUREIRO, 1987). Os adiantamentos oferecidos por alguns comerciantes aos pequenos agricultores, serviam para subordiná-los cada vez mais ao capital comercial. A economia mercantil de Sorocaba sofreu alterações expandindo-se de um comércio interno - com as feiras de muares - para a exportação de algodão, inserindo-se numa nova divisão internacional do trabalho - enquanto fornecedora de um produto agrícola - com a ascendência de uma burguesia comercial ou mesmo *“agrário-exportadora”* porém com uma vida curta, resultado do desenvolvimento ainda incipiente das relações capitalistas no Brasil. Conviviam em Sorocaba diversos modos de produção, diversos momentos históricos e conseqüentemente, várias técnicas e relações de trabalho.

O crescimento da exportação de café, impondo a substituição no transporte de longa distância, das mulas pelas ferrovias, principalmente nas áreas cafeeiras a partir de 1865, levaram ao termino das feiras em Sorocaba que já não geravam lucro; o algodão tentava se manter com a ajuda do capital comercial; a manufatura e o artesanato ligados às feiras se esvaíam, surgindo, a partir de 1880 um novo quadro econômico, com o processo de industrialização já em curso. Em 1897, motivado não só pela substituição do transporte, mas também pelo surto de febre amarela que lá se instalou, as feiras se findaram, porém a cidade já contava com cinco fábricas

têxteis e várias manufaturas, utilizando o algodão local, a mão-de-obra feminina e infantil e, posteriormente o imigrante sendo a colônia espanhola a primeira a se fixar por lá (ALMEIDA, 1965).

Todos esses acontecimentos influenciaram enormemente na vida de Sorocaba – que hoje é industrializada e a sede de um dos mais importantes municípios do Estado de São Paulo, devendo continuar em franco desenvolvimento. Todavia, muitas vilas que dela surgiram, viram a decadência e a ruína, enquanto outras buscaram sobreviver às custas da agropecuária, de alimentos básicos os quais nunca deixaram de produzir, voltados para o mercado local e, posteriormente para o mercado interno do país e que perduram até hoje no Sudoeste paulista.

A análise da origem e do processo histórico de fundação dos 23 municípios selecionados para esse estudo, à exceção de 07 que se emanciparam em 1991, permitem compreender melhor a configuração sócio-espacial da região Sudoeste, sua evolução a partir de Sorocaba e suas condições sócio-econômicas atuais.

3.2.1. História dos Municípios do Sudoeste

As informações foram extraídas, basicamente, de duas fontes: Livro dos Municípios do Estado de São Paulo (1951) e da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1957) podendo apresentar algumas diferenças de datas históricas, especialmente quanto aos dados relativos à elevação de Freguesias e Vilas, variações que não chegam a comprometer os objetivos da análise. Além disso, permitem uma visão das atividades econômicas predominantes nos municípios do estudo em meados deste século, que servirão para complementar e/ou corroborar as informações sobre a ocupação do espaço sócio-econômico atual do Sudoeste paulista (Tabela 3.1).

A história de Sorocaba representa a história dos municípios da região Sudoeste do Estado de São Paulo. Estendendo-se de São Paulo (Planalto de Piratininga) até o

atual Estado do Paraná, deu origem aos diversos povoados, freguesias e vilas, que se tornaram municípios e que geraram outros tantos, como uma espécie de planta-mãe tornou-se árvore repleta de ramos:

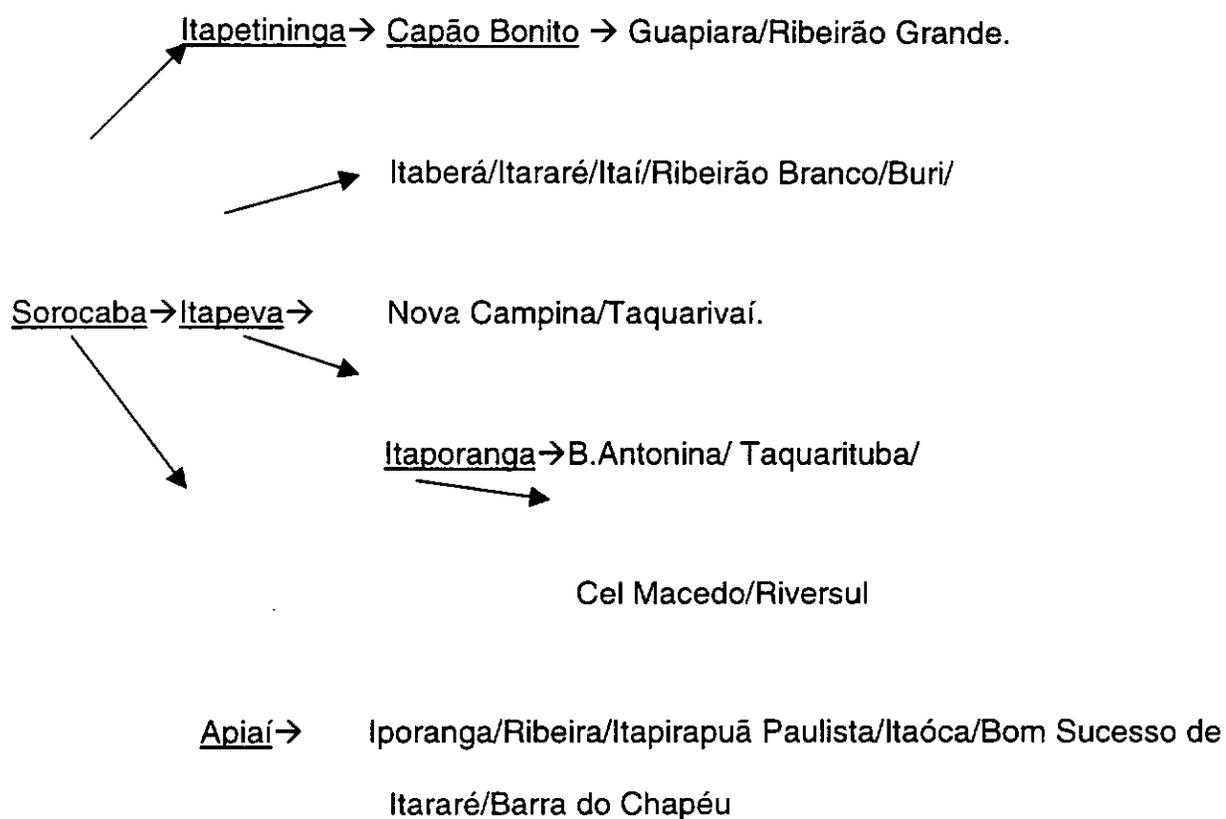


Tabela 3.1

Municípios do Sudoeste do Estado de São Paulo segundo Município de Origem, Ano de Fundação, de Vila e Ano de Emancipação

Município	Município de Origem	Ano de Fundação	Categoria de Vila	Ano de Emancipação
Apiáí	Sorocaba	1735	1770	23/03/1771
Barão de Antonina	Itaporanga	XXXX	1945/48*	1964
Barra do Chapéu	Apiáí	XXXX	XXXX	30/12/1991
Bom Sucesso de Itararé	Itararé	XXXX	XXXX	1991
Buri	Itapeva	1895	1907*	01/12/1921
Capão Bonito	Itapetininga	XXXX	1843	02/04/1857
Cel. Macedo	Itaporanga	XXXX	1939/43*	1964
Guapiara	Capão Bonito	XXXX	1902*	24/12/1948
Iporanga	Apiáí e Xiririca	1756	1830	03/04/1873(e de novo 1937)
Itaberá	Itapeva	1862	1873	25/04/1891
Itaí	Itapeva	1869	XXXX	01/05/1891
Itaóca	Apiáí	XXXX	XXXX	30/12/1991
Itapeva	Sorocaba	1766	1769	25/09/1769 (ou 20/06/ 1861**)
Itapirapuã Paulista	Ribeira	XXXX	1944*	30/12/1991
Itaporanga	Itapeva	1845	1845	06/03/1873
Itararé	Itapeva	1879	1879	28/08/1893
Nova Campina	Itapeva	XXXX	XXXX	30/12/1991
Ribeirão Branco	Itapeva	1864	1883	06/09/1892
Ribeirão Grande	Capão Bonito	XXXX	XXXX	30/12/1991
Ribeira	Apiáí	1800/1872	1906	20/10/1910
Riversul	Itaporanga	XXXX	XXXX	1924
Taquarituba	Itaporanga	1886	1906	24/12/1925
Taquarivaí	Itapeva	XXXX	XXXX	30/12/1991
SOROCABA	Planalto de Piratininga	1589/1611	1661	05/02/1842

*Distrito.

** Livro dos Municípios do Estado de São Paulo (1951).

Fonte: SEADE - Perfil Municipal (Reg. Administrativa de Sorocaba) – 1993.

Apiaí

As opiniões sobre sua criação divergem em alguns pontos. Francisco Xavier, foi o fundador da povoação com o nome de Santo Antonio das Minas, devido à existência de minérios em seu subsolo. Em 1770 foi elevada à categoria de vila sob a denominação de Santo Antonio das Minas de Apiaí. Segundo algumas fontes, este município teria sido desmembrado do termo da antiga vila de Sorocaba e criado em 23 de março de 1771, com sede na antiga povoação de Santo Antonio das Minas de Apiaí, e daí então a denominação de Apiaí. Outras fontes, porém, afirmam que o povoado, fundado em 23 de março de 1771, em território de Sorocaba, referia-se a Minas de Apiaí e não fazia referência ao orago, sendo elevado a município no dia 14 de agosto de 1771, em obediência à Portaria de Morgado de Mateus (ato do então governador da Província de São Paulo, Luiz Antônio Botelho Mourão).

O seu território era constituído pelos municípios de Ribeira, Iporanga e parte do território do Paraná, pouco habitado, cuja atividade consistia em trabalhos agrícolas e extração de minérios. Os primeiros habitantes vieram atraídos pela notícia de grandes jazidas minerais descobertas, segundo a opinião dos historiadores, data da época seiscentista ou das grandes incursões das bandeiras paulistas.

De acordo com as estatísticas da década de 1950, as principais atividades econômicas eram agropecuárias, basicamente, plantação de tomates, criação de suínos, além da extração de minérios (chumbo e prata), com destaque também para a produção de conservas alimentícias (palmito) e indústria de madeira (serraria). O município contava com grandes reservas florestais e mantinha comércio ativo com seus vizinhos.

Barra do Chapéu

Emancipou-se de APIAÍ em 1991.

Barão de Antonina

O Barão de Antonina, José da Silva Machado, senhor e possuidor de extensas sesmarias do Norte do Paraná e Sul de São Paulo, decidiu promover a catequese dos indígenas que povoavam suas terras e gozando de particular estima de D. Pedro II, conseguiu a vinda da Itália, em 1843, de quatro religiosos. Frei Ponciano de Monte Falco fixou-se em Capão Bonito do Paranapanema; Frei Gerônimo regeu a paróquia de Sarapuí e faleceu na cidade de Sorocaba; Frei Gaudêncio foi o fundador da freguesia de São Gerônimo no Estado do Paraná, onde montou importante engenho de açúcar e aguardente de cana - a fim de habituar os índios ao trabalho - porém, após sua morte a iniciativa malogrou. Ao Frei Pacífico de Monte Falco coube a zona do Rio Verde, compreendida dentro da forquilha formada pela confluência dos rios Verde e Itararé. Essa zona era então habitada por índios caiuías que, em virtude do afluxo bandeirante, haviam emigrado do norte do Paraná para as terras de propriedade do Barão de Antonina, denominada Mata dos Índios – essa última veio a se constituir no município de Itaporanga.

Parte das terras do Barão de Antonina transformaram-se em distrito passando a pertencer ao município de Itaporanga a partir de 1844. Segundo dados do SEADE (1993) o município foi criado em 1964.

A agricultura era atividade fundamental à economia do município da década de 1950, sendo vendidos seus produtos principalmente para os centros de São Paulo, Itararé, Piracicaba, Avaré e Itapeva. A atividade pecuária – gado bovino - tinha também grande significação econômica ao município. A principal riqueza natural era a madeira – peroba, cedro, óleo e pinho, com grande reserva de matas naturais, além de algumas pequenas indústrias como: fecularia, máquinas de beneficiar arroz e algumas olarias.

Bom Sucesso de Itararé

Emancipou-se de ITARARÉ em 1991.

Buri

Não se conhece ao certo quais foram os fundadores do município, mas se sabe que por volta de 1782 foi concedida a Inácio Xavier Luiz, carta de sesmarias das terras que ficavam à margem esquerda do rio Apiaí e que deviam ser reservadas, numa área de meia légua em quadra, para ser edificada a vila obrigando-se o sesmeiro a cultivar as terras, construir pontes e estradas. Inácio Xavier Luiz instalou-se com seus filhos Maria Xavier, Inácio Xavier dos Reis Leite, José Xavier Leite, Antonia Ribeiro Leite, Ana Ribeiro Leite, Gertrudes Ribeiro Leite e outros, tudo fazendo crer que eles tivessem sido os primeiros moradores e fundadores do município. Joaquina Belina de Barros, descendente do sesmeiro, doara em 1855 um quarto em quadra para construção de uma capela, cujo orago seria de São Rafael. Entre os primeiros desbravadores, conta-se Antonio Ferreira de Albuquerque (o ajudante) casado com uma neta do sesmeiro. A parte à margem direita, além do Apiaí, pertenceu ao Brigadeiro Tobias de Aguiar, cujas propriedades se estendiam até o rio Paranapanema, desde as cercanias de Capão Bonito até as divisas da Capela de N.S. do Rio Novo (hoje Avaré). Manuel Inácio do Canto e Silva foi outro desbravador de matas que se instalou em Buri e se dedicou ao cultivo das terras e Fortunato Ferreira de Albuquerque – descendente do Ajudante – tornou-se um homem de prestígio para o município por possuir boa influência política. Até a proclamação da República, Buri era apenas um povoado, com rústicas casinhas esparsas pelas colinas adjacentes ao rio Apiaí. Era, entretanto, pouso obrigatório dos tropeiros que vinham do Sul em demanda de Itapetininga e Sorocaba. Foi elevado a distrito em 1895 como Porto de Apiaí, depois como Distrito da Paz com o nome de Buri – em 1907 – ficando como parte integrante de Faxina (hoje Itapeva) até fins de 1921, quando foi elevado à categoria de município em 01 de dezembro, tendo sido instalada em 25 de janeiro de 1922.

A principal atividade econômica para Buri, em 1950's, era a pecuária de gado bovino, exportado para São Paulo e municípios vizinhos, sendo que pequena parcela dos produtos agrícolas ia também para a capital. A riqueza natural era o carvão mineral.

Capão Bonito

Foi inicialmente um povoado situado na cabeceira do rio São José de Guapiara, que durante seu curso recebe o nome de Apiaí Mirim e Apiaí Guaçú, originário da Serra do Paranapiacaba. Foi nesse local que em fins do século XVIII, os primeiros bandeirantes encontraram ouro, construindo ali alguns ranchos para abrigo e iniciando o primeiro povoado das paragens do Paranapanema, que recebeu o nome de “Arraial de Guapiara”, distante da atual Capão Bonito 36 km para o sul, conhecido depois como o “Arraial do Velho”. Como essa área não possuía alvará para mineração atraiu mineiros que chegavam de todos os lados.

Por volta de 1721 o fisco tomou posse da mineração no vale do Paranapanema e as “datas” (porção do terreno com 20 a 22m por 40 a 44m) foram distribuídas aos requerentes, conforme o número de escravos e agregados que possuíam. O Arraial do Velho, segundo os historiadores, durou pouco mais de 40 anos e não passou do clássico arraial de bandeirantes, sendo destruída até a capelinha de pau-a-pique dos primeiros tempos. A partir daí existem duas versões históricas (UNIP, 1997).

A de Ferreira(1957) diz que o Arraial do Velho foi transferido posteriormente, para Freguesia Velha (em data não determinada), à margem direita do rio das Almas, local hoje pertencente ao município de Ribeirão Grande, emancipado de Capão Bonito em 1991. Em 1840, o Sr. Xavier dos Passos comprou parte da fazenda Capão Bonito, de propriedade do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, fazendo doação de 150 braças à congregação de Nossa Senhora da Conceição (726 m²), tendo, sido edificada uma capela pelo vigário Pde. Manuel Alvares Cameiro e transferida a sede paroquial em 1843, constituindo-se uma vila com o nome de Nossa Senhora da Conceição de Paranapanema.

Na outra versão (OLIVATI, 1996 apud UNIP, 1997) o Arraial do Velho ficava num sítio afastado e o Pde Manuel Luiz Vergueiro, que já era capelão, tinha de transpor rios caudalosos e outros difíceis obstáculos para dar assistência à população. Com isso, requereu ao vigário da Vara, a mudança do povoado a três léguas (cerca de 18km) para o norte à margem direita do rio das Almas, onde já existiam garimpeiros,

mudando-se o local, agora com o nome de Nossa Senhora da Conceição de Paranapanema e posteriormente, Freguesia Velha a poucos quilômetros do atual município de Capão Bonito.

Por volta de 1800, o ouro cessou de aparecer nas batéias e aumentou a produção nas Minas Gerais, causando debandada geral, restando uma povoação de antigos bandeirantes e velhos garimpeiros que, junto com seus familiares, buscaram na agropecuária outra forma de subsistência, principal fonte econômica até hoje. O município esteve estagnado por muitos anos em razão de dificuldades financeiras, de transporte, assistência à agricultura e outros fatores que emperraram seu desenvolvimento. Apenas com a chegada da Estrada de Rodagem – que demandava para o sul – é que Capão Bonito tornou-se uma cidade de passagem forçada de caminhões e automóveis, passando a progredir paulatinamente, após 1949 (FERREIRA, 1957 apud UNIP, 1997).

Em janeiro de 1843 foi elevado a Distrito de Paz e, depois à categoria de município e de comarca com o nome de Capão Bonito em 28 de abril de 1857 (UNIP, 1997).

Pelos dados da década de 1950, as principais atividades essenciais à economia municipal eram a agricultura e a indústria. Também era importante a pecuária de gado bovino, cavalar e de suínos e outras pequenas criações, que tinham como principal centro consumidor a capital paulista. Representavam as riquezas naturais da região: ouro, chumbo, prata, ferro e calcáreo e, em vias de instalação, uma indústria de cimento.

Coronel Macedo

As fontes de informações utilizadas para esse estudo não apresentam dados específicos sobre esse município porém, é possível fazer inferências sobre sua história, a partir dos municípios de Barão de Antonina e de Itaporanga (do qual foi distrito desde 1911).

Guapiara

Nas terras denominadas de São José, Vicente Romualdo da Cruz, filho de Antônio Inácio da Cruz, mandou construir uma pista destinada às corridas de cavalo. Às margens da pista, Lourenço Albino de Macedo abriu uma pequena e rústica casa de comércio. Outros seguiram-lhe os passos e logo se formou um aglomerado humano. Erigiu-se a capela em homenagem à São José. A pequena povoação foi elevada à categoria de Freguesia, mercê de seu desenvolvimento recebendo o nome de São José do Paranapanema. Vicente Romualdo da Cruz e sua esposa resolveram, face ao desenvolvimento da Freguesia e, “tendo em consideração a necessidade de alargar o Patrimônio do padroeiro.. para que particulares não fossem chamando para si os terrenos contíguos do lugar doado”, doar uma porção de suas terras (Escritura Pública lavrada em 02/03/1881, em Capão Bonito). Em 1902, a pedido do Major Felício João da Silva, João Paulo e José Paulo do Amaral, conseguiram elevar a Freguesia à categoria de Distrito de Paz, denominando-a de São José de Guapiara. A população abastecia-se, em 1916, com a água vinda do Manancial do Ribeirão das Velhas e um chafariz na cidade era fonte de distribuição. Com a abertura da rodovia São Paulo – Paraná, que recortava o território municipal, Guapiara começou a ter um pouco mais de progresso. Data de 1938 a chegada dos primeiros agricultores japoneses, emprestando notável colaboração à lavoura local, que entrou em fase de grande produção. Passou a se chamar Guapiara desde 1905, sendo elevado a município em 24 de dezembro de 1948.

A base econômica do município era a agropecuária: tomate, milho, feijão, cebola e batata inglesa e, suínos, bois, frango, leite, ovos, muares e eqüinos, acrescidos da agroindústria. Seus produtos eram consumidos, no período de 1950, especialmente na cidade de São Paulo. Existia ainda grande presença de mata natural, além de reservas de chumbo, cal e baritina.

Iporanga

Foi fundado em 1756 pelos desbravadores Garcia Rodrigues Paes, Nuno Mendes Torres, José Rolim de Moura e Antônio Leme de Alvarenga que vieram pelo rio Ribeira de Iguape e seu afluente Iporanga, estabelecendo às margens deste o povoado Arraial ou Guapiara com uma rústica capela. Vieram em busca de ouro e de outros minerais, pela fama muito propalada da existência de grandes riquezas em seu subsolo. Em 1800 (ou 1880, segundo outra fonte) os moradores resolveram abandoná-lo, erguendo às margens do Ribeira de Iguape um segundo núcleo, que veio a se constituir a atual sede do município de Iporanga. Foi elevada à categoria de Freguesia em 1830 e como tal foi desmembrada do município de Apiaí e incorporada ao de Xiririca (hoje Eldorado Paulista); como município, instalado em 1873, foi criado com a freguesia de Iporanga. Reduzido à condição de Distrito de Paz em 1934, foi reincorporado ao município de Apiaí. Somente pela lei 2.780 de 23/12/1936 Iporanga foi novamente elevado a município, sendo reinstalado a 25/04/1937.

Na década de 1950, a economia de Iporanga estava baseada na agropecuária: milho, arroz, feijão, café, cana, hortaliças, frutíferas, suínos, caprinos e bovinos. Suas reservas naturais eram matas, galena, cobre, pedra calcárea e mármore.

Itaberá

A época da chamada decadência da mineração do ouro, fizera baixar o nível econômico do mercado interno do país, acarretando um empobrecimento progressivo dos agricultores. Aliado a isso, a crise na lavoura de cana e indústria açucareira – resultante do emprego da beterraba como matéria prima para o fabrico do açúcar na Europa – veio agravar a situação. Por essas razões, os proprietários de terras começaram a perder posição de independência e de domínio que lhes conferiam tanta influência na sociedade brasileira, levando a êxodos interestaduais empreendidos pelos mais arrojados e de espírito aventureiro. Foi o caso de José

Rodrigues Simões, Francisco Antônio da Silva e Antônio Joaquim Diniz, que partiram de Minas Gerais e fundaram, em 1862, a primitiva povoação de chamada de Lavrinhas. Eles doaram os terrenos que constituem o patrimônio da cidade, para construção de uma capela à Nossa Senhora da Conceição, às margens do rio Lavrinhas, onde hoje situa-se a sede municipal. Foi incorporada, como Freguesia, ao município de Faxina (atual Itapeva) em 1873 e elevada a município e instalado como tal em 25/04/1891, com a denominação de Lavrinhas e, mais tarde, de Itaberá aos 20/12/1905, vivendo fundamentalmente da agricultura e da pecuária.

A base econômica do município era, em 1950's, a agropecuária: batata, milho, trigo, feijão e arroz, bovinos, suínos, muares e caprinos, que eram comercializados basicamente em Itapeva, Itararé e São Paulo. No período, sua população rural representava 87% do total.

Itaí

Em 1869 Salvador de Freitas, José Silveira de Melo, Manuel Pedroso de Oliveira e o capitão José Floriano, fazendeiros vizinhos, decidiram fundar uma povoação na encosta da Serrinha. O motivo principal foi a distância que os separava de Itapeva da Faxina – mais ou menos 84 km – sede da Paróquia e do município, onde tinham dependências diversas e relações comerciais. Era um lugar aprazível, à margem esquerda do rio Carrapatos, 12 km acima de sua foz, no rio Taquari e foi denominado de Santo Antônio da Ponta da Serra (por ser escolhido como santo de veneração popular para orago). Naquela área existia apenas uma pequena casa habitada por Miguel Corrêa e Melo. O terreno do patrimônio, correspondente a 40 hectares, foi adquirido de Bernardino Leite por Salvador de Freitas, para sustentação do culto religioso da capela; esta seria erguida com material doado por José Silveira de Melo e Manuel Pedroso de Oliveira, obrigando-se o capitão José Floriano a construir o templo. Em 1870, elaborada a planta da nova povoação e construída a capela, iniciaram-se os atos religiosos e as construções dos prédios, de tal modo acelerado que em menos de 2 anos a localidade contava com cerca de 50 casas e já podia

rivalizar-se com qualquer localidade. Essa nova povoação pertencia à Freguesia de Bom Sucesso (hoje Paranapanema), distante de sua sede 47 km e em 1874 também foi transformada em Freguesia com o nome de Santo Antônio da Boa Vista; um mês depois foi criado o Distrito de Paz com o mesmo nome e após 10 meses apenas fora lá instalado a subdelegacia de polícia, criada pelo governo da Província. Em 01/05/1891 foi elevado a município com a mesma denominação, alterando depois em 1920 para Itaí.

A economia do município se baseava, na década de 1950, na agricultura e pecuária. Entre os produtos de maior cultivo estava o milho, seguindo-se pelo feijão, algodão, arroz, e café. Das 553 propriedades agrícolas dessa época, 19 apresentavam-se com mais de 1.000 ha e uma área cultivada de 21.893 ha. Uma policultura cuja produção destinava-se à São Paulo, Avaré, e Piraju. Na pecuária sobressaiam os rebanhos suínos e bovinos (misto). Contava o município com frigorífico, selaria e olaria. As riquezas naturais da região eram xisto betuminoso e matas naturais, especialmente com cedro e peroba.

Itaóca

Emancipou-se de Apiaí em 1991.

Itapeva

No início do século XVIII Itapeva já era conhecida como ponto obrigatório de passagem de tropeiros que de Itapetininga e Sorocaba demandavam Curitiba. A propósito, Aluísio de Almeida escreve em "História de Sorocaba" (1939) que "o caminho de Curitiba começou a ser feito pelos criadores de gado desde 1693. Em 1720 o Ouvidor Pires Pradinho estabeleceu a divisa de Curitiba com Sorocaba pelo rio Itararé. A fazenda de gado de São Pedro de Itararé começou a existir nessa época. Em 1735 moravam em Itapeva "os Pedroso". Certamente, havia nessa época

outros moradores já que desde o final do século anterior os currais se espalhavam pela região. Em 1766, sob a ordem e designação do Governador da Província de São Paulo, o paulista Antônio Furquim Pedroso fundou a povoação sob a invocação de Santana, no lugar hoje denominado de Vila Velha, à margem esquerda do rio Apiaí-Guaçú, distrito das minas de Apiaí, termo da vila de Sorocaba. Foi elevado a vila em 1769, por ordem do Capitão-General D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, levantando-se aí o pelourinho em sinal de jurisdição, cujo limite ficou compreendido entre os rios Paranapitanga e Itararé. Alguns anos depois, foi mudada para o lugar em que se acha hoje, com o nome de Itapeva da Faxina. Após quase cem anos de elevação a vila, foi fundada a cidade em 20/06/1861 e, a partir de 1938 passou a se chamar Itapeva. Foram incorporados distritos e com o tempo, desmembrados, vindo a ser transformarem nos atuais municípios em apreço, conforme diagrama apresentado.

Segundo os dados de 1950/56, o município possuía solo rico em reservas minerais que estavam sendo exploradas, tais como, pedra calcárea, talco, caulim, mármore, sílica, cobre, feldspato e carvão mineral. As propriedades agrícolas dedicavam-se à policultura, com cerca de 3% delas possuindo área superior à 1.000 ha, com um total municipal de área cultivada (em 1954) de 11.054 ha. Na lavoura predominavam milho, arroz, batata, batata-doce e tomate. A pecuária representava considerável parcela da economia, especialmente bovinos e suínos, além de eqüinos e outros. Também a indústria achava-se num período de desenvolvimento nos ramos de: transformação de minerais não metálicos (que eram os de maior número e correspondiam ao cimento e cal), alimentar, madeira, extração de produtos vegetais e vestuário, calçados e artefatos de tecido.

Itapirapuã Paulista

Emancipou-se de Ribeira em 1991.

Itaporanga

Segundo a tradição local, seu nome é derivado da existência de muitas pedras em parte do leito do rio Verde, que o banha. A história de Itaporanga é também aquela comentada sobre o município de Barão de Antonina e Coronel Macedo, cujas terras pertenciam ao Barão de Antonina, que foram sendo desmembradas a partir de Itaporanga – da qual eram distritos.

Das sesmarias do Barão, à disposição dos Padres italianos para a catequese dos índios, resultou em 1844/45 um núcleo populacional, num sítio inóspito que foi ocupado pelo frei Pacífico de Falco e por um casal de africanos. Aí foi erguida uma capela e uma casa rústica, no meio da mata, donde surgiria o atual município de Itaporanga. O distrito foi criado em 1855, sendo em 1871 elevado a município com o nome de Rio Verde com sede na povoação de São José do Rio Verde, cujo território foi desmembrado de Faxina (hoje Itapeva). Em 1898 a sede do município foi elevada a categoria de cidade e no ano seguinte tomou a denominação de Itaporanga. A comarca de Itaporanga, instada em 1890, constava até 1950 dos seguintes municípios: Itaporanga, Ribeirão Vermelho do Sul (atual Riversul) e Taquarituba (ex-Taquari).

Por volta de 1950, a agricultura juntamente com a pecuária eram sua principal base econômica, especialmente, com milho, batata, feijão, arroz, café beneficiado, gado bovino misto e suínos; estes eram comercializados em São Paulo, Itararé, Avaré, Piracicaba e Itapeva. Observava-se uma pequena presença de agroindústria - fecularia e máquinas de beneficiamento de arroz e café – cerâmica, artefatos de madeira e calçados.

Itararé

Teve suas raízes na concessão de três sesmarias que, depois de sucessivas transmissões, tornaram-se uma única sesmaria, inscrita no registro paroquial, tendo próximo à sua sede e à direita da “estrada geral” um pequeno povoado - com

miseráveis casebres - que também atendia aos tropeiros que por ali passavam (LIBÓRIO, 1994).

A primeira e a segunda sesmarias foram concedidas a Luiz Pedroso de Barros (em abril e dezembro de 1725, respectivamente) e a terceira a Dona Maria de Almeida Leite, Ignácio Rodrigues de São Payo, Ignácio de Almeida Leite e Baltazar de Almeida Leite, que estavam povoando os campos de São Pedro, entre os rios Verde e Itararé, em 1784. Essas sesmarias situavam-se, segundo o escrivão que as redigiu “nos campos de sertão do caminho da Vila de Curitiba”. Posteriormente, as três foram adquiridas pelo Coronel Gavião, em setembro de 1784, maio de 1791 e agosto de 1792, respectivamente. Essas sesmarias passaram para a viúva do Coronel que as vendeu à seu filho, o Brigadeiro José Pinto Gavião Peixoto (em 1836) e este, para o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar em 1847, foram então demarcadas e chamadas de “Sesmarias de São Pedro” ou “Fazenda de São Pedro de Itararé”. Em 1855 foi dada ao registro paroquial, tendo sido vendida, em 1869, para José Custódio de Camargo. Na ocasião já existia na fazenda, além da sede e todas as suas dependências, um povoado à margem esquerda do córrego da “Prata” e direita da Estrada Geral que seguia para as regiões do Sul (“campos do sertão da Vila de Curitiba), hoje chamado de “Bairro Velho”, em frente ao qual foi localizada a atual cidade de Itararé, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

Data sua fundação de 1879 com a denominação de Vila de São Pedro de Itararé, erigindo-se a capela de Nossa Senhora da Conceição de Itararé, feita de comum acordo com os habitantes do lugar e sob o comando do Major Queiroz. Em 1885, dado o progresso da vila, foi pleiteada sua elevação, de simples curato, a “Freguesia da Capela de Nossa Senhora da Conceição de Itararé”, tornando-se município em 28/08/1893 com a denominação de São Pedro de Itararé e, posteriormente simplificada para Itararé.

As atividades mais importantes da economia do município eram, por volta de 1950, a agricultura e o desdobramento da madeira. O município produzia cana-de-açúcar, arroz, feijão, milho, batata, café, cebola, abacaxi, melancia, soja, amendoim e algodão que eram consumidos no próprio município à exceção do milho, vendido

para São Paulo e Rio de Janeiro. Também o gado era exportado para a capital paulista. Predominavam nas matas naturais a capoeira e os capoeirões com lenha, com pequena parcela de matas propriamente ditas. Apesar da existência de diamantes no rio Verde, não eram explorados no período, enquanto que o cal o era em pequena escala.

Nova Campina

Emancipou-se de Itapeva em 1991.

Ribeira

Em 1800 o índio catequizado, Vitorino, seguiu com sua família de Apiaí para o vale de extenso campo e sempre voltava para contar as maravilhas do lugar, atraindo a curiosidade de alguns que para lá o seguiram, como Joaquim de Pontes, Teodora Maria de Jesus, Gastão de tal, Maria Pires, José Leandro e José dos Santos Lisboa. As terras, de um valor incalculável devido a presença de jazidas de minério à flor da terra, vários mananciais de água, terreno bom para o cultivo de cana-de-açúcar, foram sendo povoadas e uma capela foi fundada em seu centro com o nome de Bom Jesus da Cana Verde (por haver solo favorável ao cultivo da cana). Tempos depois, a malária que matou Vitorino também assolou o lugarejo por longo período. O escravismo também durou por muitos anos no vale da Cana Verde, tendo ocorrido várias chacinas entre negros, que procuravam a liberdade, e seus patrões que os necessitavam para suas fazendas. Em 1872 o povoado foi elevado a categoria de freguesia com o nome de Ribeira, em 1906 sua sede foi elevada a categoria de vila e, embora sua evolução tenha sido lenta, ela foi contínua. Em 20/10/1910 foi criado o município de Ribeira e no mesmo ato foi concedido à sede municipal, fôro de cidade. Em 1930 a 1932, quando da revolução constitucionalista travaram-se vários combates em Ribeira, sendo a economia municipal grandemente afetada pela emigração em massa de seus habitantes. O município voltou a ser novamente

distrito e, após sofrer novas mudanças de divisão territorial e uma grande reorganização, retomou a categoria de município em 1936.

Sua economia era, em meados do século XX, de base agrícola, com a produção de milho, batata, café, cana-de-açúcar e suínos. Seu único centro consumidor era a capital de São Paulo – e seus vizinhos, no caso de produtos pecuários. Existia cerca de 23.500 ha de matas naturais e seu solo era rico em minérios, particularmente, o chumbo.

Ribeirão Branco

Francisco Caetano da Silva e sua esposa Maria Custódia doaram por escritura particular em 1864, um terreno – situado no território do município de Faxina (hoje Itapeva) - denominado de Boa Vista do Campinho para nele ser erguida uma capela do Senhor Bom Jesus. Paulatinamente, diversas famílias foram se estabelecendo ao redor da capela e Ribeirão Branco foi elevado a freguesia em 1882. No ano seguinte tornava-se vila e em 06/12/1892 foi criado o município com o nome de Ribeirão Branco (denominação do córrego que banha a região). Após 42 anos de sua elevação a município ele perdeu sua autonomia administrativa, passando à condição de Distrito de Paz do município de Faxina. Somente em 1944 foi restaurado o município de Ribeirão Branco com sede no distrito de paz de mesmo nome e com terras desmembradas de Itapeva (ex-Faxina).

Nos anos 50 as atividades básicas para a economia municipal eram a cultura do milho e a criação de suínos; além desses eram importantes: feijão, batata, alho, arroz, cana-de-açúcar, batata doce, pêra, laranja, mandioca mansa, cebola, pêssego, uva, marmelo, amendoim e banana. Os principais centros consumidores eram Itapeva e São Paulo. Os suínos eram exportados para Itapeva, Taubaté, Tatuí e São Paulo. Como riquezas naturais foram encontrados: talco (principal produto extrativo), cal, mármore, cobre e madeira.

Ribeirão Grande

Emancipou-se de Capão Bonito em 1991.

Riversul

Foi desmembrado de Itaporanga em 1924.

Taquarituba

Foi fundada por Francisco Ferreira Loureiro que procedendo de Itapeva, adquiriu uma parte das terras da Fazenda Lageado do município de São Batista do Rio Verde (atual Itaporanga). Fez construir uma capela sob invocação de São Roque e doou ao patrimônio da dita capela, gleba de terras situada à margem esquerda do Ribeirão do Lageado, afluente do rio Taquari, onde se iniciou a povoação em 1886. Com a denominação de Formiguinhas do Taquari foi criado o distrito policial em 1889, sendo que sete anos depois criou-se o Distrito de Paz com o nome de São Roque de Taquari, passando a denominar-se Taquari em 1905 e tornando-se vila no ano seguinte. A lei Estadual de 24/12/1925 criou o município, com território desmembrado de Itaporanga e apenas em 1945 o município mudou o nome para Taquarituba.

A agricultura – milho, arroz, feijão, algodão e café – e a pecuária bovina e suína constituíram as atividades econômicas fundamentais ao município, na década de 1950; exportavam seus produtos para a capital de São Paulo, Avaré, Itapeva, Sorocaba e Campinas. As indústrias presentes eram de arados e de máquinas de beneficiamento do arroz.

Taquarivaí

Emancipou-se de ITAPEVA em 1991.

Da análise das informações a respeito da história desses municípios sudoestinos paulistas depreende-se a forte presença de grandes extensões de terra nas mãos de um reduzido número de proprietários, sesmeiros e uma massa enorme de aventureiros, mineiros e lavradores pobres, cultivando para subsistência nas terras despovoadas do sertão da Província. Abandonados ao seu próprio destino, sem grandes perspectivas de futuro, seus habitantes contentavam-se com um pouco de terra para plantar e de uma capela para rezar. No ciclo do tropeirismo alguns deles prosperaram, a maioria continuou a tarefa de seus antepassados, pois era tudo o que sabiam e podiam fazer para se manterem e à sua família.

Passados pelo menos uma centena de anos desde suas fundações, nenhuma cultura de exportação se instalou no lugar. É claramente identificável a forte presença das atividades agropecuárias na economia da região, de gêneros alimentícios e cujo destino é o mercado interno regional e, no máximo o da capital paulista. As terras são de alguns e o solo continua seguindo sua vocação de produtor de alimentos básicos, subsidiários dos produtos exportáveis, abastecendo patrões e trabalhadores do Estado e do país.

A história da ocupação dos municípios deixa transparecer a propriedade desigual, a posse das terras do Sudoeste e a forma concentrada como foram sendo distribuídas ao longo do tempo. Na tentativa de entender a estrutura fundiária regional, a seguir são analisados seus antecedentes e sua posição atual.

3.3. Antecedentes Agrários

Nessa tese, assume-se dentre outras a hipótese de que a população residente hoje no Sudoeste paulista, ocupa um espaço com traços histórico-estruturais herdados do

processo inicial de formação da região - desde o tempo do regime das sesmarias - com base nos seguintes eixos explicativos: a maneira como foi encaminhada a questão agrária, a especificidade do mercado de trabalho e a natureza das políticas sociais.

A estrutura fundiária do Brasil de hoje tem fortes raízes no seu passado colonial. O regime sesmarial como foi transplantado para cá e sua evolução durante a formação territorial do país, deram as características básicas da estrutura social e econômica atual: uma excessiva concentração da posse da terra e uma forte diferenciação de classes sociais, entre dominadores e dominados. As leis e principalmente o uso que se faz delas é que determinam as prioridades em termos de quem e como serão utilizadas as terras.

O panorama fundiário do Sudoeste paulista parece fruto da evolução de uma estrutura agrária que teve seu começo no país na ocupação de grandes extensões de terras nas mãos de um reduzido número de "colonizadores", desses para seus herdeiros ou protegidos, evoluindo até chegar à distribuição de sesmarias na região.

Nesse período, para povoar a Colônia extensa e desocupada - que representava um desafio para a Metrópole portuguesa - a instituição de sesmarias emigrou para o Brasil como uma solução para o problema de ocupação efetiva da terra, retalhando-a e motivando o homem a se fixar. A sesmaria entregue para a constituição de engenhos e canaviais - que também ocupou a porção Noroeste da região de Sorocaba, porém só a partir do século XIX - representou o início da formação latifundiária do Brasil colonial. Dava-se preferência a homens de posses, capazes de construir engenhos, excluindo a possibilidade de obtenção de terras por gente mais pobre.

Foram, pois, concedidas as primeiras sesmarias para a criação de gado nos sertões do centro, norte e sul, visando a fixação do homem no interior brasileiro. As solicitações de sesmarias para estabelecimento de currais e fazendas acentuaram-se a partir do momento em que foram abertas estradas e caminhos que ligaram o Sul à outras partes da Colônia, em conexão com a descoberta de ouro com vistas ao

abastecimento das “minas gerais”. Os mais ambiciosos solicitavam sesmarias não somente para si, mas para toda parentela - irmãos, filhos, genros, sobrinhos - formando-se, então, imensos latifúndios.

A maioria dos tropeiros (vaqueiros) não possuía terra, eram remunerados em produto, podendo fazer criação de pequenos animais, utilizar o leite produzido e montar pequenos roçados de lavouras de subsistência; os moradores, plantavam roçados cercados nas várzeas do leito maior dos rios ou nas áreas de serras, onde faziam os desmatamentos.

Os centros urbanos eram pequenas povoações em torno de pousadas de tropeiros ou em partes de descanso das boiadas, que do sertão demandavam os centros povoados ou as áreas de mineração. Surgiam, então, os estabelecimentos que hospedavam os cavaleiros e que passaram a desempenhar também funções comerciais, com o aparecimento de pequenas casas comerciais, além de funções religiosas com a construção de capelas. Desse modo, as primeiras vilas e povoados foram, inicialmente, pequenos aglomerados que se tornaram centros de prestação de serviços os mais elementares, comerciais, religiosos, políticos, de saúde e, posteriormente, educacionais – com abertura de escolas (ANDRADE, 1982).

Alguns centros, em função da sua posição geográfica - localizadas em entroncamentos - ou da proximidade de minas de ouro, do desenvolvimento do seu comércio ou da implantação de serviços públicos, logo se destacaram dos demais, tornando-se vilas e cidades.

Com o açúcar, base econômica da restauração da Capitania de São Paulo, uma nova fisionomia para o território paulista foi se configurando. A política povoadora de Morgado de Mateus buscando a ocupação do solo, mediante concessão de sesmarias a um grupo seleta, foi atingindo até quase metade do atual território paulista, quando antes as linhas do povoamento detinham-se nas bordas da depressão periférica, onde se situa a região fisiográfica de Sorocaba. *“As atividades subsidiárias se desenvolveram como ancilares da cultura canavieira e um esboço de vida urbana vai se delineando mais para o fim do século, quando diversos núcleos de*

povoamento, alegando o desenvolvimento da cultura, são criados em “freguezias” (caso de Campinas em 1775) e, posteriormente, ainda com os mesmos argumentos relativos ao seu embasamento econômico, fazem jus à elevação de vilas, com a instalação do competente poder municipal” (MATOS, 1974).

Essa produção de gêneros agrícolas vinculou-se às atividades rurais de sesmeiros que, em áreas por vezes distantes, ocuparam as beiras dos caminhos de maior circulação, destinadas à subsistência das populações dedicadas a outras atividades econômicas. Nos campos de Sorocaba e de Piratininga iniciava-se uma rota que, cortando a cabeceiras do rio Paranapanema, atingia uma região de faisqueiras de ouro seguindo em direção ao sul da Colônia (ELLIS, 1961).

Ao longo do caminho para o Sul foram entregues sesmarias para o estabelecimento de fazendas de criação, currais e principalmente invernadas de gado e que também serviam para lavoura de subsistência. Foi nessa época - início do século XVIII - que surgiram as principais fortunas paulistas, geralmente tropeiros que se ocuparam do rendoso comércio. Multiplicaram-se as solicitações de sesmarias ao longo do caminho.

Havia certa incoerência na concessão de terras em sesmarias entre a exigência de aproveitamento das terras e as dimensões concedidas pela Metrópole - cujo objetivo inicial era ocupar e defender o território e, desenvolver atividades capazes de produzir em larga escala. As autoridades deduziam se o sesmeiro tinha condições de cultivar as terras em toda sua extensão, baseadas em dados fornecidos pelo próprio requerente. Os senhores de sesmarias, em geral, fixavam-se nas zonas rurais e nela podiam expandir seu poder e domínio. Os arraiais, vilas ou cidades não foram centros residenciais desses senhores, mas pontos de passagens e centros de comércio para seus produtos. Onde predominava a atividade pastoril, a dispersão da população era mais acentuada, em decorrência do próprio mecanismo de concessão de sesmarias (RITTER, 1980).

A atuação dos bandeirantes dos séculos XVI e XVII não exerceu grande influência sobre o povoamento da região Sudoeste paulista, dado que a origem dos núcleos

urbanos dessa época prende-se, predominantemente, à função de pousos de beira de estrada, para as tropas e seus responsáveis, como foi o caso de Itapeva e Buri, por exemplo. Já a origem de Itararé e vários outros municípios do Sudoeste, como se assinalou anteriormente, têm suas raízes na concessão de sesmarias que, depois de sucessivas transmissões, transformaram-se em latifúndios ao lado de miseráveis casebres e de pequenos sítios que também atendiam aos tropeiros, em viagem pelos mais distantes rincões do país.

Os conflitos pela terra politizaram-se e ganharam radicalidade no período de consolidação da independência do Brasil, numa fase de instabilidade econômica, política e social, que iria persistir por longo tempo, desde 1821 aos fins da década de 1840, projetando-se para a frente e marcando todo o processo de desenvolvimento ulterior da sociedade e da economia política brasileiras. Nessa conjuntura de crise é que foi encaminhada a discussão do Projeto que redundaria na Lei 601 de 1850 – Lei de Terras. Tratava-se, de um lado, da tentativa de por fim à situação caótica da propriedade rural e, de outro, de criar alternativas econômicas à organização da produção, sobretudo no que se referia à oferta da força de trabalho livre, necessária ao desenvolvimento da produção agroexportadora e uma alternativa à escravidão, que se findava. Nesse sentido, estabeleciam-se também as condições institucionais e jurídicas fundamentais para a transformação da antiga propriedade resolutive, fundada no instituto de sesmarias, em propriedade privada plena, absoluta, mercantil da terra. Demarcava, desse modo, os limites legais e legítimos da separação entre a propriedade territorial pública e privada no Brasil. A partir dessa lei, todas as terras, indistintamente, que não fossem legitimadas passavam ao domínio do Estado, conservando somente a posse do terreno que estivesse ocupado com efetiva cultura, tornando-se devoluto o que se achasse inculto. O objetivo era realizar a colonização sistemática baseada nas terras públicas e livres, que pudessem ser privatizadas e, assim, atrair colonos ricos, investidores, por um lado, e os pobres, por outro, que não podendo pagar pelas terras “livres estatais” teriam que trabalhar para aqueles até conseguirem adquirir sua própria terra .

No entanto, o fundo de terras para a dinamização da agricultura foi bloqueado na

prática: os latifundiários não providenciaram efetivamente a legalização e o registro de terras, e associados às burocracias locais – geralmente atreladas a eles próprios – bloquearam qualquer alternativa à demarcação e à arrecadação das terras devolutas. Fracassou na origem qualquer possibilidade de desenvolvimento do projeto agrofundiário para o país. Desde essa época a legalização da propriedade rural foi impedida pelos latifundiários, que deslocaram a solução do problema fundiário, jogando-o no corpo amorfo da colonização; essa sempre pensada em terras distantes dos domínios dos latifundiários. Desse modo, o problema fundiário remonta de 1850, negado na prática pelos potentados da terra, reduzido ou a um processo de colonização, sempre em terras distantes, ou à simples atração de mão-de-obra migrante e barata para servir aos latifúndios (JONES, 1996).

Sempre em todas as épocas econômicas e em todas as fases de ocupação, desde o Nordeste até o Sul do Brasil, ocorreram abusos relacionados à aplicação da lei e foram constantes as fraudes. O controvertido e raramente cumprido aproveitamento do solo como processo de distribuição de terras em sesmarias e, depois pela Lei de Terras, ocasionaram problemas que se alongam até os dias atuais.

De acordo com GALLARDO (1996) o índice de Gini¹⁴ - habitualmente usado para medir concentração de riqueza (qualquer que seja a variável selecionada para medí-la) - indicava alta concentração de terras no Paraná nos séculos XVIII e XIX: 0,91. Terras que pertenciam à Província de São Paulo, abrangendo grande parte do Sudoeste paulista. Os minifundiários, contudo, predominavam numericamente, quer no litoral quer no planalto paranaense. Em conjunto alcançavam 64%, considerando-se que pequenos eram os donos de lotes de até 100 ha, dos quais 41% tinham terrenos com menos de 20 ha e 23% entre 20 e 100 ha.

Na verdade o que essas cifras indicam é uma altíssima concentração de propriedade da terra, ilustrada pela comparação entre porcentagem do número de esta-

¹⁴O Índice de Gini é uma medida de concentração ou de desigualdade de uma distribuição. É um número adimensional variando entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo à unidade, maior é o grau de concentração. Em termos de convenção, pode-se classificar o nível de concentração da terra da maneira estabelecida por CÂMARA (1949, apud.CAMARGO et al. 1996): de 0,000 a 0,100 – concentração nula; de 0,101 a 0,250 – concentração nula a fraca; de 0,251 a 0,500 – concentração fraca a média; de 0,501 a 0,700 – concentração média a forte; de 0,701 a 0,900 – concentração forte a muito forte; de 0,901 a 1,000 – concentração muito forte a absoluta.

belecimentos e a área que ocupavam. Enquanto as propriedades de até 100 ha representavam apenas 1,6% da área total, propriedades acima de 5.000 ha - correspondendo a 2,4% do número total - apropriavam-se de 66,6% da superfície total ocupada no Paraná.

Assim, no período da conquista e ocupação que se estendeu do século XVI ao século XVIII, dominou uma formação econômico-social baseada numa rigorosa hierarquia de classes, cujo ápice era ocupado pelo sesmeiro, com seus fazendeiros-arrendatários, seguidos de empregados, os agregados, os moradores e na base, os escravos índios e negros.

Este sistema de organização do espaço profundamente concentrador da renda, da estrutura fundiária e do poder político, iria sofrer no século XIX, alterações, que perdurariam até a primeira metade do século XX, tanto em função da solicitação de novos produtos pelo mercado externo: a cana-de-açúcar, o algodão, o couro e, o café, como da melhoria das vias de escoamento da produção e também do crescimento demográfico, forçando a uma expansão das atividades produtivas destinadas ao mercado interno (ANDRADE, 1982).

3.3.1. Estrutura Fundiária Recente

Alguns indicadores como a área média dos estabelecimentos agropecuários e o Índice de Gini, contribuem para a caracterização da estrutura fundiária regional.

Historicamente, no caso brasileiro, o mencionado índice não tem apresentado mudanças expressivas desde 1940 - mantendo-se a média nacional em torno de 0,80 - situando-se entre as mais altas do mundo (INCRA, 1996).

Com relação a região Sudoeste paulista a estrutura fundiária no período final da década de 1980, não é homogênea. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1985 do IBGE, caracteriza-se pelo predomínio de propriedades de até 100 ha de área.

Contém alguns municípios com maior concentração da área pelos estabelecimentos grandes (acima de 200 ha até 3.000 ou mais ha), como os municípios de: Buri, Capão Bonito, Itapeva, Itararé e Ribeira. Por outro lado, compreende também municípios que se destacam pela melhor distribuição na posse da terra: Barão de Antonina, Itaporanga, Taquarituba e Riversul. Em sua maioria, a distribuição está entre a normalmente encontrada para o Estado de São Paulo. A participação dos pequenos estabelecimentos e o emprego da mão-de-obra familiar, no geral, é relativamente grande frente às outras regiões do Estado. O maior número de estabelecimentos familiares (de 1 a 5 ha) são encontrados em: Guapiara, Ribeirão Branco, Taquarituba, Itaporanga, Barão de Antonina, Riversul, Apiaí e Capão Bonito. Municípios que se destacam pela menor intensidade desses estabelecimentos são: Itaí e Buri.

As informações relativas a estrutura fundiária e sua evolução na Região de Governo (RG) de Itapeva¹⁵ desde a década de 1950 a 1985 mostrou, com base nos Censos Agropecuários (IBGE), aumento do número de propriedades agrícolas sendo que as pequenas foram as que mais aumentaram no período. Quanto à condição legal das terras, havia crescido o número de arrendatários e ocupantes. A produção agrícola da região, bastante diversificada e com predominância de culturas alimentares de consumo interno, parece ter se desenvolvido menos pelo fato das condições climáticas serem apropriadas, mais por serem restritivas aos cultivos de cana-de-açúcar, café, algodão e soja - culturas de exportação, implicando numa configuração diferenciada, relativamente às demais regiões paulistas. Feijão, milho e reflorestamento são expressivos, ao lado de fruticultura e olericultura. As atividades pecuárias se representavam por bovinos, suínos, caprinos e ovinos e a utilização de insumos foi considerada razoável no período estudado.

O índice de Gini calculado para a região demonstra crescimento pequeno porém persistente do grau de desigualdade na distribuição da posse das terras. No período de 1960 a 1980 o índice, calculado a partir dos Censos Agropecuários, aumentou de 0,828 para 0,839, indicando um grau de concentração da terras forte a muito forte, com predominância nos municípios de: Capão Bonito, Ribeirão Branco e Guapiara,

¹⁵A RG de Itapeva, pertencente à Região Administrativa de Sorocaba, é formada por dezoito municípios – que fazem parte dos 23 selecionados para essa tese – razão pela qual está sendo analisada no conjunto.

ficando Apiaí e Ribeira na classe de concentração de média a forte (SALLIT & SOUZA, 1987a).

A estrutura fundiária em todo período 1970-85 se configurava por estabelecimentos com até 50 hectares representando sempre mais que 82,0% no total e ocupando sempre menos de 23,9% da área, enquanto que 0,8% dos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares detinham sempre mais que 31,0% das terras. Torna-se mais evidente o processo concentrador ao se observar a perda expressiva de área total ocupada pelos pequenos estabelecimentos: de 23,9% em 1970 para 17,7% em 1985.

Para se obter um panorama mais atualizado da configuração agrária do Estado de São Paulo e de sua região Sudoeste, foram analisados os informes provenientes do Cadastro do Imposto Territorial Rural do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para 1992/93. Conquanto a base de cálculo dos estudos anteriores seja diferente, podendo provocar algum viés quando se tenta realizar comparações, os resultados não invalidam a observação de que persiste a concentração fundiária regional. Apesar de mostrar índices que apontam para menor concentração da posse da terra, os valores para 1992/93 ainda permanecem elevados: perto de 80,0% para propriedades com até 50 ha, numa área inferior a 24,0% ao lado de estabelecimentos com mais de 1000 ha (1,0%) ocupando aproximadamente 27,0% da área total regional. Esses dados mostram uma estrutura agrária extremamente desigual no tocante à propriedade da terra, certamente produto histórico de uma ocupação do solo.

Tal processo pode ter relação estreita com a presença da pecuária mista que ainda prevalece em estabelecimentos em estratos menores que o tamanho ocupado pela pecuária de corte extensiva, com a exploração da horticultura e também com a predominância de culturas anuais como o feijão e o milho.

A grande desigualdade da distribuição da posse e da propriedade da terra é uma das características básicas da estrutura agrária brasileira. A região Sudoeste do Estado de São Paulo, apesar de não se situar entre os expoentes máximos da má distribuição da terras do país, pertence à uma região agrícola do Estado com uma das maiores concentrações de posse da terra nos imóveis acima de 500 ha (0,805) e com as áreas médias das mais elevadas (60,04 ha) em 1993 (CAMARGO et al., 1996).

Cálculos do índice de Gini para 1992/93 (Tabela 3.2) apresentam uma média regional em torno de 0,744. Uma concentração de terra ainda bastante elevada na região Sudoeste do Estado de São Paulo. Especificamente, o índice de Gini calculados para os municípios que compõem a área de estudo foram:

Tabela 3.2

Índice de Gini para os Municípios do Sudoeste Paulista

Municípios	Índice de Gini
Apiaí	0,7663
Barão de Antonina	0,6989
Barra do Chapéu	0,7129
Bom Sucesso de Itararé	0,7341
Buri	0,7697
Capão Bonito	0,7564
Coronel Macedo	0,7202
Guapiara	0,7243
Iporanga	0,7926
Itaberá	0,7255
Itaí	0,7784
Itaóca	0,7644
Itapetininga	0,7687
Itapeva	0,7882
Itaporanga	0,6975
Itararé	0,7375
Nova Campina	0,0000
Ribeira	0,7775
Ribeirão Branco	0,7620
Ribeirão Grande	0,0000
Riversul	0,7123
Taquarituba	0,7283
Taquarivaí	0,0000

Fonte : Elaborados a partir de dados cadastrais do ITR (CADASTRO, 1993).

É marcante a desigualdade da distribuição das terras regionais, fruto de um processo historicamente concentrador, que tende para exclusão de um grande número de agricultores, muitos deles em bases estritamente familiares, que vão produzindo alimentos em escalas cada vez mais reduzidas ou vão sendo obrigados a cederem suas terras.

Uma reflexão sobre as principais características da região Sudoeste do Estado de São Paulo somente se completa à luz das determinações que constituíram seu movimento histórico. A região permaneceu como área periférica durante um longo período de tempo, sempre com crônicos problemas de infra-estrutura, sem representar o menor interesse às autoridades políticas e econômicas do país e/ou do Estado. Tanto assim, que se destinou a produzir culturas complementares e de baixa exigência quanto à organização empresarial, não constituindo uma base econômica sólida para o avanço de alternativas do setor agropecuário. Por outro lado e, como consequência, não se estruturou num complexo produtivo forte na agricultura da região, não se concentrando em capital produtivo, não centralizando o capital em grandes cooperativas e nem se firmando no agronegócio paulista.

O capital comercial mostrou-se hegemônico ao longo de vários séculos, predominando nas determinações do processo produtivo. O capital industrial-financeiro, fortalecido pela cafeicultura que implicou em características específicas de articulação da produção, praticamente inexistiu.

A região Sudoeste – assim como o Vale do Ribeira – foram as únicas áreas paulistas não ocupadas com a expansão cafeeira. No Sudoeste prevaleceram as zonas de pastagem, partindo das invernadas e da agricultura de subsistência, evoluindo para a produção comercial de alimentos voltadas ao mercado interno, com pouca ou nenhuma industrialização e encoberta por uma estrutura fundiária concentrada, representando uma área bem menos desenvolvida que as demais regiões do interior paulista.

Tais particularidades inerentes ao processo histórico constitutivo da economia regional levam à dominância de lógicas distintas em relação a regiões de agricultura

industrializada, imprimindo um sentido peculiar à sua dinâmica econômica e social.

Essa descrição do quadro histórico geral e do posicionamento da região Sudoeste do Estado de São Paulo, deixa transparecer um nítido problema de subdesenvolvimento regional com características próprias. Trata-se de uma região situada relativamente próxima da metrópole paulistana - considerada como o grande pólo irradiador de desenvolvimento para o território nacional - mas que não chegou a receber os efeitos positivos dessa proximidade. Esclarecer as causas que determinaram essa situação envolve o conhecimento do processo histórico, o diagnóstico atual, bem como o estudo mais detalhado das potencialidades da região, procurando sugerir ações que promovam as atividades e a integração necessária na busca do desenvolvimento sócio-econômico regional.

Para tanto, é preciso conhecer seus recursos naturais, as características edafoclimáticas (des) favoráveis às explorações agropecuárias/florestais, o uso atual e aptidão dos solos da região, buscando conhecer suas limitações e possibilidades visando a sustentabilidade do Sudoeste paulista .

Capítulo 4: CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E OCUPAÇÃO DO SOLO

Uma região se compõe de várias sub-regiões com distintas condições de solo e clima e, portanto, com distintas aptidões para produzir diferentes bens agrícolas. Conquanto a tecnologia permita superar, em parte, as limitações decorrentes das condições ecológicas, ressalta-se que a imobilidade dos recursos naturais restringe o raio de ação do planejamento e condiciona, parcialmente, as decisões relacionadas com seu uso para a produção agrícola.

Para tanto, procura-se, a seguir, apresentar uma descrição do meio físico da região Sudoeste do Estado de São Paulo

A configuração de um terreno com todos os seus acidentes e objetos que se achem à sua superfície permite entender sua paisagem. O estudo lingüístico ou histórico da origem dos nomes dos lugares remete o pensamento ao lugar, à sua conformação e posterior transformação e estabelece uma imagem dos primórdios de sua ocupação e de suas características físicas inicialmente intocadas pelo homem, essenciais para a convivência e sobrevivência humana. Os topônimos muitas vezes retratam as características naturais dos lugares, suas riquezas minerais ou seus recursos hídricos e florestais e auxiliam na visualização do ambiente físico.

Na região sudoeste do Estado de São Paulo, dos 23 municípios que a compõem 19 deles receberam nomes derivados de sua natureza original, a maioria de origem tupi-guarani e que significam ¹:

Apiáí (antes *apiay*): lugar alagado, úmido, sujeito a inundações;

Buri: uma das muitas espécies de palmeiras;

Capão Bonito: *caá* (mato)-*pãu* (ilha), ilha de mato, porção de mato isolado no meio do terreno;

¹SILVEIRA BUENO, Francisco da. Vocabulário Tupi-Guarani Português (1982).

Guapiara: *gua-pira*, o começo do vale, as cabeceiras, as nascentes;

Iporanga: *y* (rio, água) *poranga* (bonito), água, rio bonito;

Itaberá: *ita* (pedra), a pedra brilhante, o diamante;

Itaí: *ita* (pedra) *y* (rio), rio de muitas pedras;

Itaóca: *ita* (pedra) *oca* ou *oga* (casa), casa de pedra, a lapa, a furna, a gruta;

Itapeva: *ita-peba*, a pedra chata, a laje;

Itapirapuã Paulista: *ita-pira* (pedra alta, penhasco) *puã* (redonda), a pedra empinada e arredondada;

Itaporanga: *ita* (pedra) *poranga* (bonito), a pedra bonita;

Itararé: *ita* (pedra) *rare* (solapada), a pedra escavada, oca, sumidouro;

Nova Campina: (campina) campo extenso pouco acidentado e sem árvores;

Ribeira²: o terreno banhado por um rio, lugar baixo à beira de rio;

Ribeirão Branco²: (ribeirão) curso de água menor que um rio e maior que um riacho;

Ribeirão Grande²: (ribeirão) idem ao anterior;

Riversul (antes Ribeirão Vermelho do Sul) ²: (ribeirão) idem ao anterior;

Taquarituba: *taquari-tyba* (taquara fina), lugar de muitos taquaris ou taquaras;

Taquarivaí: (derivado *taquaray*), rio das taquaras pequenas.

As designações dadas aos municípios do Sudoeste demonstram bem a abundância hídrica da região bem como demarcam seus relevos, riquezas naturais, nascentes e

²HOLLANDA, Aurélio B. de. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1986).

sumidouros, ainda hoje presentes no lugar, atrações que podem até reverter o relativo atraso regional e imprimir um desenvolvimento há muito esperado por sua população.

A caracterização dos recursos naturais e dos aspectos climáticos, dos recursos edáficos, florestais, hidrológicos, faunísticos e geomorfológicos, possibilitam estabelecer zonas que apresentam potencialidades e limitações similares quanto ao uso do solo nas atividades agropecuárias, de silvicultura, de pesca e também turísticas. O aspecto ecológico tem significativa importância ao processo de produção agropecuária. O desenvolvimento de um país ou de uma região depende dos recursos naturais disponíveis e do grau tecnológico e cultural alcançado para atingir sua exploração econômica racional. A agricultura é uma atividade econômica que depende, em grande parte, do meio físico.

Em função dessas características, uma avaliação qualitativa da disponibilidade dos recursos de terra do Estado de São Paulo em geral e de sua região Sudoeste em particular - com aspectos relativos ao meio físico - permite entender sob qual base está acentada sua produção agrícola. O panorama do uso atual das terras somado à análise das condições edafoclimáticas, leva a aprofundar a pesquisa sobre as potencialidades do solo, buscando alternativas de seu melhor uso, com a adoção de distintos níveis de manejo (dos solos) indicação de diferentes tipos de utilização, que permitam sua sustentabilidade.

As limitações e as possibilidades resultantes da interpretação das características **edáficas** associadas aos atributos **relevo e erosão** são definidas pela classificação de "Capacidade de Uso das Terras", que é interpretada por meio da caracterização imediata da aptidão desses solos e da maneira pela qual deverão ser manejados, com vistas à sua conservação, aumento da produtividade e uma adequação racional das terras a diferentes categorias de explorações agrícolas (DONZELLI & CHIARINI, 1987).

A importância dessa classificação e do conhecimento sócio-ambiental da região Sudoeste paulista, ressaltando suas potencialidades, está em atender aos objetivos finais de um desenvolvimento ambiental, social e economicamente sustentável, priorizando sobretudo a conservação de seus ecossistemas e a reorientação do

desenvolvimento regional que tem sua economia altamente dependente da agropecuária.

A documentação utilizada no diagnóstico do meio físico e biótico do Estado e da região Sudoeste é apresentada aqui num alto nível categórico, embora para a área de estudo tenha-se buscado, sempre que possível, um grau maior de detalhamento apresentado em alguns estudos específicos sobre a região. Mesmo num patamar de semi-detalhe, no caso dos inventários pedológicos recentes, observa-se que existe grande variação de solos, às vezes a distâncias relativamente curtas.

Os dados apresentados, apesar de não representarem a totalidade de cada área, demonstram características gerais de cada subunidade. Quanto mais pormenorizados os levantamentos - correlacionado com o grau de utilização das terras - melhor se pode conhecer sobre o solo para permitir incrementos na produtividade, boa precisão nos planejamentos regionais e das propriedades agrícolas e, ainda, condições mais seguras para a proteção das terras, evitando seu desgaste e a poluição dos cursos d' água. Esses conhecimentos são necessários à execução de obras e práticas agrícolas adequadas regionalmente com vistas à modernização dos sistemas produtivos - mais racionais e eficientes - e elevação dos níveis tecnológicos das explorações, sem depredar os recursos naturais regionais (NOGUEIRA et. al., 1998) .

4.1. Caracterização do Sistema Natural

4.1.1. Clima

“Clima e geologia são os fatores básicos que condicionaram entre nós as feições topográficas, pedológicas, hidrológicas e fitogeográficas compondo, em síntese, as particularidades dos diferentes tipos de paisagens e das possibilidades passadas, presentes e futuras no que concerne ao ambiente físico” (SETZER, 1966).

O Estado de São Paulo - localizado na região Sudeste do Brasil - é cortado pelo

Trópico de Capricórnio e possui praticamente todo seu território entre os paralelos 19° 45' e 25° 10' de latitude Sul, o que o classifica como de características climáticas tipicamente **tropicais**. Porém, ocorre que uma grande parte dele está em área montanhosa de altitude - onde as temperaturas são bastante amenas - podendo ser classificado como **tropical de altitude**. As chuvas são em geral abundantes, sobretudo na estação estival, tomando o clima - tropical úmido - muito propício à agricultura e a pecuária em geral. Devido a sua grande extensão territorial, apresenta regiões ecologicamente distintas, onde o desenvolvimento da agropecuária é diferenciado, principalmente em função das condições climáticas. Entre a região sul e a Noroeste, por exemplo, é grande a diferença na distribuição de chuvas durante o ano, ocorrendo geadas no sul do Estado e nas áreas altas das regiões montanhosas - Serras do Mar e da Mantiqueira - e secas extemporâneas (veranicos) nas fases biológicas críticas das culturas. Esses fatores exigem estudos mais regionalizados e no grau mais detalhado possível, em função dos objetivos que se pretenda perseguir (MARTIN et al., 1991).

No caso específico do Sudoeste paulista, um conhecimento qualitativo e quantitativo detalhado sobre as reservas potenciais de suas terras para uso agrícola, corresponde a uma das premissas básicas da pesquisa e com vistas ao planejamento do desenvolvimento da agropecuária regional.

Conforme a classificação climática de Koeppen, de acordo com SETZER (1966) e CAMARGO et al. (1989), o Estado de São Paulo abrange seis tipos distintos, todos correspondentes a climas úmidos. O clima que compreende a maior área é o **Cwa** - caracterizado como tropical de altitude, com inverno seco e verão quente - ocupa toda parte central do planalto. Algumas áreas serranas, nele encravadas, são classificadas no tipo **Cwb**: verão ameno. As regiões mais baixas a Noroeste - situadas nas proximidades dos rios Paraná e Grande, mais quentes, pertencem ao tipo **Aw**: tropical chuvoso com inverno seco. Ao Sul do planalto - margens do rio Ribeira de Iguape - aparecem faixas de clima tropical do tipo **Cfa**: com verão quente, sem estação seca de inverno, do tipo **Cfa**. As áreas serranas, mais altas, das serras do Mar e da Mantiqueira, têm clima classificado como **Cfb**: com verão ameno e chuvoso o ano todo.

Finalmente, a faixa litorânea recebe a classificação **Af**, representando clima tropical chuvoso, sem estação seca.

Na região Sudoeste do Estado de São Paulo, de acordo com a classificação de Koeppen, distinguem-se dois tipos climáticos que podem ser relacionados aos grandes compartimentos do relevo regional: faixas de clima tropical, com verão quente (tendo um período mais chuvoso entre dezembro e fevereiro) sem estação seca de inverno - sendo julho e agosto os meses mais frios e mais secos - do tipo **Cfa**. As áreas serranas - do Mar e da Mantiqueira - com verão ameno e precipitações bem maiores que as do inverno, têm clima classificado como **Cfb** - subtropical mesotérmico úmido ou sub-úmido, sem estação seca definida, com temperaturas médias nos meses mais quentes entre 10° C e 22° C. A isoeta que representa essa porção da região é a de 1.500 mm e em setores mais a Oeste (Itapirapuã) a de 1.300 mm.

Segundo a classificação de PAES DE CAMARGO (1991), os principais tipos climáticos da região, são: **TA-UM** - tropical ameno úmido. A temperatura média anual varia entre 19° C a 21° C e a deficiência hídrica média anual varia de 1 a 40 mm; **ST-PU** - subtropical permaúmido, com temperatura média anual variando entre 17° C e 19° C e a deficiência hídrica média anual nula; e **ST/TR-PU** - subtropical/tropical permaúmido, com uma temperatura média anual variando de 17° C a 22° C e deficiência média anual nula.

Resumidamente pode-se destacar que parte da região é caracterizada por apresentar um inverno rigoroso, sem estiagem, com probabilidade de geadas. Ao lado de porções territoriais onde as condições de clima tropical úmido são muito favoráveis ao intemperismo, o que se deve à alta temperatura, associada com umidade e uma constante renovação de elementos pela lixiviação promovida pela água que penetra através do perfil, exigindo que se faça sempre análises de solo para correção em suas deficiências.

4.1.2. Aspectos Geomorfopedológicos

O clima e a geologia são fatores básicos pois a estrutura geológica sabe-se, que influencia diretamente na conformação dos solos. Em São Paulo, a estrutura permite realizar uma divisão geomorfológica diretamente ligada às regiões naturais e ecologicamente distintas em províncias. O estudo da diferenciação litológica, por sua vez, informa os terrenos que estariam mais dispostos a erosão natural e, conseqüentemente, àquela provocada por ações antrópicas que podem agravar a ocupação inadequada do solo.

Com base na Divisão Geomorfológica do Estado de São Paulo, a região Sudoeste paulista encontra-se, em quase sua totalidade, na **Depressão Periférica**, extensa porção rebaixada, de topografia colinosa. Ocupa também porções da **Província Costeira** - com grande complexidade litológica e de situações topográficas diferenciadas em função da intensa morfodinâmica - e do **Planalto Atlântico** - o qual apresenta conformado pelo processo contínuo de dissecação do rio Ribeira e seus afluentes, predominantemente em granitos e gnaisses. Compreende, pois, as manchas do Planalto Atlântico - onde se insere o **Planalto de Guapiara** - da Depressão Periférica - abrangendo a **Zona do Paranapanema (Área Colinosa)** que se estende basicamente sobre formações permocarboníferas (grupo Itararé) e devonianas (grupo Furnas) em uma das bordas da Depressão; e, do **Planalto Ocidental**, da **Província Costeira** - abrangendo a Zona da Serrania Costeira: sub-zona da Serrania do Ribeira e sub-zona dos Planaltos Interiores e das **Cuestas Basálticas** (NEGRI NETO et al., 1995).

Na Depressão Periférica é onde ocorre, freqüentemente, solos arenosos, de baixa fertilidade, inclusive parte dos cerrados, enquanto o Planalto Atlântico é a região mais acidentada do Estado. No Planalto Ocidental predominam solos com limitação moderada a severa de fertilidade natural e alta suscetibilidade à erosão e na Província Costeira e nas Cuestas Basálticas há presença de solos com baixa retenção de umidade e de fertilidade e com drenagem excessiva.

NEGRI NETO et al. (1995) apresentam uma descrição das áreas geomorfológicas e da vegetação da região, representando áreas ou unidades de paisagem:

- **Planalto Atlântico**

Ocupa toda a porção Sul e Leste da região, numa faixa de terrenos cristalinos e cristalofiliário pré-Devonianos - rochas antigas compreendendo o terreno do Escudo Atlântico, datando do período Proterozóico Superior, de 1.000 a 570 milhões de anos. Ao lado dos afloramentos graníticos, aparecem xistos, filitos, lentes de calcário e quartzitos do grupo São Roque. No conjunto, esta unidade é representada por morros e serras, com altitudes que podem alcançar 1.300m. Embora se constitua numa unidade perfeitamente individualizada, tanto sob o aspecto estrutural como geomorfológico, uma observação mais detalhada mostra unidades bastante diferenciadas em três zonas a saber: Serrania de São Roque, Planalto de Ibiúna e Planalto Cristalino Ocidental. Nesses planaltos existem alguns tipos de relevo mais recorrentes, associados às litoestruturas que os sustentam, que são: 1) morros e morrotes graníticos do Planalto de Ibiúna; 2) morros e morrotes sustentados por granitos e migmatitos do Planalto Paulistano e 3) morros e morrotes graníticos; colinas, morrotes e morros paralelos suportados por filitos; morrotes, morros paralelos e cristas suportados por lentes de quartzito; associação de quartzitos e filitos; e morros cársticos associados ao calcário, e a intercalação de filitos e quartzitos do Planalto de Guapiara, onde se encontram parte dos municípios que pertencem à região Sudoeste (IGC, 1981).

Apesar de grandes diferenciações morfológicas e litológicas, estas áreas são cobertas pelos mesmos tipos de solos: afloramento rochoso nos topos e solos pouco desenvolvidos e rasos nas altas vertentes (**Litossolos e Cambiossolos**); solos profundos e bem desenvolvidos, ácidos bem drenados e de fertilidade natural baixa nas médias e altas vertentes (**Podzólico vermelho-amarelo**) e solos azonais pouco desenvolvidos (**Aluviais**) ou solos intrazonais mais desenvolvidos (**Hidromórficos**) nas baixadas e depressões.

Os solos identificados na região Sudoeste apresentam, de uma forma geral, características que refletem as condições locais de clima úmido (sem estação seca) e permaúmido, rochas predominantemente cristalinas e forma de relevo ora acidentado ora plano de várzea.

Os tipos de solos predominantes na região são: **Latossolo Vermelho Escuro** - sendo de regulares a não adequados à agricultura e têm como principal limitação à produção a baixa fertilidade, juntamente com a relativa facilidade com que perdem a fertilidade natural, quando cultivados pelo modo convencional; o **Latossolo Vermelho Amarelo** - com uma baixa saturação em bases, o que lhe confere restrições quanto ao seu uso agrícola; o **Podzólico Vermelho Amarelo** - apresenta, em sua maioria, uma saturação de bases acima de 50%, dando-lhes um caráter eutrófico, mesmo assim esses solos têm problemas de fertilidade devido à baixa capacidade de troca de cátions e aos baixos teores de fósforo observados. Ambos possuem estrutura física fracamente desenvolvida, representadas por agregados pouco resistentes e de fraca estabilidade, favorecendo a erodibilidade do solo. Os locais onde aparecem solos podzólicos (V.A) são ainda mais susceptíveis à erosão hídrica, pois a presença de um horizonte B com acúmulo de argila dificulta a infiltração da água, fazendo com que ela circule nos horizontes superficiais. Os latossolos, ao contrário, sendo muito permeáveis devido à homogeneidade de sua textura, sofrem lixiviação vertical da superfície até profundidades maiores. Nas áreas com terras mais planas e com baixas declividades, o emprego de técnicas de conservação do solo e sua recuperação química podem favorecer o cultivo de diversos produtos agrícolas em grande escala de produção; há também o **Regosol "Intergrade"**, solos aluviais e/ou hidromórficos, com problemas sérios de encharcamento e de baixa fertilidade, oferecendo dificuldades à mecanização agrícola (DONZELLI & CHIARINI, 1987) e (MARTIN et al., 1991).

Na unidade do Planalto de Guapiara as características ambientais são muito adversas às consideradas ótimas para a utilização do solo e apesar deste apresentar melhores condições de fertilidade natural e melhor estrutura - que favorece a sua estabilidade - a declividade é um fator crítico nesta área. Com exceção das subunidades de colina e de baixadas, todas as outras possuem declividades de 20% a 40% - sendo muito

susceptíveis à erosão. A presença de solos **litólicos** e **cambiossolos**, por serem pouco desenvolvidos - sobretudo os litólicos - causam certa dificuldade quanto ao perfeito desenvolvimento das raízes e à capacidade de armazenamento de água. Nas áreas serranas do Sudoeste tem-se: nos relevos cársticos a presença da **Rendzina** - solo raso peculiar à litologia (em rochas calcáreas); nos diques básicos - elaborados em rochas eruptivas básicas - a cobertura, nas altas vertentes, é de **Terra Rocha Estruturada**. Essa última corresponde aos solos com boas condições físicas e químicas para a exploração agrícola - resultado de decomposição deste magma basáltico. Já as baixadas são cobertas por solos **aluviais** e/ou **hidromórficos**, freqüentemente com problemas associados a excesso de água, fertilidade baixa, e limitações à mecanização impostas ou pelo encharcamento ou pelo relevo muito acidentado (CPA/SMA, 1996).

De modo geral, como se observou acima, a maioria dos solos da região apresenta fertilidade baixa, com problemas de acidez e suscetibilidade à erosão em função, também, dos relevos dessa área. Uma parte dos solos e a capacidade de uso das terras na região, apresentam limitações à atividade humana relacionada à agricultura em larga escala. Este fato está associado ao relevo que em grande parte apresenta-se acidentado. Os solos que podem ser considerados como mais adequados à agricultura apresentam ocorrência restrita, em pequenas áreas com setores de relevo favorável. Já os solos "regulares" ou de adequabilidade restrita ocorrem em áreas mais extensas, porém com alguns problemas.

Entretanto a despeito das adversidades encontradas nestas áreas, sua ocupação é uma realidade e a maioria dos agricultores aí instalados, impossibilitados de outras alternativas de produção, procuram vencer as limitações, adaptando os trabalhos agrícolas às condições naturais, de forma a preservar a terra, o seu mais importante fator de produção.

- **Depressão Periférica**

Constitui uma faixa de terrenos sedimentares da Bacia do Paraná - datando do período Paleozóico, período carbonífero superior de 290 a 251 milhões de anos - com grande variedade de rochas em que se destacam arenitos, siltito, varvitos, calcáreos, folhelhos, que se interpõem entre as terras altas do Planalto Atlântico e a escarpa das Cuestas Basálticas, do Planalto Ocidental. Apresenta no conjunto uma unidade de relevo suavemente ondulada, de topos bastante planos com altitudes em torno de 600m e amplos vales fluviais. Essas rochas sedimentares, mais tenras que os terrenos cristalinos, apresentam menos resistência aos processos que desagregam as rochas, com maior predisposição à erosão natural e por ação antrópica. Em relação às possibilidades econômicas dos terrenos, apesar da ocorrência de algumas jazidas de carvão e da existência de folhelhos pirobetuminosos (PETRI, 1964 apud NEGRI NETO et al., 1995), as maiores riquezas se encontram no **calcáreo e dolomitos** - para a fabricação de cal e pó para corretivos de acidez do solo - e na **argila**. Os municípios do Sudoeste que se acham sobre a Depressão Periférica, se concentram na Zona do Paranapanema.

- **Planalto Ocidental**

A porção da região dentro do Planalto Ocidental, não chega no seu todo, a apresentar características dessa maior unidade do relevo do Estado de São Paulo. Localiza-se nos interflúvios, que se colocam entre os rios Paranapanema e o Pardo, e entre este e o Tietê - onde ocorrem os terrenos de Cretáceos superior do grupo Bauru. Eles apresentam relevo tabuliforme de vertentes suavizadas. A maior parte dessa unidade está localizada na Província das "Cuestas Basálticas" - onde se encontram os municípios de Barão de Antonina, Coronel Macedo e Itaporanga - e na sub-região Alto Planalto (ALMEIDA 1964 apud NEGRI NETO et al., 1995). Está compreendida entre os rios Paranapanema e Tietê, constituindo-se numa das mais expressivas seções do relevo de Cuestas do Estado de São Paulo, que é a Serra de Botucatu. Longe de um traçado regular, a "frente" da Cuesta apresenta-se extremamente festonada e

fragmentada pelos boqueirões abertos pelos rios conseqüentes, sobretudo do Tietê e Paranapanema e pelos rios obseqüentes que, nascendo no alto da Cuestas, descem para a Depressão. A esse fato, juntam-se as variações de espessura dos derrames basálticos, que se interpõem entre as camadas do Arenito de Botucatu. Disso resulta uma frente com perfil de traçado bastante irregular, com escarpas, morros testemunhos e pre-cuestas. As riquezas minerais dessa unidade são pouco expressivas. Apenas os terrenos do grupo São Bento oferecem indiretamente a “terra roxa” , como solo agrícola de melhor qualidade.

- **Província Costeira**

A porção regional nessa Província fica circunscrita à zona da Serrania Costeira - que engloba a Serrania do Ribeira e os Planaltos Interiores, numa área de rochas do grupo São Roque, drenada pela bacia do Ribeira, cujos rios entalham com relativa facilidade as rochas xistosas, exatamente onde a escarpa da Serra de Paranapiacaba tem seu maior recuo para o interior. Caracteriza-se pelos relevos mais movimentados e enérgicos da região, com grandes amplitudes altimétricas. No topo da Serra de Paranapiacaba, nas proximidades de Apiaí, ela alcança 1.000 m de altitude, caindo a menos de 100m na calha do Ribeira e gradativamente passa por um aumento em altitude até atingir 1.200m na serra do Cadeado. Os interflúvios principais têm seus topos nivelados com a superfície de cimeira e caem em direção ao rio Ribeira. Os vales são profundos, encaixados e de grande amplitude, com estreita relação entre as rochas de embasamento e os tipos de relevo observados, que são morros e montanhas sustentadas por rochas graníticas; montanhas por filitos e calcários; cristas e morros paralelos sustentados por quartzitos e filitos com intercalações de quartzitos; morrotes e morros cársticos, por calcário; morros e morros paralelos sustentados por migmatitos do Grupo Açungui (SNPLAN/MA, 1996). Os diferentes tipos de escarpas e os morros sedimentares associam-se a diferentes tipos de rocha, já que sua morfologia é definida por sua gênese (PETRI, 1964 apud NEGRI NETO et al., 1995).

A região caracteriza-se por apresentar diferentes situações topográficas definidas por relevos com histórias evolutivas e condições morfodinâmicas distintas, conformando zonas geomorfológicas diferenciadas. Para melhor ilustração dos relevos, a seguir, procura-se caracterizá-los.

Quanto às formas de relevo presentes na região, predominam: **Relevos de Degradação**, em Planalto Dissecado, com destaque para declividades de médias a altas (acima de 15%) compreendendo um grande número de municípios situados em Relevo de Morros - com amplitudes locais de 100 a 300 m - seguido de Relevo de Morrotes (com amplitudes locais inferiores a 100 m) e de Relevo Montanhoso - cujas amplitudes locais estão acima de 300 m; **Relevo Colinoso** - já este com baixas declividades (até 15%) e amplitudes locais inferiores a 100 m. Aparecem ainda alguns municípios em **Relevos de Transição**, nas escarpas - onde predominam declividades altas (acima de 30%) e amplitudes locais maiores que 100 m - e outros em **Relevo de Agradação**, nas planícies aluviais - com terrenos baixos e mais ou menos planos, junto às margens dos rios (IGC/CARTA TOPOGRÁFICA, 1985) e (IPT, 1981).

Na porção entre Itapeva e Itararé, predomina relevo suavemente ondulado, em uma extensão alongada de terras, situadas entre terrenos cristalinos ao Sul e os rebordos do planalto arenítico-basáltico ao Norte, com altitudes médias que variam entre 600 e 800 m (LIBÓRIO, 1994).

A ocorrência de rochas calcárias na região está relacionada, em parte, à Província Espeliológica do Ribeira - a maior da região Sul e Sudeste do Brasil. Nessa Província são conhecidas e cadastradas mais de 310 mil cavidades naturais, conhecidas como cavernas, grutas, abismos, etc., sendo que cerca de 270 localizam-se na região de estudo, com maior concentração nos municípios de **Iporanga** e **Apiaiá**; ocorrendo também nos municípios vizinhos de Eldorado e Barra do Turvo. Entre as cidades de **Itapeva**, **Itararé**, **Nova Campina** e **Bom Sucesso de Itararé**, estendem-se o Canyon do Itaguá e a cidade dos Gigantes (PANNUNZIO, 1995).

4.1.3. Recursos Naturais

- **Recursos Hídricos**

Como se observou pela maioria dos topônimos, citados no início deste capítulo, na região Sudoeste paulista correm centenas de rios e riachos formadores de importantes bacias hidrográficas: Paranapanema, Tietê e do Ribeira. Na região serrana os altos espigões definem o divisor de águas que alimentam as duas grandes bacias: em direção ao litoral, a bacia do rio Ribeira de Iguape e em direção ao interior a bacia do Rio Paranapanema (UNIP, 1997). Sua densa rede hidrográfica é constituída por rios e córregos procedentes, em sua maioria, da área cristalina ao Sul dos municípios de Itapeva e Itararé, e correm em direção oposta, sendo que alguns - como o **Itararé** e o **Pirituba** - o fazem através de profundos entalhes, com 150m ou mais de desnível, alcançando cerca de 300m no cânion do rio Itararé. As rochas metacalcárias - muito comuns na região - propiciam a existência de cavernas, sumidouros e demais feições de dissolução, com conseqüente estabelecimento de redes de drenagem subterrâneas de alta complexidade (LIBÓRIO, 1994). Na medida em que as altitudes vão decrescendo em direção ao Norte e ao Oeste, a drenagem toma-se mais densa e superficial o que reflete em uma maior movimentação do terreno. Merecem destaque os rios Itararé - na divisa com o Estado do Paraná - o **Verde** que fixa os limites entre Itararé e Itapeva, o Pirituba e o **Apiaí-Guaçu** - estes últimos no município de Itapeva - o **Taquari** que é caracterizado como patrimônio ecológico deste mesmo município (Lei Orgânica, art. 200, IV), o **Paranapanema**, o **Rio da Almas**, o **Apiaí-Mirim**, o **Paranapitanga**, o **Turvo** e o **Taquaral** que serpenteiam por regiões acidentadas e serranas e o **Rio Ribeira**. Com suas nascentes na vertente leste da Serra de Paranapanema, em altitudes superiores a 1.000 m, o rio Ribeira tem como principais formadores os rios Ribeirão Grande e Açungui, em território paranaense. De entalhamento remontante e forte condicionamento estrutural, visível pelo alinhamento de vales e cristas na região do alto e médio curso, o rio Ribeira atravessa região de

planaltos e serras e chega na porção do baixo curso com grande volume de água oriundo de sua rede hidrográfica, alimentada pela alta pluviosidade.

Em vários pontos do território, não há proteção dos mananciais nem por matas protetoras de nascentes nem por matas ciliares, o que acarreta severos prejuízos para o volume hídrico e para a preservação do solo.

Quanto aos aspectos hidrogeológicos, os principais aquíferos da região são relativos aos sedimentos quaternários que se concentram nas planícies aluvionares dos rios. As rochas cristalinas ígneas e metamórficas, do pré-cambriano, não formam um aquífero regional, mas apresentam condições locais favoráveis e são exploradas em poços (LIBÓRIO, 1994).

- **Riquezas Minerais**

No Sudoeste paulista existe grande concentração de grutas calcáreas e cavernas, pouco conhecidas dos brasileiros. São mais de 160 grutas, destacando-se, entre elas, a **gruta do Santana**, a maior e mais ornamentada do Estado com 5.680m; a **Caverna do Diabo**, a **Caverna da Casa da Pedra**, com o maior pórtico de entrada do mundo de 176m de altura, o **Abismo do Fóssil**, importante depósito de fósseis do Pleistoceno brasileiro e a **Caverna de Areias**.

No subsolo, encontram-se grandes riquezas minerais: ouro, prata, chumbo, cobre, mármore e extensas jazidas de calcáreo para cal e cimento, que afloram em toda a área. Além de carvão mineral, existem atualmente, fábricas de cimento e dezenas de pequenas indústrias de cal, responsáveis pelo suprimento dos Estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais (PANNUNZIO, 1995).

Sobretudo nos terrenos do grupo São Roque, os incalculáveis minerais se distribuem em: **ouro** e **prata** em Apiaí; minérios de **cobre** em Itapeva, Guapiara e Ribeirão Branco; minérios de **chumbo** em Apiaí, Capão Bonito e Iporanga; **caulim** em Itapeva e **quartzitos** em Itararé e Ribeira. Os **calcários** e **dolomitos** parecem, no entanto, ser as

principais riquezas minerais dentro dessa unidade. Apesar de apresentar depósitos descontínuos, pode-se identificar na região duas áreas de maior ocorrência: de Itapeva e Capão Bonito; e, para o Sul até Iporanga e Apiaí.

Segundo JORGE (1969 apud NEGRI NETO et al., 1995), as maiores reservas de **calcário** encontram-se em Capão Bonito, Apiaí, Ipiranga, Parnaíba, Sorocaba, Franco da Rocha e Iporanga e de **dolomítico** em Itapeva e Itararé.

Os recursos minerais são de significativa importância para a região tanto no que se refere aos seus impactos ambientais como pela importância dinamizadora que têm representado para as economias de alguns seus municípios, caso de Apiaí, por exemplo na produção de cimento. Porém, se por um lado oferece grande interesse econômico pelos recursos minerais que contém, por outro cria uma série de problemas, por estar sujeita a um intenso processo erosivo, e não raro, a movimentação coletiva dos solos quando retirada a vegetação.

- **Recursos Florestais**

A área destaca-se como a segunda do Estado em termos de área ocupada com florestas naturais. As maiores reservas paulistas - florestas latifoliadas e de araucária angustifolia (pinheiro brasileiro e do Paraná) - concentram-se nas regiões serranas (Serra do Mar, Serra da Mantiqueira e do Paranapiacaba) e na região Sudoeste do Estado de São Paulo.

A região desfruta de uma natureza exuberante para o desenvolvimento do turismo ou ecoturismo mais propriamente, que poderia dar aproveitamento econômico às extensões de mata Atlântica. A Fazenda Intervalles é uma das maiores reservas naturais do Estado de São Paulo, com 49.000 hectares de área, possui vegetação totalmente preservada e representativa da Mata Atlântica. Está situada na Serra de Paranapiacaba, abrangida pela Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar (APA), entre os municípios de **Iporanga**, Eldorado Paulista, Sete Barras, **Guapiara** e **Ribeirão Grande**. A partir de 1995 - por Decreto do Governador Mário Covas - transformou-se

no Parque Estadual Intervales, área reconhecida pela UNESCO como “reserva da biosfera”, com vida pura e vegetação da Mata Atlântica intacta. A Fazenda é, ainda, o ponto de encontro entre três grandes Unidades de Conservação: o Parque Estadual Carlos Botelho; a Estação Ecológica de Xutié e Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) (Figura 4.1).

O PETAR possui 35.712 ha de área, onde vivem 300 espécies de aves e 77 espécies de mamíferos, fica no município de **Iporanga** e o Parque Estadual Carlos Botelho tem como limites: ao Norte, o município de São Miguel Arcanjo; ao Sul e Leste, o município de Sete Barras e a Oeste, **Capão Bonito**. Além da exuberância da vegetação, há uma grande riqueza da fauna: onças pintada e parda, jaguatiricas, antas, pacas, veados, macacos -mono, bugio e prego - porco do mato, catetes, jacutingas, urus, nhambú-guaçús, jacús, tucanos, baitacas, macucos, juritis, sabiás, etc. (UNIP, 1997).

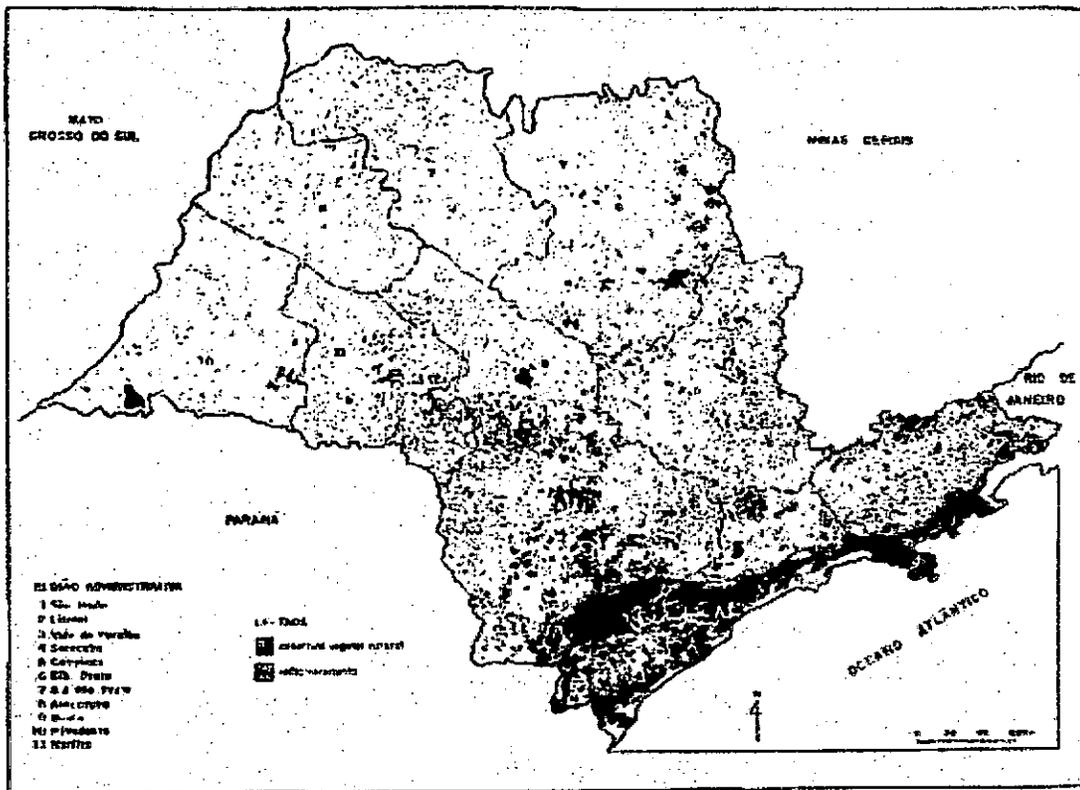
Também um complexo de florestas artificiais cobre grande parte da região Sudoeste. A área reflorestada no Estado de São Paulo era, segundo dados de 1985, de cerca de um milhão de hectares concentrando-se no setor de celulose e papel. Destacam-se como as áreas mais dinâmicas da silvicultura do Estado: a **Serra de Botucatu** - pelo volume de recursos destinados às florestas e pela maior intensidade relativa de uso da terra e da mão-de-obra; Araraquara - pela intensidade de uso da mão-de-obra e **Campos de Itapetininga** - pelo maior volume de recursos aplicados à atividade (TOLEDO, 1994). Os municípios do Sudoeste fazem parte, em sua maioria, da microrregião “Campos de Itapetininga” e da “Serra de Botucatu”, portanto um dos maiores redutos do reflorestamento paulista.

O Sudoeste, beneficiado com a política federal de Incentivos Fiscais para aplicação de recursos em reflorestamento³, assistiu ao crescimento de um fantástico complexo de florestas artificiais, cobrindo uma área de 360 mil ha, com aproximadamente 200 milhões de árvores. A área foi classificada como preferencial pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), reforçando os critérios

³Os Incentivos Fiscais para o reflorestamento, partir de 1966, visavam um futuro aumento da produção nacional de celulose vegetal.

Figura 4.1

Estado de São Paulo
Distribuição da Cobertura Vegetal



adotados pelo Estado de São Paulo quando propôs seu Zoneamento Econômico Florestal, na década de setenta. A região foi, então classificada como do tipo "A", ou seja, com direito a todas as formas de incentivo por se tratar de *"área com boas perspectivas para o desenvolvimento florestal e com as melhores rentabilidades potenciais"* (GOLDENSTEIN, 1975).

A exploração destas florestas - com diversas variedades de eucalipto e de pinus - iniciada em 1984, fez brotar uma nova economia regional formada por inúmeras novas empresas dedicadas ao manejo das florestas verticalizadas, beneficiamento de madeira, produção de carvão, de papel e extração e beneficiamento da resina do *Pinus elliotti*.

- **Cobertura Vegetal**

Tomou-se por base o estudo da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo (1997) onde o diagnóstico da cobertura vegetal foi realizado tendo como ponto de partida o mapeamento da região na escala 1:250.000 das formações vegetais existentes na região. O Sudoeste paulista foi avaliado segundo essas formações conjuntamente com os demais tipos de uso da terra e de ocupação do solo, de capacidade de solo e da aptidão agrícola, a partir da interpretação de fotos aéreas na escala 1:50.000, no período de 1981 e 1987, de levantamentos cartográficos existentes (IGC/IPT/CESP) e de outros trabalhos de pesquisa que analisaram e descreveram a região de estudo. Posteriormente, o mapeamento foi adaptado à escala regional de 1:250.000 e complementou-se o diagnóstico com as informações sobre área plantada com as diversas atividades agropecuárias da região, safra agrícola paulista de 1995/96 ⁴, a partir do levantamento estatístico, por município, do Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Além de remanescência de florestas **latifoliadas** úmidas - ou de encosta ou mata

⁴A escolha do ano agrícola 1995/96 para análise do uso atual do solo se deve à maior riqueza de dados estatísticos tanto da agropecuária como de outros indicadores sócio-econômicos do recém divulgado pelo Censo Agropecuário do IBGE.

atlântica - e de **araucária**, há uma diversidade de formações vegetais naturais na região: **campos, capões, cerrados**. Uma fitofisionomia, hoje bastante modificada em relação ao início de sua ocupação pelos povoadores, registra ainda a presença de áreas de campos limpos e de manchas de cerrado (com peculiaridades um pouco diversas daquele existente no Planalto Central do Brasil) com caracteres de xerofilia pouco acentuados; os espaçamentos são bastante grandes entre as árvores, cujas copas em geral, não chegam a se tocar; e de gramíneas que formam a sinússia inferior bastante mais altas do que as encontradas na região central. Estas formações, associadas ao relevo são responsáveis pelos horizontes amplos que se descortinam aos olhos do observador. As figuras A.2.3, A.2.4, A.2.5 e A.2.6 produzidas a partir do Inventário Florestal do Estado de São Paulo no ANEXO 2 dão uma razoável idéia dessa cobertura.

A exuberância dos reflorestamentos que ocupam considerável extensão do território regional, contrasta com a riqueza de espécies encontradas em algumas áreas cobertas pelas florestas naturais e com a altivez das araucárias remanescentes. Há também a ocorrência de capões de formas arredondadas, cuja aparência é de verdadeiras "ilhas" em meio aos campos, e de mata-galerias, ambas formações florestais diretamente vinculadas à maior umidade existentes nos solos (ROMARIZ, 1963 apud LIBÓRIO, 1994).

Merece destaque a área serrana do Sudoeste paulista, onde a presença de uma vegetação florestada, de grande porte, fechada e bastante diversificada, oferece proteção ao solo na medida em que ela diminui o impacto das gotas de chuva no mesmo. Na sua área colinosa (Depressão Periférica), pela ocorrência de um período seco durante o ano, explica-se a predominância de uma vegetação natural de menor porte e mais aberta - cerrado e campo cerrado. Entretanto, devido à grande intervenção humana nesta área, tal vegetação se encontra no momento apenas sob a forma de manchas espalhadas pelos setores Norte e Centro Norte da região. O cerrado foi sendo substituído progressivamente pelo reflorestamento. Nesta unidade também se observa a presença de outros trechos cobertos por matas, onde a preservação da vegetação de capoeiras em algumas encostas das colinas, garantiu as cabeceiras dos rios e, nas

baixadas, ainda se encontram matas ciliares, embora pequenas e restritas, acompanhando os cursos dos rios, além de trechos de cerrado e campo cerrado (SALLIT & SCIFONE, 1987).

A caracterização dos tipos de vegetação é dificultada pela relativa compartimentação do relevo, pela grande variedade de solos, em grande parte resultante do alto grau de complexidade litológica presente na região e das alterações da vegetação original pela ação antrópica.

Conforme a classificação adotada por ROMARIZ (1963, apud LIBÓRIO, 1994) para a porção Sul do Estado, quatro tipos de vegetação podem ser contemplados: mata latifoliada tropical, mata latifoliada tropical e úmida de encosta, campo limpo e cerrado.

- **Mata Latifoliada Tropical**

Essa floresta tinha característica de mata imponente - com árvores que podiam alcançar 25m de altura, apresentando grande variedade de espécies, entre as quais se destacavam o pau d'alho (*Gallesia gorazema*), a peroba (*Apidospema x.p.*), o palmito (*Eutepe edulis*) e a figueira branca (*Ficus doliaria, Mart.*) - que recobriam os melhores solos. Porém, foi submetida à impiedosa devastação e se transformou nas principais áreas agropecuárias da região.

- **Mata Latifoliada Tropical Úmida de Encosta ou Mata Atlântica**

Ocupa dentro da região uma área relativamente importante, cobrindo toda a escarpa íngreme da Serra de Paranapiacaba. É ainda uma das poucas áreas que, em virtude das características do relevo, subsiste à mata natural primitiva. O elevado índice de pluviosidade e o ambiente permanente úmido, provocados pela ação contínua dos ventos úmidos que procedem do oceano, criam as condições para a manutenção dessa floresta, que por sua exuberância e grande variedades de espécies vegetais, se assemelha à floresta equatorial. O palmito (*Eutepe edulis*) objeto de intensa exploração;

o angelim (*Himenolobium s.p.*) e o jacarandá (*Dalbergia nigra*) são algumas das muitas espécies que aparecem nessa floresta.

- **Campos Limpos**

Aparecem nas proximidades de Itapeva e Itararé, constituindo parte de uma grande área dessa “formação” vegetal, que começa nessa porção do Estado de São Paulo e se estende por toda região Sul, alcançando maior expressão no Estado do Rio Grande do Sul. Caracteriza-se pela cobertura contínua de gramíneas, onde não raro podem aparecer capões isolados de mata e mesmo a mata que acompanha os vales, em virtude de maior unidade do solo.

- **Cerrado**

Embora se apresente com alguma descontinuidade, o cerrado ocupou na região uma área maior que a dos campos limpos. Apesar de algumas variações, essa formação vegetal se caracteriza por apresentar uma cobertura de gramíneas com arbustos e árvores de 3 a 5 metros de altura, de tronco e galhos tortuosos, cascas grossas e folhas quase coreáceas. Na região, o cerrado se apresenta nas áreas de solos mais pobres, onde se resume na criação extensiva, de baixo padrão técnico. Em quase toda sua extensão, sobretudo mais nas sub-regiões de Itapeva - constituída de formações rochosas, que lembram figuras humanas - Capão Bonito, Itararé, vêm sendo desenvolvidos grandes programas de reflorestamento, principalmente de Pinos e Araucária.

Para complementar a descrição da cobertura vegetal acima, utilizou-se o Plano Cartográfico do Estado de São Paulo - Quadrículas de Itapetininga e de Itararé - na escala 1:250.000 onde, a partir da Carta de Utilização de Terra do Estado (IGC, 1985) foram apresentadas as categorias vegetais presentes no Sudoeste paulista - compreendendo o uso do solo e a ocupação regional. Nestas, revelou-se grande

predominância para as atividades agropecuárias, de distribuição generalizada, seguidas do reflorestamento que serão descritos a seguir:

- **Cobertura Vegetal Natural**

Mata

Mata Atlântica em fundos de vale, encostas e topos, de origem primária ou secundária em bom estado de conservação, sem ou com fraca interferência antrópica. Nesta categoria estão incluídas capoeiras antigas ou que sofreram colonizações de arbustos e árvores e matas de encosta, que possuem um conjunto de pequenos afloramentos em solos litólicos.

Mata Degradada ou em Recuperação

Mata Atlântica em fundos de vale, encostas e topos, de origem predominantemente secundária, com forte rarefação do estrato superior original e indicando a ocorrência de um processo de recolonização, entremeados com remanescentes dos estratos mais altos. Estão inseridas áreas de desmatamentos e/ou queimas naturais.

Capoeira

Séries Iniciais de Sucessão. Áreas de recolonização, entre primeira e quarta fases do processo de sucessão natural. Inclui “campos/campos sujos”, “capoeiras ralas” e “capoeira” propriamente dita.

Várzeas

Várzea Arbórea: matas de composição bastante uniforme, inundações periódicas associadas aos terraços e planícies aluviais. Nesta categoria encontram-se os "Bosques de Caixeta", em estado íntegro ou alterado.

Várzea Herbácea: formações essencialmente campestre ou de séries transicionais em solos permanentes ou periodicamente saturados, em terraços aluviais ou dos flúvios.

Reflorestamento

Áreas uniformes cobertas, preparadas para plantio ou de corte recente de essências exóticas - basicamente Eucalipto e Pinus. Em algumas porções da região podem apresentar-se associadas à mata secundária.

- **Culturas Perenes**

Fruticultura

Áreas de pequenas ou médias glebas, de cultivos puros ou mistos de culturas permanentes. Em campo pode-se observar que são mais comuns os plantios de pêssego, maracujá ou laranja.

- **Culturas Anuais**

Áreas com predomínio de campos agrícolas de espécies temporárias, com glebas de pequeno, médio e grande porte, de cultivos puros ou mistos. Em campo pode-se observar que predominam plantios de feijão, seguido do milho, batata, cana, cebola ou arroz. Sabe-se também que estão presentes nessas áreas, várias espécies de hortícolas, em especial o tomate (de difícil identificação nas imagens aéreas).

- **Campos Antrópicos/ Pastagens**

Processos pioneiros da ocupação do solo, entre a primeira e a segunda fases de sucessão natural, resultantes do abandono, mau uso por pastagens, da exaustão de fertilidade. Também se incluem terrenos roçados ou semeados de uso agrícola, além dos “campos”, “campos sujos” e “capoeirinhas”.

- **Área de Mineração**

Centros minerários, de uma ou mais matéria-prima, quase sempre associado à mata secundária degradada.

A análise da grande complexidade de interações existentes entre os meios natural e antropizado no Sudoeste paulista, revela que a ocupação pelo homem nos espaços rurais e urbanos deu-se de forma razoavelmente coerente com suas vocações econômicas praticadas até então, salvo em casos localizados. Essas informações podem ser confirmadas no estudo das potencialidades a serem apresentados no penúltimo capítulo dessa tese.

Portanto, o mapeamento da ocupação antrópica atual na região Sudoeste mostra que as aptidões naturais foram ao menos parcialmente exploradas e os usos compatíveis com o potencial foram efetivados. Por outro lado, inúmeras tentativas principalmente na agricultura foram realizadas, umas com sucesso e outras abandonadas, em função da inaptidão de parte das terras para o cultivo.

4.2. Uso do Solo Regional

4.2.1. Ocupação Territorial

De acordo com a caracterização física da região Sudoeste, os tipos de solo, as declividades do terreno e o clima, já discutidos anteriormente, podem ser encontradas

três grandes unidades de paisagem regional com características que apresentam limitações e potencialidades similares quanto ao uso do solo nas atividades agropecuárias e nas quais são desenvolvidos os diferentes sistemas de produção (CPA/SMA, 1996):

- **Áreas Colinosas** - correspondendo a chamada **Depressão Periférica paulista** - Zona do Paranapanema - (declividade em torno de 5%) boa parte é ocupada por grandes estabelecimentos rurais desenvolvendo reflorestamento e também médias e grandes propriedades voltadas a uma agricultura diversificada: feijão, milho, soja, trigo, batata, hortaliças e fruticultura de clima temperado, com razoável grau tecnológico. Nas porções mais centrais aparecem áreas dedicadas a pastagens. As pequenas propriedades presentes nesta unidade, encontram-se agrupadas em áreas onde o grau de declividade é mais acentuado, explorando culturas temporárias como feijão, milho e hortaliças.
- **Áreas de Planalto** - correspondendo ao **Planalto de Guapiara**, região de transição entre as colinas suaves da Depressão Periférica ao Norte e o relevo enérgico da Serra do Paranapiacaba, estende-se até as áreas cobertas pelos sedimentos da Bacia do Paraná (declividade em torno de 25 a 30%, de relevo mais movimentado). Apresenta uma grande concentração de pequenos estabelecimentos rurais dedicando-se, sobretudo, a uma agricultura voltada para a produção de alimentos (feijão, milho, arroz e hortaliças) cultivadas em pequenas unidades de áreas, sendo que seu sistema de cultivo tem baixa utilização de insumos. Segundo dados da CPA/SMA (1996), a área plantada com milho corresponde a 30% e feijão a 20%, sendo que o cultivo de tomate, apesar de ocupar apenas 5% da área plantada, por seu alto valor agregado é o principal produto dos municípios paulistas de **Apiaí** (um dos maiores produtores do Estado), de **Itaóca** e de **Barra do Chapéu**.

Em termos de utilização das terras, Apiaí apresenta uma distribuição equilibrada, possuindo 20% das áreas dedicadas às lavouras, 30% às pastagens e 37% da áreas de matas e florestas - dessas últimas, cerca de 16% são reflorestamentos vinculados às atividades de mineração e celulose. Destes três municípios citados que compõem a

porção Sul da região de estudo (o chamado Alto Ribeira), Apiaí é o de maior concentração fundiária e apresenta, com seu alto índice de parceiros e arrendatários, um avançado processo de empresariamento da agricultura (CPA/SMA, 1996). Uma reduzida área é ocupada com fruticultura de clima temperado e o reflorestamento é desenvolvido em moldes empresariais - ocupando uma área significativa na porção leste de Capão Bonito. Nestes locais, parte da vegetação natural foi também retirada gradativamente para a formação de pastagens - nas porções mais centrais do planalto. Além dessas, a exploração de granito é praticada na área.

- **Áreas Serranas** - correspondendo à área da **Província Costeira**, zona da **Serrania Costeira**, sub-zona da **Serra do Paranapiacaba** (declividade de 30 a 50%), a vegetação natural de matas aparece em grandes proporções apesar da presença de reflorestamento, serrarias e carvoarias que propiciam um relativo desequilíbrio à sua homogeneidade. Quanto à exploração agrícola, ela é praticamente de auto-consumo de bases familiares, sendo desenvolvida por um reduzido número de pessoas que possuem outras atividades principais. Há ainda, áreas dedicadas às pastagens, sejam elas naturais ou plantadas, na região de Capão Bonito. Iniciaram nos finais dos anos 80 a fruticultura de clima temperado (SALLITI & SCIFONE, 1987). A pecuária também adquire certo significado especialmente nos municípios de **Ribeira** - no qual 47% das terras utilizadas são pastagens - e de **Iporanga** com 17% (CPA/SMA, 1996).

O conjunto de aspectos morfológicos, climáticos e fitogeográficos deram origem aos traços essenciais mas não os únicos da ocupação humana da região Sudoeste paulista.

4.2.2. Intensidade Atual de Uso das Terras

Com relação a ocupação agrícola do solo há que se esclarecer melhor entendimento da área ocupada pelas diferentes atividades agropecuárias, que costuma-se nesse tipo

de estudo reunir as lavouras segundo sua época de safra e/ou a finalidade a que se destinam. As culturas **anuais** para fins de análise, foram reagrupadas em **Anuais de Verão**⁵, **Olerícolas** (tomate, cebola, batata e outras hortaliças) e **Alimentação Animal** (aquelas usualmente mais utilizadas, compreendendo alfafa, milho para silagem e cana para forragem - que podem ou não ocupar as mesmas áreas das anuais de verão).

As lavouras com **Fins Industriais** - cana e mandioca - foram consideradas separadamente como sendo **semi-perenes**⁶ para melhor visualizar as lavouras regionais. É o caso da cana-de-açúcar conforme seu cultivo seja de "soca" ou de "ressoca". As culturas **perenes** foram separadas em **Café** e **Fruticultura** pela recente importância relativa das fruteiras no Sudoeste, em especial daquelas de clima temperado. O mesmo se deve dizer da separação da mata entre **Reflorestamento** e a **Vegetação Natural**, pela relevância dessas atividades na área regional. O grupo das **Pastagens** englobou tanto as naturais como as cultivadas, ambas igualmente utilizadas no Sudoeste paulista.

As informações se referem às terras ocupadas por cultura e por município em relação tanto à Área Territorial Total do Sudoeste como à Área Agrícola Regional, utilizando os dados estatísticos, 1995/96 levantados pelo IEA.

Assim, o uso agrícola atual do solo do Sudoeste paulista apresenta a seguinte proporção: 41.49 % com Pastagens naturais ou cultivadas;

29,30 % com Vegetação natural;

15,28 % com Reflorestamento

9,93 % com Anuais de verão;

1,16 % com Fruticultura.

⁵Para evitar a superposição de áreas (contagens duplas ou superestimação) das diversas culturas, considerou-se o milho como principal atividade anual, inclusive porque ocupa uma área relativamente maior que as demais no total da região. Ele intercala-se, no decorrer do ano, com outras lavouras temporárias como o feijão - das águas e da seca - e/ou trigo, por exemplo.

⁶Essa classificação, embora seja controversa é geralmente aceita, uma vez a cana-de-açúcar, por exemplo, pode ter um ciclo anual e/ou de "ano e meio". O ciclo da mandioca é de um ano e meio.

2,81 % com demais atividades.

Quando se analisa o uso do solo em relação à área total do território regional, verifica-se que cerca de **70%** da área se destina a fins agrícolas.

A produção vegetal de alimentos poderia ocupar uma área maior pois pela Carta de Capacidade de Uso do Solo, que será apresentada no capítulo de resultados as próprias para essas culturas, sem limitações de ordem agrônomo-conservacionistas são da ordem de 30%. Tudo indica que há uma forte barreira para expansão das atividades agrícolas em função da alta concentração fundiária da região Sudoeste.

Destaca-se que as áreas com cultivos florestais, pastagens e culturas anuais ocupam quase a totalidade da área do Sudoeste paulista. Nestes dados, observa-se que as a mata natural sozinha ocupa **20%** da área total da região e **67%** da cobertura florestal do território. As pastagens cultivadas representam **29%** da área regional. Culturas de milho e feijão ocupam maior percentual na classe das culturas anuais e, somadas às classes anteriores, utilizam cerca de **67%** das terras agrícolas dos municípios que compõem a região (Tabela 4.1).

Na região, as lavouras anuais são responsáveis por cerca de **72%** do valor total da produção agropecuária, enquanto que a pecuária responde por **18%**, cabendo às culturas perenes os **10%** restantes (TSUNECHIRO, 1996) As Figuras 4.1 e 4.2 sobre o valor da produção agropecuária do Sudoeste paulista permitem melhor visualização.

A área dos municípios componentes da região de estudo que está ocupada hoje com atividades agrícolas - com culturas anuais (milho, feijão batata, etc), perenes, olerícolas (horticultura), pastagens e cultivos florestais (mata natural e reflorestamento), situa-se ao redor de um milhão de hectares, correspondendo à **70 %** da área territorial total do Sudoeste paulista, tendo havido no decorrer do tempo algumas alterações no conjunto das principais atividades agropecuárias em termos de participação do uso do solo.

Nas Tabelas do **ANEXO 1** são apresentados os percentuais da área ocupada com

Tabela 4.1

Concentração da Produção de Atividades Agropecuárias

Selecionadas , Sudoeste do Estado de São Paulo, 1996

Fruticultura

Município	Nº Total de Pés	%Total	% Acumulada
Capão Bonito	640.000	59,91	59,91
Guapiara	156.324	14,63	74,54
Taquarivaí	129.600	12,13	86,67
Apiáí	49.200	4,61	91,28
Ribeirão Grande	36.800	3,44	94,72
Ribeirão Branco	23.500	2,20	96,92
Itapeva	12.450	1,17	98,09
Itaí	10.000	0,94	99,02
Buri	6.000	0,56	99,59
Nova Campina	2.720	0,25	99,84
Coronel Macedo	760	0,07	99,91
Taquarituba	650	0,06	99,97
Bom Sucesso de Itararé	343	0,03	100,00
Total:	1.068.347	100,00	

Citricultura

(continua)

Município	Nº Total de Pés	%Total	% Acumulada
Buri	485.298	22,58	22,58
Taquarivaí	263.500	12,26	34,84
Coronel Macedo	226.500	10,54	45,38
Itaberá	211.500	9,84	55,22
Taquarituba	200.500	9,33	64,54
Capão Bonito	184.000	8,56	73,11
Itaí	145.000	6,75	79,85
Itapeva	131.700	6,13	85,98
Nova Campina	103.500	4,82	90,79
Itapirapuã Paulista	55.200	2,57	93,36
Barão de Antonina	44.020	2,05	95,41
Itaporanga	31.500	1,47	96,88
Ribeirão Grande	24.800	1,15	98,03
Itararé	24.600	1,14	99,17
Ribeirão Branco	10.800	0,50	99,68
Riversul	5.000	0,23	99,91
Ribeira	2.000	0,09	100,00
Total:	2.149.418	100,00	

Fonte : IEA/CATI/AUTOR

Tabela 4.1

Concentração da Produção de Atividades Agropecuárias

Selecionadas , Sudoeste do Estado de São Paulo, 1996

Feijão (continua)			
Município	Produção (t)	%Total	% Acumulada
Itararé	48.000	15,34	15,34
Capão Bonito	36.840	11,78	27,12
Itapeva	41.400	13,23	40,35
Itaí	45.600	14,58	54,93
Itaberá	33.600	10,74	65,67
Taquarituba	27.360	8,75	74,41
Taquarivaí	21.600	6,90	81,32
Coronel Macedo	18.900	6,04	87,36
Riversul	7.500	2,40	89,76
Itaporanga	6.210	1,99	91,74
Buri	4.800	1,53	93,28
Ribeirão Grande	4.620	1,48	94,75
Guapiara	4.200	1,34	96,10
Ribeirão Branco	3.120	1,00	97,09
Barra do Chapéu	2.100	0,67	97,77
Itapirapuã Paulista	1.455	0,47	98,23
Apiaí	1.440	0,46	98,69
Itaóca	1.680	0,54	99,23
Nova Campina	737	0,24	99,46
Bom Sucesso de Itararé	561	0,18	99,64
Barão de Antonina	624	0,20	99,84
Ribeira	480	0,15	100,00
Total	312.828	100,00	

Fonte : IEA/CATI/AUTOR.

Tabela 4.1

**Concentração da Produção de Atividades Agropecuárias
Selecionadas , Sudoeste do Estado de São Paulo ,1996**

Município	Milho		(continua)
	Produção (t.)	%/Total	% Acumulada
Itaberá	15.840	18,43	18,43
Itaí	12.000	13,03	31,46
Itapeva	12.000	13,03	44,50
Itararé	11.400	12,38	56,88
Itapetininga	10.884	11,82	68,70
Coronel Macedo	4.200	4,56	73,27
Itaporanga	4.200	4,56	77,83
Taquarituba	3.576	3,88	81,71
Riversul	3.240	3,52	85,23
Capão Bonito	2.664	2,89	88,13
Buri	2.160	2,35	90,47
Taquarivaí	1.590	1,73	92,20
Ribeirão Branco	540	0,59	92,79
Barão de Antonina	432	0,47	93,25
Guapiara	216	0,23	93,49
Itaóca	216	0,23	93,72
Ribeirão Grande	213	0,23	93,96
Itapirapuã Paulista	167	0,18	94,14
Apiaí	162	0,18	94,31
Ribeira	101	0,11	94,42
Nova Campina	81	0,09	94,51
Bom Sucesso de Itararé	70	0,08	94,59
Total	85.952	93,36	

Fonte : IEA/CATI/AUTOR.

Tabela 4.1

**Concentração da Produção de Atividades Agropecuárias
Selecionadas , Sudoeste do Estado de São Paulo ,1996**

Olerícolas

Município	Área (ha.)	%Total	%Acumulada
Ribeirão Branco	517	24,06	24,06
Capão Bonito	455	21,17	45,23
Ribeira	300	13,96	59,19
Itapeva	205	9,54	68,73
Apiáí	150	6,98	75,71
Ribeirão Grande	139	6,47	82,18
Itararé	117	5,44	87,62
Nova Campina	98	4,56	92,18
Taquarituba	39	1,81	94,00
Buri	34	1,58	95,58
Itaí	30	1,40	96,98
Itaóca	30	1,40	98,37
Bom Sucesso de Itararé	24	1,12	99,49
Coronel Macedo	8	0,37	99,86
Itapirapuã Paulista	3	0,14	100,00
Total	2.149	100,00	

Tomate de Mesa (continua)

Município	Produção (t.)	%Total	%Acumulada
Apiáí	90.000	34,88	34,88
Ribeirão Branco	64.000	24,80	59,69
Itapeva	24.000	9,30	68,99
Nova Campina	21.250	8,24	77,22
Barra do Chapéu	16.875	6,54	83,76
Guapiara	13.000	5,04	88,80
Capão Bonito	12.000	4,65	93,45
Itaóca	5.500	2,13	95,59
Ribeirão Grande	5.000	1,94	97,52
Buri	4.000	1,55	99,07
Paranapanema	780	0,30	99,38
Bom Sucesso de Itararé	625	0,24	99,62
Itapetininga	600	0,23	99,85
Coronel Macedo	188	0,07	99,92
São Miguel Arcanjo	188	0,07	100,00
Campina do Monte Alegre	10	0,00	100,00
Total	258.015	100	

Fonte : IEA/CATI/AUTOR.

Tabela 4.1

Concentração da Produção de Atividades Agropecuárias

Selecionadas , Sudoeste do Estado de São Paulo, 1996

Bovino de Corte

Município	Nº de Cabeças	% Total	% Acumulada
Itaberá	55.105	18,79	18,79
Itapeva	50.000	17,05	35,84
Buri	30.000	10,23	46,07
Itai	30.000	10,23	56,30
Taquarituba	26.000	8,87	65,17
Itararé	25.000	8,53	73,69
Riversul	16.000	5,46	79,15
Itaporanga	15.500	5,29	84,43
Capão Bonito	12.000	4,09	88,53
Coronel Macedo	8.000	2,73	91,25
Ribeirão Branco	8.000	2,73	93,98
Taquarivaí	7.000	2,39	96,37
Barão de Antonina	4.000	1,36	97,73
Itaóca	1.800	0,61	98,35
Bom Sucesso de Itararé	1.600	0,55	98,89
Itapirapuã Paulista	1.000	0,34	99,23
Ribeira	1.000	0,34	99,57
Nova Campina	700	0,24	99,81
Guapiara	550	0,19	100,00
Total	293.255	100,00	

Bovino de Leite (continua)

Município	Rebanho Leiteiro	Rebanho Misto	Total	% Total	% Acumulada
Itaberá	22.300	5.972	28.272	12,02	8,34
Taquarituba	7.000	16.792	23.792	10,11	18,45
Capão Bonito	3.000	20.000	23.000	9,78	28,23
Itai	10.000	13.000	23.000	9,78	38,00
Itapirapuã Paulista	1.000	21.724	22.724	9,66	47,66
Itaporanga	3.125	15.000	18.125	7,70	55,37
Itapeva	15.000	1.000	16.000	6,80	62,17
Bom S. de Itararé	800	15.000	15.800	6,72	68,88
Coronel Macedo	5.000	10.000	15.000	6,38	75,26
Guapiara	400	9.000	9.400	4,00	79,25
Buri	7.000	0	7.000	2,98	82,23
Riversul	1.000	5.332	6.332	2,69	84,92
Itararé	6.000	0	6.000	2,55	87,47
Barão de Antonina	500	5.000	5.500	2,34	89,81
Itaóca	1.400	4.000	5.400	2,30	92,10
Ribeirão Grande	0	3.625	3.625	1,54	93,65
Taquarivaí	900	1.500	2.400	1,02	94,67
Nova Campina	60	2.000	2.060	0,88	95,54
Ribeira	1.000	241	1.241	0,53	96,07
Ribeirão Branco	0	600	600	0,26	96,32
Total	85.485	149.786	235.271	100,00	

Fonte : IEA/CATI/AUTOR

Tabela 4.1
Concentração da Produção de Atividades Agropecuárias
Selecionadas , Sudoeste do Estado de São Paulo ,1996

Município	Suínos		
	N.º de Cabeça	% Total	% Acumulada
Itararé	31.000	25,71	25,71
Itaberá	24.961	20,70	46,41
Itapeva	12.000	9,95	56,36
Itaporanga	8.000	6,63	63,00
Itaí	6.000	4,98	67,97
Capão Bonito	5.000	4,15	72,12
Coronel Macedo	5.000	4,15	76,26
Ribeirão Grande	5.000	4,15	80,41
Ribeirão Branco	4.800	3,98	84,39
Buri	4.000	3,32	87,71
Guapiara	4.000	3,32	91,03
Riversul	3.500	2,90	93,93
Bom Sucesso de Itararé	2.000	1,66	95,59
Itapirapuã Paulista	2.000	1,66	97,25
Barão de Antonina	1.200	1,00	98,24
Taquarituba	1.200	1,00	99,24
Nova Campina	720	0,60	99,83
Ribeira	200	0,17	100,00
Total	120.581	100,00	

Município	Mata (conclusão)		
	Area (ha.)	Area Total do Município(ha.)	% Cobertura por Mata
Itaóca	10.000	19.200	52,08
Apiáí	40.000	98.200	40,73
Ribeirão Grande	13.200	33.500	39,40
Barra do Chapéu	12.200	40.400	30,20
Ribeira	7.200	35.600	20,22
Ribeirão Branco	13.000	69.700	18,65
Itapirapuã Paulista	8.480	46.200	18,35
Itaporanga	8.000	50.800	15,75
Barão de Antonina	2.000	13.800	14,49
Capão Bonito	21.000	161.900	12,97
Buri	15.000	121.300	12,37
Riversul	4.000	36.800	10,87
Itaberá	8.000	105.000	7,62
Taquarituba	1.500	21.300	7,04
Bom S .de Itararé	622	13.500	4,61
Itapeva	8.000	188.900	4,24
Coronel Macedo	1.000	32.700	3,06
Itararé	3.000	106.000	2,83
Nova Campina	600	35.700	1,68
Total	176.802	1.230.500	

Fonte: IEA/Autor.

Figura 4.2.

Participação dos Produtos no Valor da Produção Agropecuária em 23 Municípios do Sudoeste Paulista (Safrá 1995/96)

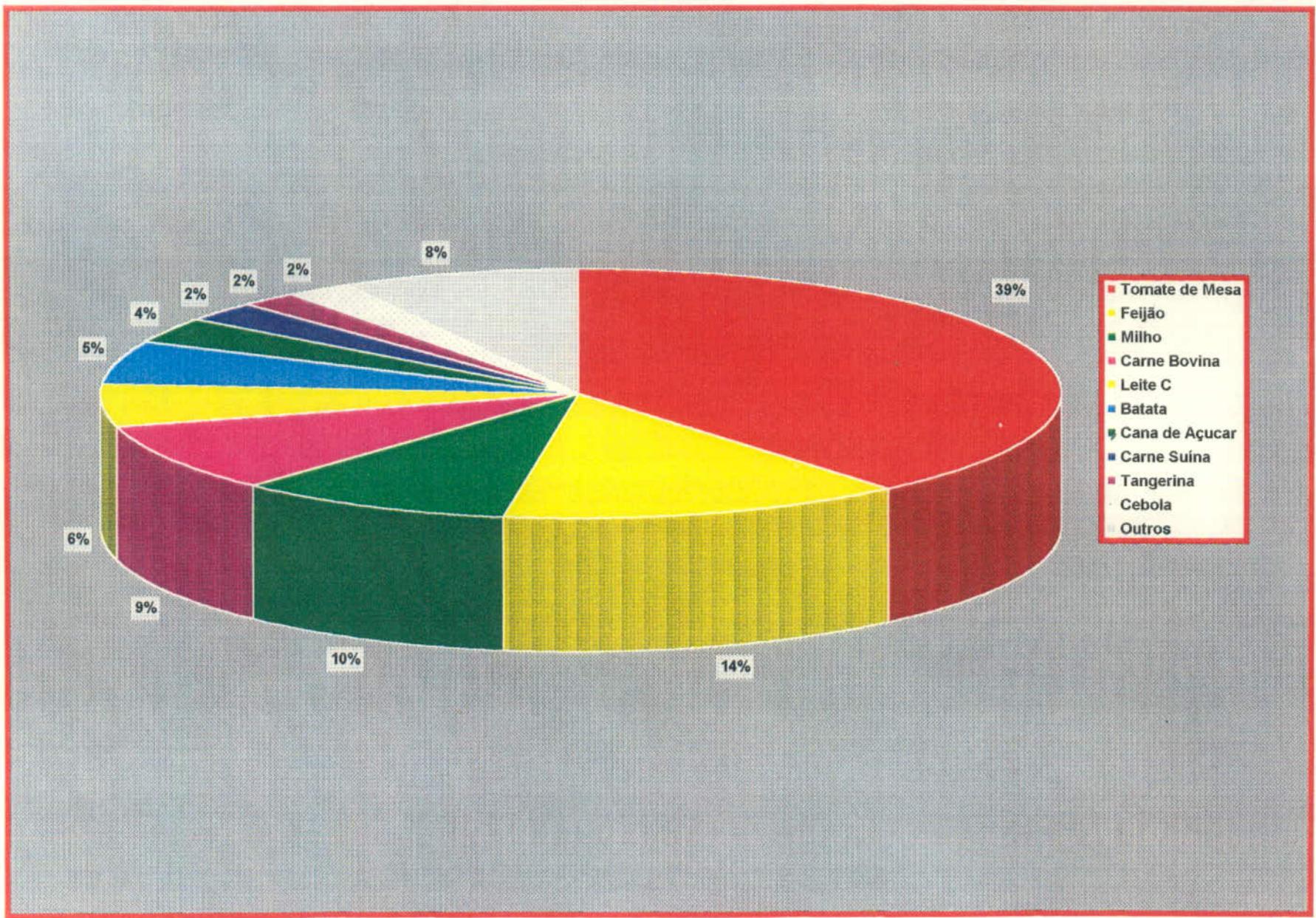


Figura 4.2.

Fonte: I.E.A.

Valor da Produção Agrícola em 23 Municípios do Sudoeste Paulista (Safrá 1995/96)

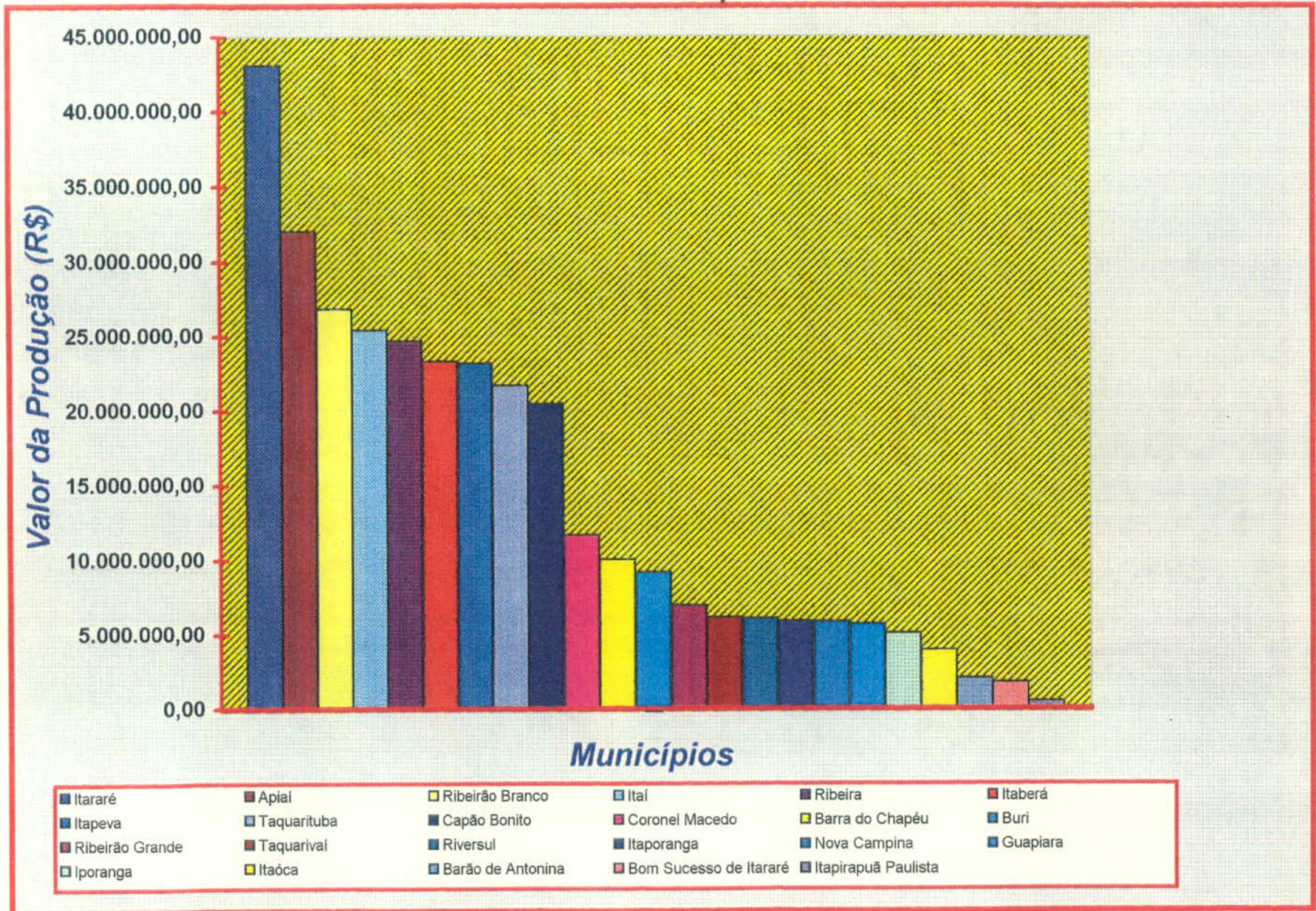


Figura 4.3.

Fonte: I.E.A.

atividades agrícolas (classes) em cada um dos municípios que compõem a região Sudoeste: área com culturas anuais (milho, feijão batata, etc), perenes, olerícolas (horticultura), pastagens e cultivos florestais (mata natural e reflorestamento) e também o percentual que cada produto agrícola regional ocupa da área cultivada (nas classes) nos 23 municípios da região.

Utilizando-se dados levantados pelo IEA - período 1983/84 a 1995/96 - verifica-se que a parcela explorada com culturas **anuais** vem diminuindo acentuadamente na região

Sudoeste paulista nos últimos catorze anos, na ordem de **228 mil** hectares observados em 1996 contra **380 mil** em 1983, dos quais **128 mil** ha eram cultivados com feijão das águas e **77 mil** ha com milho, caindo para **39 mil** ha com feijão contrabalançado pela elevação da área com milho (**89 mil**), em 1996 - o qual mostrou também aumento na produção, possivelmente devido à elevação na produtividade 1995/96. Embora tenha crescido um pouco a área de milho (**12 mil** ha) no período, boa parte da área com lavouras anuais (perto de **140 mil** ha) que foi liberada, não está sendo ocupada por outra cultura anual; provavelmente vem sendo substituída pela **bovinocultura** de leite, de corte e, em menor escala, pela **suinocultura**. Isso pode ser inferido quando se observa o crescimento da produção de carne bovina e de leite e, do rebanho bovino associados à área com pastagens - nativa e cultivada - com ganhos no período analisado, exceção apenas no último ano da série. O número de cabeças de suínos também se mostra em ritmo crescente (**120 mil** animais), o mesmo se observa com relação aos abates, redundando em maior produção de carnes. **Frango de corte** também é outra atividade com performance positiva no período, medida por um aumento espetacular do contingente de aves, que passou de **221 mil** aves em 1995 para **400 mil** em 1996. Já para a **olericultura** a série de dados não apresenta um padrão definido, com acentuadas variações de ano para ano; contudo, partir de 1993 a tendência tem sido de contínuo crescimento, atingindo ao final da série **2.600** ha. O tomate, embora considerado como cultura anual, corresponde à um dos produtos hortícolas de grande importância no valor da produção agrícola do Sudoeste paulista, ainda que ocupe área reduzida no total regional. A cultura do pimentão tornou-se a principal atividade olerícola, passando de uma área de 187 mil ha em 1983 para 567

mil em 1996, em ritmo crescente nos últimos 8 anos. Nas culturas **perenes** a área cultivada praticamente dobrou entre 1983 e 1996, merecendo destaque as **fruteiras** como a laranja, o pêssego e a uva - essas últimas, frutas de clima temperado. A área com **florestas**, após longo período de declínio, voltou a crescer em 1996 superando os **500 mil** ha, embora já tenha chegado a **634 mil** em 1985 (recorde), com expressão significativa para o Pinus e o eucalipto. A **mata natural** ainda ocupa a maior área do Sudoeste - 302 mil ha.

Nas Tabelas do **ANEXO 1** pode ser observada a evolução das áreas ocupadas pelas culturas anuais, perenes, olerícolas, pastagens e florestais, em cada município e por classes de atividade agrícola, no período de 1985 a 1995, bem como o valor da produção das várias atividades agropecuárias do Sudoeste paulista.

Estudos recentes sobre efeito-escala e efeito-substituição⁷ relacionados com as taxas médias anuais de crescimento de cada exploração, foram realizados por CAMARGO et al. (1995) para determinar as áreas incorporadas ou cedidas pelas atividades agropecuárias dentro do conjunto, nas diversas regiões agrícolas do Estado de São Paulo, entre as décadas de 1980 e 1990. Especificamente, no conjunto dos principais empreendimentos agrícolas da região Sudoeste, o feijão - das águas e da seca - foi o maior responsável pela cessão de área. Outra atividade que também apresentou redução de área foi a pastagem natural, sendo que as áreas cedidas foram incorporadas basicamente por pastagens cultivadas, laranja e milho, apontando para mudanças qualitativas na estrutura dos pastos e a ocupação de culturas mais rentáveis, caso da laranja e das frutas. A diminuição da área de reflorestamento - atribuída em grande parte ao abandono de plantios de baixa produtividade, cujo objetivo fora apenas aproveitar incentivos fiscais que perduraram até 1985 - também se deu às custas de sua incorporação, quase que na totalidade, por pastagens. Por seu turno, a área cultivada com olerícolas regionais - com destaque para batata, cebola e tomate - apresentou mínima redução ou, como ocorreu com o tomate em Capão Bonito,

⁷O "efeito escala" corresponde à alteração no tamanho da área ocupada com o conjunto das principais atividades agrícolas; o efeito-substituição ocorre quando uma atividade substitui ou é substituída por outra dentro desse conjunto. Trata-se de um método indicativo e não determinístico, sendo os dados analisados em termos relativos (CAMARGO et al., 1995).

Guapiara e Apiaí, incorporação no período.

A despeito de fatores climáticos, fitossanitários e econômicos adversos para algumas explorações, estas continuaram importantes nas regiões onde tradicionalmente são cultivadas - caso do feijão que perdeu área mas continua sendo a principal atividade agrícola do Sudoeste. Fatores econômicos positivos, por outro lado, levaram regiões não tradicionais a alterar a composição de suas atividades, buscando a diversificação para obter condições de mercado mais favoráveis - como ocorreu com a substituição de culturas anuais por frutas e pastagens cultivadas no Sudoeste paulista (CAMARGO et al., 1995).

Dados relativos à área e produção total de feijão na região Sudoeste para a safra 1998 mostram que no total - das águas, da seca e de inverno - essa cultura responde por 49,7% da área agrícola e por 50,6% da produção do Estado de São Paulo.

4.2.3. Aptidão Agrícola das Terras

A Carta de Utilização da Terra onde se registram a cobertura vegetal natural e as áreas urbanas e de exploração agrícola, confrontada com a Capacidade de Uso das terras permite observar se a terra vem sendo ocupada indevidamente - embora tenha possibilidade de correção visando a preservação dos recursos naturais - ou se existem áreas com possibilidade de arcar, de maneira racional com a expansão urbana, industrial ou agrícola.

Para melhor compreensão sobre a aptidão agrícola das terras do Sudoeste paulista foram consultadas, de forma genérica, as características dos solos, da água e das florestas da região. A Capacidade de Uso das Terras é expressa através de classes de uso definidas a partir de fatores do meio físico, tais como as características físico-químicas dos solos e os atributos de relevo que, interpretados, indicam a aptidão das terras, isto é, os limites e possibilidades de uso (DONZELLI & CHIARINI, 1987).

As diferentes glebas de terras têm diferentes aptidões de uso agrícola, cuja definição se baseia no uso permanente, ou seja, sustentável ao longo do tempo e na maior ou menor capacidade de responder à aplicação de tecnologia.

As culturas anuais e hortaliças são as que mais expõem os solos à erosão, exigindo, portanto, áreas de terras de boa qualidade.

No caso do Sudoeste paulista, a disponibilidade de terras aptas e os cuidados conservacionistas com as mesmas sob culturas anuais (milho, feijão e batata, tomate, etc.) têm importância ainda maior. No Sudoeste as culturas, respondem pela quase totalidade do Valor Total da Produção Agropecuária (Figuras 4.2 e 4.3).

A aptidão agrícola das terras foi elaborada a partir de levantamentos de solos e complementadas com informações climáticas o levantamento sobre Capacidade de Uso das Terras do Estado de São Paulo corresponde àquele relativo a Bacia do Paranapanema - na escala 1:250.000 (CHIARINI & DONZELLI, 1973) a qual foram acrescidos informes mais atualizados por técnicos da Seção de Fotointerpretação do IAC. Estes levantamentos referem-se ao Estado e à parte da região de estudo, razão que o torna muito genérico diante da intensidade e diversidade de uso das terras e da variabilidade espacial dos solos da região Sudoeste.

Com base nos estudos realizados pelo Instituto Agrônomo de Campinas e por especialistas que trabalham na região Sudoeste paulista, foi estabelecido o Zoneamento Edafo-Climático da região, segundo as Classes de Capacidade de Uso das Terras, em 11 sub-regiões de acordo com tipos de solos e clima predominantes nos seguintes municípios:

- **Sub. Região 1:**

Solo tipo IV: são terras com declives acentuados (12-20%). Não devem ser utilizadas continuamente com **culturas anuais**, sendo mais indicados para **culturas permanentes** que proporcionem proteção do solo - café, laranja, cana-de-açúcar,

fruticultura e leguminosas para adubação verde e, para **rotações de pastagens e culturas anuais**. Solo com fertilidade natural de média a alta, com problemas complexos de conservação, devendo-se aplicar práticas intensivas de conservação.

Clima TA-UM (tropical ameno úmido): uso atual predominantemente com pasto.

Municípios: Riversul, Itaporanga, Barão de Antonina, Coronel Macedo, Taquarituba, Capão Bonito, Buri, Itapeva, Itaberá e Itararé.

- **Sub. Região 2:**

Solo tipo Vlf: terras planas com solos arenosos, declives que variam de 0-12%, (salvo especificação), com sérios problemas de fertilidade e de baixa produtividade. Nessa classe se incluem os solos de cerrado e campo. São terras mais apropriadas para **pastagens e reflorestamento**. Sua utilização para culturas anuais requer manejo desenvolvido.

Clima TA-UM (tropical ameno úmido): uso atual predominantemente com pasto e reflorestamento.

Município: Itaí, Barão de Antonina, Riversul e Taquarituba .

- **Sub. Região 3:**

Solo tipo Vlf

Clima ST-PU (subtropical permaúmido): atualmente utilizado predominantemente com pasto e reflorestamento.

Municípios: Itararé, Itaberá, Itapeva, Apiaí, Taquarivaí, Bom Sucesso de Itararé, Nova Campina, Buri, Capão Bonito, Itaporanga, Coronel Macedo e Ribeirão Grande.

- **Sub. Região 4:**

Solo tipos III e IV: indicado para **culturas e pastagem**.

Clima TA-UM (tropical ameno úmido): atualmente utilizado predominantemente com pasto e culturas.

Municípios: Coronel Macedo, Barão de Antonina, Taquarituba e Itaí.

Classe Associação III-IV: quando a separação de duas classes não aparece com dominância: **classe III:** terras próprias para culturas anuais com problemas desde simples até complexos para manutenção de produtividade e conservação. Produtividade média e alta. Declividade varia de 0 a 12%, salvo especificação; **classe IV:** terras com declives acentuados (12-20%). Não deve ser utilizadas continuamente com culturas anuais, sendo mais indicados para culturas permanentes que proporcionem proteção do solo - café, laranja, cana-de-açúcar, fruticultura e leguminosas para adubação verde e para rotações de pastagens e culturas anuais. Solo com fertilidade natural de média a alta com problemas complexos de conservação, devendo-se aplicar práticas intensivas de conservação.

- **Sub. Região 5:**

Solo tipo III: terras próprias para culturas anuais com problemas desde simples até complexos para manutenção de produtividade e conservação. Produtividade média e alta. Declividade varia de 0 a 12%, salvo especificação.

Clima ST-PU (subtropical permaúmido): atualmente utilizado predominantemente com pasto e reflorestamento.

Município: Buri.

- **Sub. Região 6:**

Solo tipo V: são terras de planícies aluviais não trabalhadas, sujeitas a inundação. Impróprias para culturas, sendo mais apropriadas para **pastagem**.

Clima TA-UM (tropical ameno úmido): atualmente utilizado com pasto.

Municípios: Itaí, Itaberá, Itapeva, Taquarituba, Barão de Antonina, Itaporanga e Coronel Macedo.

- **Sub. Região 7:**

Solo tipo VI: terras muito acidentadas, com declive de 20-40%. Não se prestam para culturas anuais, sendo indicadas para **pastagem** e **reflorestamento**. Os problemas de conservação de solo, considerando-se o uso indicado, são resolvidos com práticas moderadas.

Clima ST-PU (subtropical permaúmido): atualmente utilizado predominantemente com pasto e reflorestamento.

Municípios: Nova Campina, Itaporanga, Ribeirão Branco, Itapeva, Capão Bonito, Ribeirão Grande e Guapiara

- **Sub. Região 8:**

Solo tipo VII: terras demasiadamente acidentadas, com declives acima de 40% , prestando-se a **reflorestamento** e com **limitações severas para pastagens**. Erosão laminar severa, exceto em solos sob florestas.

Clima TA-UM (tropical ameno úmido): uso atual predominantemente com pastagem.

Municípios: Nova Campina, Barão de Antonina, Ribeirão Grande, Itapeva, Capão Bonito, Ribeirão Branco, Apiaí, Barão de Antonina, Barra do Chapéu, Bom Sucesso de Itararé, Iporanga, Itaberá, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itararé, Ribeira e Guapiara.

- **Sub. Região 9:**

Solo tipo VII p: são terras com limitações graves quanto à profundidade dos solos (litólicos) prestando-se a **reflorestamento**.

Clima ST-PU (subtropical permaúmido): atualmente utilizado predominantemente com pasto e reflorestamento.

Município: Itaberá.

- **Sub. Região 10:**

Solo tipos VII e VIII: indicado para **reflorestamento** e **floresta protegida**.

Clima ST/TR-PU (subtropical/tropical permaúmido): atualmente utilizado predominantemente para reflorestamento e reservas.

Municípios:⁸ Guapiara, Ribeirão Branco, Apiaí, Itapirapuã Paulista, Barra do Chapéu, Ribeira, Itaóca e Iporanga.

- **Sub. Região 11:**

Solo tipo VIII: terras com características ainda mais adversas, sendo indicadas somente **para abrigo da flora e fauna**. Em geral são constituídas pelas escarpas de serras e afloramentos rochosos. Impróprias para exploração agrícola.

⁸Na Carta de Capacidade de Uso de Solo digitalizada pelo autor, não foi identificado essa classe de solo.

Clima ST-PU (subtropical permaúmido): uso atual com pasto e reflorestamento.

Municípios: Guapiara, Ribeirão Branco, Apiaí, Barra do Chapéu, Ribeira, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Bom Sucesso de Itararé, Itapeva, Itararé, Nova Campina e Iporanga.

De exposto pode-se inferir que o Sudoeste contempla terras aptas para lavouras (classes boa e regular), que podem ser chamadas de terras “nobres”. Esta classe é constituída de solos profundos (>100 cm), de relevo com declives máximos de 20% e pedregosidade máxima na classe moderada.

Também de acordo com o levantamento “Aptidão Agrícola das Terras do Estado de São Paulo”, na escala 1:1.000.000 (SEPLAN/MA, 1979), no grupo de Aptidão **boa**, estão as lavouras que exigem práticas agrícolas de baixo nível tecnológico, onde não há praticamente aplicação de capital para manejo, melhoramento e conservação das condições do solo e das lavouras; estas práticas dependem de trabalho braçal, podendo ser utilizada alguma tração animal com implementos agrícolas simples (denominado de nível de manejo **A**) e também cultivos que exigem níveis de manejo **B** e **C**, ou seja, refletem nível tecnológico médio com aplicação modesta de capital e uso de trabalho braçal e tração animal, no primeiro caso, e práticas agrícolas com um alto nível tecnológico com aplicação intensiva de capital e motomecanização nas diversas fases de operação agrícola no nível de manejo **C**. No caso da aptidão **regular** para as lavouras há que se aplicar pelo menos um dos níveis de manejo acima descrito.

Os **municípios** que apresentam **boa** aptidão para a agricultura são: Taquarituba, Itaí, Coronel Macedo, Itaporanga, Itararé e Itaberá; **regular**: além dos acima citados, Riversul, Barão de Antonina, Itapeva, Taquarivaí, Buri, Capão Bonito, Ribeirão Grande, Guapiara, Ribeirão Branco, Nova Campina, Barra do Chapéu, Apiaí, Iporanga, Itaóca, Ribeira e Itapirapuã Paulista. A única exceção é Bom Sucesso de Itararé, o que corresponde a quase totalidade dos municípios do Sudoeste paulista.

O grupo de aptidão **restrita** para lavouras não se encontra em nenhum dos municípios da região. Nesta classe estão incluídos os solos com relevo forte ondulado (20 a 45%

de declive) e/ou pouco profundos (50 a 100cm) e/ou pedregosos. Quanto às terras **inaptas** ao cultivo, pode-se verificar que existem pequenas áreas dentro dos seguintes municípios: Itaóca, Ribeira, Itapirapuã Paulista Itararé, além de Itapeva, Buri, Capão Bonito, Ribeirão Grande, Guapiara, Nova Campina e Barra do Chapéu, ocupando maior mancha de terras em Bom Sucesso de Itararé, Apiaí, e Iporanga. Trata-se de classes muito pedregosa a extremamente pedregosa e/ou com relevo montanhoso (45% ou mais de declive).

Adicionalmente, são encontradas terras com aptidão **regular** e **restrita** para pastagem, considerada como um tipo de utilização do nível de manejo **B**, sendo também sem limitação de uso para culturas de ciclo longo. Possuem estas classes de terra os municípios: Itaí, Itaporanga, Itararé, Itaberá, Riversul, Barão de Antonina, Itapeva e Buri.

As áreas cultivadas com milho, feijão, arroz, batata, etc, em terras • não nobres•, referem-se às terras de aptidão **restrita** e **inapta** às culturas anuais. São terras declivosas e/ou pedregosas e/ou com solos rasos, o que de forma isolada ou conjunta, constitui fator limitante ao cultivo sustentável com culturas anuais. Esta limitação ocorre de forma e em graus diferenciados entre as terras de aptidão restrita e inapta: na categoria de aptidão **restrita**, a capacidade de armazenamento de água é baixa e o cultivo expõem essas terras fortemente à erosão, embora em menor grau que as da categoria **inapta**.

O uso sustentável com culturas anuais só é possível nesta classe mediante intensas práticas de conservação do solo. Ainda assim, a resposta à aplicação de tecnologia é cerca de 10 a 20% inferior à obtida nas terras “nobres”, especialmente na cultura do milho, que exige mais água que as demais.

A motomecanização pode ser considerada impraticável e, em significativa parcela, mesmo a tração animal é muito difícil. Embora não sejam conhecidos resultados de pesquisas específicas, informações sugerem que grande parte dos agricultores já não se submete ao trabalho de preparo do solo com tração animal em condições tão desfavoráveis.

Desta forma, estima-se que cerca de um terço das terras de aptidão restrita poderiam ser cultivadas com milho, feijão, etc, mediante intensas práticas de conservação do solo. Nesta fração estariam as glebas com solos mais profundos (mais de 50 cm) e com pedregosidade moderada. No caso do milho cujo potencial genético se equipara ao cultivado nos Estados Unidos, com manejo adequado da lavoura e do solo poder-se-ia elevar a produtividade média da região - hoje cerca de 3.200 kg/ha, para os 3.500 kg/ha da média paulista, até sem muito esforço. A produtividade estadunidense supera 7.000 kg/ha.

Na categoria **inaptas**, estão incluídas terras com declives que variam acima dos 45% e/ou com fase muito a extremamente pedregosa e geralmente rasas (menos de 50 cm). Nestas condições, a capacidade de armazenamento de água é muito baixa, o cultivo expõe fortemente o solo à erosão e o trabalho é muito desgastante. Com a erosão, a capacidade de armazenamento de água é reduzida ainda mais e reduz-se também a fertilidade. Como conseqüência, ocorre a redução da produtividade e, por extensão, da renda. Assim, não há sustentabilidade de uso e não há resposta viável à aplicação de tecnologia. Além disto, é impraticável a motomecanização e, na grande maioria, até mesmo a tração animal.

As recomendações para a sustentabilidade da região são observadas no capítulo de resultados que trata, dentre outras, da potencialidade agrícola da região Sudoeste, a partir da qual deverá ser estimada a demanda de emprego potencial e as possibilidades de desenvolvimento rural e regional.

A análise mais detalhada sobre a capacidade de uso das terras no Sudoeste é realizada no sexto capítulo. A partir de cálculos das áreas potenciais para o uso agrícola sustentado, procura-se trabalhar com a idéia de superfície agrícola disponível por unidade de trabalho humano (relação homem/terra), onde poderiam ser instaladas atividades agrícolas que possibilitassem gerar ou ampliar o emprego da mão-de-obra existente na região. Assim em cada pedaço de terra existe determinada potencialidade de uso produtivo que deve demandar uma certa quantidade de mão-de-obra, uma relação básica homem/terra, que nada mais expressa do que a demanda potencial de mão-de-obra para cada classe de uso do solo e seus fins agrícolas. Pode-se, assim,

chegar à demanda total de mão-de-obra para o total da região.

A metodologia para essa avaliação, assim como outras relacionadas à determinação da dinâmica econômica da região Sudoeste do Estado de São Paulo e a exposição do referencial teórico e técnico para o desenvolvimento dessa tese são apresentados a seguir.

Capítulo 5: METODOLOGIA

O espaço nas suas diversas escalas (onde escala é utilizada como sinônimo de totalidade) é produzido pelas sociedades e suas ações que se sucedem no tempo. Os espaços se diferem entre si porque os homens exercem ações diferentes e, por conseguinte, geram lugares diferentes. A organização social tem, portanto, uma dimensão espacial e temporal.

O processo social não é estável, estando sujeito sempre às variâncias inter e intra espaciais, onde as relações devem ser estudadas. O espaço geográfico (e de seu entorno) corresponde, pois, a uma categoria analítica de compreensão do processo social, sujeito à permanentes perturbações e inquietações nesse mundo contemporâneo.

A questão regional deve pois ser tratada considerando aspectos relacionados à territorialidade, à formação sócio-econômica, à divisão social e territorial do trabalho, e ao espaço, quando se trata de agrupar categorias humanas e sociais, inseridas na totalidade mundo. Esse entendimento incorpora a possibilidade de que mesmo sendo região uma evidência empírica, ela possa ser pensada teoricamente.

Os homens ao produzirem socialmente para sua existência, *“estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, base concreta sobre a qual se eleva a superestrutura jurídico-política e à qual corresponde formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual geral”* (MARX, 1973).

Esse desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção apresenta também contradições, capazes de transformar não somente os pensamentos humanos e seus produtos como ainda os próprios modos de produção e, em consequência a

história. No materialismo histórico, o todo social se compõe de uma infra-estrutura – condições econômicas de produção: produção imediata/distribuição/circulação/consumo – e de uma supra estrutura: formas jurídico-políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, ou seja, formas ideológicas, se articulando num determinado modo de produção o qual, por sua vez, se realiza numa formação social dada. Toda essa formação social pode realizar mais de um modo de produção, porém um sempre é dominante (OLIVEIRA, 1978).

A compreensão dos processos históricos que levam a uma dada configuração espacial e formação social, implica no estudo de como a sociedade se reproduz, já que ela toda produz, a partir da reprodução de seus meios materiais de existência. Assim, a produção está calcada em dois elementos inseparáveis, quais sejam, o processo de trabalho – realizado de forma histórica concreta – e as relações de produção responsáveis pela transformação antrópica da natureza (HARNECKER, sd., apud OLIVEIRA, 1978). O conceito de processo de produção que é o processo de trabalho que se verifica sob determinadas relações de produção, pode ser apreendido a partir do conceito de divisão do trabalho. Para Marx, divisão do trabalho é o resultado da produção social (coletiva) que é internamente diferenciada, podendo ser geral – quando se trata de grande ramos; particular – na subdivisão dos grandes ramos em sub-ramos; divisão social – relativa à totalidade da produção; divisão técnica – relacionada à unidade produtiva; e, divisão territorial – quanto à sua distribuição no espaço.

Forma-se pois um quadro geral onde se pode estudar o estágio de desenvolvimento de uma sociedade no espaço e no tempo, as causas e conseqüências de sua organização, através do entendimento da produção de indivíduos, vivendo em sociedade e, dos fins a que se destina.

Essa consideração é importante para se compreender tanto a contextualização histórica regional como para buscar esclarecer a configuração atual da área de estudo.

Portanto, pretende-se apresentar aqui um aparato metodológico, apoiado em instrumentais teóricos, técnicos e empíricos que permitam a compreensão da dinâmica regional numa formação sócio-econômica como a do Sudeste paulista. Para isso,

utiliza-se um instrumental teórico que sirva à sua organização, com base nas teorias sobre região, inserida num processo mais amplo de mercado nacional e internacional da produção e do trabalho. Conceitos sobre formação econômico-social e divisão do trabalho também são estudados desenvolvendo sua relação com a região, que servem como categorias analíticas. Adicionalmente, apresenta-se uma revisão bibliográfica relativa às questões de pobreza e do emprego agrícola. Na parte final deste item é proposto, para o equacionamento da economia da região, um instrumental de análise - ajustado para sua realidade.

O instrumental empírico é constituído de mapas de uso de solo, tabelas sobre área, produção e população regional, caracterização de cadeias produtivas, coeficientes técnicos de utilização da mão-de-obra, índices sobre a estrutura fundiária, dados históricos regionais, dentre outros, necessários à relação teórico/empírica. O instrumental empírico refere-se à região Sudoeste do Estado de São Paulo, cujo desenvolvimento se pretende estudar.

5.1. Instrumental Teórico

Nesse item toma-se como ponto de partida a pesquisa desenvolvida por CARLOS & ROSSINI (1983), a qual estuda o espaço como produto social concreto, considerando que "sendo a produção incessante e ininterrupta, o espaço não é algo pronto e acabado, está em contínuo movimento. É o resultado da matéria trabalho em sua totalidade. É exclusivamente dinâmico, pois o movimento jamais termina, especialmente porque se considera que a produção do espaço é fruto da existência humana, isto é, do trabalho humano. A partir da relação de trabalho - através do processo produção - a sociedade não só transforma o meio circundante em espaço produzido, como também se modifica nesse processo".

Acrescente-se o trabalho de SAFFIOTI e FERRANTE (1984) quanto ao fato de que

"nas sociedades subdesenvolvidas, a produção do tipo capitalista tende a açambarcar os bolsões pré-capitalistas, quando a conjuntura exige a ampliação do mercado interno, monetarizando a renda dos trabalhadores desses setores e ampliando assim o seu campo de operação, para fins de realização da mais-valia. A força de trabalho formada pela ação de contingentes humanos integrados em atividades não capitalistas, é absorvida pelo seguimento capitalista da economia, permitindo simultaneamente a expansão deste setor e maior viabilidade de realização da mais-valia nele gerada".

Esses trabalhadores integrados em atividades capitalistas ou não, estão inseridos num espaço por eles produzido, num movimento contínuo, de tal modo que se apresenta nas mais diferenciadas formas mundiais, continentais, locais e/ou regionais. Estudar uma sociedade em todos os seus processos, implica "delimitá-la" numa dimensão temporal e espacial. Daí tentar eleger como categoria analítica a região.

5.1.1. Região

A idéia de região é controvertida. As discussões permeiam disciplinas e nem sempre são conclusivas; a própria necessidade prática de uma partição territorial não é, de uma forma geral, perfeitamente aceita. As definições de região têm sempre consagrado algum fator que dê unidade à mesma porção, seja ela na atmosfera, no mar ou nas ciências biológicas. Ou, ainda, reporta-se a conceitos como: uma porção do território determinada por caracteres étnicos ou circunstanciais especiais de clima, produção, topografia, administração, governo, etc.

Região é um dos temas mais difíceis de serem tratados. A teorização sobre o tema é complexa, envolvendo várias alternativas e está muito sujeita à acirrados debates. Por isso, discutir conceito de região é muito delicado, o mais razoável é tratar não de conceitos e sim de "noção" sobre região.

De qualquer modo, não se pode deixar de considerar que a região, como parte

integrante de um Estado ou País, é sempre uma parcela de um conjunto espacial maior e como tal deve se relacionar com o mundo exterior.

A evolução do pensamento geográfico aponta que o enfoque dado à região e os conceitos subjacentes à ela foram bastante diversos no tempo, conforme os interesses e ideologias de seus estudiosos, da contextualização histórica e dos fins a que se destinavam. Geógrafos e também historiadores, filósofos e economistas se posicionaram no tempo, porém a essência da questão regional ainda resta sem consenso. Na primeira metade do século XIX, Karl Ritter - historiador e filósofo - procurava fazer análises comparativas entre regiões diversas buscando explicar as formas de ocupação do espaço territorial; o filósofo alemão Karl Marx estudando o sistema capitalista, explicava as relações existentes entre o homem e a natureza estabelecendo o processo de transformação das sociedades naturais (pré-capitalistas) em sociedades industriais, capitalistas, onde os homens - visando a acumulação de capitais - reduziam a influência do meio natural e o transformavam sem levar em conta os danos ecológicos e sociais dessas mutações.

Friedrich Ratzel, assim como Humboldt e Ritter, reputados como os fundadores da "geografia moderna" (no sentido de que o pensamento geográfico remonta à Grécia antiga)¹ ou seja, os iniciadores da corrente da Escola clássica alemã, apresentaram leis e condições físicas do universo e introduziram as relações entre a humanidade e seu meio ambiente nos estudos geográficos, levando Ratzel - de formação antropológica - à subdividir a geografia humana de Ritter em antropogeografia e geografia política. Bastante influenciado pelas idéias evolucionistas de Charles Darwin e de Ernest Haeckel, Ratzel admitia que na luta pela vida venceriam os mais fortes e mais aptos; sua maior preocupação foi com os "gêneros de vida" dominantes na

¹Na Grécia Antiga a geografia era chamada de "história natural" ou "filosofia natural" nos escritos dos geógrafos Tales de Mileto (século VI aC) e Heródoto (século V aC), que consideravam o meio ambiente físico de muita importância para as viagens de negócios e de conquista de novas terras pelos gregos no mundo ocidental. Como uma disciplina acadêmica foi reavivada apenas por volta do século XV(dC) quando Bernhardus Varenius em sua "Geografia Geral" (1650) estabeleceu conceitos de geografia tópica - especialmente tópicos físicos e as interpelações de suas causas e efeitos - e geografia regional, que dominaram o pensamento geográfico por, pelo menos, 150 anos. Conquanto alguns filósofos e estudiosos do século XVII - Kant, Goethe e Montesquieu - tenham estudado tópicos humanos da geografia, isto é, a interação entre humanidade e a natureza, o desenvolvimento geral da disciplina caminhou para a estagnação e por volta do século XIX, chegou até a ser identificada com a geologia tão somente (NOGUEIRA, 1998).

sociedade de baixos níveis técnicos (dependentes do meio natural) e não a preocupação com os problemas das classes sociais.

As obras de Ratzel representaram um arsenal para consolidação do expansionismo do estado alemão, suas idéias eram favoráveis a ações estatais associadas ao expansionismo bismarckiano. Suas considerações fundam, pois, a geografia humana. Para ele o objeto geográfico resulta do estudo das influências que a natureza exerce sobre os homens. Essa atuação seria de ordem física e psicológica: o meio natural proporcionaria ao homem barreiras que impedem o seu avanço no espaço ("limites naturalis"). O homem necessitaria dos recursos naturais dispostos no solo para viver: *"quanto maior o vínculo com o solo, tanto maior seria para sociedade a necessidade de manter sua posse"* (MORAES, 1984). A perda do solo segundo Ratzel seria a morte da sociedade (o "espaço é vital"). Para ele o progresso seria o desejo por novos espaços. O Estado de Ratzel não existia sem o solo e as relações humanas sobre o espaço eram em busca de habitação e alimentação: *"quando se utiliza o solo de uma maneira passageira, a fixação a ele se dá apenas de uma maneira também passageira. Quanto mais as necessidades de habitação e da alimentação ligam a sociedade à terra, tanto mais é premente a necessidade de nela se manter..."* (RATZEL, 1983).

Os métodos nas obras de Ratzel não tiveram avanços significativos permanecendo a sua geografia como uma ciência empírica. O lugar, a região deveriam ser vistos como objeto em si mesmos, como parte de um todo. Em suas obras assumiu a vertente naturalista considerando o homem um animal; as classes sociais não foram mencionadas por Ratzel e o conceito de território era mais trabalhado em seus estudos do que as noções de lugar e região.

Suas idéias embasaram o pensamento de outros geógrafos que passaram a se preocupar com os problemas do povo, raça, Estado, localização dos estados em relação aos oceanos e mares, conduzindo à geografia política e, posteriormente, à geopolítica, com a contribuição de Kjellen (ANDRADE, 1991, apud. NOGUEIRA, 1998).

No mesmo período na França, predominavam as idéias geográficas de Elisée Reclus e Vidal de La Blache. Esse último, apesar de ser historiador, realizou profundos

estudos de geologia e de geografia física, tendo sido o organizador de trabalhos de análise regional, a partir da qual se deveria fazer o levantamento das condições naturais, da população e da exploração econômica da área, sem preocupações filosóficas e, devido sua formação de historiador, encarava o quadro em análise como sendo o resultado de uma evolução que chegara ao fim, por seu aprimoramento.

Elisée Reclus, vivendo na Europa do século XIX, refletiu seus pensamentos a respeito da sociedade do período. Suas obras direcionavam para a análise dialética das relações homem/natureza. Admitia em seus escritos que o meio natural provocava nos homens os sentimentos de modificação da paisagem. Em suas análises utilizava-se da região como categoria base para seus estudos. Nela descrevia minuciosamente os aspectos físicos (clima, relevo, solo, vegetação) e humanos (povoamento, exploração do espaço) vinculados a conceitos políticos. Para Reclus as sociedades estariam sempre divididas em castas ou classes, gerando assim o desenvolvimento desigual entre os indivíduos.

Essas classes poderiam ser dissolvidas através de pressões, lutas armadas, guerras civis. As evoluções sociais somente ocorreriam com a dedicação individual/geral dos indivíduos (ANDRADE, 1985).

Reclus valorizava, em suas obras, os conflitos entre classes dominantes e dominadas e preconizava que essa relação deixaria de existir apenas se a evolução da sociedade fosse individual. Manteve em suas obras a unidade da geografia, não aceitando a dualidade vista na escola geográfica francesa. Contrariou o pensamento geográfico de seu tempo sendo considerado por muitos conservador e comprometido declaradamente com o poder. Por este motivo suas obras foram pouco divulgadas e prestigiadas, pois eram consideradas descritivas e de pequeno interesse científico (MORAES, 1984).

Paul Vidal de La Blache, fundador da Escola francesa da geografia, acabou por introduzir no cenário francês a discussão geográfica por todo o primeiro quarto de século atual. De seus trabalhos originaram os conceitos que concretizaram a doutrina possibilista. Considerado um pensador de grande importância na escola francesa,

idealizou um conceito de região, que foi absorvido e reproduzido por geógrafos do período. Para ele região seria uma unidade de análise geográfica que expressaria a configuração dada pelos homens que organizaram o espaço terrestre. A região era uma escala de análise, com individualidade e limites.

A partir de Vidal de La Blache o conceito de região foi humanizado e impregnado pela história pois, para se delinear os limites, característicos de uma região seria necessário descobrir as individualidades da mesma, desenhadas pelo homem (os gêneros de vida)². Para tal ação de delineamento da região era primordial, segundo Vidal, o conhecimento da ocupação humana ao longo da história.

O final do século XIX e início do XX foi, novamente, um período marcado pelo desenvolvimento da filosofia geográfica tanto na escola francesa como na alemã, cuja finalidade era de analisar e explicar os fatores que controlam a organização espacial da sociedade, utilizando como ferramentas métodos e modelos estatísticos que passaram a ser utilizados também para previsões de tendências e padrões espaciais futuros. Embora Torsten Hagerstrand na Suécia e Walter Cristaller na Alemanha tenham trabalhado com técnicas estatísticas nas décadas de 1920 e 30, apenas a partir de 1960's elas foram mais amplamente aplicadas e aperfeiçoadas (NOGUEIRA, 1998).

O conhecimento científico iniciado no Brasil nas primeiras décadas do século XX foi, segundo Andrade (1991), influenciado pela geografia clássica de Ratzel e de La Blache, com os estudos de Delgado de Carvalho e depois, com Pierre Monbeig e Pierre Defontaines e, no Rio de Janeiro, com Francis Ruellan. Durante a década de sessenta predominaram no país pesquisas regionais.

Tanto a geografia local, tópica ou sistemática como a geografia regional passaram a ser largamente desenvolvidas e combinadas. A geografia tópica tratava de estudar a organização espacial ou a distribuição locacional de um fenômeno específico e sua relação com a população local e, a regional de estudos relativos à pequenas áreas

²Os "gêneros de vida" se representavam pelo relacionamento entre população e recursos, ao longo da história, em um espaço terrestre.

comparados à outras áreas que eram definidas por critérios físicos ou sócio-políticos (WEINER, R. S., sd, apud NOGUEIRA, 1997).

Entre as mais significativas contribuições à teoria locacional, especialmente nos estudos de economia, encontram-se as de Von Thünen³, Weber e Lösch, que apresentavam uma visão do espaço econômico e das forças atuantes para uma melhor contextualização da produção agrícola e industrial. A teoria de Von Thünen, a pioneira quanto aos estudos de localização das atividades econômicas (com certas limitações nas premissas adotadas), estudava os tipos de agricultura que se desenvolveriam economicamente ao redor de um mercado urbano. Para tanto considerava a existência de um centro urbano e de sua periferia, cujas explorações lucrativas tendiam a decrescer quanto maior fosse a distância do mercado urbano; estabelecia seis zonas concêntricas de agricultura que tenderiam a se desenvolver ao redor deste. Weber preocupou-se com as forças que ocorriam quando indivíduos ocupavam uma área subdesenvolvida, estabelecendo um sistema econômico isolado. Determinou os diferentes “centros de atração” de consumo de cada um dos sub-setores, considerando a existência de várias forças no modelo de localização; embora se detivesse entre os estratos, sua teoria apresentava grande importância por atribuir o dinamismo na análise das evoluções por que passava o sistema econômico.

Lösch, trabalhando com modelo estatístico simplificado do espaço econômico, postulava a existência do que ele chamava de “vasto plano homogêneo, no qual os transportes e a matéria prima se distribuíam uniformemente em todas as direções, o mesmo acontecia com a população agrícola já que sua produção era auto suficiente; excluía de seu modelo as forças não econômicas; a forma circular de mercado foi

³A obra de Von Thünen tem sido largamente utilizada nos estudos das atividades agrícolas, servindo como suporte teórico de pesquisas interessadas na organização do espaço agrário, tanto na Europa e Estados Unidos como no Brasil. Trata-se de uma obra que dá substrato teórico aos trabalhos empíricos, utilizando conceitos que, sem sofrerem quaisquer críticas, procuram explicar outras realidades diversas do “Estado Isolado” de Von Thünen (1876). Uma descrição detalhada da obra desse autor pode ser encontrada em OLIVEIRA (1978), que busca compreender e situar a matriz teórica utilizada em sua obra, realizando uma profunda análise crítica à ela, seu método de trabalho e suas implicações científicas, suas proposições e consequência das mesmas, quer no tempo quer no espaço, bem como a contextualização histórica – ou seja o momento histórico no qual se criaram as condições materiais para o desenvolvimento de sua obra. O autor defende que essa obra apresenta uma série de restrições conceituais, tem um forte caráter ideológico e que não se presta a explicar a realidade da geografia agrária do Brasil e tampouco a de São Paulo, em particular (criticada com maior profundidade na pesquisa de Oliveira), por sua incapacidade teórica em explicar a realidade.

substituída pela hexagonal, por admitir que a competição entre os produtores eliminaria o excesso de lucro (VOLLET, 1972).

A análise das características locacionais das atividades econômicas possibilitariam estudos regionais, na medida em que alguns critérios – como de homogeneidade – permitiriam definir regiões, agrícolas por exemplo. Nelas se focalizariam além da produção, a inter-relação dos produtores e consumidores, dos mercados, as características físico-geográficas, etc, de modo que a teoria explicasse a realidade..

Na geografia regional brasileira merece destaque Pierre Monbeig, membro da escola francesa de geografia, cujo embasamento de seus métodos tem a marcante influência de Vidal de La Blache e seus seguidores. Em seus trabalhos defende uma geografia voltada para o estudo da “paisagem” através do diálogo entre homem e natureza, numa perspectiva possibilista. Juntamente com Cholley e Maximilian Sorre, P. Monbeig reorienta as formulações vidalianas. Em suas análises a relação homem/meio é o fundamento básico, (mas não segundo os moldes vidalianos onde o homem é mais um fator atuante sobre o meio, individual, sem uma referência aos meios sociais que fazem parte da relação homem/natureza.

Segundo Monbeig, o homem organizado em sociedade, assume papel fundamental na análise de sua relação com o “meio natural”. Para ele o *“homem ocupa o centro das pesquisas...”*; a sua geografia abandonou os fatos particulares para se voltar para a combinação de diferentes fatores (GIANOTTI, 1991). A relação homem/meio é seu objeto geográfico de análise, onde a história tem que ser considerada. Em suas obras faz críticas a escola determinista alemã e se contrapõe à noção de região natural e determinista.

A região surge como paisagem cultural. Assim como um grupo social evolui, sua paisagem também; a natureza é o “suporte natural” que viu sucessões de paisagens diversas, sendo o espelho das civilizações nele inseridas. A paisagem é a tradução da combinação de elementos morfológicos, climáticos, históricos, econômicos, demográficos, etc. Para compreendê-la o geógrafo deve delimitar as “relações complexas” que, segundo Monbeig seriam: onde os elementos não dispersos em

uma situação caótica e nem orientados em um único sentido. A paisagem formada indissolúvelmente pelos elementos naturais e pelo trabalho dos homens, é a representação concreta do complexo geográfico. O “Complexo Geográfico” de Pierre Monbeig permite ver a paisagem numa pluridisciplinaridade – história, economia e geografia, por exemplo – que leva à compreensão dos de seus elementos, não se preocupando somente com a descrição. A categoria paisagem é essencial na pesquisa geográfica, porém é necessário configurá-la observando também elementos como modos de pensar e estruturas financeiras, que não são em toda sua plenitude exteriorizadas na paisagem. Daí a análise de todo “complexo geográfico”.

A existência de uma grande dinâmica entre sociedade e natureza dificultou, por muito tempo, o estabelecimento preciso de uma definição e um objeto da geografia como ciência, daí tantas divergências entre os geógrafos. Uns encaminharam as suas reflexões influenciados por interesses de seus países, outros de sua classe social ou de sua formação ideológica⁴.

Após a II Guerra Mundial, interesses de escolas ideológicas e das posições políticas, procuraram ultrapassar e até eliminar a geografia descritiva - preocupada com um relacionamento maior entre o homem e a natureza - substituindo-a por uma geografia de maior impacto filosófico ora ligada à posições conservadoras ora às mais revolucionárias, com as mais diversas conotações e radicalismos. Alguns trocaram as observações de campo, a parte empírica e experimental da geografia, como já citado, por modelos matemático-estatísticos com variáveis uniformes para todo mundo e todos os tempos, em nome do desenvolvimento capitalista; numa ruptura com a escola clássica - considerada ultrapassada - utilizavam de forma maciça computadores e dados estatísticos, sem uma crítica à validade dos mesmos. Buscava-se transformar uma ciência em uma técnica ao medir o crescimento e as quantidades, sem considerar

⁴Tanto assim, que em finais do século XIX e início do XX, eminentes geógrafos europeus, já comentados anteriormente, apresentavam posições variadas sobre o objeto da geografia e o papel a ser desempenhado por eles próprios: Ratzel lutava pela consolidação da unidade alemã, nacional, apontando para a necessidade de um espaço vital e de acesso ao oceano e para a defesa das fronteiras políticas, enquanto La Blache, como representante do império colonial francês, preocupava-se principalmente com os problemas regionais e com a análise dos gêneros de vida e Reclus - comprometido com o anarquismo - procurava estudar os problemas sociais como o da colonização rural/urbana, prevendo os problemas que afligem hoje os homens, devido ao crescimento desordenado das cidades (ANDRADE, 1992).

as conseqüências sociais e ecológicas do processo expansionista do modo de produção capitalista, em especial nos setores do governo voltados ao planejamento.

O "desenvolvimento" capitalista ao criar condições de vida mais miseráveis - o empobrecimento das populações acompanhado da depredação dos recursos naturais - particularmente no Terceiro Mundo, provocou reações de ordem política e social dos neomarxistas, fazendo despertar uma consciência crítica que se estendeu ao campo científico e, conseqüentemente, aos geógrafos quantitativos, levando alguns deles (ditos marxistas) a tentar até eliminar a natureza dos estudos da geografia.

A grande renovação no pensamento geográfico, surgiu com Pierre George e Jean Tricart, divulgadores do pensamento marxista, nos anos 50 e 60 - procurando adaptar o métodos da geografia a um mundo em que ela devia explicar e para o qual devia se refazer permanentemente. No entanto, na década de 70 esse enfoque foi abortado pelos neopositivistas tentando instituir uma "nova geografia" com pretensões de cientificidade, de pertinência prática e de referência ao social, escamoteando os seus próprios conflitos (NOGUEIRA, 1998).

As obras de Pierre George assim como as de Yves Lacoste, foram as mais destacadas no movimento de renovação da geografia, denominado como geografia crítica. Este movimento opôs-se à geografia tradicional francesa e conseguiu romper com seu pensamento. A geografia crítica assumiu em seus conteúdos o pensamento político, contestando os trabalhos elaborados pela escola francesa. As raízes da geografia crítica da qual George faz parte, provêm da geografia regional francesa, sendo que a primeira movimentação, foi com a publicação da obra "Geografia Crítica de Pierre George". Nessa corrente se evidenciava a necessidade de estudar as contradições do modo capitalista de produção, as relações sociais e o conteúdo político que as envolvia. No entanto, a metodologia utilizada era a mesma da escola tradicional francesa: descrição e empirismo. George e os seguidores da escola crítica conceituavam as regiões como categorias de análise dotadas de conteúdos expressos em formas de funcionalidade e com contradições sociais notórias (fome, desemprego, miséria).

Pierre George além de considerar a região como categoria de análise funcional e

com características particulares, introduziu pioneiramente o marxismo nos conceitos geográficos. O espaço terrestre, segundo ele, era o objeto de estudo da geografia. A geografia era a ciência capaz de estudar os problemas humanos no espaço terrestre. O espaço atual para esse autor era *"a soma de dados adquiridos, de relações organizadas de ordem sucessiva"*; *"o objeto da geografia ativa é perceber as tendências e as perspectivas de evolução a curto prazo, medir em intensidade e em projeção espacial as relações entre as tendências de desenvolvimento e seus antagonistas, definir e avaliar a eficácia dos freios e obstáculos"* (GEORGE, 1966).

Nos anos 80, novamente retomado pelos neomarxistas com a pretensão de serem científicos (se revelando antiempiristas) que valorizam a atividade conceitual e os estudos de leis científicas nas argumentações, às custas da crítica das ideologias científicas, na tentativa de se integrar às ciências sociais, já que estavam interessados na atividade militante e de transformação do mundo; ao desaparecer o socialismo real - confundido com o socialismo científico, por muitos - desapareceu também uma utopia..., mas os homens procuram uma outra mais nova: a ecológica (SOUZA, 1994).

A geografia quantitativa - a geografia pragmática que concebe as múltiplas relações entre os elementos da paisagem como relações matemáticas - perdeu prestígio, dando lugar às tendências ecológicas e dialéticas. De acordo com ANDRADE (1992), a tendência dialética - que busca sua origem nos pensamentos filosóficos de Hegel e Marx - tem levado em conta a influência da infra-estrutura econômica sobre a ação do homem para explicar a produção do espaço. Nesse contexto, o espaço geográfico é aquele que é produzido pelo homem com vistas à apropriação de bens no período pré-capitalista e à produção de mercadorias, à acumulação de capital, na sociedade capitalista.

A chamada geografia crítica, apresenta as mais diversas tendências - desde as que elaboram modelos ideais que possam ser aplicados em qualquer situação, até aquelas analisam a realidade, seguindo a *praxis* e selecionando os modelos que possam ser adaptados a cada caso, a cada desafio (ANDRADE, 1977). Ela não se preocupa apenas com o estudo do espaço, tenta explicar a forma como o espaço geográfico foi

produzido, em função de que interesses e quais as conseqüências desta produção sobre as estruturas sociais e sobre a acumulação de capital.

O paradigma da geografia contemporânea repousa agora sobre a representação do espaço-sistema, um conjunto em constante interação - a geografia que estabelece uma relação horizontal e vertical: espaço mundo/tempo mundo - da sociedade-natureza. Trata-se da emergência da produção de sistemas sociais que sobrevivem apropriando-se da natureza e organizando-se.

Para se entender o período histórico contemporâneo, considera-se o espaço geográfico como uma instância da sociedade - econômica e cultural-ideológica; admite-se que a essência do espaço é social - o palco de fluxos e objetos ou de sistemas de objetos e de ações moldados pela informação - e portanto, objeto do processo de planejamento em dois níveis: no mundo e no lugar (também entendido como região) (SOUZA, 1994); para que seja um planejamento que possa melhorar as condições do espaço, da sociedade.

Volta-se a pensar nos problemas ligados ao espaço e ao tempo, onde as relações e as instituições existentes no passado permanecem, atuam no presente e se projetam no futuro. Reforça-se a visão dialética do processo, com a renovação dos sentimentos religiosos e étnicos, em um momento histórico em que o mundo se prepara e vive as grandes organizações políticas e econômicas em larga escala.

Nas proposições de F.PERROUX (1960) e J.BOUDEVILLE (1972) avança-se com o conceito de região onde: *"a região homogênea é aquela na qual se destaca um fator de homogeneidade para definí-la, podendo ser: uma unidade natural, onde haja predominância de traços físicos - relevo, clima, vegetação; uma unidade histórica, étnica ou cultural, como por exemplo as antigas áreas de colonização; uma unidade econômica, caracterizada por sua atividade econômica dominante"* e a região polarizada (ou funcional ou geográfica), que seria submetida à influência dominante de um pólo - como as regiões polarizadas do IBGE. A região operacional, que se referiria ao domínio de intervenção de uma autoridade: uma circunscrição administrativa, judiciária, militar ou uma unidade de coordenação e implantação de um plano ou

programa de desenvolvimento.

Para efeito de conceituação na tese **região polarizada** é definida como o conjunto de lugares contíguos que possuem entre si um maior número de inter-relações do que com outros lugares. A **região homogênea**, por outro lado, significa o conjunto de lugares, igualmente contíguos, que possuam características semelhantes entre si. Com base em um desses dois critérios, ou nos dois conjuntamente, é possível definir uma **região de planejamento** como uma espécie de compromisso que permita a análise e, posteriormente, uma possível ação de planejamento⁵.

Organizar o território não se constitui um fim em si mesmo; seus objetivos estão dirigidos à estruturação do espaço em relação ao sistema de cidades, visando corrigir distorções existentes nos padrões atuais de distribuição de atividades e da população, expansão e integração regional, estabilidade das relações inter-regionais e uma finalidade maior, qual seja, a melhoria da qualidade de vida de suas populações. O papel funcional que cada um dos centros urbanos desempenha na organização regional do Estado, permite identificar as trocas entre eles e, especificamente com o nódulo principal, o que significa dizer que as forças de atração se manifestam com maior intensidade entre os pontos de uma mesma região do que com os situados em outras regiões. Nesse contexto, a estrutura de regiões polarizadas considera a interação entre núcleos centrais, definida por fluxos contínuos de diferentes naturezas - econômica, política, social, etc. - sobre os quais se superpõe um sistema de redes distribuídas em torno de um núcleo central.

A interação destas forças resultantes é transmitida para os demais centros do sistema, verticalmente - alcançando os centros de menor hierarquia - e/ou horizontalmente, difundindo-se em relações colaterais entre os centros de porte

⁵A região pode ser examinada sob critérios de homogeneidade com respeito a algum conjunto particular de características associadas; a região polarizada parte do princípio de que mesmo dentro de um espaço homogêneo, as atividades sociais e econômicas se orientam em direção a núcleos ou pólos de atratividade (cidades), que estendem sua influência sobre as áreas circunvizinhas, uma vez que dispõem de equipamentos, serviços e de um poder de decisão considerável. Equivale a reconhecer que algumas áreas são orientadas de modo intensivo mais em direção a um núcleo do que a outros, em consonância com suas características físico-geográficas e/ou mercadológicas (VOLLET, 1972).

semelhante. Os níveis hierárquicos correspondem uma certa divisão do espaço subjacente, de modo que os centros de menor nível na hierarquia funcional possuem menor área de influência contida na de maior nível, e assim sucessivamente. Trata-se, portanto, de um sistema de cidades de tal forma interdependente, que qualquer mudança significativa ocorrida nas atividades econômicas, estrutura ocupacional e na distribuição da população, por exemplo, é transmitida, em maior ou menor grau, para as demais unidades integrantes. É nesse sentido que tais hierarquias permitem a participação desse espaço em subsistemas, enfocados enquanto regiões nodais ou polarizadas, organizando-se hierarquicamente em torno de centros urbanos, que por sua vez estruturam os fluxos econômicos e sociais pertinentes.

As cidades estão, assim, relacionadas em um espaço geográfico, formando regiões polarizadas nas quais a dinâmica sócio-econômica, político-institucional e cultural dos centros dominantes ou pólos de crescimento, condicionam e determinam a dinâmica de suas áreas dominadas ou periféricas.

O objetivo da regionalização através das regiões polarizadas é buscar maior integração, consolidação e dinamismo sócio-econômicos dessas regiões, tomando-se, pois, imprescindível que os atributos utilizados na regionalização garantam a coerência das análises, ações, medidas e uso dos instrumentos de política sócio-econômica sugeridos pelos planejadores regionais.

Pensar em desenvolvimento regional e rural⁶ implica em entender os vários processos presentes no espaço estudado, as características históricas, econômicas, fundiárias e sociais específicas, a dinâmica espacial, as interpelações dos recursos físico-geográficos naturais e dos recursos dinâmicos, como organização social e administrativa, tecnologia, estrutura econômica, transportes e comunicações, estrutura política, nível de vida, cultura local e esfera geral de influência dos centros urbanos. Só

⁶Um estudo sobre a regionalização agrícola visando seu desenvolvimento assume grande importância. Dadas as características essencialmente regionais da produção agrícola, essas demandam uma organização peculiar dos serviços de assistência técnica, extensão rural, fiscalização e pesquisa. Uma regionalização fornecendo informações básicas sobre os sistemas e processos produtivos, estrutura agrária, estrutura de comercialização e do emprego em uma dada área, facilita a adoção de diretrizes de política agrícola e agrária, dando elementos a programas que busquem estimular o setor.

depois de conhecida a dinâmica regional é possível se estabelecer algumas das estratégias de ação do planejamento que atue direta e indiretamente sobre o emprego e renda da própria região.

Embora esses aspectos estejam presentes durante a argumentação dessa tese, não se pretende lançar mão de modelos mais elaborados que possam medir tanto a polarização como a homogeneidade, tendo em vista que para o caso do Estado de São Paulo e para a região Sudoeste há trabalhos recentes que tratam do assunto⁷. Cite-se como exemplo trabalho realizado pelo próprio autor em 1997 (NOGUEIRA).

SOUZA (1991), aprofundando sua reflexão em pesquisas sobre diversas abordagens a respeito de região, mostra que Davidovitch considerava-a como espaço funcional, sobre o qual foi colocado um sistema econômico, distinguindo-se áreas de excesso e de deficiência quanto à produção e consumo; enquanto Geiger encarava a região como parte da superfície cujo elemento dinâmico de organização era a vida econômica, social e humana. A autora enfatiza que o conceito de região não pode ser confundido com área e zona; segundo ela espaço geográfico e região se confundem e, o espaço geográfico é uma instância social.

A região devendo ser entendida como uma dimensão identificável, onde se pode estabelecer uma relação de grandeza constante - de fixação de limites - e, ao mesmo tempo, variável e dinâmica - em movimento. Na análise regional não se pode excluir o movimento e a diferenciação do real, como cada região se define internamente, como se relaciona com o espaço maior ao qual é subordinada e ainda, como se relaciona com as demais regiões. A conceituação de região exige que se incorpore permanentemente a sua relação consigo mesma, com as outras regiões e com o todo - a economia mundial ou a economia do país ou a do Estado.

A região tem sido utilizada para denominar porções territoriais que teriam pelo menos algumas características comuns, podendo servir de base de operações - produção e

⁷Veja-se sobre o uso da metodologia os trabalhos de George (1966), Rochefort (1964 e 1966), Pereira (1966) e Oliveira (1976) e, mais recentemente de Andrade (1987) e Azzoni & Capelatto (1996). Na literatura internacional, vide pesquisas realizadas por Eaton & Lipsey (1982), Darling & Tunbene (1996) e Harris & Shonkwiler (1996), estes dois últimos tratando de estudos na área de economia agrícola (NOGUEIRA, 1997).

comercialização - num processo de globalização.

A obra de Milton Santos (1977), geógrafo de postura crítica, tem como principal argumento discutir o espaço social e ver a produção do espaço como objeto; o espaço social ou humano que é histórico, obra do trabalho e morada dos homens; é uma realidade e uma categoria de compreensão da realidade. Esse autor enfatiza que o espaço deve ser visto como um campo de força, cuja energia é a dinâmica social. A organização do espaço - derivada da atividade produtiva do homem sobre a superfície terrestre - *"é determinada pela tecnologia, pela cultura e pela organização social da sociedade que a empreendem...é fruto de uma acumulação desigual de tempo"*. Essa geografia crítica que teve suas raízes na ala mais progressista da geografia regional francesa, foi paulatinamente se inteirando do papel dos processos econômicos e sociais, no direcionamento da organização do espaço, da importância do elemento humano - na sujeição da geografia física à humana - e na idéia da região como produto também histórico. Assim, a geografia regional francesa - que teve muita influência sobre a brasileira - aproximou-se da história e da economia, introduzindo à análise regional novos elementos (MORAES, 1984). Na verdade a geografia crítica abre um leque bem amplo de influências "externas", de autores urbanistas não-geógrafos.

Com tal finalidade, retoma-se a discussão das questões como a relação entre a sociedade e o solo, o Estado e o território, os recursos naturais e a atividade econômica, produção do espaço e trabalho humano, espaço geográfico e relações sociais e econômicas, a formação e a organização de uma sociedade, uma dada formação social.

5.1.2. Formação Econômico-Social

Muitos dos trabalhos que tratam das relações entre espaço e formação social estão citados em SANTOS (1977), cujo estudo compreende um rico referencial sobre

trabalhos empíricos de aplicação à alguma realidade nacional - em diferentes línguas e países - e especialmente de estudos teóricos da categoria "formação econômica e social".

A partir da análise dos diversos estudos, Santos enfatiza que compreender a formação econômica e social de um "lugar" é desvendar as particularidades como forças produtivas, propriedade da terra e do capital, relações sociais e entender como ocorre o arranjo dessa sociedade no espaço e no tempo. Isso permite definir a especificidade de cada formação que a difere das demais sociedades; acentua a necessidade metodológica de diferenciar modo de produção (MP) e formação social (FS): o primeiro seria uma possibilidade de realização e a FS seria a possibilidade realizada - um conceito sempre ligado a uma realidade concreta, suscetível de localização histórico-temporal. Conclui que essa categoria não pode ser dissociada do concreto, representado por uma sociedade historicamente determinada.

Para o autor as três características - modo de produção, formação social e espaço - são interdependentes, ou seja, a formação social determina histórica e espacialmente, num movimento conjunto, todos os processos que juntos formam o modo de produção: produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo. A formação social corresponde, pois, à uma estrutura técnico-produtiva (formas técnicas e organizacionais do processo produtivo que compreende as diversas relações de produção existentes) expressa geograficamente por uma certa distribuição das atividades.

O arranjo espacial dos modos de produção particulares é que diferencia os lugares, sendo que o "valor" de cada local depende qualitativa e quantitativamente de seus níveis e da maneira como eles se combinam. Dessa forma, Santos considera que a organização local da sociedade e do espaço tendem a reproduzir a ordem internacional. Cada combinação de formas espaciais e de técnicas correspondentes, constitui o atributo produtivo de um espaço, sua virtualidade e sua limitação. Os fatores naturais são, ao mesmo tempo, determinantes na formação do espaço e determinados pela formação social (SANTOS, 1994).

O autor conclui que não se pode separar a evolução da formação social da evolução

das formações espaciais. É preciso estudar as formações sócio-espaciais, isto é, analisar a evolução da sociedade que ocorre de forma sistemática, já que todos os elementos são variáveis que interagem e evoluem juntos, submetidas a leis sistêmicas.

Dentre os estudos teóricos analisados por SANTOS (1977 e 1991), encontram-se os trabalhos consagrados às relações espaço/formação social realizados por CORAGGIO (1974). Segundo o autor há que se interessar não pelas *"configurações espaciais por si mesmas, mas pelo fato de que exprimem relações sociais e são uma condição para que as relações entre agentes de uma formação econômica e social possam exercer-se, um conjunto de premissas que ajuda entrever o problema do espaço como um conjunto de recursos fixos e móveis e, ao mesmo tempo, como instância social"*.

CORAGGIO (1982) explicita seu referencial teórico considerando: a espacialidade dos fenômenos sociais, que conceitua o espaço como fenômeno global, onde a configuração espacial e as estruturas sociais são analisadas conjuntamente, como fazendo parte de um único e indissolúvel fenômeno. Para o autor o espaço toma-se a própria condição de existência das coisas, de suas relações, dos diversos processos, etc. A configuração espacial deve levar em conta a posição relativa de seus elementos, seus movimentos, etc. - em termos estáticos - e de sua origem, suas variações e transformações, etc. - em termos dinâmicos - sempre regidos por leis próprias. A espacialidade pode pois, ser estudada com base em três fenômenos: "físicos" que são características naturais, como o sistema solar, por exemplo, e que também pode ser modificado pelos homens ao afetarem a camada de ozônio; "biológicos" que dependem dos fenômenos físicos para se reproduzirem, já que não existe vida sem um mínimo de condição física e, finalmente "sociais" desde que as relações e os processos sociais são entidades que possuem suporte físico e biológico. A referência a uma formação social concreta, pressupõe a referência a fenômenos de ordens física e biológica. Desse ponto de vista, é possível falar de espacialidade dos objetos e dos processos sociais.

Em segundo lugar, Coraggio considera as relações entre formas espaciais e estruturas sociais definindo-se "forma espacial" a partir dos conceitos de "configuração espacial" como sendo qualquer tipo de distribuição - casual ou determinística, regular ou irregular

- expressa em termos abstratos formais (geometria, cartografia, etc.) ou expressa em termos próprios (como em uma fotografia) e de "organização espacial (ou territorial)" que pressupõe a existência de um processo social ao qual a configuração está associada. Nesse sentido, o termo forma espacial corresponde às distribuições possuindo uma lógica explicável, a partir de um processo social qualquer e uma possibilidade de identificação de irregularidades e recorrências nessas distribuições.

Assim, o conceito de forma espacial deve ser entendido exclusivamente como referente à espacialidade social, ou seja, relativo ao impacto na configuração espacial, que resulta da ação de leis sociais. A relação existente entre formas espaciais e processos sociais, considera que natureza e sociedade são duas entidades articuladas em um complexo social. Entretanto, em função do caráter histórico das formações sociais, essas relações não são estabelecidas de forma unívoca, razão pela qual sua validade não é universal e aplicável a qualquer situação histórica.

Conclui o autor que as formas espaciais são determinadas pelos fenômenos sociais e por seus relacionamentos definidos ao nível das leis científicas.

CORAGGIO (1982) realizou, também, um estudo cujo enfoque metodológico relaciona os complexos territoriais com os sistemas de produção e circulação, tendo como hipótese que *"na gênese e atual funcionamento das organizações territoriais, dentro das conceituações do processo de reprodução, não só a dimensão econômica como outras dimensões não reduzíveis ao econômico, desempenham um papel fundamental"*.

Seu estudo propõe-se a apresentar *"não uma teoria alternativa, mas um esquema ordenador de uma parte substantiva da investigação para o planejamento regional"*. Para esclarecer e aprofundar o conceito operativo, procura estabelecer as principais diferenças do mesmo com os conceitos usualmente utilizados: a cadeia produtiva, o grupo econômico, os ramos e as seções ou departamentos. As "cadeias produtivas" respondem à uma divisão técnica do trabalho, que adota formas correspondentes ao grau de divisão social do mesmo, podem, pois, ser vistas como um processo complexo de trabalho, com mediações mercantis internas, onde as tarefas de cada operação estão em uma relação de interdependência técnica; os "grupos econômicos"

representam os agrupamentos de unidades de produção e circulação - pertencentes a uma ou mais cadeia produtiva - que respondem a um mesmo comando capitalista concreto; os "ramos" são basicamente níveis de determinação relevante - mas não os únicos - do processo de valorização do capital. Suas inter-relações (fluxos de bens e serviços) permitem, usualmente, construir as denominadas matrizes Insumo-Produto; finalmente, as "seções" - associadas aos esquemas de reprodução na teoria marxista - correspondem a unidades de organização da produção que respondam seja à valorização de capitais particulares seja à reprodução de formas não capitalistas de produção. As seções se diferenciam entre si por sua posição no processo global de reprodução das bases materiais da sociedade.

Para esse autor, essas relações, no entanto, nem sempre se dão em condições de equilíbrio, podem não contemplar as formas não capitalistas de produção que, formal e realmente, tendem a se articular com os ciclos do capital, no processo concreto de reprodução de uma sociedade. Para fins de análise, há que se considerar as limitações do modelo, devendo-se trabalhar com subsistemas de produção e circulação, como elementos para recompor as relações de reprodução de uma sociedade, numa economia aberta.

Para o esquema de organização metodológica, o autor considera como objeto de estudo as sociedades capitalistas dependentes, cuja posição periférica supõe uma enorme abertura de sua economia, sendo altamente dependentes dos mercados externos para a colocação de seus produtos de exportação e para também obter tanto os meios de produção como os meios de consumo que não produzem.

5.1.3. Divisão do Trabalho

Para ABLAS (1993) a definição de CORAGGIO (1982) sobre "espacialidade" dos fenômenos físicos, biológicos e sociais e as relações entre estruturas sociais e forma

espacial, pode ser utilizada para dar maior coerência à categoria divisão social do trabalho. Essa categoria é privilegiada no tratamento da questão regional do Sudoeste paulista e deve ser entendida a partir da conformação das estruturas espacializadas produtiva e de emprego, desde que sejam levadas em conta as determinações (e recorrências) entre a divisão social do trabalho e a sua espacialidade, isto é, a divisão territorial do trabalho; ambas são agrupadas na idéia de forma espacial, proposta por Coraggio.

De acordo com ABLAS, a espacialidade é um conceito relevante (e determinante) e *"na ausência de diferenciações na forma de espacialização de uma matriz produtiva nacional, ainda assim as regiões continuariam a existir por uma questão de densidade: o sistema urbano, na medida em que a produção industrial aparece concentrada nas cidades, seria uma ótima síntese de uma regionalização em termos empíricos"*.

O exame da divisão social e territorial do trabalho, nessa tese, justifica-se pela inequívoca importância atual, mas que se encontra também na base de diferentes disciplinas e perspectivas de análise em ciências sociais. Reforça esta percepção o fato de que (desde Adam Smith e Karl Marx até Max Weber, Emile Durkheim e outros cientistas sociais "clássicos") muitos dos processos estruturadores do funcionamento e da dinâmica da sociedade capitalista têm sido interpretados como se respondessem ou correspondessem a transformações verificadas naquela divisão (FARIA, 1981). Particularmente esclarecedora neste sentido é a ênfase com que essa temática vem sendo tratada pelos teóricos da urbanização, para os quais, se a separação entre o campo e a cidade representa um primeiro e importante aspecto da divisão social e territorial do trabalho, a sociabilidade contemporânea não pode ser apreendida senão mediante a análise das tendências da aglomeração dos meios de produção e consumo em áreas urbanas, às quais está intimamente ligada o fenômeno da especialização produtiva de cidades e regiões.

A divisão territorial do trabalho - que permite entender a divisão social do trabalho - mostra como se dá sua repartição entre os homens e como ele é coordenado; como se dá a cooperação entre os atores e o seu controle, tudo a indicar como o espaço se

organiza. E, no sistema capitalista a cooperação, a repartição de tarefas é estrutural - e não esporádica - sendo essencial ao sistema, porque aí o controle do processo é indispensável.

As divisões do trabalho - categoria da realidade concreta - correspondem a tipologias de formas e de ações da sociedade, que se renovam a cada momento criando novos objetos e novas ações (a metamorfose de um sistema de objetos e de um sistema de ações). Trata-se de uma visão dinâmica, um sentido da história, através da divisão do trabalho no mundo, na região e no lugar (SANTOS, 1994).

5.2. Instrumental de Análise

Para avaliação da dinâmica regional é utilizado um modelo analítico com o objetivo de equacionar o funcionamento de uma economia com base agrícola, caso do Sudoeste do Estado de São Paulo⁸.

No início desse capítulo, são considerados os conceitos de região homogênea e região polarizada que embasaram e justificaram a escolha da área de estudo dessa tese, de modo a esboçar sua atual dinâmica espacial. Assim, associado à evolução histórica regional e fazendo uso do modelo, que ora passa a ser exposto, procura-se chegar à dinâmica econômica da região Sudoeste paulista. O objetivo é avaliar o dinamismo regional dentro de um esquema teórico de desenvolvimento e tomar por base as informações empíricas disponíveis para a região.

Estudos sobre o desenvolvimento regional pressupõem a existência de um "ordenamento territorial", isto é, a classificação da área do Estado em subáreas homogêneas de aptidão de uso, indo mais além da dinâmica espacial, pois deve considerar a questão na perspectiva agropecuária, social e econômica. Baseia-se numa definição geral de como deverá ser ocupado e explorado o solo de maneira a

⁸O modelo de análise utilizado foi proposto por ABLAS (1998).

garantir maior estabilidade da produtividade física, reduzir o êxodo rural e o fluxo migratório dentro do Estado e maximizar os benefícios econômicos da produção, que possam implementar o dinamismo econômico e social e o desenvolvimento regional.

A questão dos limites regionais pode ser considerada a partir de dois componentes, ambos com aspectos estruturais. Inicialmente, deve-se levar em conta a **estrutura urbana** que define, em termos espaciais, o campo urbano regional. Esse campo é delimitado pela área de atração de uma metrópole (ou mais de uma, em situações peculiares) e tem por base a oferta de serviços de ordem superior compatíveis com a área estudada. Embora a concorrência que se estabelece entre as atividades superiores de metrópoles vizinhas possa tornar mais *fluida* as fronteiras regionais, é possível admitir que o território polarizado por uma metrópole (ou metrópoles complementares) constitui a primeira delimitação do espaço econômico regional.

A **estrutura de produção** é o segundo componente a ser considerado na delimitação regional. Trata-se, nesse caso, do conjunto de atividades produtivas implantadas no campo urbano regional, com as relações e proporções que as caracterizam em um dado momento. A utilização de espaço, as condicionantes de localização, a importância do valor adicionado, a área de abrangência do seu mercado são, entre outras, características importantes para a definição da forma como as atividades componentes dessa estrutura se regionalizam, sendo que essa regionalização é fortemente associada à estrutura urbana.

Esses dois aspectos, conjuntamente, têm condições de definir o território abrangido por uma determinada região. No entanto, como as atividades de produção são ligadas ao exterior e as condicionantes de localização são mutáveis com a evolução tecnológica e a ocupação do território, o campo urbano regional é instável, podendo sofrer uma remodelação ao longo do tempo. Assim, a região aparece, então, como um conjunto evolutivo, podendo o seu espaço econômico ser caracterizado em termos das suas fronteiras atuais, dentro das quais, quase em termos estáticos, pode-se falar de uma economia regional.

Para se equacionar do funcionamento de uma economia regional com base

agrícola, segundo o modelo proposto, o argumento é conduzido em três segmentos: 1) Equacionamento do funcionamento de uma economia regional em termos genéricos; 2) Detalhamento das condicionantes de uma economia regional com base agrícola; 3) Detalhamento de algumas proposições operacionais para a compreensão da realidade regional do Sudoeste do Estado de São Paulo.

5.2.1. O Funcionamento de uma Economia Regional

Conforme visto anteriormente, a região envolve um conjunto de atividades organizadas internamente por uma série de relações múltiplas que repousam sobre um território determinado. A compreensão do funcionamento de uma economia regional e da sua dinâmica de desenvolvimento pressupõe, inicialmente, a necessidade de apreender suas características, tanto no que diz respeito às atividades e seu inter-relacionamento como à organização territorial.

5.2.1.1. Tipos de Atividades e seu Inter-relacionamento

O fundamento da organização regional repousa, em grande medida, sobre a idéia de divisão do trabalho. Utilizando-se esse conceito com um condicionante espacial, é possível chegar a um conjunto de proposições de classificação das atividades regionais com vistas à compreensão da sua organização. Uma primeira aproximação pode ser a tradicional classificação em setores primário, secundário e terciário (ou agricultura, indústria e comércio/serviços) que envolve, pela sua própria natureza, uma base espacial muito clara. Ao contrário da agricultura, que exige uma base territorial ampla, a indústria é pouco utilizadora de espaço, tendendo a se aglomerar nas cidades (embora a lógica da localização industrial nem sempre responda a esse

critério, tendo grande influência as ligações técnicas entre os setores), enquanto que as atividades de serviços representam a própria essência da aglomeração. Do ponto de vista da organização regional, é possível identificar alguns subconjuntos de atividades que, apresentados conjuntamente e com as suas características próprias, permitem a análise dessa organização.

Nesse sentido, a economia regional seria constituída, inicialmente, por um conjunto de empresas ou de famílias, produtoras de bens de consumo final, trabalhando direta ou indiretamente para o mercado regional e tendo uma organização em circuito através da distribuição de renda e a sua utilização para a compra de bens de consumo (o **circuito regional**). Um segundo subconjunto de atividades é constituído pelas empresas e famílias trabalhando para o mercado externo à região. São as atividades exportadoras que injetam um certo volume de renda dentro da região através das famílias que trabalham nessas atividades e, vivendo na região, recorrem ao mercado regional, favorecendo, assim, a sua multiplicação pelo circuito regional. Finalmente, para completar o esquema, deve-se considerar um fluxo de importações de bens de consumo que permitem a satisfação das famílias residentes.

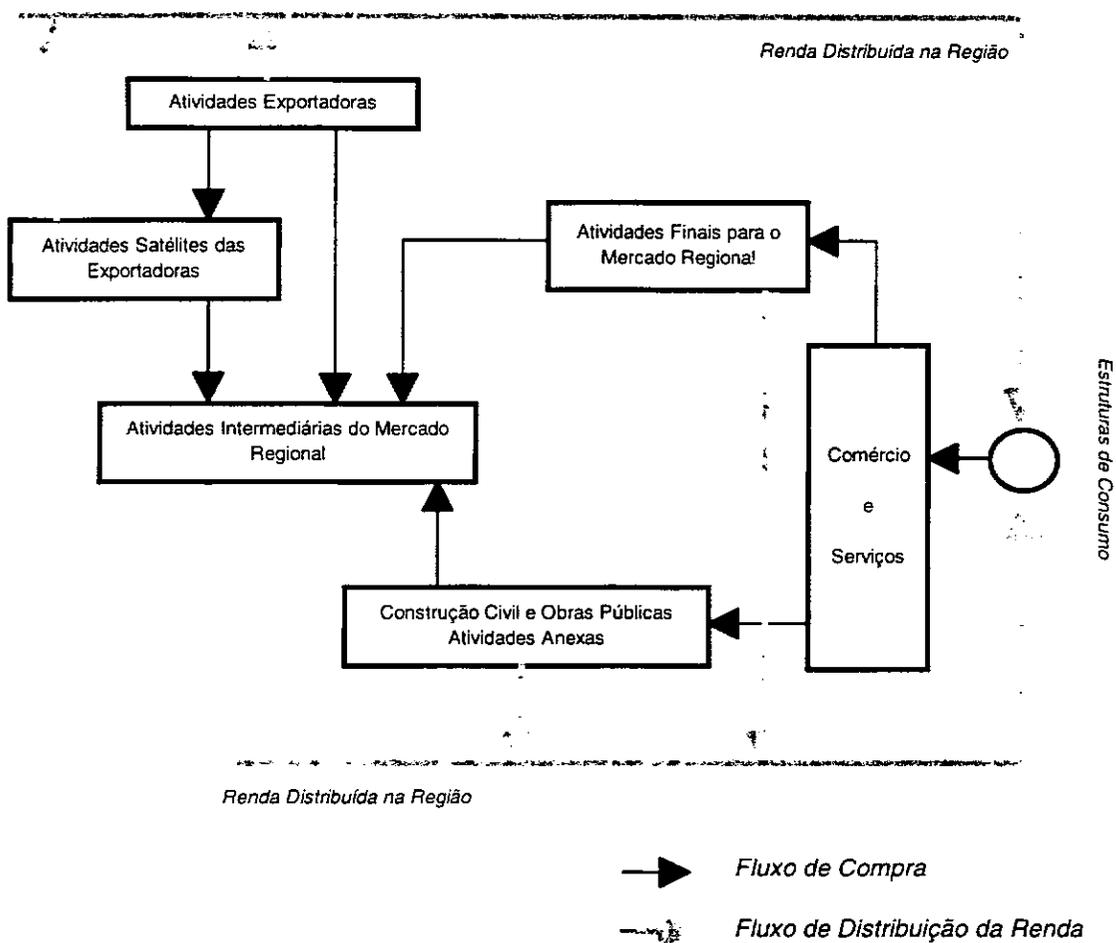
Desta apresentação inicial decorre a possibilidade de interpretação do processo de desenvolvimento regional. Nesse sentido, o primeiro *meio* de difusão dos efeitos multiplicadores já está presente e é constituído pelo **circuito regional**. Toda nova entrada de renda, período após período, dentro do circuito é amplificado através das distribuições adicionais de pagamentos aos fatores produtivos. A magnitude dessa amplificação será função da diversificação da demanda das famílias e do volume das fugas através das importações. A diversificação da demanda depende do nível médio de renda das famílias que, à medida em que vai se elevando, permite a incorporação de novos bens de consumo de acordo com um vetor de bens de consumo em função da renda. O nível de fugas pelas importações, de seu lado, irá depender da capacidade interna da região em atender as necessidades crescentes dessa demanda diversificada, que, em economias regionais pequenas, sofre sérias limitações dado o tamanho do mercado.

Pela limitação da renda distribuída internamente e pelas próprias características da atividade de consumo, não se pode esperar que apenas o circuito regional possa ser responsável por efeitos de desenvolvimento importantes. O próprio caráter das economias regionais pressupõe uma abertura significativa para o exterior a fim de suprir, de um lado, a pequena amplitude do seu mercado e, de outro, um mercado para os produtos exportados para os quais a região possua uma vantagem relativa. No processo de crescimento regional, essa abertura externa mostra a importância do **bloco exportador** como iniciador de efeitos de elevação de renda a serem lançados no circuito regional. Dentro dessa perspectiva, toda região possui um conjunto de atividades exportadoras que lhe dá dinamismo. Essas atividades podem ser agrícolas, industriais ou de serviços de uma forma geral, (como, por exemplo o turismo, governo federal, saúde etc.). Mas, em todos esses casos, o que irá dar o dinamismo da região será a possibilidade de **internalização de atividades** ligadas a essas atividades exportadoras. Ou, em outras palavras, a amplitude das “cadeias produtivas” - importante instrumento para o modelo operacional ora proposto - ligadas à exportação e que possam estar presentes na região, as relações entre elas, a sua diversificação e a importância das integrações intra e inter cadeias produtivas.

Colocada dessa forma, estariam presentes na análise das economias regionais os seus dois elementos mais significativos: o **circuito regional** já referido anteriormente e o conjunto das **atividades produtoras de bens intermediários** para o mercado regional, cujo dinamismo depende (em parte) das atividades exportadoras. Saliente-se o “em parte” da frase anterior para chamar a atenção ao fato de o conjunto das atividades intermediárias significar um ponto importante de ligação entre as atividades exportadoras e as produtoras de bens de consumo para o mercado regional. Em realidade, as mesmas empresas que suprem de insumo as primeiras, igualmente atendem à demanda das segundas.

A apresentação anterior pode ser resumida no esquema a seguir, onde é apontada a composição do sistema de produção regional, reagrupando as atividades em diversos subconjuntos que desempenham distintos papéis no processo de crescimento.

Diagrama de Funcionamento de uma Economia Regional



Fonte: PERRIN, 1974.

Nesse esquema pode ser salientado:

1. A presença de um subconjunto formado pelas atividades de comércio e serviços oferecidos às famílias;
2. Um subconjunto de atividades produtoras de bens de consumo corrente para as famílias regionais;
3. subconjunto das atividades exportadoras;
4. As atividades produtoras de bens intermediários servindo simultaneamente aos subconjuntos 2 e 3 acima, sendo o crescimento completamente induzido pelos dois anteriores;
5. Deve-se salientar ainda a possibilidade de distinção, para efeitos analíticos, entre dois subconjuntos menores que, pela sua importância na análise regional, devem ser enfatizados: os trabalhos da construção civil servindo às famílias, aos governos locais e às empresas e, as atividades satélites às empresas exportadoras que, na maioria das vezes, acompanham as atividades exportadoras em termos locais.

Pode-se assim tentar sistematizar os diversos efeitos presentes no funcionamento do sistema de produção regional, os quais podem ser considerados a partir de duas óticas diferentes.

De um lado, existe uma espécie de indução que se materializa por um fluxo de pagamentos, efetuados em contrapartida a um **fluxo de compras** de bens entre as empresas componentes da economia regional. São essencialmente as compras efetuadas pelas atividades exportadoras, pelas atividades finais e pelas próprias atividades intermediárias ao setor produtor de bens intermediários.

De outro lado, existe um **fluxo de renda** que provoca o desenvolvimento das atividades produtoras de bens finais para o mercado local e regional. São os valores adicionados nos três grupos de atividades que aparecem sob a forma de

remuneração aos fatores de produção.

Cada um desses dois fluxos se difunde em um meio (ou ambiente) diferente. O primeiro - de compras - é formado pelas ligações inter-setoriais e a importância de seu efeito será função da riqueza do conjunto dessas ligações. O segundo - de renda - é constituído pela estrutura de consumo das famílias na região, em ligação com a distribuição de renda na região (circuito regional). Ambos os meios de difusão têm características próprias, sendo que o seu dinamismo em assimilar e multiplicar os efeitos provenientes do aumento da demanda exterior, irá determinar as possibilidades de desenvolvimento econômico da região considerada.

O meio formado pelas **ligações inter-setoriais** possui uma organização *em árvore*, expressão que mostra como as compras efetuadas entre unidades produtivas diferentes, tende a multiplicar os efeitos iniciais através da passagem dos produtos intermediários pelos diversos estágios da produção, caracterizando-se por um efeito multiplicador do tipo matricial. O segundo meio, formado pelo **circuito regional**, ou seja, pela volta da renda distribuída sobre as estruturas distributivas e de produção, constitui-se no mecanismo clássico do tipo keynesiano, que nos diz que o consumo será determinado pela propensão a consumir (no caso, representada por um vetor onde aparecem as propensões dos setores produtores de bens de consumo) que irá destinar uma certa quantidade de renda para compras na própria região. A distribuição de renda pelas atividades que produzem bens de consumo regionalmente, completam o efeito multiplicador.

É fácil perceber que o segundo tipo de multiplicador tem o seu limite definido pelas próprias características da atividade de consumir, que é determinada por uma "função consumo" com relação ao nível de renda. Nesse caso, à medida em que a renda aumenta, o consumo também aumenta e se diversifica, tendendo para um determinado limite. Por outro lado, o multiplicador do tipo matricial tende a não possuir uma limitação em termos práticos, uma vez que é possível admitir, na maioria das vezes, a possibilidade de internalizar alguma parte do processo produtivo, aumentando o número de ligações presentes no setor produtor de bens

intermediários para o mercado regional. Daí a clara importância desse setor para o planejamento regional.

5.2.1.2. O Sistema Urbano, Atividades Agrícolas e Atividades Industriais

A evolução econômica recente é caracterizada pela substituição parcial das atividades agrícolas, anteriormente prevalentes, por dois novos grupos: as atividades industriais e as de serviço. Esses dois grupos apresentam formas de organização espacial distintas, mas ambas caracterizam-se por uma ligação estreita com o meio urbano.

Enquanto na sociedade agrícola a cidade é apenas uma forma de suporte das atividades produtivas, servindo de mercado da produção e de insumos, nas modernas sociedades industriais há um profundo acordo entre as propriedades espaciais do meio urbano e aquelas próprias das atividades industriais, que, contrariamente às atividades primárias, são pouco utilizadoras de espaço. Elas se inserem, portanto, perfeitamente, no meio econômico *denso* das aglomerações urbanas. Mais ainda, face à necessidade de mão-de-obra mais qualificada, é no meio urbano que elas irão encontrar a disponibilidade desse tipo de trabalhador. Completando o quadro, as necessidades de infra-estrutura (água, energia, comunicações etc.), claramente presentes nessas atividades, justificam ainda mais a sua localização no meio urbano.

Por seu lado, as atividades de serviços, que apresentam um nível incipiente nas sociedades agrícolas, ganham maior porte nas sociedades de base industrial seja pela diversificação das necessidades da população em um meio urbano mais denso, seja pelas necessidades de serviços às indústrias (oficinas de manutenção, treinamento de mão-de-obra, pesquisa, serviços diversos de consultoria, etc.).

Adicionando-se a essas características a área de mercado desses serviços e das

próprias atividades industriais, chega-se à organização das cidades em uma espécie de rede onde, em torno de cidades maiores, gravitam centros urbanos menores formando o que se convencionou chamar de hierarquia urbana.

Dessa forma, a integração urbano-industrial e a presença dos serviços não se reduz a uma forma pontual dada por “uma cidade”, mas pelo fato de toda cidade pertencer a um conjunto fortemente estruturado, qual seja a rede urbana. Essa rede, por sua organização hierarquizada, define um território suficientemente amplo para permitir uma disponibilidade de recursos de diversas ordens, que respondem mais adequadamente às necessidades da economia contemporânea, cujo desenvolvimento está ligado à diversificação.

A base regional de que se trata, aparece com uma dupla característica: a organização urbana polarizada favorece as concentrações onde se desenvolvem as economias de aglomeração e de escala e o seu território, que fornece o fundamento natural necessário ao processo de diversificação. Assim, concentração e diversificação, ao que se pode ajuntar integração setorial, fornecem as bases concretas ao processo de crescimento regional.

5.2.2. Economias Regionais com Base Agrícola

No mundo atual e, em particular no caso brasileiro, há uma presença significativa de economias regionais com base primária, incluindo-se nessa designação tanto a agricultura como a pecuária.

Em termos gerais, a Teoria do Desenvolvimento tem discutido a questão das possibilidades de desenvolvimento das sociedades humanas com base no setor agrícola e as conclusões a que se tem chegado não são as mais alentadoras. Há sempre a idéia de que a produção com base primária tende a ser limitada, e, dificilmente um país que pretendesse basear a elevação do padrão de vida da sua

população nesse tipo de produção, poderia almejar significativos progressos nesse campo. Por outro lado, é bastante conhecida a idéia de que haveria uma tendência secular à queda dos preços dos produtos primários ao longo do tempo, o que iria inviabilizar o esforço de produzir alimentos e matérias primas com a finalidade de troca com produtos industriais. Igualmente, problemas ligados à impossibilidade de aumentar indefinidamente a produtividade agrícola e, ainda, aos limites impostos ao crescimento pela disponibilidade de terras agricultáveis, devem ser considerados.

Do ponto de vista regional, tais características se acentuam na medida em que a expressiva abertura dessas economias permite que a concorrência seja mais acirrada e comprometedora dos esforços de aperfeiçoamento do processo produtivo. Nesse contexto, as combinações produtivas são amplamente definidas pelas leis naturais, sendo que as possibilidades de intervenção do homem se restringem, praticamente, em melhorar a eficiência da exploração agrícola, pela utilização de técnicas mais avançadas e alguma forma de divisão do trabalho. Por seu lado, a quantidade de terra, fator amplamente utilizado na produção agrícola, e que se constitui na parte mais significativa do capital produtivo, é dada. Sua localização é determinada e fixa e o seu uso potencial significativamente predeterminado dentro de uma pequena faixa de escolhas possíveis.

Desse modo, a organização territorial resultante da economia com base agrícola tem características peculiares. A repartição da população sobre o território é difusa e relativamente regular, sendo possível um certo grau de divisão do trabalho e de especialização, o que induz a uma diferenciação entre zonas de vocações complementares.

A coleta e redistribuição de produtos, resultados de um sistema de trocas, determina uma organização de cidades predominantemente comerciais, à qual se associam a organização administrativa e uma pequena produção artesanal. Completando o esquema, uma rede de comunicações associa-se a esse incipiente "sistema" de cidades, que obedece, em grande medida, ao princípio de centralidade. Por ser regido fundamentalmente por aspectos ligados à natureza, ele tende a ser

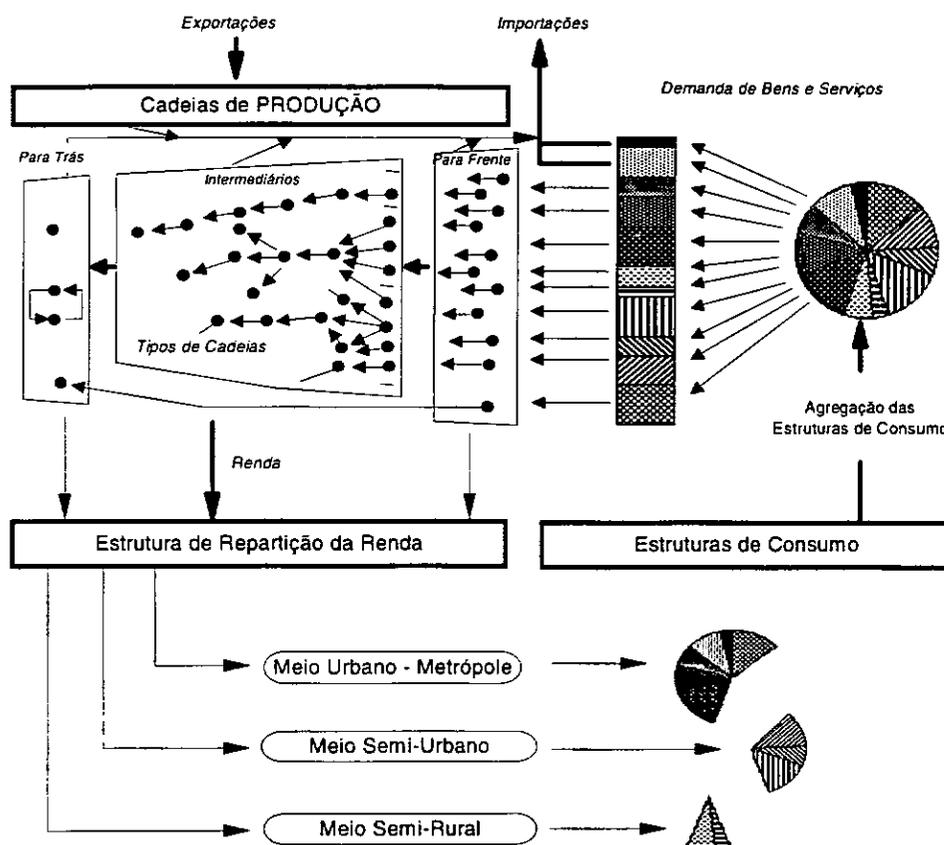
relativamente estável, sem apresentar grandes modificações ao longo do tempo. A ausência de aglomerações urbano-industriais acentua as características de regularidade e indiferenciação presentes nas regiões com base agrícola.

Do ponto de vista do esquema proposto anteriormente, fica clara a quase impossibilidade de considerar a existência - e a possível expansão - do meio constituído pelas ligações inter-setoriais (multiplicador matricial), pelo fato de as cadeias produtivas presentes nas economias regionais com base primária, serem relativamente curtas e constituídas, na maior parte das vezes, de um ou dois estágios de elaboração do produto.

No que se refere ao circuito regional, a possibilidade de amplificação dos efeitos motores provenientes das atividades exportadoras fica igualmente restrita pela menor diversificação das estruturas de consumo características de um meio semi-rural. Como é de se esperar, nesse meio o nível de renda e mesmo as aspirações da população são mais modestas, contrariamente ao que ocorre em meios semi-urbanos das cidades médias ou em meios propriamente urbanos, como os das grandes metrópoles (PERRIN, 1974).

O esquema apresentado a seguir pretende resumir as principais características de uma economia regional de base agrícola, conforme descritas anteriormente.

Características de uma Economia Regional com Base Agrícola



As setas indicam as ligações (expressas em termos de renda monetária).
 Os pontos ● indicam os estabelecimentos (ou grupos de estabelecimentos).
 A estrutura global fechada do encadeamento das ligações (com exceção das importações e exportações) é a expressão do fenômeno de circuito.

Fonte: PERRIN, 1974.

5.2.3. Sugestões Operacionais a serem aplicadas na Região

Tendo em vista a complexidade dos esquemas descritivos, foi realizada uma simplificação, com o intuito de trabalhar a questão geral da compreensão da economia regional do Sudoeste paulista. Essa simplificação conduz ao equacionamento de quatro tipos de elaboração, com utilização de dados estatísticos.

Inicialmente, são identificadas as atividades exportadoras que podem originar efeitos positivos a serem internalizados na região integrando-a ao sistema maior; a seguir, efetua-se o cálculo dos efeitos multiplicadores propiciados pelo circuito regional, tendo em conta as características das economias urbanas presentes na região e a hierarquia das cidades. Em terceiro lugar são consideradas as possibilidades de emprego na região com base na disponibilidade de recursos naturais, incluída aí a disponibilidade de terras vis a vis as atividades que atualmente utilizam o solo do Sudoeste. Finalmente, uma complementação através das possíveis cadeias produtivas presentes na região permite a análise do conjunto das atividades intermediárias regionais.

5.2.3.1. A Base Econômica Regional e os Multiplicadores Urbanos

A forma de identificar as atividades exportadoras (ou básicas) de uma região e os cálculos dos multiplicadores urbanos serão apresentados simultaneamente neste seção, tendo em vista a interpenetração das duas metodologias que se utilizam do conceito de quociente locacional com finalidades complementares.

O método do quociente locacional (QL) para estimar as atividades básicas em uma região ou em uma cidade, tem sido muito utilizado em estudos empíricos e a sua grande vantagem é a pequena necessidade de dados na aplicação.

Em termos matemáticos o coeficiente locacional é expresso por:

$$QL = \frac{E_i/N_i}{E/N} = \frac{E_i/E}{N_i/N}$$

onde E_i = emprego na atividade i na região (ou na cidade);

E = emprego total na região(ou na cidade);

N_i = emprego na atividade i na área de referência;

N = emprego total na área de referência.

E, portanto E_i/E é a participação da atividade i na região (ou cidade) e

N_i/N a participação da atividade i na área de referência.

Nesse caso, quando $QL > 1$, a região será especializada na atividade i e quando $QL < 1$, a região produz menos que a média nacional (ou estadual) para essa mesma atividade.

Toda vez que o $QL > 1$, e, portanto, a região é especializada, ela produz mais que as suas necessidades de consumo, sendo possível admitir que o excedente será destinado à exportação, constituindo-se, assim, na sua base econômica. Quando os QLs assumirem valores consideravelmente maiores do que a unidade pode-se admitir, com um elevado grau de certeza, que se trata, efetivamente, de uma atividade exportadora. QLs de valores mais modestos e próximos à unidade, por deixarem margens de dúvidas na consideração da atividade como exportadora, devem ser objeto de análises mais aprofundadas para se chegar a conclusões mais

adequadas.

No que se refere aos multiplicadores urbanos, a sua importância está relacionada à ação do circuito regional que se faz sentir pelo retorno das diversas classes de renda sobre as estruturas de consumo. A resposta da produção através das atividades finais para o mercado regional permite a amplificação desses efeitos.

Como a maior parte das atividades de consumo caracteriza-se como atividades urbanas, será no meio urbano que se concentrarão os efeitos ampliados pelo circuito regional. Na realidade, este último é formado pela somatória dos diversos circuitos urbanos associados aos centros urbanos que conformam a rede urbana regional, cujo estudo, individualmente, dá a caracterização geral do circuito regional.

Assim, o desenvolvimento regional, do ponto de vista dos efeitos multiplicadores oriundos da distribuição de renda e seu retorno sobre as estruturas de consumo, é diretamente dependente dos crescimentos urbanos localizados nos diversos segmentos da estrutura urbana que, em última análise, determina a abrangência da região. O tamanho das aglomerações e a renda per capita regional são determinantes da magnitude dos multiplicadores pelo circuito urbano.

Como uma proposição aplicável ao caso em estudo, trabalha-se a nível dos diversos centros urbanos presentes calculando separadamente os seus multiplicadores urbanos. Isso é feito com base em um mecanismo simples de cálculo de multiplicadores de emprego do tipo base econômica, cuja descrição já foi iniciada nesta mesma seção.

Os multiplicadores de base econômica têm a sua lógica nos modelos de base econômica amplamente conhecidos nos estudos de economia urbana e regional e têm por princípio a distribuição dos empregos (ou outra variável que possa dar uma idéia do nível de atividades) entre empregos básicos e não básicos. O multiplicador da base econômica, calculado para a variável emprego, será a relação entre o excesso de emprego regional (ou urbano) - que pode ser considerado como de atividade básica -

e o emprego total na região (ou na cidade).

Designando-se o emprego total na cidade por E , o emprego básico por E_b , e o emprego não básico por E_n , pode-se definir a igualdade:

$$(1) E = E_b + E_n$$

Admitindo-se a proporcionalidade entre o emprego não básico e o emprego total

$$(2) E_n = \alpha E \quad (0 < \alpha < 1)$$

Substituindo-se 2 em 1 tem-se a solução

$$E = E_b + \alpha E$$

$$\text{ou } E - \alpha E = E_b$$

$$\text{ou, ainda, } E(1 - \alpha) = E_b$$

$$\text{e, finalmente } E = \frac{1}{(1 - \alpha)} E_b \quad \text{ou } E = kE_b$$

sendo $k = \frac{1}{1 - \alpha}$, onde k será o multiplicador de base econômica, calculado para a

variável emprego.

Em termos mais simples, k é a relação entre emprego total e emprego básico, e serve como uma estimativa da capacidade de geração de emprego pelo circuito regional (ou urbano, se for o caso) dos efeitos criados nas atividades consideradas básicas.

O principal problema a ser resolvido em termos de aplicabilidade é a forma de estimar o volume de emprego básico já que o emprego total é facilmente disponível nas estatísticas oficiais. No caso do presente trabalho, sendo a pesquisa direta descartada pelo seu elevado custo, pode-se utilizar o método do quociente locacional, detalhado anteriormente e com o qual pode-se definir um conjunto de atividades básicas.

Uma vez estabelecido o rol dessas atividades básicas, é possível determinar a parte do emprego que trabalha para a exportação, utilizando-se a formulação matemática que se segue:

$$\frac{E_i/N_i}{E/N} > 1 \text{ ou } \frac{E_i}{N_i} > \frac{E}{N} ; \text{ de onde se segue que } \left(\frac{E_i}{N_i} - \frac{E}{N} \right) > 0$$

$$\text{e, finalmente, } E_i - \frac{N_i}{N} E > 0$$

que fornece, então, o excesso de emprego regional (ou urbano) que pode ser considerado como de atividade básica (E_b)

Para se chegar ao multiplicador bastará fazer

$$k = \frac{E}{E_b}$$

Esse multiplicador é uma estimativa dos efeitos provenientes do circuito regional e

pode ser calculado a nível de cidades e para o total da região. Se constitui em um dos componentes da capacidade regional em internalizar os efeitos oriundos do exterior, complementada pelas ligações inter-setoriais que serão tratadas no final dessa seção.

5.2.3.2. Limites Naturais às Possibilidades de Emprego

Em estudos regionais é sempre possível sugerir a definição e seleção de critérios e coeficientes característicos de uma economia regional com base agrícola, como é o caso do Sudoeste paulista. Considerando que a atividade agropecuária se exerce no espaço, sua superfície agrícola disponível por unidade de trabalho é um critério específico dessa atividade e um dos fundamentais a considerar, para explicar as condições e os resultados dessa produção. Muitas vezes ocorrem situações em que a pressão demográfica é forte e a superfície disponível por unidade de trabalho é pequena ou a estrutura fundiária é concentrada, resultando num baixo grau de emprego e de eficiência do trabalho, em pequena dimensão das explorações, em produção elevada por unidade de terra e fraca por trabalhador agrícola, e, finalmente, num nível de vida relativamente baixo e pouco evoluído.

A metodologia aplicada procura exatamente trabalhar com a idéia de superfície disponível por unidade de trabalho, sendo a originalidade decorrente do fato de permitir uma avaliação das possibilidades de emprego da mão-de-obra existente, de forma potencial, em cada pedaço de terra. Além disso, serve como instrumento para avaliação do nível de emprego no setor rural, um dos objetivos propostos nessa pesquisa. O cálculo desse indicador tem sido obtido em um pequeno número de pesquisas, nem sempre contínuas.

Quando a superfície disponível por unidade de trabalho é relacionada com dados de uso potencial do solo, é possível determinar ainda, a quantidade máxima de homens

que poderiam ser empregados em uma dada área - levando-se em conta certo nível tecnológico – que garantissem sua sustentabilidade. Ao mesmo tempo, as atividades tecnicamente viáveis de serem exploradas e que demandem um maior contingente de mão-de-obra poderiam ser estimuladas regionalmente.

O ponto central do modelo de análise é a determinação de **uma relação básica homem/terra** para o total da região considerada. Tal relação pode ser facilmente calculada por alguns dados normalmente disponíveis ou facilmente coletáveis a partir de pesquisas simples, e se referem ao requerimento médio de mão-de-obra para cada cultura isoladamente e para as atividades pecuárias. A seguir, ponderando esses coeficientes simples através da área cultivada de cada produto ou da utilizada em pastagens, pode-se chegar a um coeficiente médio de utilização de mão-de-obra na agropecuária da região.

É interessante notar que, por detrás desse mecanismo simples, existe uma série de variáveis que têm efeitos sobre a magnitude do coeficiente de mão-de-obra no setor agrícola. Basicamente, pode-se dizer que pelo menos quatro variáveis importantes incorporam-se na determinação dessa relação: a qualidade da terra, a tecnologia vigente, a magnitude e estrutura da demanda de produtos agrícolas e o rendimento mínimo admissível para o trabalhador agrícola.

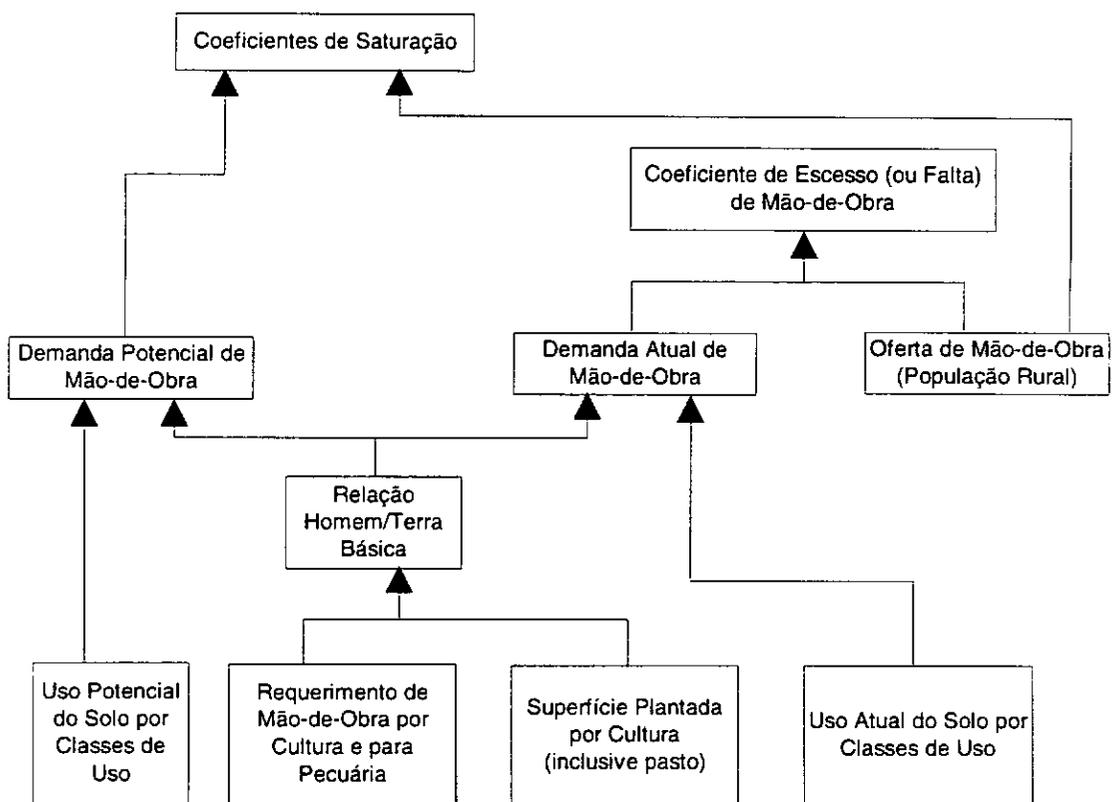
Uma vez determinada a relação básica homem/terra, que nada mais é do que a demanda potencial de mão-de-obra para cada classe de uso do solo, utilizando-se os dados de superfície atual destinada a cada uma dessas classes, pode-se chegar à demanda total de mão-de-obra.

Comparando esse resultado com a oferta de mão-de-obra (população rural economicamente ativa), obtém-se o grau de (des) emprego na zona rural, por regiões convenientemente definidas, de forma a possibilitar um planejamento da disponibilidade dessa mão-de-obra.

Quando existem dados do uso potencial do solo, distribuídos pelas classes de uso, é possível determinar a potencialidade relativa do solo passível de empregar mão-de-

obra. Tal resultado, comparado com a oferta de mão-de-obra, pode vir a determinar a existência de um futuro excesso ou carência de mão-de-obra, quando toda a terra estiver sendo utilizada da maneira mais produtiva possível. O raciocínio desenvolvido pode ser visualizado através do diagrama que se segue.

Diagrama da Metodologia Proposta



Fonte: ABLAS, 1973.

5.2.3.3. Organização em Cadeias Produtivas

Conforme visto anteriormente, o sistema produtivo de uma região se desenvolve, basicamente, pelo “adensamento” do conjunto de ligações composto pelas atividades intermediárias para o mercado regional, funcionando o circuito regional como uma espécie de amplificador desse conjunto. O efeito inicial é devido ao crescimento/diversificação do setor exportador, cuja produção se destina às demais regiões.

Portanto, para estudar o processo de desenvolvimento de uma região, é preciso considerar as condições de difusão apresentadas pelas atividades intermediárias. Em níveis iniciais do processo, trata-se simplesmente de criar novas atividades *para trás* daquelas destinadas à exportação. Num grau mais avançado de desenvolvimento chega-se à idéia de adensamento do meio criado por essas atividades, cujo estudo envolve a compreensão da estrutura produtiva regional; essa é determinada pelo conjunto de relações e proporções entre os setores componentes da economia em questão.

Uma análise mais profunda e completa desses relacionamentos e proporções envolve a montagem de uma matriz de insumo-produto que permita verificar a capacidade de multiplicação de cada setor presente na região e, por conseqüência, o conhecimento das melhores linhas de integração presentes. Assim, as características motoras e/ou amplificadoras de um componente ou de um conjunto de atividades em um dado espaço econômico, podem ser especificadas em função de sua dimensão e da natureza dos processos de transformação dos recursos utilizados.

Desse aporte mais amplo, baseado na matriz de insumo-produto, pode-se reter a idéia de que o sistema de produção não é constituído de uma estrutura homogênea e que, portanto, a capacidade de crescimento deve ser buscada nos efeitos econômicos e técnicos que determinam as formas de integração específicas dentro de cada subconjunto de atividades. É possível imaginar que o modo de organização

interno próprio a cada grupo de atividades é revelador de suas capacidades de desenvolvimento. A esses subconjuntos, determinados pelo seu modo de organização, a escola francesa de economia regional denomina "filière de production". A tradução literal (fieira de produção) tem pouco significado em Português, sendo mais conveniente usar a expressão "cadeia produtiva", já conhecida, principalmente, na caracterização das etapas de transformação de produtos primário em estudos de economia agrícola.

Seguindo as idéias de J.C. PERRIN (1974), pode-se dizer que o conceito de cadeia produtiva, dentro de um contexto estrito da análise econômica, está baseado sobre a natureza do processo produtivo e a estrutura das relações inter-setoriais. A natureza do processo produtivo é caracterizada pelo tipo de bem elaborado, tendo por base diferentes **tecnologias** (beneficiamento, transformação, montagem, etc.), pelo **destino** das produções (bens de consumo, bens intermediários, bens de capital) e pelas **características internas** do processo produtivo (natureza e especificidade dos fatores empregados, sistemas agrários, etc.).

A estrutura das relações inter-setoriais depende do posicionamento dos componentes no processo produtivo e da forma de suas relações. O perfil de um subconjunto é determinado pela hierarquia das atividades produtivas, segundo o estágio da transformação dos produtos com relação à utilização de matérias-primas. Como uma primeira aproximação pode-se definir 4 estágios: (1) as atividades extrativas, (2) as atividades de primeira transformação, (3) as atividades de segunda transformação ligadas por seus insumos ao primeiro grupo e (4) as atividades indiretamente ligadas às matérias primas, cuja característica é a diversificação de insumos e fraca dependência dos produtos sem elaboração.

Nesse contexto, a cadeia produtiva pode ser assimilada à determinação de um subconjunto de atividades econômicas, ligadas entre si por fluxos de bens e serviços mais fortes que aqueles que as ligam aos demais setores da economia. As cadeias podem tomar formas diversas, dependendo das características do processo produtivo e da integração entre as atividades, formas essas que irão desde uma

organização do tipo linear, onde um produto passa, sucessivamente, por diferentes etapas de transformação, até conjuntos complexos integrando vários processos, com atividades diferenciadas. Esse tipo de definição pressupõe alguma determinação espacial, na medida em que os referidos fluxos definam similaridades nos padrões locais das atividades presentes na cadeia produtiva.

No que diz respeito às relações existentes entre atividades agrícolas e as cadeias produtivas existe um grande número de definições. De acordo com Soulié (1982, citado por GREEN, 1998) cadeia produtiva se refere à uma sucessão de etapas tecnológicas de produção distintas e separáveis, associadas à utilização de um recurso dado ou à obtenção de um produto determinado; para Malassis (1979 apud GREEN, 1998) *“a cadeia se refere ao itinerário seguido por um produto (ou grupo de produtos) dentro do aparato agroalimentar; concerne ao conjunto de agentes ... e de operações (de produção, de financiamento) que concorrem para a formação e a transferência de um produto até seu estado de utilização final, (envolvendo) os mecanismos de ajustes dos fluxos, dos fatores e dos produtos ao longo da cadeia e de seu estado final”*. Ou ainda, *“o estudo de uma cadeia produtiva tem por objetivo analisar as relações entre agricultura, indústria e distribuição, tomando por base a estrutura tecnológica, econômica e humana. A cadeia se refere, pois, a uma seqüência de operações físicas, tecnicamente complementares, pertinentes à produção primária, processamento, distribuição e consumo de um bem: um itinerário físico (fluxograma), que envolve desde a pesquisa até o consumidor, compreendendo um conjunto de agentes e de operações que permitem a realização de uma atividade produtiva”* (PEETZ et al., 1996a).

A utilização da idéia de cadeia produtiva para a análise regional é conveniente por uma série de razões. Inicialmente, esse enfoque necessita de um número menor de informações do que a montagem da matriz de insumo-produto. Em segundo lugar, ela permite uma caracterização mais precisa das relações presentes na economia regional. Uma terceira vantagem é que a passagem para o nível territorial é facilitada pela consideração dos padrões de localização de cada atividade e da influência das ligações sobre esses padrões. Em quarto lugar, pela visão setorial permitida pelo

enfoque, ela é conveniente para as ações de planejamento, principalmente no sentido de escolha de setores a serem incentivados com vistas ao desenvolvimento regional.

5.3. Instrumental Técnico

Das considerações feitas são extraídos pontos importantes que devem nortear o levantamento dos dados tais como: avaliar o desempenho setorial sobre o conjunto da produção agropecuária regional, as transformações na estrutura produtiva e os reflexos na estrutura agrária, para se compreender as relações de trabalho e de produção e a condição de vida dos homens do campo.

Procura-se com isso estabelecer o quadro teórico referencial para dar impulso à pesquisa empírica.

Por se tratar de uma região com vocação histórica agrícola, destacam-se questões ligadas à estrutura fundiária e ao mercado de trabalho, fatores prioritários em economias primárias - a terra e a mão-de-obra.

Para se identificar o conjunto de atividades produtoras da região de estudo, bem como detectar quais produtos podem lhe conferir vantagens relativas na concorrência com os demais espaços produtores, são elencadas e quantificadas as atividades agrossilvopastoris a nível de município - sua importância regional, na DIRA e no Estado, a partir de uma análise do setor agrícola, considerando as DIRAs, particularmente a de Sorocaba bem como os 23 municípios que compõem o Sudoeste paulista. Com esse fim, são utilizados dados referentes à área e produção, do ano agrícola 1995/96 – base de cálculo também para o requerimento de mão-de-obra⁹ - obtidos dos Levantamentos

⁹O dados relativos à área agrícola do Sudoeste paulista para avaliação do uso atual do solo tomaram por base o ano agrícola 1995/96 para que fosse possível relacioná-los às estatísticas de população rural (em idade ativa-acima de 10 anos) fornecidas pelo SEADE (a partir do Censo Demográfico (1991) do IBGE), também para esses anos. As informações obtidas foram comparadas às recém fornecidas pelo Censo Agropecuário (CA) do IBGE (1995/96) para evitar maiores vieses de análise. No entanto, os dados sobre população rural do CA -1995/96 se

Objetivos e Subjetivos de Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas, efetuados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) e pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo .

Para análise das atividades exportadoras (ou básicas) da região e os cálculos dos multiplicadores urbanos – que se utilizam do conceito de quociente locacional – foram levantadas as estatísticas relativas à área e população economicamente ativa dos Censos Econômicos – Indústria e Comércio – e do Censo Agropecuário do IBGE para o ano base de 1985. Já que deviam ser relacionados, elegeu-se esse ano como base, uma vez que os censos econômicos só foram efetuados até esse período.

O propósito principal com relação à categoria trabalho, é identificar processos que estariam na base da crise econômica e social que atinge a região. A caracterização do mercado de trabalho do setor rural, deve partir da análise de dados da mesma fonte, relativos às estatísticas sobre o mercado de trabalho, bem como sobre alguns indicadores demográficos da população rural residente (escolaridade, renda, mortalidade, relações de trabalho, etc.) na agricultura paulista. Os dados dos Censos Agropecuários e Demográficos do IBGE, servem também para caracterizar a população regional e para se detectar a oferta de mão-de-obra do setor - informações de importância para a análise, cuja descrição consta do modelo anteriormente apresentado.

Questões relativas à estrutura fundiária, área e concentração na região, uso atual e potencial do solo também são analisados. A estrutura fundiária é tratada na sua conformação atual de concentração da propriedade e posse da terra, procurando-se identificar no processo histórico da região as causas dessa conformação.

Para análise de distribuição da posse da terra, as fontes utilizadas são dados secundários provenientes de estudos históricos realizados na região, sempre que possível, relativos a sesmarias e/ou listas nominativas de habitantes - com vistas a recuperar os padrões demográficos da elite agrária paulista - e o Cadastro do Imposto Territorial Rural (ITR) de 1993, procedendo-se ao cálculo do índice de Gini, de forma a medir o

referem à **população ocupada** nas atividades agropecuárias e não à população em idade ativa empregada ou não. Essa é que representa a oferta potencial de mão-de-obra rural e que deve ser relacionada à demanda

grau de concentração da posse das terras.

O uso atual do solo permite aferir a superfície agrícola disponível por unidade de trabalho, fundamental para uma economia regional com base agrícola. E o uso potencial, por classe de solo, favorece a observação das possibilidades de diversificação das atividades agrícolas bem como a demanda potencial por mão-de-obra, a partir das atividades agropecuárias. A comparação entre o uso efetivo e a aptidão dos solos, ajuda a sugerir diretrizes de políticas agrícolas do Estado, encaminhadas através dos investimentos em infra-estrutura, de pesquisa, de extensão rural e de estímulos econômico-financeiros, não só à produção agrícola propriamente dita mas, também, à agroindústria e, por extensão, ao mercado de trabalho.

Para realizar uma descrição estruturada e minuciosa da região parte-se da história de sua ocupação econômica reconstituída dos dados censitários e revisão bibliográfica. Além de levantamentos de dados advindos de relatórios de Órgãos Públicos de pesquisa e de estatísticas de outras instituições privadas.

Os dados são coletados durante reuniões e entrevistas a técnicos, pesquisadores, autoridades, proprietários, lideranças, sindicalistas e organizações da produção regional e, sempre que possível, junto aos "guardiões" de histórias não escritas e aos trabalhadores, dentre outros, envolvidos diretamente com a problemática regional. Além desses esclarecimentos, elabora-se um apêndice estatístico, visando separar a parte qualitativa dos aspectos essencialmente quantitativos.

A opção pelo emprego da técnica de entrevista/reuniões para complementar coleta dos dados, prende-se ao fato de a referida técnica configurar-se como a mais adequada para detectar problemas como os abordados durante a descrição do projeto de pesquisa, pois permite descer a detalhes dificilmente atingíveis por estudos com dados secundários, como por exemplo, os dados censitários. Em outras palavras, a entrevista possibilita uma maior abrangência dos tópicos a serem pesquisados, facilita as análises num plano mais qualitativo e apresenta os dados de forma mais detalhada e mais atualizada.

A construção de um quadro claro das dificuldades e potencialidades regionais é realizada. As causas das dificuldades econômicas da região levam a impactos diretos e indiretos. Identificá-las e medi-las constitui-se no desafio metodológico.

São realizados estudos sobre cadeias produtivas mais relevantes aos produtos regionais, atuais, em consolidação e potenciais, bem como estimados multiplicadores - como já descritos anteriormente - que avaliam efeitos diretos e indiretos agregados sobre as condições atuais e evolução em termos de emprego, organização social, propriedade e acesso a terra, produção e, na medida do possível, sobre a rede de transporte, estrutura de comercialização e agroindústria, entre outros, para a região de estudo.

Capítulo 6: RESULTADOS

A partir instrumental de análise proposto, a seguir, é apresentado um conjunto de resultados relativos à região Sudoeste paulista, sua dinâmica, suas deficiências e potencialidades.

A realidade regional precisa ser entendida num contexto mais amplo, composto pelo restante da nação e do exterior, dentro do processo produtivo e da divisão territorial e social do trabalho, inserida numa cadeia de relações onde a especialização em produtos regionais pode desempenhar um papel fundamental para seu desenvolvimento.

Em virtude do elevado grau de abertura, economias regionais necessitam de um conjunto de atividades consideradas básicas, cujos produtos destinados à demanda extra regional permitem integrá-las num contexto maior. Nesse sentido, as atividades exportadoras se constituem na sua base econômica, na medida em que essas atividades é que irão dar o necessário dinamismo inicial do desenvolvimento local, daí a importância em estudá-las como um primeiro passo na identificação das potencialidades regionais.

Em uma economia predominantemente agrícola como é o caso do Sudoeste paulista, sabe-se de antemão que a base econômica é (e sempre foi) constituída por um conjunto de atividades primárias para as quais a região apresenta uma vantagem relativa em comparação com o restante do sistema.

A metodologia operacional proposta para esta pesquisa, no capítulo anterior, procura simplificar os esquemas descritivos visando trabalhar a partir da questão geral para a compreensão da economia regional do Sudoeste paulista. Para equacionar o estudo, com utilização de dados estatísticos, define-se quatro grandes vertentes, sempre levando em conta que o objetivo principal é analisar uma economia regional com base agrícola.

Primeiramente, procura identificar as **atividades destinadas à exportação** para o restante do Estado, do país e/ou do exterior de onde irão se originar os efeitos motores iniciais a serem internalizados pelo funcionamento da economia regional e que dão as condições de integração com o restante do sistema.

As duas outras vertentes do modelo dizem respeito ao funcionamento da economia regional no que se refere à sua capacidade de amplificação dos efeitos motores oriundos da integração com o restante da economia nacional. Essa ressonância se faz por meio: do **circuito regional** estudado pelos multiplicadores urbanos e pelas **relações inter-setoriais**, captadas através da definição das cadeias produtivas importantes regionalmente.

Por último, determina-se uma **relação básica homem/terra** que permita verificar até que ponto existe um equilíbrio entre terra utilizável na agricultura/pecuária e a mão-de-obra disponível na região, detectando possíveis pressões demográficas e o (des)emprego rural que, em última análise, determinam o seu nível de desenvolvimento.

Com esses quatro conjuntos de idéias acredita-se ser possível estabelecer um cenário dentro do qual se introduz um conjunto de variáveis relevantes regionalmente, com a finalidade de compreender seu funcionamento econômico, a ocupação do espaço rural e as potencialidades que o Sudoeste paulista apresenta.

6.1. Base Econômica Agrícola: Atividades Básicas na Região

A preocupação central é estudar a composição dessa base agrícola, verificando o conjunto de atividades primárias para as quais a região apresenta vantagens em relação ao restante da economia.

O conjunto das atividades agrícolas presentes na região (incluindo aí as expor-

tadoras e as de mercado local) permite identificar, então, o excedente de produção com relação à demanda local e dar indicações da especialização regional e das atividades que se mostram competitivas.

O mais indicado, nesse caso, seria uma pesquisa direta porém, dado seu alto custo, torna-se inviável. Uma boa aproximação das características agrícolas regionais é o uso de medidas de associação geográfica - caracterizando e descrevendo uma região em função de variáveis agrícolas significativas. Uma dessas medidas é o Quociente Locacional (QL).

O cálculo dos quocientes locacionais – já detalhado no capítulo anterior – permite apontar se as variáveis relacionadas apresentam concentração menor ou maior do que a concentração média para o país ou para o Estado. Ele tem o mérito de identificar, ainda que de forma indicativa, a importância relativa das atividades no conjunto espacial mais amplo.

O método do quociente locacional (QL) se constitui, basicamente, na comparação da participação relativa de uma determinada atividade na região em estudo com essa mesma atividade para o total estadual ou nacional. Dessa forma os resultados deixam transparecer uma especialização regional toda vez que o **QL** apresentar um valor superior a **1 (um)** e uma carência em termos de produção com relação à média nacional (estadual) toda vez que o QL for inferior à unidade.

Assim, quando a região for especializada em uma dada atividade (**QL>1**), ela produzirá mais que as suas necessidades de consumo e, portanto, pode-se admitir que haja um excedente exportável.

Como a região Sudoeste do Estado de São Paulo, já assinalado anteriormente, possui uma nítida especialização agrícola, procura-se trabalhar com o conjunto de produtos primários com a finalidade de determinar algumas vantagens relativas para mesmos.

Os valores a seguir demonstram a especialização regional para um rol de produtos agrícolas do Sudoeste paulista.

Tabela 6.1

Região Sudoeste do Estado de São Paulo - Quocientes Locacionais

Produto	Sudoeste Paulista
Algodão	4,50
Alho	0,38
Amendoim	0,005
Batata Doce	13,44
Batata Inglesa	8,23
Arroz em Casca	13,44
Cana-de-Açúcar	0,05
Cana Forrageiro	0,14
Cebola	3,36
Feijão em Grão	28,93
Mandioca	0,31
Milho	6,06
Soja em Grão	0,78
Sorgo	1,38
Tomate	15,19
Trigo	2,85

Produto	Sudoeste Paulista
Abobrinha	1,18
Agrião	0,03
Alface	0,06
Beringela	0,25
Beterraba	0,34
Brócolos	0,12
Cenoura	0,46
Chicória	0,13
Chuchu	2,21
Couve	0,05
Couve-Flor	0,13
Pepino	0,36
Vagem	1,91
Quiabo	0,04
Pimentão	7,86
Repolho	0,88

Produto	Sudoeste Paulista
Abacate	2,04
Ameixa	2,06
Amora (Folha)	0,02
Banana	0,28
Café em Coco	0,45
Caqui	1,70
Figo	0,07
Goiaba	0,004
Laranja	0,089
Limão	0,649
Manga	0,046
Maracujá	1,025
Pera	3,846
Pêssego	23,011
Tangerina	0,79
Uva	2,07

Produto	Sudoeste Paulista
Aves (Frangos e Galinhas)	1,02
Aves (Patos, Gansos etc.)	1,16
Bovinos	2,64
Caprinos	14,65
Leite	1,98
Ovinos	2,72
Suínos	4,87

Produto	Sudoeste Paulista
Carvão Vegetal (Extrativo)	11,17
Lenha (Extrativo)	10,96
Madeiras em Toras (Extrat.)	0,10
Carvão Vegetal (Silvicultura)	53,30
Lenha (Silvicultura)	3,28
Madeiras - Toras (Silvicult.)	43,19
Madeira - Papel (Silvicult.)	13,64
Eucalipto (Silvicultura)	6,80
Pinheiro Brasileiro	27,49
Pinheiro Americano	31,61

FONTE dos dados brutos: Censo Agropecuário (C.A.) - IBGE (1985).

Tabela 6.2

Região Sudoeste do Estado de São Paulo Seleção de Alguns

Quocientes Locacionais

(QL>10)

Produto	Sudoeste Paulista
Arroz em Casca	13,44
Feijão em Grão	28,93
Tomate	15,19
Pêssego	23,01
Caprinos	14,65
Carvão Vegetal (Extrat.)	11,17
Carvão Vegetal (Silvic.)	53,30
Lenha (Extrativo)	10,96
Madeiras –Toras (Silvic)	43,19
Madeira –Papel (Silvic.)	13,64
Pinheiro Brasileiro	27,49
Pinheiro Americano	31,61

(2>QL>10)

Produto	Sudoeste Paulista
Algodão	4,50
Batata	8,23
Cebola	3,36
Milho	6,06
Trigo	2,85
Abacate	2,04
Ameixa	2,06
Pêra	3,85
Uva	2,07
Chuchu	2,21
Pimentão	7,86
Bovinos	2,64
Ovinos	2,72
Suínos	4,87
Lenha (Silvicultura)	3,28
Eucalipto (Silvicultura)	6,80

FONTE dos dados brutos: Censo Agropecuário(C.A) - IBGE. (1985).

A análise dos quocientes locacionais por município e por produto agrícola apresenta um quadro geral das especializações regionais. Para um conjunto de produtos, face à magnitude dos quocientes locacionais, é possível afirmar com um certo grau de certeza que se trata efetivamente de produtos para os quais a região tem apresentado um elevado grau de vantagem relativa. Já um outro grupo de produtos, cujos quocientes locacionais apresentam uma pequena magnitude, deve-se admitir vantagem relativa com alguma reserva e que deve ser submetido à estudo específico que possa ser mais conclusivo.

Para efeito de análise separaram-se os produtos estudados em dois grandes grupos: aqueles que apresentam um quociente locacional maior do que 10 ($QL > 10$) e aqueles que apresentam quocientes locacionais entre 2 e 10 ($2 > QL > 10$). Com esse procedimento, está-se efetuando um corte que permite uma certa tranqüilidade nas conclusões, tendo em conta possíveis erros cometidos com relação aos dados e ao próprio método que envolve hipóteses consideradas fortes para o senso comum (homogeneidade de hábitos de consumo, produtividades comparáveis entre áreas, etc.).

Os produtos com $QL > 10$ foram: **carvão vegetal** (silvicultura) ($QL=53,30$), **madeira em toras** ($QL=43,19$), **pinheiro americano** ($QL=31,61$), **feijão** ($QL=28,93$), **pinheiro brasileiro** ($QL=27,49$), **pêssego** ($QL=23,01$), **tomate** ($QL=15,19$), **caprinos** ($QL=14,65$), **madeira para papel** (silvicultura) ($QL=13,64$), **arroz em casca** ($QL=13,44$), **carvão vegetal** (extrativo) ($QL=11,17$) e **lenha** (extrativo) ($QL=10,96$). Verifica-se, claramente, portanto, a especialização regional em alguns produtos como o feijão e o tomate que têm sido, realmente, os tradicionais sustentáculos da região e os diversos segmentos ligados à extração da madeira ou ao cultivos de espécies destinadas a esse mesmo fim.

No segundo grupo de produtos - com valores para o QL situados entre 2 e 10 - foram identificados: **batata** ($QL=8,22$), **pimentão** ($QL=7,86$), **eucalipto** ($QL=6,80$), **milho** ($QL=6,06$), **suínos** ($QL=4,87$), **algodão** ($QL=4,50$), **pera** ($QL=3,85$), **cebola** ($QL=3,36$), **lenha** (silvicultura) ($QL=3,28$), **trigo** ($QL=2,85$), **ovinos** ($QL=2,72$),

bovinos (QL=2,64), **chuchu** (QL=2,21), **uva** (QL=2,07), **ameixa** (QL=2,06) e **abacate** (QL=2,04). Esses resultados mostram um interessante leque de possibilidades de produção que se abre para a região, chamando a atenção para alguns casos específicos.

Existem boas perspectivas para o desenvolvimento da **pecuária** de uma forma geral, principalmente quando se considera que as criações de **bovinos** e de **suínos** têm sido incrementadas nos últimos anos. Além disso, as cadeias produtivas associadas a esses dois segmentos podem ter algumas chances de expansão na região.

Dentre os demais produtos com indicações de vantagens relativas, deve-se chamar a atenção para casos como do **milho** e **trigo** que se caracterizam por serem produtos de ampla comercialização e passíveis de serem utilizados em etapas posteriores de transformação (ração para aves e suínos, principalmente), agregando valor ao produto, impulsionando alguns elos da cadeia produtiva e gerando empregos diretos e indiretos, o que pode significar a possibilidade de implementação de políticas de desenvolvimento regional.

Também os produtos **olerícolas** – com destaque para o **tomate, batata, pimentão, cebola e chuchu** – revelam-se de grande importância regional, representando uma boa opção de cultivo, pois além de gerarem grande número de emprego, coadunam com algumas das características da região: proximidade de grandes centros consumidores; predomínio de propriedades de pequeno porte ¹(devido a própria estrutura fundiária); aproveitamento de produtores – com parcela significativa no Sudoeste paulista, em explorações de base familiar – os quais, nos últimos anos, vêm sendo excluídos de atividades tradicionais.

A **fruticultura** – especialmente as de clima temperado e sub-tropical: **pêssego, pera, uva, ameixa e abacate**, também vêm despontando na região Sudoeste, graças à atuação de instituições estaduais de pesquisa no desenvolvimento de cuidadosos estudos regionais de clima, solo, cultivares, etc., com resultados

¹A olericultura necessita de pequenas áreas para o cultivo e pode se utilizar de trabalhadores familiares para sua exploração.

positivos de adaptação das fruteiras. De acordo com os dados levantados pelo IEA, a área cultivada quase triplicou nos últimos 13 anos (1985/97), enquanto a produção cresceu aproximadamente 50% no período; o grande aumento na expansão de área ocorreu no início da década de 90 – e levando-se em conta que para a formação dos pomares frutíferos espera-se em torno de 3 a 4 anos – tem-se que a produção só foi impulsionada nos últimos 3 anos, mas com tendência de crescimento significativo na região Sudoeste paulista.

O cultivo de cereais de inverno como o **trigo** – e também tritcale, aveia branca, aveia preta e cevada – poderia se reverter em boas opções, tendo em vista as condições climáticas regionais favoráveis. Esses cereais poderiam ocupar grandes áreas ociosas durante o inverno, concorrendo para a melhoria das características físicas do solo, ao evitarem a erosão dos solos descobertos, propiciarem a adubação verde e permitirem a sucessão de outras culturas em plantio direto. A utilização desses cereais na rotação com as culturas tradicionais (feijão, milho, batata, tomate, etc.) reduziria, ainda, a infestação do solo, complementaria a alimentação humana e animal, ampliaria a diversificação de culturas e poderia incrementar o emprego regional (NOGUEIRA et al., 1998).

Os dados permitem ainda, através dos quocientes locacionais, uma análise espacial mais aprofundada das especializações, na medida em que é possível identificá-las nos municípios do Sudoeste paulista nos diversos produtos considerados. Pode-se perceber, por exemplo, que o **feijão**, produto que tem sido a base da produção regional nos últimos anos, é produzido praticamente em **todos os municípios da região**. O mesmo ocorre, com menor intensidade com o arroz, o milho, os caprinos e suínos. Já o **complexo ligado à madeira** nas suas diversas formas, apresenta uma concentração nos municípios de **Capão Bonito, Apiaí, Buri e Itapeva**. O **tomate**, que junto com o feijão, apresenta importância na região, concentra-se, basicamente, na sub-região formada por **Apiaí, Guapiara e Ribeirão Branco**; estes dois últimos municípios concentram, ainda, a produção de **frutas** (pêssego e ameixa e caqui em **Guapiara** e pera em **Ribeirão Branco**).

Por meio dos resultados apresentados e das análises efetuadas até aqui, pode-se identificar um conjunto de produtos primários para os quais é possível supor que a região como um todo (e os municípios onde se concentra essa produção) possui uma especialização que lhe confere uma vantagem relativa para efeito de proposições de políticas de desenvolvimento regional. Os cálculos se baseiam no uso do solo e correspondem àquelas culturas que são cultivadas no presente e que são o resultado de um processo de ocupação das terras levado a efeito ao longo do tempo.

6.2. Possibilidades de Emprego pelo Circuito Regional

A partir do instrumental analítico proposto nessa pesquisa, sabe-se que a ampliação dos efeitos oriundos de um aumento nas exportações regionais, pela “passagem” das compras e vendas entre os diversos setores, se faz pelas **ligações inter-setoriais**. O segundo dos meios referidos, se consubstancia no conjunto de **atividades produtoras de bens finais para o mercado regional** que se caracterizam como unidades que produzem bens e serviços de consumo para a população residente.

A ampliação e a diversificação do consumo verificados nas economias capitalistas no período recente, também afetaram as pequenas regiões; porém essas atividades, embora tendam a assumir naturalmente, magnitudes mais modestas, elevam as necessidades de importações de fora da região e, conseqüentemente, a integração com o restante do sistema.

A maior parte das atividades são tipicamente urbanas constituindo-se de serviços à população. Nesse contexto, para se ter uma estimativa razoável dos efeitos multiplicadores seria preciso efetuar estudos aprofundados dos padrões de consumo verificados na região e levantar dados sobre a oferta desses bens a esse mesmo nível. Uma alternativa mais viável para o presente caso é o cálculo de multi-

plicadores globais, utilizando-se do conceito de base econômica e estimando esses multiplicadores, cujas principais demonstrações são reproduzidas, resumidamente, a seguir.

Conforme foi demonstrado no capítulo 5, o multiplicador (k) é a relação entre emprego total e emprego básico e serve como uma estimativa da capacidade de geração de emprego pelo circuito regional (ou urbano, se for o caso) dos efeitos criados nas atividades consideradas básicas.

Mais uma vez há que se enfatizar que o ideal seria um levantamento do emprego básico a partir de uma pesquisa direta. Pelo elevado custo dessa operação descarta-se tal possibilidade. Uma boa aproximação pode ser feita pelo método do Quociente Locacional (QL), utilizado no item anterior desse capítulo para identificação das atividades básicas.

Toda vez que o $QL > 1$ e, portanto, a região é especializada, ela produz mais que as suas necessidades de consumo, sendo possível determinar a parte do emprego que trabalha para a exportação. Esse **excesso de emprego regional** (ou urbano) pode ser considerado como de atividade básica (E_b).

Assim, designando o emprego básico por E_b e o emprego não básico por E_n , pode-se definir a igualdade:

$$(1) E = E_b + E_n$$

Admitindo-se a proporcionalidade entre o emprego não básico e o emprego total

$$(2) E_n = \alpha E \quad (0 < \alpha < 1)$$

Substituindo (2) em (1) tem-se a solução

$$E = E_b + \alpha E$$

$$\text{Ou} \quad E(1 - \alpha) = E_b$$

$$E, \text{ finalmente } E = \frac{1}{(1-\alpha)} E_b$$

ou

$$E = kE_b$$

sendo $k = \frac{1}{1-\alpha}$, onde **k** será o **multiplicador** de base econômica, calculado para a variável emprego.

Simplificadamente, **k** é a relação entre emprego total e emprego básico e serve como uma estimativa da capacidade de geração de emprego pelo circuito regional (ou urbano, se for o caso) dos efeitos criados nas atividades consideradas básicas.

O multiplicador **k** será uma estimativa dos efeitos provenientes do circuito regional e pode ser calculado a nível de cidades e para o total da região.

Como o multiplicador deve considerar o total de emprego existente nos municípios e na região como um todo, os cálculos levam em conta as atividades dos três setores presentes na região, mesmo que de forma incipiente: agropecuária, indústria e serviços².

Os resultados obtidos tanto para os municípios como para a região como um todo são os seguintes:

²Tendo em vista que os dados industriais estão disponíveis apenas para 1985, os resultados obtidos referem-se a esse período, encontrando-se, portanto, defasados em mais de uma década.

Tabela 6.3

Multiplicadores Urbanos de Emprego por Município do Sudoeste Paulista

Municípios	Emprego Total	Básico	Multiplicador
Apiaí	5 743	4 691	1.22
Barão de Antonina	716	535	1.34
Barra do Chapéu	0	0	-
Bom Sucesso de Itararé	0	0	-
Buri	1 582	1 305	1.21
Capão Bonito	4 874	3 371	1.45
Coronel Macedo	1 388	1 063	1.31
Guapiara	3 392	2 324	1.46
Iporanga	992	918	1.08
Itaberá	3 264	2 447	1.33
Itaí	2 711	2 068	1.31
Itaóca	18	18	1.01
Itapeva	10 016	6 287	1.59
Itapirapuã Paulista	0	0	-
Itaporanga	2 109	1 547	1.36
Itararé	3 811	2 322	1.64
Nova Campina	0	0	-
Ribeira	1 726	1 506	1.15
Ribeirão Branco	3 568	3 057	1.17
Ribeirão Grande	0	0	-
Riversul	1 514	1 058	1.43
Taquarituba	2 600	1 807	1.44
Taquarivaí	0	0	-
Sudoeste Paulista	174 450	144 643	1.21
Estado de São Paulo	4 592 299	0	-

FONTE dos dados brutos: Censos Econômicos (IBGE, 1985).

A primeira constatação que se pode tirar dos resultados obtidos é que a magnitude dos multiplicadores obtidos é condizente com o que se pode esperar de cidades do porte das existentes na área. Os multiplicadores variam de um mínimo de **1,01** para Itaóca até um máximo de **1,64** para Itararé. De uma forma geral valores mais elevados correspondem a cidades maiores, considerando-se alguns afastamentos dessa regra geral em função da posição espacial relativa e das possibilidades de concorrência interespacial. Por essa constatação pode-se explicar o elevado valor obtido por Itararé, que mesmo sendo menor do que Itapeva e Capão Bonito em termos populacionais, tem uma situação geográfica mais distante dos grandes centros como Itapetininga e Sorocaba, o que reduz a competição por suprimento de serviços de fora da região.

Esses valores para os multiplicadores urbanos mostram claramente a fraqueza da estrutura supridora de bens e serviços de consumo para as famílias regionais, o que debilita as possibilidades de a base agrícola regional ter condições mínimas de criar emprego para a população residente. Essa conclusão ainda continua válida quando se considera a defasagem dos dados assinalada anteriormente, pois é de se supor que essa situação só tende a piorar ao longo do tempo, pelo acirramento da concorrência interespacial entre as cidades da região e os grandes centros que a circundam (Sorocaba e Itapetininga, em primeiro plano) face à instalação de serviços com grande escala nessas cidades (caso, por exemplo, do Carrefour em Sorocaba).

Assim, o que se verifica, em grandes linhas, é que a região Sudoeste do Estado de São Paulo apesar de possuir um elenco de atividades primárias que podem ser consideradas básicas, não supre a base territorial necessária para o emprego adequado da população residente, situação essa que é piorada ainda mais pela fraqueza dos multiplicadores de cunho urbano.

No circuito regional os fluxos de compra e de renda se distribuem no mercado regional e no externo tendendo a ampliar a renda das famílias que vivem na região, pois essas ao produzirem atividades exportadoras procuram, em geral, realizar suas compras no mercado regional difundindo os efeitos multiplicadores. Porém, a

amplificação ou sua magnitude dependem da diversificação da demanda das famílias e do grau de fuga pelas importações, que serão reflexos da capacidade interna da região em atender a demanda diversificada. Nesse contexto, pelos resultados observados verifica-se que a economia da região Sudoeste sofre sérias limitações.

Percebe-se que dos dois “meios” importantes para o processo de desenvolvimento (circuito regional/urbano e relações inter-setoriais) o primeiro não apresenta uma constituição adequada para complementar uma política de desenvolvimento regional. O segundo meio de difusão dos efeitos multiplicadores, constituído pelo conceito de cadeias produtivas - proposto no capítulo quinto - é discutido a seguir.

6.3. Cadeias Produtivas Seleccionadas

A capacidade de empregar mão-de-obra e gerar renda na região, promovendo seu desenvolvimento, pode ser tratada de uma forma complementar, pela análise dos multiplicadores consubstanciados no conjunto das atividades de mercado local presentes nos diversos centros urbanos que compõem a região Sudoeste paulista.

Algumas proposições feitas a seguir, visam o enquadramento dos produtos regionais dentro das suas respectivas cadeias produtivas de modo a identificar algumas potencialidades do Sudoeste paulista.

Em economias regionais relativamente pouco integradas se torna antieconômico efetuar um levantamento exaustivo das relações existentes entre as diversas atividades, a fim de detectar seus pontos de (in) suficiência, no que se refere à capacidade de gerar efeitos multiplicadores. Nessas condições, trabalhar com partes da estrutura produtiva que possuam uma certa lógica em termos de compra e venda de insumos, formando o que se poderia chamar de “cadeias produtivas”, parece ser uma alternativa válida.

Utilizando essa idéia como instrumental analítico, procura-se realizar uma descrição das diversas cadeias que têm alguma representatividade na região. Para isso, inicialmente são apresentadas considerações sobre o significado do termo “cadeia produtiva”, entrando-se, posteriormente, na descrição propriamente dita das cadeias.

O estudo da agropecuária, para ser completo, deve fazer uso da metodologia sistêmica, de modo a situar a atividade no interior da economia nacional através da análise, por produto, dos fluxos de entradas e saídas. A produção agrícola se insere, assim, num processo onde existe um “para trás” (à montante) – representado por insumos necessários à produção – e um “para frente” (à jusante) centrado numa quantidade de atividades que continuam e completam a exploração agropecuária (GOLDEBERG, 1957, citado por GREEN, 1998), numa seqüência produtiva ampliada. O referido autor define cadeia produtiva como o conjunto de agentes que permitem a produção e a circulação de determinado produto agrícola, analisando desde o insumo até o consumo.

O enfoque sistêmico aplicado à agricultura define como sistemas agrícolas as unidades operativas do seu negócio (SPEDDING, 1979). O agronegócio (negócio agrícola, complexo agroindustrial ou *agribusiness*) seria o sistema mais abrangente, envolvendo processos e componentes que se interrelacionam para a produção. Os subsistemas do agronegócio seriam as várias cadeias produtivas que possuem, por sua vez, entre seus componentes ou subsistemas, os sistemas produtivos agropecuários - a partir dos quais são obtidas as *commodities* e outros produtos primários - ou os sistemas produtivos agroindustriais – onde são obtidos os produtos processados (MELLO et al., 1999).

Adicionalmente, como já comentado, a cadeia produtiva representa um recorte dentro de um complexo agro-industrial mais amplo, que privilegia as relações entre agropecuária, indústria de transformação e distribuição em torno de um produto principal. Esse conjunto de atividades modernizadas depende portanto do fornecimento de máquinas e insumos extra-setoriais sem, no entanto, tomar a forma de complexos. As cadeias, de um modo geral, podem ser divididas em quatro

segmentos: a indústria de insumos e fatores de produção; produção propriamente dita e/ou importação; processamento e a transformação agro-industrial; e a distribuição do produto.

Nos estudos de cadeia produtiva há que se considerar o “espaço das técnicas” – uma sucessão de operações de transformação, relacionadas entre si por vínculos de tipo técnico – o “espaço das relações” - comerciais e financeiras que se estabelecem ao longo das transformações, orientadas pelas técnicas ou pelo mercado – e o “espaço da estratégias” onde se estabelece um conjunto de ações econômicas que preside a inversão em meio de produção (MORGAN, 1985, apud GREEN, 1998).

Refere-se, portanto, a uma seqüência de operações físicas, tecnicamente complementares, pertinentes à produção primária, processamento, distribuição e consumo de um bem, envolvendo desde a pesquisa³ até o consumidor.

No que diz respeito à questão distributiva ao longo de uma cadeia, geralmente ocorre um desfavorecimento do segmento da produção rural (primária), uma vez que os segmentos não agrícolas são os que agregam maior valor a seus produtos. Como esse estudo concentra-se, especialmente, nas atividades agrícolas, as cadeias produtivas são analisadas sempre nesta perspectiva, isto é, tendo o setor rural como ponto de referência. Ressalte-se, no entanto, que a atividade extrativa de minérios – em particular do calcáreo – tem grande importância regional e também é considerada.

³Os objetivos regionais, expressos nos planos de desenvolvimento devem estar atentos à importância relativa, social e econômica, das diferentes cadeias produtivas; às necessidades e expectativas (demandas) dos agentes produtivos e às exigências e tendências do mercado consumidor. A metodologia de análise sistêmica empregada no planejamento rural e regional preconiza avaliações horizontal e vertical. Na vertical, de forma semelhante à pesquisa industrial, focaliza-se inicialmente o consumidor de produtos derivados da produção agropecuária, analisando, na seqüência, a cadeia produtiva agroindustrial de trás para frente, até chegar à produção agrícola e de seus insumos. Os fluxos financeiros e materiais são levantados e as interações entre os elos da cadeia produtiva são examinadas em termos de informações e de transações, para determinar as necessidades de pesquisa agropecuárias e a difusão dos efeitos multiplicadores de emprego e renda. A análise horizontal apresenta uma visão espacial, enfocando a produção agrícola relacionada aos aspectos sócio-econômicos, fundiários, de recursos naturais e ecológicos no contexto regional. Além disso, no estabelecimento de prioridades de desenvolvimento devem ser observados critérios como: sustentabilidade, eficiência, produtividade, equidade, qualidade e as características de cada projeto e sua difusão. Os estudos regionais devem considerar, portanto, os sistemas produtivos, os sistemas naturais (ou ecossistemas) e os sistemas de cadeias produtivas (MELLO et al., 1999).

Dada a importância econômica de cada produto na região Sudoeste, a seguir são detalhadas as cadeias do **feijão**, do **trigo**, da **olericultura**, do **tomate**, da **fruticultura**, do **milho**, da **carne bovina**, do **leite**, da **carne suína**, da **carne avícola**, de **ovos**, de **madeira/papel e celulose** e do **calcário**.

6.3.1. Cadeia Produtiva do Feijão⁴

O feijão constitui-se numa das mais importantes fontes de proteína da população brasileira, apresentando uma participação elevada no índice de custo de vida.

No segmento da indústria de insumos e fatores de produção, a semente ainda é o principal componente. Na cadeia produtiva do feijão a utilização de sementes de alta qualidade tem muita importância para o sucesso da cultura. Entretanto, o uso de sementes certificadas ou fiscalizadas no Estado de São Paulo ainda é bastante baixa.

A mecanização, inclusive na fase da colheita, vem sendo paulatinamente adotada. Cerca de 42 % dos agricultores utilizam tecnologia mecânica e químico-biológica.

Quanto ao segmento da produção agrícola propriamente dito, no Estado de São Paulo o cultivo de feijão apresentou grandes transformações tecnológicas, gerando aumentos expressivos de produtividade desde os anos 1970, graças à disponibilidade de crédito rural e os preços favoráveis que levaram à adoção de práticas mais adequadas de cultivo e de insumos modernos. Inclusive uso de irrigação na cultura de inverno, porém representando ainda uma pequena parcela do total produzido. O plantio direto, sem necessidade do preparo dos solos e semeadura convencionais, típicos do pacote tecnológico que difundiu a mecanização no Estado de São Paulo, também tem sido difundido na região – uma condicionante indispensável para a sustentabilidade e redução do custo de produção.

⁴Texto baseado em TSUNECHIRO, A, 1996.

O segmento de processamento e transformação industrial é muito importante em qualquer cadeia, dada sua grande possibilidade de adicionar valor ao produto agrícola. No caso específico do feijão (e de outros grãos), esse segmento divide-se em diversas fases. A primeira é chamada de pós-colheita, cujo objetivo é colocar o produto em condições seguras de armazenagem permanente. Esta fase engloba atividades como transporte, recebimento, amostragem, pesagem, armazenagem temporária, pré-limpeza, etc.

A segunda fase - de beneficiamento - tem como objetivo colocar ao produto em condições de utilização ao consumo direto ou ao eventual processamento. Uma vez que o feijão é um produto tradicionalmente comercializado *in natura*, à semelhança do que vem ocorrendo com o empacotamento de arroz - completamente livre de qualquer tipo de impureza - a procura pelo feijão "limpo" tem sido uma exigência da dona de casa moderna que tem dupla jornada de trabalho e tempo reduzido para cozinhar. Por ser consumido sem qualquer processamento, a etapa de empacotamento se reveste de importância, daí a necessidade de aprimoramento das embalagens, em termos de qualidade, padronização e marcas. Algumas associações de produtores e cooperativas têm demonstrado um certo interesse na prestação de serviços de conservação e empacotamento do feijão, com o objetivo de adicionar valor ao produto.

Quanto à industrialização do feijão na forma de enlatado, desidratado inteiro ou de farinha instantânea para utilização em sopas, ainda incipiente, pode se tornar uma importante forma de agregação de valor.

Na fase de processamento, devido a alta perecibilidade do produto, que provoca perda de qualidade, é reduzida a utilização por tempo prolongado de serviços de armazenagem e também é pequena a formação de estoques reguladores.

No que diz respeito ao segmento da distribuição, o feijão passa pelo menos por três etapas até chegar ao consumidor. A primeira da lavoura ao armazém do produtor ou do beneficiador, depois deste à indústria de empacotamento ou ao atacadista e, por último, ao consumidor. As perdas ocorrem significativamente no primeiro transporte,

quase que exclusivamente rodoviário. Existe, no entanto, uma tendência de redução do canal de comercialização do feijão para apenas duas viagens.

Em termos de distribuição ao consumidor, os supermercados vêm se tomando hegemônicos no comércio varejista da maioria dos produtos. Apenas na Região Metropolitana de São Paulo os supermercados são responsáveis por cerca de 80% da distribuição do feijão. Nos últimos anos, nota-se um aumento na integração vertical dos supermercados, que passam a operar também em etapas anteriores à comercialização direta, ou seja, a produção e/ou beneficiamento dos produtos, criando inclusive marcas próprias. Essa tendência mostra que o poder de um setor sobre os outros dentro do sistema agro-alimentar migrou, num primeiro momento, da agricultura para a indústria e desta para o de comércio e serviços, especialmente no segmento da distribuição.

6.3.2. Cadeia Produtiva de Olerícolas⁵

As olerícolas são plantas herbáceas de cultivos anuais, exigentes em tecnologia e tratos culturais e geralmente, com alto nível de perecibilidade.

A exploração olerícola – que agrega maior número de espécies entre todos os segmentos agrícolas, inclusive tomate, batata, cebola e alho – possibilita a obtenção de altos índices de produtividade física e de rentabilidade econômica por unidade de área cultivada.

O ciclo de produção permite alto nível de retorno financeiro, reduzindo sensivelmente a necessidade de capital de giro, o que viabiliza a permanência de pequenos produtores numa atividade com razoável exigência de gastos com insumos.

Por outro lado, apesar da intensiva utilização de capital, a olericultura emprega

⁵Representando as Hortaliças, Verduras e Legumes. Texto baseado em JUNQUEIRA, A .H., 1997.

grande quantidade de mão-de-obra, fazendo com que a atividade além do seu significado econômico, tenha importante papel social por fixar o homem ao campo, viabilizando a prática da agricultura familiar e mantendo razoável nível de emprego e renda, em restritas áreas de terras.

O Estado de São Paulo responde pela maior parcela de produção, embora mantenha relativa inter-dependência de hortaliças, exceto verduras. Os ciclos das culturas e as especializações de algumas regiões explicam este fato.

São Paulo, além de grande produtor, também é o principal mercado consumidor e balisador da comercialização dos produtos hortícolas.

Os principais pontos dos segmentos fornecedores de insumos são relatados a seguir. No Brasil, a olericultura tem um elevado grau de dependência tecnológica do mercado externo, no tocante às sementes, máquinas e equipamentos específicos para a atividade.

O fornecimento de sementes é disputado por um número reduzido de grandes empresas e altamente competitivo, dado o grau de sofisticação requerido. O Brasil importa cerca de 24% das sementes plantadas com destaque para cebola, cenoura, abóbora, melancia e alface⁶.

No tocante à embalagem ainda predomina utilização de caixas de madeira e mostra-se defasada comparativamente ao setor de frutas que utilizam mais outros materiais alternativos (ondulado e plástico).

O segmento da produção, representado predominantemente por pequenos produtores, tem características de exploração familiar ainda que "moderna". A alta perecibilidade exige que a produção ocorra próxima aos principais centros, formando os "cinturões verdes". Atualmente, a ocupação do solo - pelas construções urbanas - a poluição das águas e a facilidade de transportes e, ainda, a

⁶A pesquisa nacional tem desenvolvido novos cultivares mas em ritmo um tanto lento. Neste particular cabe destacar a atuação do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e o Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliças, da EMBRAPA.

existência de Centrais de Abastecimento têm provocado o deslocamento das zonas produtoras.

Aspecto importante diz respeito à força de trabalho: embora detenha menos de 1% da área agrícola estadual, a atividade emprega cerca de 7% da mão-de-obra colocando-se em 4º lugar num *ranking* de 28 culturas anuais e perenes selecionadas.

Nos segmentos a jusante do setor produtivo, as cooperativas e associações de produtores são atores relevantes pois, apesar de certo desmantelamento de importantes cooperativas centrais – Cotia e Sul-Brasil, por exemplo - as cooperativas singulares conseguiram manter os serviços aos seus associados, desde a aquisição conjunta de insumos, prestação de serviços até a comercialização. As associações também oferecem aos filiados uma série de benefícios.

No segmento de distribuição merecem destaque a cadeia do frio e os mercados - atacadista, varejista e exterior. Embora considerada insuficiente, a região Sudoeste do Brasil concentra a maior parte instalada.

A característica de pequena produção favorece a intermediação comercial. Contudo, parcela significativa é vendida diretamente pelos produtores e se destinam às feiras-livres e “mercado de produtores”.

O principal canal de escoamento, contudo é constituído pelas Centrais de Abastecimentos instaladas nas Capitais e principais municípios brasileiros. O Entrepasto da Capital paulista – CEAGESP – responde por 25% do total comercializado nas Centrais do país⁷.

O mercado varejista ainda tem na feira-livre seu ponto tradicional, embora em ritmo decrescente, sobretudo pela concorrência dos supermercados. Os sacolões e varejões instalados por iniciativa do setor público - e logo absorvidos pela iniciativa particular - têm mantido ritmo crescente.

⁷O Estado de São Paulo possui 14 Centrais, localizadas inclusive em Sorocaba e Campinas.

A ação de empresas distribuidoras para pequenos e médios supermercados também têm ganho destaque.

6.3.3. Cadeia Produtiva do Tomate⁸

O Brasil é atualmente o oitavo produtor mundial de tomate, sendo o Estado de São Paulo responsável por cerca de um terço da produção nacional. Existem dois tipos de cultivo de tomate no país: “rasteiro”, destinado à indústria transformadora (aproximadamente 35% do total) e o tomate “envarado”, destinado ao consumo de mesa, *in natura* (65%). As Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs) do produto para indústria são: Araçatuba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. Já a produção do tomate de mesa, concentra-se, na sua quase totalidade (80%), nas regiões altas das Serras de Paranapiacaba – região Sudoeste - e Mantiqueira (produção de verão) e na região de Campinas (produção de inverno).

As cadeias produtivas dos dois tipos de tomate são bastante distintas. Hoje, o setor produtor de tomate rasteiro está plenamente integrado com a indústria processadora sem, no entanto, se relacionar com as indústrias de máquinas e insumos agrícolas.

A cadeia do tomate rasteiro apresenta alta integração entre seus setores, com uma indústria moderna e com grande capacidade de processamento e um setor agrícola empenhado em oferecer matéria-prima de qualidade, em quantidades suficientes. A atual produção de tomate tem sido insuficiente para atender à demanda interna, obrigando as indústrias a importar derivados.

Uma vez que a produção de tomate rasteiro é pouco significativa na região de estudo, será analisada em detalhes apenas a cadeia do tomate envarado, que apresenta um grau de integração menor entre seus diferentes segmentos.

⁸Baseado nos textos de NUEVO, P.A S., 1994 e CAMARGO FILHO, W.P. & MAZZEI, A .R. , 1996.

A montante da produção de tomate envarado encontram-se os diversos setores produtores e fornecedores de máquinas e insumos. O insumo mais importante na produção de tomate é representado pelas sementes. O país utiliza hoje cerca de 80 toneladas de sementes de tomate, sendo 40% delas importadas principalmente dos EUA. A produção nacional é assegurada basicamente pelos Estados de São Paulo, Pernambuco, Bahia e Goiás. No entanto, o rendimento destas sementes é bastante baixo, principalmente na produção destinada à indústria.

Os segmentos de fertilizantes e defensivos para o tomate vêm apresentando tendência de crescimento, uma vez que a tomaticultura é a maior consumidora destes insumos - no âmbito da olericultura – e, a produção de mudas, pratica mais recente de apoio à produção de tomate.

O cultivo de tomate no Estado de São Paulo é realizado principalmente por pequenos proprietários em parcerias com trabalhadores rurais, de famílias locais ou volantes. A tomaticultura é uma das que mais demandam mão-de-obra por hectare, chegando a representar, na DIRA de Sorocaba, cerca de 11% do total do trabalho agrícola.

Os produtores paulistas têm como característica certa resistência ao associativismo e ao cooperativismo em praticamente todos os tipos de cultura, inclusive a do tomate. Assim, tanto a produção quanto a compra de insumos e a comercialização do produto são feitos de forma individual, o que não permite ganhos de escala.

A maior parte do escoamento da produção estadual de tomate envarado, se dá por meio da CEAGESP. De forma geral, a comercialização das regiões produtoras até os entrepostos se dá via atacadista intermediário que transporta e entrega o produto ao entreposto, algumas vezes sob a forma de consignação.

6.3.4. Cadeia Produtiva de Fruticultura⁹

A fruticultura brasileira é uma das mais importantes do mundo e o país detém o posto de principal produtor de laranja, banana e mamão e o terceiro de abacaxi. Ocupa posição expressiva também no caso de tangerina (3^o), manga (5^o), maçã (16^o) e uva (17^o). Em termos de exportação entretanto o Brasil representa apenas 1% do comércio mundial e 2,5% do total da pauta de exportação agrícola nacional.

No caso de produção, a laranja totalizou em 1996, de acordo com dados do IBGE, 18,2 milhões de toneladas, vindo a seguir a banana com 7,4 milhões de toneladas e abacaxi com 1,7 milhão de toneladas. O mercado interno apresenta-se como a grande fronteira comercial a ser conquistada podendo aumentar a escala de produção.

Quanto à distribuição regional, embora haja frutas cultivadas em diversas unidades da Federação, há uma certa especialização.

O Estado de São Paulo se destaca na produção de citros, banana, goiaba e manga e devido aos diferentes ciclos de maturação e às diversas regiões de cultivo, a colheita se estende pelo ano todo. No caso das frutas de clima temperado e subtropical a colheita tem início em setembro, prolongando-se até junho.

De modo geral os fruticultores paulistas comercializam suas produções com exportadores, com compradores que atuam nas próprias zonas produtoras ou com atacadistas das Centrais de Abastecimento, à semelhança do que ocorre com as olerícolas.

Dos mercados atacadistas até chegar aos consumidores, as frutas são distribuídas por vários equipamentos de comercialização – supermercados, sacolões, varejões, quitandas, frutarias, mercearias e ambulantes. As redes de supermercados têm procurado adquirir as frutas diretamente dos produtores, eliminando os atacadistas.

⁹Texto baseado em AMARO, A. A., 1997.

Estima-se que hajam 500 *packing-houses* no Estado, distribuídos pelas várias regiões. Capão Bonito e Itapeva possuem 2 unidades cada, que pode servir a região para classificação e embalagem de determinadas frutas.

Outras formas que podem garantir preços diferenciados ao fruticultor são: negociar via cooperativa ou colocar o produto em consignação.

A fruticultura é uma atividade muito exigente em termos de utilização de insumos agrícolas e de mão-de-obra. Assim a indústria de insumos e também de equipamentos afetam significativamente os custos de produção, bem como contribuem para a adoção de inovações tecnológicas.

A indústria de corretivos é importante face a acidez dos solos brasileiros. A de fertilizantes tem efeito sobre a finalidade das frutas ao lado dos defensivos. Quanto aos equipamentos, aqueles voltados à irrigação merecem destaque, por permitir maior regularidade de oferta durante todo o ano.

Dada a grande perecibilidade das frutas ocorridas no setor, as perdas são preocupantes. Neste caso passa a ser importante a utilização de embalagem adequada para garantir a integridade e qualidade das frutas.

A mão-de-obra deve ter qualificação dados os cuidados que a exploração exige. O mesmo pode ser dito da capacidade empresarial e gerencial dos próprios produtores.

De modo geral, constituem a cesta básica de frutas a laranja, a banana e a maçã. À medida que a renda aumenta, há um correspondente consumo diversificado sobretudo com a aquisição de frutas de clima temperado.

A análise dos complexos produtivos de frutas no Brasil, revela enorme distância entre as potencialidades e a realidade atual, já que são comercializados quase sempre sem benefício industrial, exigindo logística de tratamento pós-colheita, transporte e distribuição, especialmente quando as frutas se destinam ao mercado externo.

6.3.5. Cadeia Produtiva do Trigo¹⁰

O Complexo Agroindustrial do Trigo (CAI) no Brasil, passou por um longo processo de intervenção estatal, ocorrido no período de 1940 a 1990. A liberalização a partir de 1990 trouxe à tona um problema adicional que é a concorrência do trigo argentino no âmbito do Mercosul.

O CAI – Trigo compreende a produção de grão, farinha, farelo e derivados para suprir parte das necessidades internas. O grão produzido se destina às cooperativas (80%) e às intermediárias e moageiros (20%).

As cooperativas repassam o produto ao governo para a formação de estoques reguladores e parte aos moinhos. Estes por sua vez vendem às indústrias de transformação final (panificação, biscoito e massas) e, diretamente aos distribuidores internos. O farelo é vendido às indústrias de ração. A qualidade do produto tem deixado a desejar, havendo preferência de grão/farinha importados para elaboração de massas e pães.

Tradicionalmente dependente do mercado externo, o Brasil quase chegou a auto-suficiência em 1987 quando conseguiu suprir mais de 90% do consumo. A extinção do monopólio – monopólio estatal tem orientado o mercado para o consumo de derivados de melhor qualidade, fato que tem despertado os órgãos de pesquisa e o setor privado a buscarem trigo nacional de melhor qualidade (MENDES, 1994).

Embora seja a principal cultura de inverno, o trigo sempre teve um caráter secundário, sendo plantado a partir da década de 60 em sucessão com a soja.

O suprimento de trigo no Brasil tem uma grande dependência de produtos importados (grão e farinha), chegando a 6 milhões de toneladas para um consumo total a um total de 8 milhões de toneladas.

¹⁰Texto baseado em SILVA, J. R., 1997.

A concorrência do produto argentino é inegável e exige providências para que o Brasil possa diminuir as disparidades em termos competitivos. Cabe lembrar, ainda, que o trigo é subsidiado nos grandes países exportadores Estados Unidos, França e Canadá.

A regulamentação do segmento trigo provocou um arraigado consumo do produto no país e que hoje torna atrativa sua produção, sobretudo próximo aos grandes centros de consumo já que a venda é fator determinante na aquisição de derivados do cereal em detrimento de outros de consumo regional, caso do milho e mandioca, por exemplo.

6.3.6. Cadeia Produtiva do Milho¹¹

A cultura do milho vem apresentando significativa melhoria tecnológica, com aumento da produtividade decorrente, sobretudo do uso de semente melhorada e de técnicas de cultivo recomendada.

As atividades de pesquisa agrônômica de diferentes naturezas, realizadas há mais de meio século possibilitaram ganhos consideráveis, mas aquém da potencialidade genética presente nas sementes híbridas.

O milho é o cereal com a maior amplitude de utilização direta na alimentação humana e animal e também para fins industriais diversos. Estima-se que a partir dele sejam produzidos mais de 600 itens.

Na alimentação humana o milho é comumente empregado *in natura*, como milho verde, bem como em subprodutos de baixa elaboração (pão, farinha, canjica, fubá, maisena e massas) ou de maior sofisticação – pré-gelatinizados empregados nos cereais matinais, alimentos infantis e sopas instantâneas.

¹¹Texto baseado em GERAGE, A. C, SAMAHA, M. J. e CORRÉA, V.J.,1998.

Na indústria, o milho é matéria-prima para a obtenção de amido, óleo, farinha, glicose, produtos químicos, rações animais e na elaboração de formulações alimentícias (PINAZZA & ALIMANDRO, 1998).

No caso de rações, em que se constitui no principal macroelemento, pode ser empregado integralmente ou na forma de farelo, germe, protenose e refinasil.

Os produtos tradicionalmente consumidos no Brasil e mais populares são a farinha, a canjica e o fubá. No entanto, novas alternativas foram encontradas para sua utilização e produtos de menor consumo - destinados às faixas de renda mais alta - têm sido desenvolvidos. Há até usos que ainda não se fazem em larga escala do Brasil, caso do xarope de frutose, empregado de maneira acentuada e crescente na indústria estadunidense de refrigerantes, em substituição aos açúcares na sacarose de cana e de beterraba.

O álcool de milho também tem sido usado para fins carburantes naquele país, a exemplo do que ocorre no Brasil com a utilização do álcool de cana-de-açúcar.

O fluxograma de cadeia produtiva do milho caracteriza-se por extensas e complexas ramificações, em decorrência de seus múltiplos usos.

A agroindústria do milho está voltada basicamente para o mercado doméstico, o que confere ao grão uma característica de produto que sofre pouca influência do comportamento do cenário externo. O milho na realidade tem sido exportado (indiretamente) sob a forma de carnes, principalmente de frango, pois o Brasil se constitui em um dos grandes exportadores mundiais desta proteína animal.

A participação do auto consumo nas propriedades ter diminuído com a evolução da avicultura, suinocultura e pecuárias de leite e corte (confinamento), que apresentam um crescimento correlato à produção de rações. Isto tem fortalecido a comercialização do grão, deixando de lado cada vez mais sua característica de produto de subsistência. Dados do SINDIRAÇÕES mostram que o milho participa, em média, com 63% da composição de rações no Brasil, representando um volume 16 milhões de toneladas. A seguir aparece o farelo de soja com 20%.

A produtividade média brasileira no cultivo de milho é bastante inferior à média mundial, embora nos últimos anos tenha apresentado taxas de crescimento maiores que a dos demais países. A baixa produtividade reflete a adoção de tecnologias bastantes distintas entre as regiões produtoras (SOUZA, AZEVEDO & SAES, 1998).

Um forte entrave apresentado pelo milho diz respeito ao transporte, pois o frete representa de 20 a 30% do valor final do produto, o qual tem baixo valor específico exigindo que sua produção esteja o mais próximo possível das áreas de consumo.

6.3.7. Cadeia Produtiva da Carne Bovina¹²

O Brasil tem hoje o segundo rebanho bovino do mundo, superado apenas pela Índia. No entanto, o rebanho brasileiro destinado a comercialização é o maior.

O país apresenta uma grande variabilidade tanto de sistemas de produção quanto nos níveis de produtividade. Existe hoje uma tendência de especialização do rebanho, que deixa aos poucos de ter dupla aptidão – mista: corte e leite - passando a ser predominantemente destinado ao corte (cerca de 75% do total). O rebanho de leite representa 20% do total e apenas 5% é de pecuária mista.

Dentro da agropecuária paulista, a carne bovina representa o segundo produto em expressão. Seu processo de produção vem apresentando uma modernização contínua da produção primária e do processamento e distribuição do produto transformado. Essa modernização do processo produtivo tem como consequência uma melhoria de eficiência da atividade primária, assim como dos segmentos a montante e a jusante dessa atividade.

O segmento a montante da produção primária, está fortemente relacionado ao desenvolvimento de pesquisa científica, onde se destacam as indústrias de produtos

¹²Baseado no trabalho de PEETZ, V.S., 1996a.

veterinários, empresas de sementes forrageiras, indústrias de equipamentos e empresas fornecedoras de sêmen. As grandes oportunidades e tendências estão relacionadas à nutrição animal e à sanidade do rebanho.

No que diz respeito à produção, existe uma tendência de desaparecimento do criador, recriador e invernista como figuras isoladas, que vem sendo substituído por um único agente: o pecuarista que desenvolve os três ciclos (produção própria e exclusiva).

Desde os anos 80 vem ganhando espaço o sistema de confinamento. Apesar disso, a pastagem ainda é a principal fonte de alimentação do rebanho e seu manejo é praticado sem critério técnico. Como resultado, o praguejamento e a degradação do solo são bastante comuns. A suplementação alimentar (sal, minerais e volumosos) é de extrema importância, mas não é realizada de forma adequada.

O segmento a jusante da produção primária engloba o abate e processamento da carne bovina. Existem basicamente dois tipos de estabelecimentos responsáveis por estas operações. Em primeiro lugar os matadouros, que apresentam características rudimentares, onde o produto fresco, refrigerado ou *in natura*, é entregue para consumo imediato, basicamente em sua região de influência direta. Nesses estabelecimentos é comum a clandestinidade tanto sanitária quanto fiscal.

Já o segundo tipo de estabelecimento, os matadouros frigoríficos, apresentam equipamentos modernos e seu gerenciamento é feito sob moldes empresariais desde o controle da matéria-prima e o processamento, até a estocagem e a distribuição, operando sob inspeção sanitária.

6.3.8. Cadeia Produtiva do Leite¹³

A indústria leiteira vem apresentando uma grande modernização sem, contudo, exigir grandes mudanças na pecuária. A maior alteração ocorreu na estrutura de contratos entre produtores e indústria, graças à desregulamentação do setor nos anos 1990.

Atualmente, 60% do total de leite produzido são controlados pelos serviços oficiais de inspeção, sendo 50% desse total comercializado na forma fluida, 20% em pó, 20% em queijo, 5% em iogurtes e sobremesas lácteas e 5% em outros produtos lácteos - manteiga, cremes, etc. Os 40% restantes são consumidos pelo mercado informal, sem nenhuma forma de fiscalização higiênico-físico ou sanitária.

A partir de 1990, a liberação dos preços e dos mercados, provocou uma mudança drástica na cadeia produtiva do leite.

O crescimento da produção de leite no país segue um padrão horizontal, cada vez mais distante dos centros consumidores, tornando os custos de transporte mais elevados, além de comprometer a qualidade da matéria-prima. A participação do Estado de São Paulo na distribuição de leite, nessas últimas décadas caiu passando de 16,8% em 1972 para 13,1% em 1993, segundo dados do IBGE.

O segmento a montante da produção primária de leite é composto pelos fornecedores de insumos e bens de capital destinados à criação do rebanho e ao beneficiamento do leite. Uma das indústrias mais importantes neste segmento a de rações. No entanto, estima-se que apenas 16% do rebanho nacional é utilizador sistemático de rações balanceadas, uma vez que grande parte dos produtores ainda utiliza pastagem extensiva, caso do Estado de São Paulo. Hoje, porém, vem ganhando força o pastoreio rotacionado.

Outro ramo importante para a cadeia é a indústria de inseminação artificial.

¹³Texto baseado em BORTOLETO, E. E., 1997.

Novamente, os rebanhos brasileiros utilizam pouco esta tecnologia. Técnica pouco utilizada mas com grande potencial.

Um segmento que também vem adquirindo importância crescente dentro da cadeia do leite é a indústria de embalagens, que têm sido cada vez mais utilizadas como agente diferenciador do produto no mercado. A embalagem tipo “longa vida” provocou uma revolução no mercado: pelo novo processo tecnológico introduzido, maior tempo de estocagem e menores custos de distribuição.

Com relação ao segmento produtor de bens de capital, a indústria brasileira oferece grande variedade de máquinas e implementos agrícolas para os produtores e para as indústrias processadoras.

O segmento industrial a jusante da cadeia produtiva do leite é representado pelas indústrias de transformação em produtos derivados diversos. O queijo tem sua fabricação em grande parte - 40% em São Paulo - feita de forma artesanal, sem nenhum tipo de controle sanitário ou de qualidade. Esse é um segmento com grandes chances de crescimento, principalmente daqueles queijos mais “populares” (prato, muzzarella, minas, etc), em contraposição às “especialidades”, principalmente devido ao crescimento do “*fast-food*” no país.

O mercado de iogurtes e sobremesas lácteas é um dos mais competitivos, com forte presença de propaganda e marketing, principalmente por ser um mercado bastante rentável e com grandes possibilidades de diferenciação dos produtos. As indústrias do ramo no Brasil apresentam um padrão tecnológico avançado, com alto grau de concentração. Portanto, por ser extremamente competitivo, induz a uma indústria bastante individualizada, sem muito espaço para cooperação.

6.3.9. Cadeia Produtiva da Carne Suína¹⁴

A suinocultura é uma atividade bastante difundida e de grande alcance social, uma vez que se encontra presente em cerca de metade dos estabelecimentos rurais do país. Assim como na bovinocultura, nessa atividade existem diferenças regionais significativas na distribuição do rebanho e nas características dos sistemas de produção. Na região Sul do país a exploração é feita com enfoque estritamente comercial; no Nordeste a produção é basicamente de subsistência; nas regiões Centro-Oeste e Norte é uma atividade pouco disseminada e, finalmente, no Sudeste há uma fase de transição da produção, com a consolidação de um mercado de matrizes e reprodutores qualitativamente superiores aos das demais regiões brasileiras.

Em São Paulo a modernização do setor foi alavancada a partir dos anos 1970 pela implementação de um programa de apoio governamental aos investimentos na atividade. Hoje, a suinocultura moderna é explorada em moldes estritamente empresariais, graças às melhorias na atividade criatória e nos segmentos a montante e a jusante da produção primária.

O segmento a montante engloba principalmente os fornecedores dos principais insumos necessários à eficiência da produção: base genética, rações, vacinas, medicamentos e equipamentos e serviços relacionados. Este segmento está, portanto, intimamente ligado ao desenvolvimento de pesquisa científica, assistência técnica e extensão rural, assim como na bovinocultura.

A indústria de rações tem uma importância considerável dentro da cadeia, uma vez que esse insumo representa de 50% a 80% dos custos totais de produção. No entanto, desde os anos 1980, os suinocultores modernos passaram a elaborar suas rações dentro da propriedade, diminuindo a importância relativa desse segmento.

¹⁴ Texto baseado em PEETZ, V.S., 1996 b.

A jusante encontram-se as atividades de abate e processamento: matadouros e matadouros-frigoríficos. Os primeiros comercializam o produto fresco, refrigerado ou *in natura*, para consumo imediato na região de influência, sendo que a maioria opera na clandestinidade, tanto sanitária quanto fiscal - cerca de 40%. Os matadouros-frigoríficos, responsáveis pela maior parte dos abates e processamento industrial, ao contrário, são unidades operacionais mais completas, trabalhando sob inspeção sanitária.

De uma forma geral, as unidades de processamento de carne suína - exceto as grandes indústrias que operam ao nível nacional - levam em consideração apenas a conveniência e o preço no momento da compra de matérias-primas, não se importando com nenhum tipo de característica qualitativa.

Do total do abate de suínos, 75% a 80% destinam-se ao processamento industrial de embutidos e outros alimentos preparados, enquanto os 20% a 25% restantes são comercializados *in natura*. O principal destino, seja do produto *in natura* seja dos processados é o mercado varejista, constituído por supermercados, hipermercados, padarias, restaurantes, hotéis, restaurantes industriais. Estes são responsáveis, em conjunto por 50% do total. Segue-se que os açougues comercializam 40%, as feiras livres e a comercialização clandestina correspondem a 5% do total cada um.

6.3. 10. Cadeia Produtiva da Carne Avícola¹⁵

Graças à adoção de inovações tecnológicas a indústria brasileira de aves de corte se consolidou na década de 1970, quando ocorreu, paralelamente, uma expansão da produção e do consumo internos, além do aumento significativo das exportações. O Brasil é hoje grande produtor de frangos de corte e o segundo maior exportador mundial. Internamente, o Estado de São Paulo é responsável pela maior parte da

¹⁵Baseado no texto de MARTINS, S.S. 1997 a.

produção e do consumo, embora tenha pequena participação no total do comércio exterior.

Atualmente a indústria de transformação da carne avícola dedica-se, em especial, à produção de cortes e produtos prontos para atender à demanda externa. Internamente, essa demanda por produtos industrializados também tem mostrado avanços, embora limitada pela concentração de renda no país.

A cadeia produtiva da carne avícola inclui a montante: criação de avós importadas, produção de matrizes, incubatórios, fábricas de ração, de equipamentos e de insumos químicos e farmacêuticos e, a jusante abatedouros, frigoríficos e empresas de varejo.

O segmento a montante da produção avícola inicia-se com a importação de material genético desenvolvido na Europa e nos EUA, que aumentou significativamente desde a proibição de importação de matrizes. As indústrias nacionais a montante são produtoras de equipamentos, com qualidade satisfatória. Apenas as máquinas destinadas a algumas operações de industrialização do frango ainda necessitam de importação.

Com relação ao setor produtor propriamente dito, a avicultura de corte é praticada, principalmente, por produtores integrados aos frigoríficos. Estima-se que esta integração atinja cerca de 80% dos criadores do Estado de São Paulo. Os produtores integrados são responsáveis exclusivamente pela mão-de-obra e pelas instalações da granja, ficando a tomada de decisões e o tipo de manejo das aves a cargo dos frigoríficos.

Existem ainda alguns produtores independentes que só conseguem, no entanto, sobreviver promovendo algum tipo de integração de sua produção, principalmente na fabricação de ração.

A distribuição do frango resfriado e dos produtos industrializados se dá, em grande parte pelos próprios frigoríficos e abatedouros. Em São Paulo, os supermercados são responsáveis por cerca de 92% do total das vendas no varejo.

Um dos grandes problemas do setor, diz respeito a qualidade da carne de frango, nem sempre garantida, uma vez que o produto pode ser proveniente de abatedouros clandestinos ou até mesmo de empresas varejistas mal equipadas para manter boas condições de refrigeração e higiene.

6.3.11. Cadeia Produtiva de Ovos¹⁶

O ovo é hoje uma fonte de proteína importante e barata para a população. Apesar disto, o consumo per capita de ovos no país ainda é baixo, fazendo com que a demanda seja atendida de forma bastante satisfatória, mesmo com uma produtividade baixa se comparada à de outros países produtores. É o tamanho desse mercado que limita o aumento de produção, já que uma elevação resultaria em queda de preços, sem interesse para os avicultores.

São Paulo é o Estado que maior produtor do país, com por cerca de 40% do nacional. Além de abastecer seu mercado interno, os paulistas ainda exportam para outros estados e para o exterior. Também concentra a produção de matrizes e pintos comerciais, assim como grande parte das indústrias de processamento - ovo em pó e ovo líquido, usados como matéria-prima na indústria alimentícia. Essa indústria não é muito importante, uma vez que o consumo ainda é preferencialmente *in natura*: apenas cerca de 5% de toda a produção passa por uma transformação industrial.

Os segmentos a montante incluem material genético desenvolvido em outros países (bisavós ou ovos de avós): EUA e Europa. Já a produção de avós, matrizes e pintos comerciais é feita no país.

As indústrias químico-farmacêuticas, de equipamentos de embalagens e de rações também fazem parte dos segmentos a montante da produção de ovos. A indústria de

¹⁶Texto baseado em MARTINS, S.S., 1997 b..

rações configura-se como um caso especial, uma vez que grande parcela das granjas tem produzido sua própria ração, com o intuito de reduzir custos.

A cadeia do ovo é pouco integrada, não existindo um setor industrial capaz de subordinar a produção, já que o produto é consumido predominantemente *in natura* e a ração já foi internalizada pelos produtores. A diferenciação do produto principalmente por tipo – tamanho e/ou cor – e não por marcas.

A produção é bastante concentrada, com doze empresas respondendo por cerca de 60% da produção nacional. Essas grandes empresas são bastante integradas verticalmente, dispõem de diversas unidades produtivas e fazem a distribuição até os grandes centros consumidores. Uma vez que o produto é perecível e sua produção contínua, os contratos de fornecimento são feitos com prazo bastante curto, de forma a permitir reajustes constantes de preço.

Em termos de comercialização do produto, a maior parte da produção de ovos ainda passa pelas mãos dos atacadistas, uma vez que os produtores alegam ser a venda direta ao varejista difícil e pouco compensadora, por falta de infra-estrutura na granja.

Novamente no caso dos ovos, os supermercados são responsáveis por grande parte da distribuição ao consumidor.

6.3.12. Cadeia Produtiva de Eucalipto e Pinus¹⁷

A área reflorestada no Estado de São Paulo cobre 3,27% do território, representando cerca de 812,5 mil hectares, na sua quase totalidade ocupada com espécies exóticas - eucaliptos e pinus, de acordo com o Inventário Florestal do Estado de São Paulo.

¹⁷Baseado no texto de OLIVETTI, M.P.A de., 1997.

Dessa área, metade está voltada para empreendimentos industriais que utilizam os produtos de origem florestal como matéria-prima para as suas atividades, ou seja, celulose, papel, chapas de aglomerados. Esses produtos são utilizados também para a geração de energia para a produção de cimento, cal, carvão vegetal etc. Os demais 50% estão distribuídos entre reflorestadores que produzem matéria-prima para diversas finalidades e entidades governamentais do Estado.

Mais de 88% da área reflorestada do Estado está concentrada nas regiões administrativas de Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto, Vale do Paraíba e Bauru, correspondendo a 2,88% da área territorial paulista.

Com relação à cadeia produtiva da madeira propriamente dita, o Complexo Silvindustrial (CSI) paulista pode ser decomposto em cinco fases: suporte à produção; produção; transformação; transporte; e comercialização (que compreende também o armazenamento).

É preciso, no entanto, salientar que complexo ficou sistematicamente fora das análises sobre a economia setorial paulista, dada talvez sua peculiaridade de não produzir só fibras e energia, mas também outros bens e serviços de difícil, quando não impossível, quantificação e valorização. (CASTANHO FILHO, 1994)

A fabricação de papel concentra-se no segmento de papel de imprimir, em que apenas seis empresas são responsáveis por 70% da capacidade de produção. Os segmentos mais desconcentrados são os de sanitários e papéis especiais, em que um grande número de pequenas e médias empresas operam para mercados regionais.

Com exceção de embalagens, cuja maior parte da capacidade está instalada em Santa Catarina, o Estado de São Paulo mantém a liderança em todos os outros tipos de papéis¹⁸.

A resinagem é a prática que extrai da planta viva, a resina ou óleo-resina,

¹⁸ Santa Catarina, São Paulo e Paraná têm em seu territórios mais de 80% de toda a capacidade de produção de papéis do Brasil.

principalmente, das do gênero *Pinus*. Por destilação, a resina fornece uma fração volátil, denominada terebintina e uma fração fixa, o breu, que ocupam um lugar de destaque dentro da economia mundial, haja visto a sua utilização e aplicação industrial.

O rendimento médio da operação de resinagem é de 120 árvores/homem/dia. O ciclo da resinagem é de 6 anos, (após o que pode-se destinar a planta para outra finalidade industrial) sendo o painel de exploração de até 2 metros de altura, de cada lado da árvore, durante 3 anos cada um.

Conforme a Associação dos Resinadores do Brasil (ARESBR), o Estado de São Paulo apresenta o maior número de resinadores e florestas sendo exploradas para essa finalidade, principalmente nas regiões Sul, Nordeste e Centro com um total de 32.600.000 faces.

Com a diminuição da oferta da China – que detinha até recentemente cerca de 80% do mercado mundial de resina – abriu-se espaço às exportações brasileiras. Porém, a falta de investimentos e incentivos para a atividade nos últimos anos, tem tornado atualmente escassa oferta do produto brasileiro.

O setor conta com apenas 60 produtores e 12 indústrias transformadoras básicas, para a safra 97 opera com 40.500.000 faces instaladas, com uma produção esperada de 90.600 toneladas com uma produtividade média de 2,237 kg/ano, com o valor médio de venda a US\$ 495,00 a tonelada.

O número de compostos químicos que podem ser utilizados é elevado, com diferentes aplicações: desinfetantes para animais, em medicina, em confeitaria e limpeza de tecidos, dissolvente, cosméticos, fixador de perfumes, confeitaria, no fabrico de sabões e pastas dentífricas.

6.3.13. Cadeia Produtiva do Calcário¹⁹

De todos os minerais de uso industrial, as rochas calcárias são as mais utilizadas, dada a versatilidade de suas aplicações. A definição do tipo de uso de uma determinada reserva de calcário vai depender fundamentalmente de sua composição química, de suas características físicas, de sua homogeneidade, da localização geográfica da jazida, além do tamanho da reserva.

Uma mesma jazida de calcário poderá, portanto, produzir material para diversos usos. Por exemplo, em uma jazida de extração de blocos, a serragem e polimento de chapas usadas em revestimento geram retalhos que podem ser britados e usados na construção civil ou pavimentação. Ou ainda, dependendo das impurezas, podem ser calcinados e usados como cal na construção civil. É possível também, em função de sua composição química, a moagem para utilização como corretivos de solos na agricultura.

Dada a variedade de usos, existem diversos tipos de jazidas, que podem variar de pequenas, com exploração quase que manual, a grandes jazidas com exploração mais mecanizada, destinada à produção de cimento.

Na região do Sudoeste paulista existem basicamente três tipos de uso para o calcário extraído: cimento, cal e construção civil. No caso do cimento existem fábricas nos municípios de Apiaí e Ribeirão Branco. Há ainda centenas de fábricas de cal de pequeno porte espalhadas pela região.

Os principais insumos energéticos utilizados por essa indústria são: óleo combustível, carvão mineral, carvão vegetal, gás natural e outros energéticos alternativos. Produtos que estão presentes na região Sudoeste, com vantagem para a indústria de cimento, quando se pensa em baixar custos de transporte e, conseqüentemente de produção. A indústria de cimento é bastante dependente do mercado consumidor, que deve estar próximo à fábrica, significando, neste caso, um

¹⁹Texto baseado em GIARDULLO, P. & CENTURIONE, S.L., 1997.

raio de cerca de 400 a 500 km.

Para as aplicações na indústria de cal, o calcário pode ser calcítico ou dolomítico. Todos esses mercados estão em expansão e o desafio maior hoje, em dia, está no custo do transporte e embalagem.

A utilização da análise de cadeias produtivas para o estudo regional é conveniente por uma série de razões. Inicialmente, esse enfoque necessita de um número menor de informações do que a montagem da matriz de insumo-produto. Em segundo lugar, ela permite uma caracterização mais precisa das relações presentes na economia regional. Uma terceira vantagem é que a passagem para o nível territorial é facilitada pela consideração dos padrões de localização de cada atividade e da influência das ligações sobre esses padrões. Em quarto lugar, pela visão setorial permitida pelo enfoque, ele é conveniente para as ações de planejamento, principalmente no sentido de escolha de setores a serem incentivados com vistas ao desenvolvimento regional.

Em todos esses casos analisados, no entanto, correspondem a cadeias produtivas relativamente curtas e, além disso, incompletas na região, o que limita, sobremaneira, as possibilidades de multiplicação pelas ligações inter-setoriais. Conseqüentemente, um dos efeitos mais importantes no desenvolvimento, que é o adensamento do meio constituído pelas ligações entre as atividades, encontra-se praticamente ausente no contexto regional.

Apesar das limitações dessas ligações a jusante e a montante da produção agropecuária, vislumbram-se algumas possibilidades de internalização das cadeias produtivas na região Sudoeste paulista.

No caso da cadeia do **feijão**, a região de Sorocaba (incluindo o Sudoeste) é responsável por cerca de 40% da produção estadual. A ecologia favorável à produção, o baixo preço da terra, a possibilidade satisfatória de cultivo em duas safras, aliados à proximidade do principal mercado consumidor do país são fatores positivos para sua liderança no Estado.

Entretanto, pela falta de recursos para transporte e armazenamento dos pequenos produtores da região, é tradicional a existência de diversos intermediários - atacadistas e varejistas - até chegar aos consumidores da Grande São Paulo, implicando num baixo poder de barganha dos produtores. Atualmente, predomina o empacotador atacadista que só atua a nível do mercado regional, não sendo, portanto, responsável pelo escoamento da maior parte da produção. Dessa forma, a figura que tende a se fortalecer é a do atacadista (ou corretor) da capital.

A grande potencialidade da região em termos da cultura do feijão está na montagem de empresas destinadas ao empacotamento, talvez através de cooperativas ou associações, na tentativa de agregar valor ao produto e criar uma forma de diferenciação deste produto no mercado.

As plantas **olerícolas** em seu processo produtivo podem ser caracterizadas por incorporação dinâmica de técnicas de cultivo (plasticultura, hidroponia, cultivo orgânico, etc.), necessidade de diferenciação conforme a destinação - se para consumo *in natura* ou industrializado - exigindo, assim, especialização dos produtores.

O fato de ser uma atividade que utiliza intensiva força de trabalho, evidencia a importância para cultivo na região Sudoeste do Estado de São Paulo, que se localiza a uma distância relativamente curta da Central de Abastecimento da Capital, principal região de consumo do País e próxima a Sorocaba, que também possui uma Central de Abastecimento.

Hoje é importante destacar o segmento de vegetais semi-processados, mas que detêm os atributos de produtos frescos com a incorporação de serviços e conseqüente valorização na venda, procedimento que poderia ser incorporado pelos horticultores da região como forma de agregar valor ao produto²⁰.

Para o **tomate** envarado, uma das formas possíveis exploração seria a introdução

²⁰De acordo com BIALOSKORSKI NETO (1996) a agroindústria é um dos setores da economia que mais demanda força de trabalho.

de novas variedades e de novas técnicas de cultivo (plasticultura, cultivo orgânico, etc.), o mesmo valendo para as olerícolas, ou seja, formas mais naturais objetivando a agregação de novos mercados, com consumidores mais exigentes por produtos isentos de agrotóxicos.

Os produtores poderiam também ser estimulados à classificar e embalar os produtos ainda dentro de sua propriedade, antes da venda para o consumidor. Essa classificação possibilitaria, de um lado, uma margem maior de negociação com os varejistas e, de outro, o uso do descarte (no caso do tomate de mesa, transformado), agregando valor à produção.

Os produtores deveriam ainda procurar comercializar sua produção diretamente com consumidor final, seja ele o supermercado, a feira livre ou o sacolão, de forma a atender preferencialmente o mercado regional.

Quanto às **fruteiras**, a complementaridade com as produções de frutas de clima temperado e sub-tropical dos países do MERCOSUL, poderia ser vantajosa aproveitando as oportunidades que Chile e Argentina desfrutam em várias partes do mundo.

Em razão de sua posição geográfica e do cultivo de variedades especialmente criadas ou adaptadas ao inverno ameno, a produção paulista é mais precoce que a dos Estados do Sul do Brasil, assim como de países produtores - Chile, Argentina e Uruguai - o que traz vantagens econômicas, devido a ausência de concorrentes no início de safra. Também há possibilidade de que várias espécies sejam exportadas para países do Hemisfério Norte quando não há produção própria. No caso da região Sudoeste, as frutas temperadas apresentam aptidão e já possuem certa tradição; possuem ainda, a vantagem de serem precoces comparativamente a outras regiões do próprio território paulista.

O cultivo de frutas é efetuado predominantemente em pequenos estabelecimentos com características de produção familiar. A expansão da fruticultura para regiões de terras mais baratas tem polarizado as culturas em diversas regiões do Estado de

São Paulo, com vantagens para o Sudoeste.

Da área atualmente cultivada com **trigo** em São Paulo (15.850 ha) a região de Itapeva/ Itapetininga tem grande representatividade. O Sudoeste apresenta potencial para expansão da produção e tem suporte tecnológico e clima adequados para tal. A região de Itapeva em 1998/99 com 5.300 hectares tornou-se a principal produtora estadual (PROGNÓSTICO, 1998).

A existência de um moinho em Tatuí, município próximo à região Sudoeste, para processamento de trigo tipo *durum* (que apresenta características especiais para produção de massas) pode servir de alento à área a ser plantada com este cereal, com expressão regional.

O fato de a suinocultura ser uma atividade importante para a região Sudoeste do Estado confere ao **milho** um status especial, afinal sua participação na formulação de rações para a exploração suinícola é de 65%. A ampliação do mercado interno e externo de carne suína tem sido uma busca dos segmentos envolvidos com o setor.

A **bovinocultura de corte** da DIRA de Sorocaba, que compreende também o Sudoeste, representa 10% do rebanho paulista, sendo predominante o sistema extensivo de exploração, em sua grande maioria desenvolvido em pastagens artificiais (apenas 20% em pastagens naturais). Constitui-se numa importante atividade para um grande número de pequenos produtores.

Assim sendo, as possibilidades de sua exploração econômica devem ser levadas em consideração quando se procura estabelecer as potencialidades da região.

Contudo, exige uma reestruturação de toda a cadeia, de modo que os frigoríficos já existentes na região possam auferir ganhos, graças ao aumento do valor agregado do produto (e conseqüente aumento da arrecadação tributária). Além disso, por ser uma atividade que emprega um maior número de trabalhadores, poderá haver incremento da demanda de mão-de-obra.

A região Sudoeste apresenta um grande potencial de aproveitamento do rebanho

bovino, fato que levou empresários à instalação de uma empresa, em Itararé, para beneficiamento tanto de carne suína como de processamento da carne bovina.

O caminho apontado para os produtores de leite é o da segmentação do mercado e a diferenciação de produtos através de qualidade e tecnologia, uma vez que os consumidores, principalmente nos grandes centros, estão cada vez mais exigentes. Dessa forma, os produtores, incluídos na área de estudo, somente poderão abastecer essas empresas se se adaptarem perfeitamente aos padrões de qualidade e volume exigidos.

Já existem na região Sudoeste duas granjas leiteiras, produzindo de leite tipo A, ambas com capacidade instalada para 5 a 10 mil litros de leite/dia, nos municípios de Taquarituba e Riversul; três usinas de beneficiamento, com capacidade de 10 a 20 mil litros/dia - duas em Itapeva e uma em Capão Bonito – e, duas fábricas de laticínios com capacidades instaladas para 5 a 10 mil litros/dia cada uma, nos municípios de Itaberá e Itaí.

Uma outra opção seria agregar valor ao produto na forma de derivados em pequenas agroindústrias para comercialização local.

O Sudoeste paulista tem uma **suinocultura** quantitativamente importante, com rebanhos pequenos como a maioria das atividades na região. Sua produção destina-se quase exclusivamente ao consumo local *in natura*. A concorrência com os produtos comercializados por grandes empresas é praticamente impossível, uma vez que elas detêm grandes parcelas do mercado nos grandes centros urbanos.

A instalação recente de uma planta de processamento de carne suína no município de Itararé, abre novas perspectivas aos produtores da região.

A criação de **frangos** também é uma atividade com certo grau de potencialidade na região Sudoeste de São Paulo. É preciso, no entanto, considerar que essa produção só será viável se feita na forma de cooperativas ou associações de pequenos produtores, que isoladamente, não teriam condições de competir.

Porém, a oferta de frango deverá procurar atender o mercado local e regional, praticando preço mais baixo que o das grandes empresas, para que se torne competitiva num mercado bastante concentrado.

No caso da cadeia de **pinus e eucalipto**²¹, para a região é extremamente importante a reposição florestal dirigida à resinagem, principalmente adotando-se a prática de implementação de novos maciços florestais com árvores próprias para a atividade, selecionadas e dirigidas à produção, que possam gerar árvores capazes de exudar quatro quilos de goma por face/safra.

Desde o final de 1996 a ECOAR²² passou a realizar o trabalho de reposição florestal dirigida especificamente ao Sudoeste do Estado, a partir dos municípios de Capão Bonito e Buri. Esse projeto pretende atender prioritariamente a vocação regional com Pinus para resinagem e serraria, procurando reverter os prognósticos de colapso desta cultura no futuro. Somando-se ao Pinus, irá fomentar o plantio de Eucalipto e espécies nativas. A expectativa é de que sejam plantadas anualmente 500 mil árvores na região.

E, por último, o estudo da cadeia do **calcário**²³ e sua internalização no Sudoeste permite detectar que a maior potencialidade existente na exploração do calcário na região encontra-se na extração de rocha bruta, destinada principalmente para revestimento na construção civil, podendo também ser usada na pavimentação de estradas. Como no caso deste uso o que importa é a coloração e a resistência mecânica do minério e não sua composição química ou a presença de impurezas, sua aplicação torna-se favorecida.

Esse tipo de exploração é feito predominantemente de forma manual, com mão-de-obra não especializada, não podendo ser realizada com utilização equipamentos mais pesados que poderiam danificar a rocha. Dado que a maioria da mão-de-obra

²¹Baseado no texto de OLIVETTI, M.P. de A, 1997.

²²A ECOAR é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como objetivo a incorporação do elemento arbóreo na pequena e média propriedade rural.

²³Baseado no texto de GIARDULO, P. & CENTURIONE, S.L., 1997.

encontrada na região não possui nenhum tipo de qualificação, esse segmento poderia possibilitar sua utilização.

Resumidamente, a internalização de algumas cadeias produtiva no Sudoeste do Estado de São Paulo poderia ser estimulada, na busca do desenvolvimento regional.

Na parte seguinte, complementando o estudo do emprego rural proposto no modelo, a preocupação central é verificar como o conjunto das atividades agrícolas presentes na região (incluindo aí as exportadoras e as de mercado local) têm capacidade de empregar mão-de-obra.

6.4. Ocupação do Solo e Emprego Rural

Essa questão é interessante e significativa para a caracterização do grau de desenvolvimento da região, quando se tem a preocupação de avaliar em que medida a terra ocupada por produtos agropecuários, base da economia regional do Sudoeste, consegue empregar a contento a população principalmente residente e quando se pensa em seu desenvolvimento.

Uma vez identificadas as potencialidades regionais em termos de atividades básicas, passa-se a verificar até que ponto existe compatibilidade entre a terra disponível - na forma em que ela é utilizada - e a população presente no espaço regional. Apesar de as condições de clima, declividade e de solo serem um tanto adversas, a terra ainda é no Sudoeste o mais importante fator de produção, merecendo especial atenção quando se busca alternativas para a ocupação de sua população trabalhadora.

No processo de desenvolvimento capitalista, de um lado existe uma população ativa de um espaço que trabalha para a produção e reprodução ampliada do capital – produzindo efetivamente por meio de trabalho agrícola ou industrial – e de outro a

população disponível, que não é absorvida – não produz diretamente o espaço, na medida em que participa no comércio ou no serviço – mas que viabiliza o primeiro grupo (ROSSINI, 1988).

A composição da produção agrícola de uma região vai, conseqüentemente desenhar o quadro de ocupação da força de trabalho. As transformações que ocorrem na base produtiva e nas relações de trabalho rural alteram esse processo e a adequação qualitativa da mão-de-obra rural. Imprimem, pois, uma divisão de trabalho complexa e cada vez mais especializada, afetando o perfil ocupacional e levando a um mecanismo de promoção, permanência e/ou exclusão no emprego (BORBA, 1994).

No presente, a região Sudoeste é um dos poucos redutos clássicos da pequena e média propriedades, ao lado de grandes latifundiários, ainda ligada à produção de alimentos para consumo interno. Manteve sua vocação para a produção diversificada e a desenvolveu, especialmente após a última grande guerra, sob o estímulo do amplo mercado consumidor da capital paulista, principalmente por ter ficado ao largo da monocultura cafeeira - por força de suas condições edafoclimáticas - processo que imprimiu feições diferenciadas na regiões do Estado de São Paulo.

A agricultura regional destaca-se na produção de alimentos, básicos, inclusive os hortícolas (onde o tomate ocupa lugar importante em termos de valor da produção), além das atividades pecuárias bovina e suína, sendo, ainda, a maior produtora estadual de feijão, situando-se, nesse aspecto, entre as principais produtoras do país. Distingue-se também como a segunda do Estado em termos de área ocupada com florestas naturais, ao lado de grandes áreas de reflorestamento.

Entretanto, a proximidade da capital paulista como fator que influiu no desenvolvimento da agricultura da região, imprimiu também um ritmo contraditório a esse desenvolvimento. Diversos indicadores, como o esvaziamento demográfico, o intrigante processo de êxodo rural, o incremento da economia informal e de linhas de subempregos, além da passiva aceitação do regime de trabalho volante (os bóia-frias), demonstram sua disparidade comparada à demais regiões paulistas.

Há ainda o fato de a região situar-se nas cabeceiras de duas grandes bacias hidrográficas - rios Ribeira e Paranapanema – o que impede desmatamentos e determinados tipos de atividades agrícolas que possam interferir no ecossistema local.

A estrutura ocupacional de trabalho do Sudoeste paulista está, pois vinculada diretamente às atividades primárias da região – base econômica da grande maioria de seus municípios – e a avaliação da vocação regional atual e potencial é que vai permitir entender e dimensionar a demanda potencial de emprego para sua população.

Dos dados relativos à ocupação do solo, discutidos no capítulo 2, obteve-se um rol das atividades agrícolas do Sudoeste, selecionando-se as principais, a partir das quais são dimensionadas as demandas por mão-de-obra para a ampla extensão territorial da região, de grande variação de tipos de solo e significativa diversificação de atividades vegetais e animais.

As estatísticas relativas ao uso atual do solo constam da tabela 6.4. enquanto que as informações detalhadas por atividades agropecuárias, por município e para o total do Sudoeste podem ser observadas no ANEXO 1.

A concentração da produção de algumas das atividades agropecuárias mais importantes para a região pode ser visualizadas nas figuras 6.1 a 6.5.

O setor primário é e deverá continuar sendo o mais importante da economia regional, uma vez que mantém grande parcela de sua área e emprego.

A metodologia utilizada para análise consiste em definir para cada produto, um vetor das exigências da força de trabalho envolvendo as operações - preparo do solo, plantio, capinas e outros tratos culturais, colheita e beneficiamento pós-colheita. Considera ainda, as exigências da força de trabalho para as mencionadas operações de cultivo durante os doze meses do ano e a estimativa da área colhida por produto agrícola no ano considerado (1995/96).

A seleção das atividades agrícolas, parte de um rol básico de produtos levantados

pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), tendo sido incluídas explorações de expressão ou de alguma importância para a região - tanto em área, como em produção e/ou valor da produção. A partir daí foram quantificadas as respectivas áreas cultivadas e o número de cabeças da pecuária bovina, da suinocultura e da avicultura dos municípios que compõem a região.

Tabela 6.4

**Uso atual do Solo da Região do Sudoeste do Estado de São Paulo
(1995/1996)**

Classe	Área (ha)	%/Área Sudoeste ¹	%/Área Agrícola ²
Alimentação Animal ³	4.052	0,26	0,37
Anuais de Verão ⁴	108.911	6,96	9,93
Café	1.595	0,10	0,15
Fruticultura ⁵	12.760	0,82	1,16
Industriais ⁶	14.602	0,93	1,33
Olericultura ⁷	10.361	0,66	0,94
Pastagens ⁸	455.058	29,08	41,49
Reflorestamento	167.541	10,71	15,28
Vegetação Natural	321.687	20,56	29,33
Total	1.096.567	70,07	100

(1) Área Total do Sudoeste: 1.565.000 ha.

(2) Área Agrícola do Sudoeste: 1.096.567 ha.

(3) Compreende: milho/silagem/cana forragem/alfafa.

(4) Compreende: milho/soja/algodão/arroz.

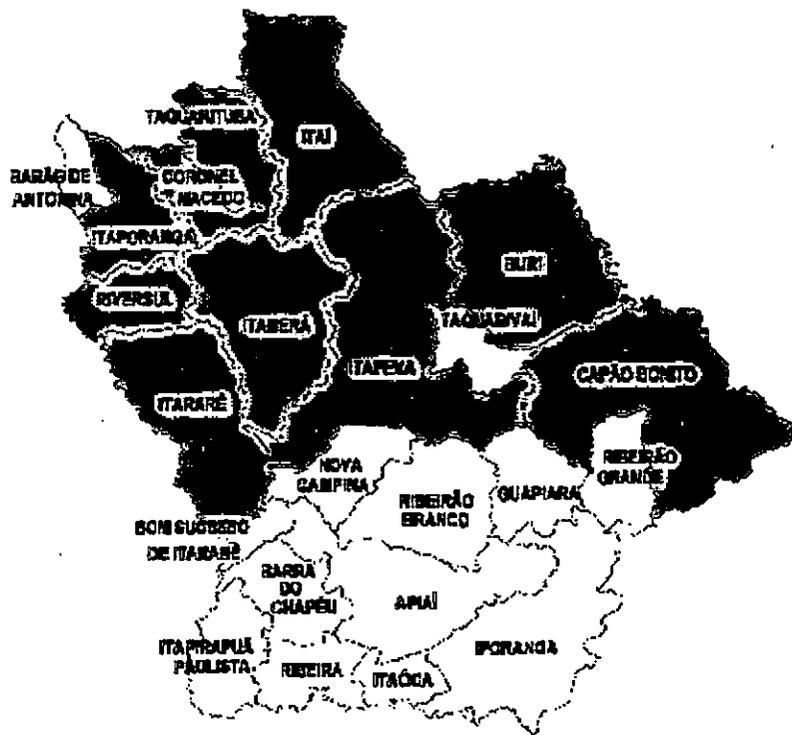
(5) Compreende: citros/banana/frutas de clima temperado/outras.

(6) Compreende: cana/mandioca para indústria.

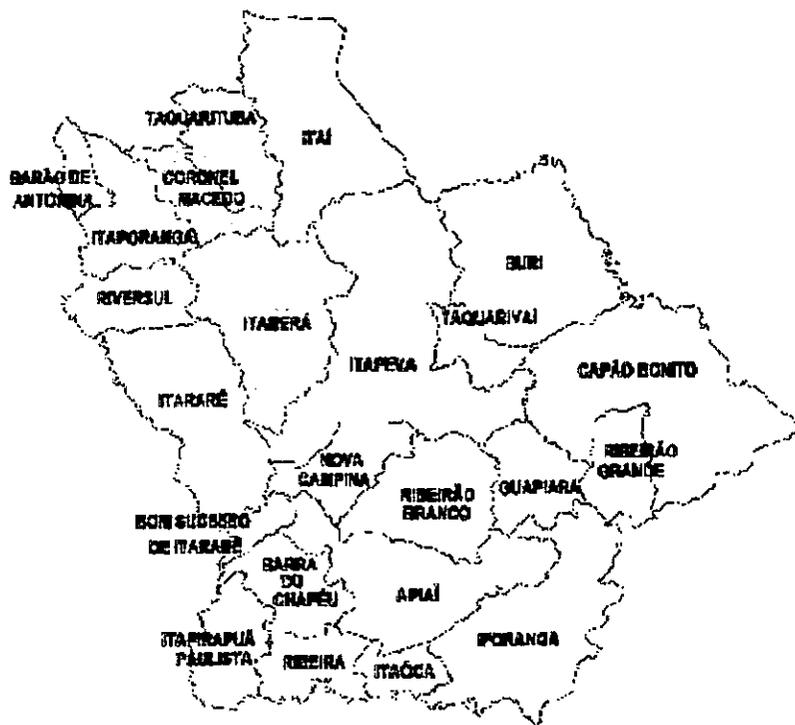
(7) Compreende: tomate/batata/cebola/demais hortaliças.

(8) Compreende: pastagem natural/cultivada.

Fonte: IEA/CATI/AUTOR, 1996.



BOVINO DE CORTE



BOVINO DE LEITE

Figura 6.4 : Concentração na Produção de Bovinos de Corte e de Leite, Região Sudoeste do Estado de São Paulo, 1996

O resultado da multiplicação dos coeficientes do requerimento de mão-de-obra - necessários ao processo produtivo de cada atividade - pela respectiva área agrícola/n^o de cabeças por município, fornece para a região uma estimativa da distribuição da demanda da força de trabalho por cultura/criação, nos vários meses do ano. É apresentada em homens-dia (HD) - para cultivos com baixa, média e alta tecnologias - unidade que equivale teoricamente, à força dispendida por um homem adulto, sob regime assalariado, durante uma jornada de oito horas, com esforço físico normal. Segue-se que os resultados das estimativas de demanda são convertidas em Equivalentes-Homem-Ano (EHA), a partir do número de dias estimados de trabalho de um adulto durante o ano. Nesse trabalho foi utilizado o fator de conversão equivalente a 250 HD=1EHA, tomando por base valores considerados em pesquisas e teses (SEADE,1996; TOLEDO, 1994, GRAZIANO DA SILVA, 1987, REYDON et. al.,1986) que trataram temas relativos a mercado de trabalho rural. Nas atividades pecuárias, a conversão de HD para EHA consideraram-se 365 dias de trabalho no ano, dado que no caso de manejo animal a mão-de-obra é considerada permanente, sem sazonalidade, com trabalho ininterrupto. Assim, um (1) **EHA** deve representar apenas a quantidade de trabalho equivalente à de um adulto que tenha estado empregado durante o ano todo.

Embora se saiba que na agricultura a sazonalidade da produção é uma constante, dada as características biológicas das explorações, admite-se, para fins dessa análise, que a mão-de-obra empregada pode ser plenamente utilizada durante todos os meses do ano agrícola. Tal se justifica pelo fato de a Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Sorocaba - à qual pertencem os municípios do Sudoeste - apresentar uma característica peculiar em relação à demais DIRAs (13) do Estado: o coeficiente de variação da mão-de-obra durante o ano é muito baixo e o menor de todas, inferior a 10%²⁴. A razão dessa ocupação reside na existência de uma agricultura diversificada, atividades florestais e do cultivo de frutíferas - de clima temperado - e

²⁴Das 13 DIRAs paulistas analisadas algumas chegam até a 40 %, caso de Marília, Paranapanema, Barretos e São Carlos, uma sazonalidade considerada muito forte. As DIRAs de Ribeirão Preto, Registro, Bauru, Presidente Prudente e Campinas apresentam um coeficiente de variação mensal de 28% e 35%, correspondendo à uma sazonalidade forte. A passo que as DIRAs de São José do Campos, Rio Preto e Araçatuba têm um coeficiente de variação entre 20% e 25%, muito similar à sazonalidade média do Estado de São Paulo (SEADE,1996).

hortícolas presentes na região. Isto denota uma distribuição bastante regular da demanda da força de trabalho durante o ano. A presença de culturas anuais, com ciclos curtos de produção e de colheita em abril e em dezembro - caso do feijão das águas e da seca, além do tomate, da cebola, da batata e do milho - da fruticultura e do reflorestamento, permitem o uso de trabalhadores rurais praticamente o ano todo, com pouca variação sazonal do emprego comparativamente às demais DIRAs do Estado de São Paulo (SEADE, 1996). Contudo, produtos como as lavouras temporárias - exceto o tomate e outras olerícolas - demandam pouca mão-de-obra por seus ciclos produtivos curtos. No caso dos produtos florestais o emprego requerido é baixo por que exigem poucos tratamentos culturais, embora ocupem mão-de-obra durante o ano todo.

Dada a grande diversidade de tecnologia adotada para um mesmo produto numa mesma região, optou-se por utilizar a tecnologia mais comumente empregada na região como uma *proxy* bastante representativa (SEADE, 1996). Para esse estudo trabalhou-se com a média ponderada entre os três níveis de tecnologias adotados - baixo, médio e alto - relativa à DIRA de Sorocaba (à qual pertence o Sudoeste paulista), onde se considerou a tecnologia prevalecente segundo os principais produtos agrícolas paulistas, cujo nível tecnológico variou bastante; para culturas que não possuíam fator de ponderação regional, optou-se pelo uso do nível médio.

No que tange à pecuária, os coeficientes técnicos para cada atividade foram obtidos de fontes diversas, na sua maioria via informes de técnicos especialistas e pesquisadores da região de estudo - lotados nos vários órgãos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento - nas suas respectivas especialidades, além da aferição com os requerimentos de mão-de-obra recém calculados pela SEADE (SENSOR RURAL, 1998). Foi adotado tal procedimento dada a inexistência de uma fonte única de dados que pudesse cobrir importante lacuna.

De posse das áreas cultivadas e do plantel de animais das principais atividades da agropecuária regional, ponderadas pelos coeficientes médios de requerimento de mão-de-obra para cada uma delas, chegou-se a uma relação básica homem/terra,

uma aproximação das necessidades de homens que poderão ser empregados em cada pedaço de chão. Esses valores representam uma estimativa da força de trabalho demandada para cada atividade agropecuária e/ou por município e região e, em última instância, a demanda total de emprego rural para o Sudoeste.

Comparando-se esses resultados com a oferta rural de mão-de-obra do Censo Demográfico (IBGE/SEADE, 1991), obteve-se o nível de utilização de trabalhadores na zona rural da região Sudoeste paulista ou o seu (des)emprego. O critério foi adotado com base no modelo proposto anteriormente.

A limitação do uso dessa metodologia está em considerar uma gama muito grande de explorações agropecuárias e porque a mensuração da demanda de mão-de-obra parte de um coeficiente médio de utilização da força de trabalho e não de números absolutos e exatos de pessoas envolvidas nas operações de cultivos, ou seja, é uma estimativa da demanda. Porém, esse mecanismo - aparentemente simples - na realidade envolve variáveis importantes como a qualidade do solo, a tecnologia predominante, a magnitude e a estrutura da demanda de produtos agrícolas e o rendimento mínimo admissível para o trabalhador rural - elementos que condicionam o aproveitamento do trabalhador rural.

O resultado obtido tem a vantagem de - a partir de dados secundários e das informações de safras relativas à área plantada ou número de animais nas explorações pecuárias - apresentar uma estimativa da variação relativa da força de trabalho demandada por produto e para a região, chegando a uma aproximação das reais condições em que se encontra a população rural do Sudoeste paulista.

Os cálculos efetuados correlacionando os dois parâmetros - área/rebanho e coeficiente - com a oferta de força de trabalho rural - Tabela 6.5 - mostraram grande variação na demanda por mão-de-obra entre os municípios. Uma ocupação extremamente baixa, sobretudo nos que possuem reservas ecológicas como Iporanga (5,6%), Guapiara (15,9%) e Apiaí (22,3%); naqueles com vocação maior para a indústria ou comércio e serviços - Itapeva (20,3%) e Capão Bonito (29,3%). Por outro lado, municípios essencialmente agrícolas chegam a apresentar cifras

bastante elevadas, como é o caso de Nova Campina com **91,8%** da população rural ocupada nas atividades agropecuárias, Ribeirão Grande com **84,1%**, Coronel Macedo com **83,1%** e Itaí com **80,4%**. Merece destaque Taquarivaí cuja demanda estimada supera a oferta de mão-de-obra rural em **35,5%**. Mesmo assim, ao se considerar a região Sudoeste paulista como um todo, a utilização total de mão-de-obra apresenta-se bastante baixa (**41,8%**).

Tabela 6.5

Utilização da Mão-de-Obra Rural por Município no Sudoeste Paulista

(Base 1996)

Municípios	Demanda de Mão-de-Obra	Oferta de Mão-de-Obra	Utilização da Mão-de-Obra %
Apiaí	2.788	6.800	41.00
Barão de Antonina	257	854	30.10
Barra do Chapéu	714	1.107	64.48
Bom Sucesso de Itararé	121	266	45.42
Buri	2.080	3.872	53.71
Capão Bonito	4.155	10.618	39.13
Coronel Macedo	1.226	1.475	83.14
Guapiara	1.775	8.602	20.64
Iporanga	145	1.918	7.56
Itaberá	3.423	6.026	56.80
Itaí	3150	3.916	80.43
Itaóca	323	1.321	24.46
Itapeva	4.480	15.457	28.98
Itapirapuã Paulista	330	1.311	25.17
Itaporanga	931	3.619	25.73
Itararé	3.091	4.847	63.77
Nova Campina	1.613	1.758	91.76
Ribeira	448	1.675	26.75
Ribeirão Branco	3.285	9.097	36.11
Ribeirão Grande	1.158	1.378	84.06
Riversul	770	2.732	28.18
Taquarituba	1.680	3.524	47.67
Taquarivaí	841	621	135.51
Sudoeste Paulista	38.784	92.793	41.80

A questão do emprego fica muito a desejar, situação séria para a região que exige esforços para dinamizar seu desenvolvimento. Fato esse que já fôra detectado em parte anterior deste capítulo.

Mesmo com certas restrições aos resultados obtidos, por força das estimativas utilizadas, mas as únicas disponíveis até o momento, as evidências reais são contundentes. A partir deles observa-se que para cada dez indivíduos residentes na zona rural apenas 4 têm emprego, passando a exigir ações imediatas e/ou mais vigorosas do poder público, não somente simples políticas de incentivos ao aumento de produtividade (formas racionais de cultivo, mecanização, tecnologias regionalizadas, etc.), mas resolução para o grave problema de desemprego vislumbrado para a área.

A predominância de produtos de ciclo anual tradicionais, de nível tecnológico médio - milho, feijão, tomate, por exemplo - embora absorvam razoável contingente de trabalhadores rurais, por seu ciclos curtos deixam a desejar em termos de demanda, exigindo mudanças para que elevem a eficiência e a produtividade com correspondente utilização da mão-de-obra regional. A tendência tem sido a substituição parcial da agricultura de grãos por pastagens cultivadas a serem ocupadas tanto por pecuária de corte como de leite, portanto, com tecnologia mais avançada procurando absorver parte da força de trabalho do Sudoeste, pela condução mais intensiva do rebanho. A pecuária de leite é uma atividade praticamente ininterrupta e interessante do ponto de vista ocupacional. E, ainda, pela suinocultura - que poderia demandar boa parcela da mão-de-obra no trato do rebanho. Além da fruticultura, principalmente as espécies de clima temperado, já com certa representatividade regional e da horticultura, que apresenta tendência crescente em boa parte da região.

Aqui merecem destaque a pecuária de leite e a olericultura, algumas das melhores alternativas para pequenos produtores e a citricultura que vem despontando nos últimos anos, constituindo-se numa boa opção regional, sobretudo pela pouca exigência em termos de qualidade do solo - por não competir com culturas anuais,

predominantes na região. Essas explorações uma vez consolidadas, certamente poderão absorver considerável contingente de mão-de-obra regional - a ser utilizada nos constantes tratos culturais, podas, colheita totalmente manual, seleção e embalagem de frutas para mesa - hoje com baixo coeficiente de utilização.

A substituição de áreas de grãos ou a ocupação de terras novas (pastagem natural) por culturas intensivas em mão-de-obra, caso especial de hortaliças voltadas à pequena produção, seria uma forma de fomentar o emprego. O reflorestamento se conduzido de forma racional, não só como matéria-prima da indústria madeireira, mas visando a extração de resina e outras essências, se constitui em atividade que demandaria considerável massa de trabalhadores.

Como a região ainda apresenta uma forte concentração de pastagens natural e cultivada, com quase 50,0% da área, seguida de mata natural com aproximadamente 30,0% pode-se inferir que, embora com significativa diversidade de explorações, o uso atual do solo do Sudoeste paulista com culturas e reflorestamento, não consegue influenciar a contento o mercado de trabalho regional.

Muitas das atividades agropecuárias acima já estão consolidadas regionalmente ou em fase de consolidação, sendo que a variação das mesmas ocorre em função da política agrícola, preços pagos ao produtor, desempenho de safras passadas, modismos, mudanças nos hábitos alimentares da população, etc. Por outro lado, novas opções de cultivo como flores (rosas, gladiolo, alstroemeria, etc.), plantas aromáticas e medicinais, gergelim, girassol, milho, palmito, outras hortaliças e fruteiras de clima temperado e subtropical, além da piscicultura, minhocultura e produção de cogumelos, deveriam ser pesquisadas, tanto no que se refere a tecnologia de produção quanto aos custos e mercados. A plasticultura, hidroponia e plantio direto, também deveriam ser contemplados com pesquisas e ações públicas a nível regional (NOGUEIRA et al., 1998).

Embora haja um leque de possibilidades com base nas atividades já consolidadas ou em fase de consolidação na região Sudoeste paulista, quando se visa a elevação

do nível de emprego, as condições atuais são bastante reduzidas. Basicamente, tirando os efeitos induzidos, via renda, pelo circuito regional que, como foi assinalado, é restrito, existem algumas possibilidades de incremento de emprego pelo incentivo às atividades tradicionais, que podem ser via melhor utilização dos solos ou pela complementação de algumas atividades intermediárias, das cadeias produtivas, passíveis de serem atraídas para a região.

Em proposições de incentivos à elevação de emprego a nível regional, é muito comum perceber-se a presença de sugestões ligadas aos empregos urbanos (basicamente, serviços em geral e comércio) como uma forma de reduzir o nível geral de subemprego e desemprego. Esses tipos de emprego são, em realidade, reflexos com relação aos empregos considerados básicos (e, por isso, comumente designados não básicos) devendo ser admitidos apenas de forma complementar em uma política conseqüente. Por outro lado, a sua efetividade depende claramente da existência de condições concretas de um meio favorável à ampliação dos efeitos iniciais oriundos das atividades exportadoras e multiplicados, inicialmente, pelas atividades intermediárias para o mercado, considerando cadeias produtivas regionais.

Quando se deseja, no entanto, o uso sustentado do solo e o desenvolvimento econômico e social da região há que se considerar as possibilidades de explorações agropecuárias que gerem maiores renda e emprego, sem deprestar seus recursos naturais.

6.5 - Aptidão das Terras e Emprego Potencial

As diferentes glebas de terras têm diferentes aptidões de uso agrícola, cuja definição se baseia no uso permanente, ou seja, sustentável ao longo do tempo e na maior ou menor capacidade de responder à aplicação de tecnologia. As culturas anuais e hortaliças são as que mais expõem os solos à erosão, exigindo, portanto, áreas de

terras de boa qualidade e contínuo uso de práticas conservacionistas.

Com base no modelo de análise proposto procurou-se quantificar a demanda potencial do emprego agrícola , utilizando a mesma sistemática de cálculo do item anterior. Porém agora, tendo como superfície agrícola as áreas aptas para atividades agropecuárias por classe de uso de solo, com base no mapa de Classe de Terras Aptas (CHIARINI & DONZELLI, 1973).

6.5.1. Aptidão do Solo Agrícola

No caso do Sudoeste paulista, a disponibilidade de terras aptas e os cuidados conservacionistas com as mesmas sob culturas anuais (milho, feijão, tomate e batata) têm importância ainda maior. Na região, estas culturas, juntamente com os bovinos e suínos são responsáveis por cerca de 85% do Valor Bruto da Produção Agropecuária

A aptidão agrícola das terras é elaborada a partir de levantamentos de solos do Estado de São Paulo e de levantamentos regionais específicos. Na região, existe o Levantamento de Classe de Uso da Terras em escala 1:250.000, que dá uma boa noção de capacidade de uso potencial das terras do Sudoeste, inédito em sua apresentação, razão pela qual será referência neste trabalho. A grande diversidade de uso das terras e a variabilidade espacial dos solos permitem uma série de combinações de uso.

Tomando por base o estudo do IAC (1993) a área total de 1.510 mil hectares da região Sudoeste paulista, foi agrupada segundo sua aptidão para culturas anuais, permanentes, florestais e pecuária em 7 classes de solo (Tabela 6.6).

Tabela 6.6

**Capacidade de Uso do Solo segundo a Área Ocupada por Classes de Solo
para os Municípios do Sudoeste Paulista**

(continua)

Municípios	Classes de Solo	Área do Município	Área/Classe de Solo (ha)
Apiaí	Vif	97.491	158
	VII		91.273
	VIII		6.060
Barão de Antonina	III - IV	15.368	4.971
	IV		6.590
	V		156
	Vif		546
	VII		3.105
Barra do Chapéu	VII	40.490	39.049
	VIII		1.441
Bom Sucesso	Vif	13.197	809
	VII		8.181
	VIII		4.207
Buri	III	118.607	1.785
	IV		36.380
	Vif		80442
Capão Bonito	IV	162.738	25.273
	VI		40.046
	Vif		72.865
	VII		24.554
Cel. Macedo	III - IV	29.877	6.806
	IV		12.400
	V		580
	Vif		10.091

Fonte : IAC/ISOMAPA, 1998.

Tabela 6.6

**Capacidade de Uso do Solo segundo a Área Ocupada por Classes de Solo
para os Municípios do Sudoeste Paulista**

(continua)

Municípios	Classes de Solo	Área do Município	Área/Classe de Solo (ha)
Guapiara	VI	40.061	17.199
	VII		20.806
	VIII		2.056
Iporanga	VII	113.805	67.908
	VIII		45.897
Itaberá	IV	107.743	41.164
	V		16.793
	Vif		48.208
	VII - P		1.758
Itaí	III - IV	110.081	20.304
	V		1.451
	ÁGUA		6.582
	Vif		81.744
Itaóca	VII	19.207	2.530
	VIII		16.677
Itapeva	IV	181.380	38.210
	V		2.066
	VI		11.720
	Vif		124.999
	VII		2.248
	VIII		2.137
Itapirapuã	VII	40.008	34.523
Itaporanga	IV	50.327	31.651
	V		250
	VI		2.255
	Vif		16.171

Fonte : IAC/ISOMAPA, 1998.

Tabela 6.6

**Capacidade de Uso do Solo segundo a Área Ocupada por Classes de Solo
para os Municípios do Sudoeste Paulista**

(conclusão)

Municípios	Classes de Solo	Área do Município	Área /Classe de Solo (ha)
Itararé	IV	99.275	43.510
	Vif		52.980
	VII		994
	VIII		1.791
Nova Campina	VI	38.310	17.135
	Vif		7.295
	VII		12.415
	VIII		1.465
Ribeirão Branco	VI	68.937	22.871
	VII		43.902
	VIII		2.164
Ribeirão Grande	VI	33.397	11.046
	Vif		1.561
	VII		20.790
Ribeira	VII	32.562	15.084
	VIII		17.478
Riversul	IV	37.951	30.554
	Vif		7.397
Taquarituba	III – IV	44.767	34.663
	IV		4.947
	V		3.500
	Vif		1.657
Taquarivaí	IV	23.302	5.382
	Vif		17.920
Total		1.518.881	

Fonte : IAC/ISOMAPA, 1998.

As terras apresentam a seguinte distribuição:

- 67 mil hectares, equivalentes a 4,4 % da área total, são terras **aptas** (classes boa e regular), que podem ser chamadas de terras “nobres”. Esta classe é constituída de solos profundos (>100cm), de relevo com declives máximos de 20% e pedregosidade máxima na classe moderada (até 3% de pedras). No Sudoeste os solos são de classe regular ao cultivo de atividades anuais.
- 1.337 mil hectares, equivalentes a 88,5 %, têm aptidão **restrita** e/ou **inapta** às culturas anuais . Nestas classes estão incluídos os solos com relevo desde declives acentuados (12-20%) até forte ondulado (20 a 45% de declive) e/ou pouco profundos (50 a 100cm) e/ou pedregosos. Entretanto, parte dessa terra – na classe de solo IV, correspondendo à 18,27 % da área – pode ser utilizada com lavouras temporárias, mas não continuamente sendo mais indicados para culturas permanentes que proporcionem proteção do solo - café, laranja, cana-de-açúcar, fruticultura e leguminosas para adubação verde e para rotações de pastagens e culturas anuais. Solo com fertilidade natural de média a alta com problemas complexos de conservação, devendo-se aplicar práticas intensivas de conservação. A maior parcela de solos inaptos às atividades anuais – 70 % - com alta susceptibilidade à erosão e baixa capacidade de armazenamento de água, tem bom potencial para pastagens perenes e fruticultura e, também para o reflorestamento.
- 107 mil hectares, equivalentes a 7,1% são consideradas **inaptas** às atividades agropecuárias. Esta classe é constituída de solos rasos (<50cm) e/ou pedregosos, nas classes muito pedregosa a extremamente pedregosa (50% ou mais de pedras) e/ou relevo montanhoso (45% ou mais de declive). Devem ser reservadas à floresta.

Nas Figuras 6.6 a 6.8 podem ser observados solos de diferentes classes de aptidão, bem como as características que mais limitam seu uso agrícola e sua distribuição entre os municípios da região. Pode-se notar a nítida diferenciação de aptidão do solo que se observa dentro da mesma região, com destaque para o grupo à noroeste e o do Alto Ribeira.

**CLASSE DE CAPACIDADE
DE USO DAS TERRAS**

	III	Terras aráveis - culturas anuais (com recomendações: cult. permanentes, pastagens, florestas).
	III-IV	Terras para culturas e pastagens (com recomendações: cult. permanentes, pastagens, florestas).
	IV	Terras para culturas permanentes (ocasionalmente, culturas anuais em rotações com cult. perm. e pastagens).
	V	Terras para pastagens (impróprias para culturas).
	VI	Terras para culturas permanentes, pastagens e reflorestamentos.
	VI f	Terras para culturas permanentes, pastagens e reflorestamentos (com restrições quanto à fertilidade).
	VII	Terras para pastagens ocasionais e reflorestamento.
	VII f	Terras para pastagens ocasionais e reflorestamento (com restrições quanto à fertilidade).
	VIII	Terras não aproveitáveis.

- represa

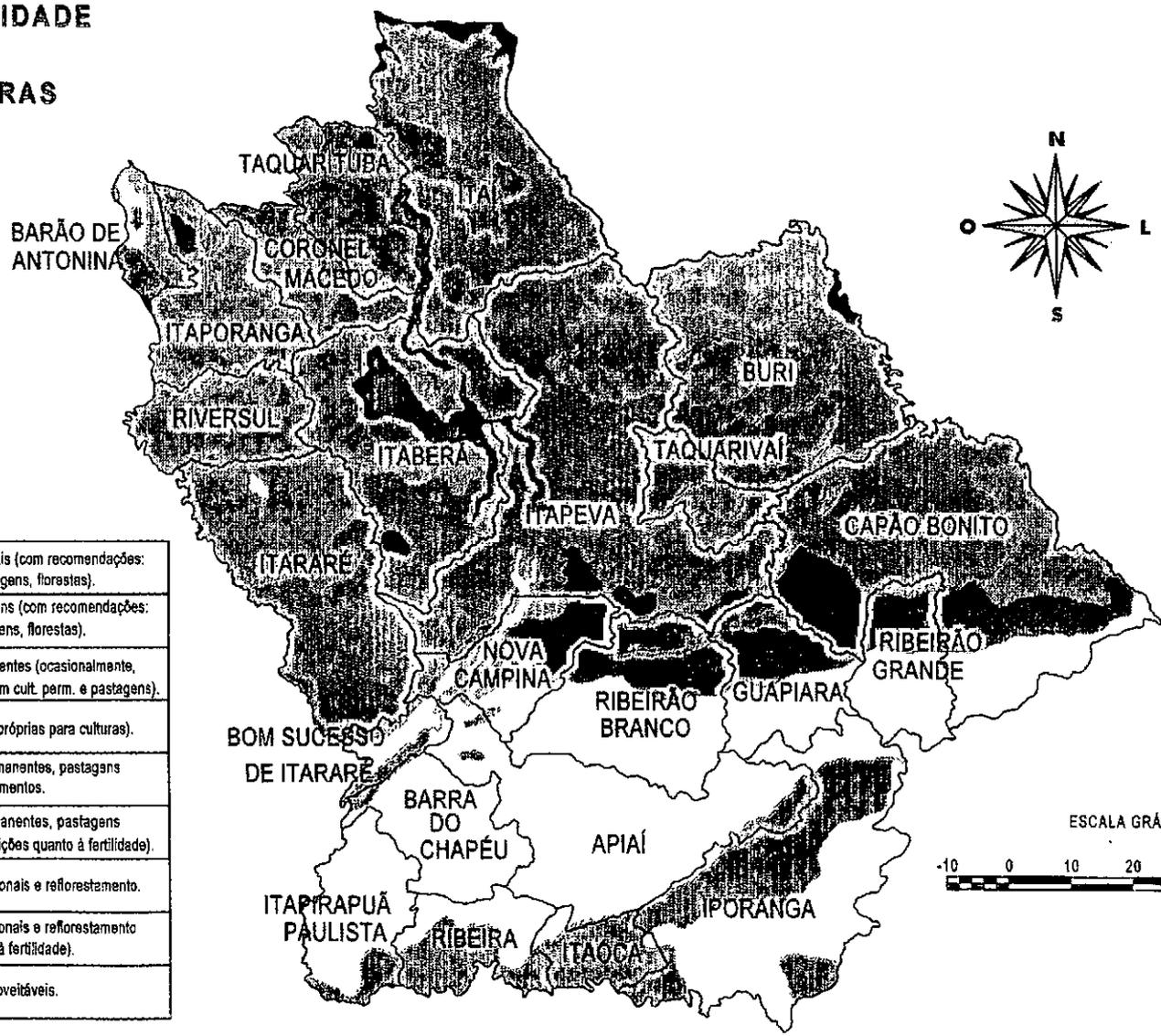


Figura 6.6 : Distribuição da área ocupada, segundo a classe de capacidade de uso, Região Sudoeste, Estado de São Paulo 1998
Fonte: Elaborada a partir do "Levantamento das classes de capacidade de uso das terras no Estado São Paulo", IAC/SAA, 1973.

**CLASSE DE CAPACIDADE
DE USO DAS TERRAS**

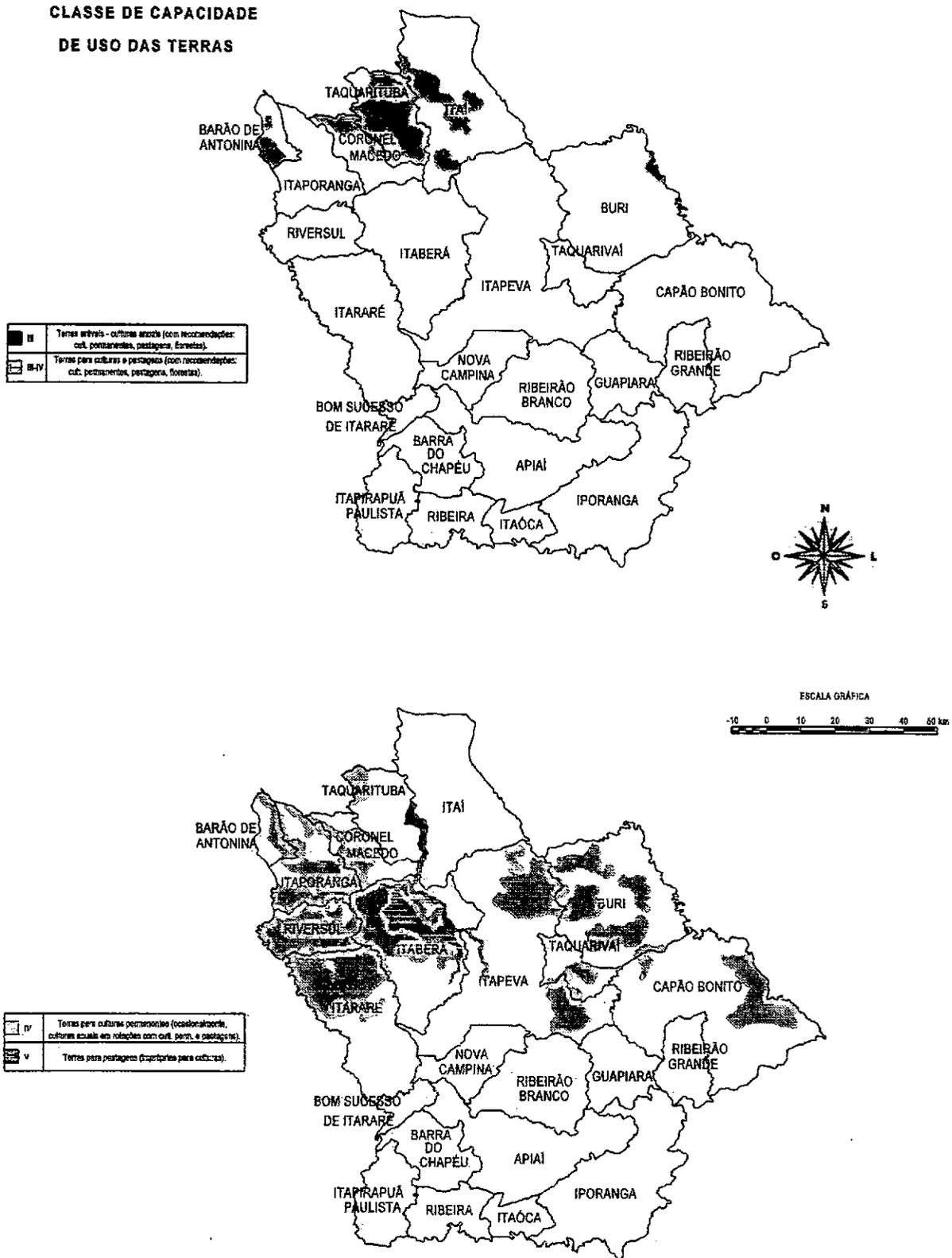


Figura 6.7 : Distribuição da área ocupada, segundo a classe de capacidade de uso, Região Sudoeste, Estado de São Paulo 1998
Fonte: Elaborada a partir de "Levantamento das classes de capacidade de uso das terras no Estado São Paulo", IAC/SAA, 1973.

**CLASSE DE CAPACIDADE
DE USO DAS TERRAS**

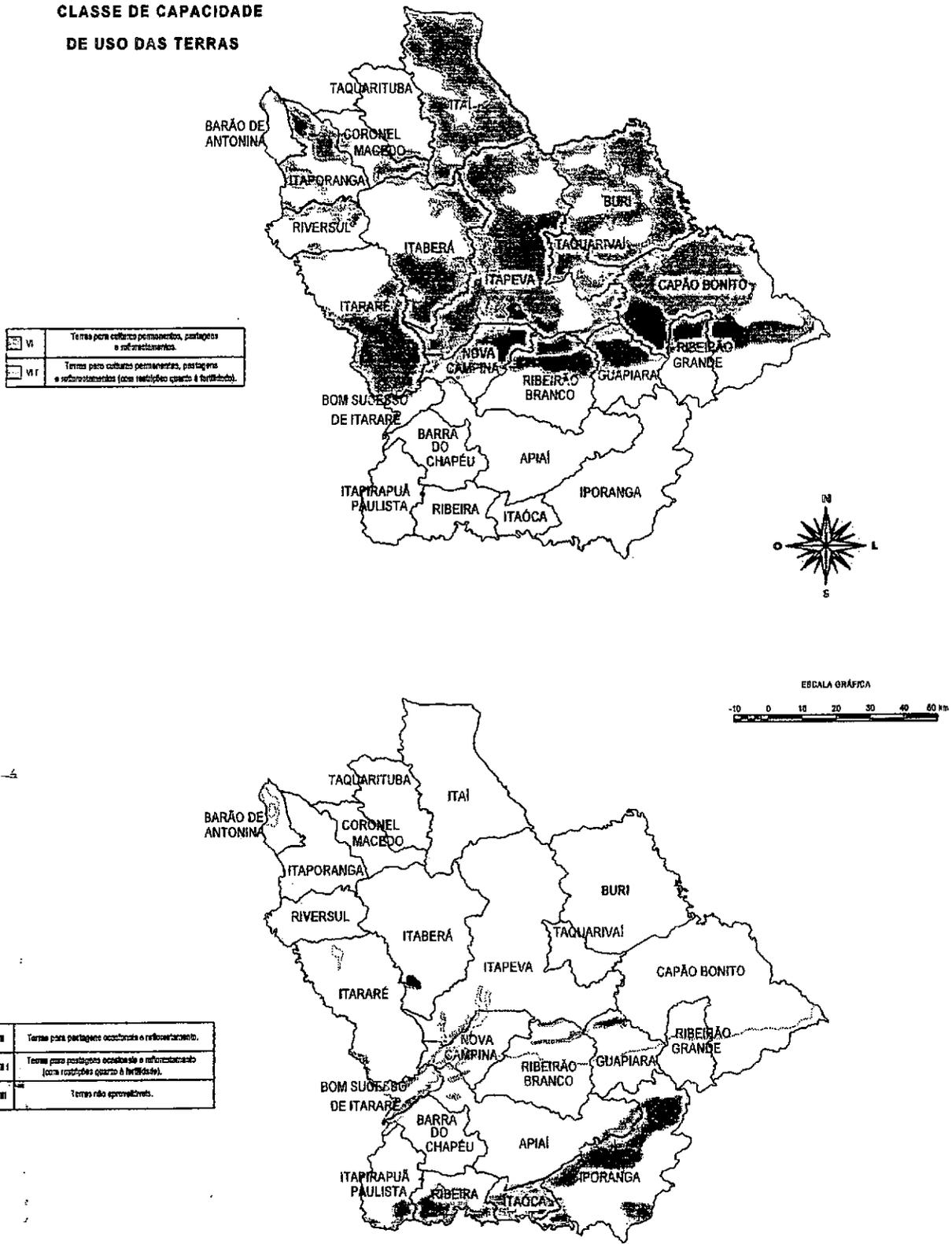


Figura 6.8 : Distribuição da área ocupada, segundo a classe de capacidade de uso, Região Sudoeste, Estado de São Paulo 1998
Fonte: Elaborada a partir do "Levantamento das classes de capacidade de uso das terras no Estado São Paulo", IAC/SAA, 1973.

O uso sustentável com culturas anuais na região em terras “não nobres”, de modo geral, só é possível mediante intensas práticas de conservação do solo. A classe de terra de aptidão restrita - classes V, VI e VII – para as anuais apresentam ótimo potencial para fruticultura e reflorestamento, que permitem explorar a boa fertilidade do subsolo, fator de competitividade da região.

Desta forma, estima-se que uma pequena parcela de terras de aptidão restrita poderia ser cultivada com explorações anuais mediante adequadas práticas de conservação do solo. Nesta fração estariam as glebas com solos mais profundos (mais de 50cm) e com fertilidade moderada.

Em parte das áreas de aptidão restrita é possível fazer cultivos sustentáveis anuais. Nos cerca de 948 mil hectares restantes (62,7%), abre-se um grande espaço para exploração com culturas perenes, cuja utilização principal deve estar voltada às pastagens para bovinocultura de corte e de leite, fruticultura de clima temperado e reflorestamento.

A grande área de terras inaptas deve ser utilizada como áreas de reserva (fauna e flora), podendo ser aproveitada para o ecoturismo e turismo rural.

A comparação entre o uso atual e a aptidão agrícola das terras permite observar um grande conflito entre a ocupação das áreas hoje cultivadas com feijão, milho, arroz, trigo, batata e tomate, dentre outras e aquelas aptas ao cultivo, revelando a insustentabilidade de seu uso. Assim, nas atuais circunstâncias, sem qualquer medida de interferência seletiva, especialmente para viabilizar novas opções agropecuárias - tendem a levar à expulsão considerável parcela de agricultores regionais.

Seus reflexos são sentidos no Sudoeste paulista, cuja agropecuária mais tradicional, tem comprometido o potencial de seus solos e dos recursos hídricos, observando declínio de suas principais atividades, que praticamente inviabilizam sua agricultura na forma como vem sendo conduzida, gerando estagnação de muitas das economias locais.

A redução anual média de área cultivada as lavouras temporárias é um indicador do esgotamento das terras. Porém, estas terras podem ser utilizadas economicamente e de forma sustentável com culturas perenes, especialmente com silvicultura, fruticultura e pastagens perenes.

Agindo dessa forma, diversifica-se a agricultura, confere-se mais dinamismo, flexibilidade e competitividade, recuperando-se a economia regional ao mesmo tempo que possibilita aproveitar a terra racionalmente ao longo do ano e a mão-de-obra rural atualmente excedente no Sudoeste.

6.5.2. Emprego Agrícola Potencial

A vantagem do modelo proposto no capítulo 5, é de permitir a estimativa da demanda da força de trabalho por produto e/ou por região a partir da área atual ocupada com agropecuária e ainda possibilitar simulações de impactos sobre o emprego, em função de possíveis modificações na base agrícola. Esses valores representam a demanda potencial de trabalhadores para cada classe de uso potencial do solo – de acordo com as aptidões das terras.

Para esse fim consideram-se a disponibilidade de terras aptas às explorações agrícolas e pecuárias e a área que elas representam nos diversos municípios do Sudoeste paulista. Acrescentam-se os coeficientes de mão-de-obra por hectare cultivado e/ou por cabeça, exigidos nas diversas explorações para as condições da região de estudo, obtendo-se a relação homem/terra.

A quantidade de trabalhadores por classe de uso de solo e por município são apresentados na Tabela 6.7 onde também são considerados os valores representativos da oferta de mão-de-obra e a relação entre a oferta e a demanda de emprego agrícola da região.

Tabela 6.7

Utilização Potencial da Mão-de-Obra Rural por Município no Sudoeste Paulista

(Base 1996)

Município	Distribuição Equil. Aptidão	Oferta de Mão-de-Obra Rural	Distribuição I	Distribuição II	Distribuição III	Distribuição IV
Apiáí	5.031	6.800	2.515	1509	1.006	503
Barão de Antonina	798	854	399	239	159.	80
Barra do Chapéu	2.755	1.107	1.377	826	551.	275
B.S.Itararé	647	266	3.234	194	129	65
Buri	32.499	3.872	16.250	97.450	6.500	3.250
Capão Bonito	33.885	10.618	16.942	10165	6.777	3388
Coronel Macedo	15.340	1.475	7.670	4602	3.068	1.534
Guapiara	2.660	8.602	1.330	798	532	266
Iporanga	4.753	1.918	2.377	1426	951	475
Itaberá	3.5575	6.026	17.787	10672	7.115	3.557
Itaí	7.085	3.916	3.543	2.126	1.417	708
Itaóca	177	1.321	88	53	35	18
Itapeva	11.543	15.457	5.772	3.463	2.309	1.154
Itapirapuã Paulista	2.244	1.311	11.212	673	449	224
Itaporanga	2.4947	3.619	12.474	7.484	4.989	2.495
Itararé	6.384	4.847	3.192	1.915	1.277	638
Nova Campina	2.457	1.758	1.228	737	491	246
Ribeira	980	1.675	490	294	196	98
Ribeirão Branco	4.340	9.097	2.170	1.302	868	434
Ribeirão Grande	2.338	1.378	11.689	701.	467	234
Riversul	2.3331	2.732	11.666	6.999.	4.666	2.333
Taquarituba	2.6636	3.524	13.318	7.991	5.327	2.664
Taquarivaí	6.421	621	3210	1.926	1.284	642
Total	252831	92.794	250.514	150.308	100.206	5.013
Uso de Mão-de-Obra (%)			270	162	108	54

Distribuição I : refere - se à simulação com ocupação de 50% da área.
Distribuição II : refere - se à simulação com ocupação de 30% da área.
Distribuição III : refere - se à simulação com ocupação de 20% da área.
Distribuição IV : refere - se à simulação com ocupação de 5% da área.

Fonte: IAC/ISOMAPA/AUTOR.

Para a seleção das atividades agropecuárias utilizadas na simulação de demanda por força de trabalho, toma-se por base aquelas que hoje são as mais expressivas em termos área e/ou valor da produção, ou vêm despontando na região de estudo: feijão e milho, bovino de corte, bovino de leite, laranja, ponkan, pêssego, pinus e eucalipto.

Procura-se, então, avaliar a ocupação do solo distribuindo equitativamente as atividades agropecuárias com potencialidade de exploração (50% da área entre duas atividades ou 1/3 se houver três delas) recomendadas pelo estudo do IAC (CHIARINI&DONZELLI, 1973).

Quando as terras são ocupadas com as culturas permanentes – especificamente as fruteiras - os impactos sobre o emprego rural são maiores do que aqueles provocados pelas atividades de reflorestamento ou de ciclo curto (anuais) ou da pecuária (pastagens).

Os produtos florestais, embora requeiram menor quantidade de força de trabalho, pela característica de seus ciclos produtivos, praticamente não apresentam flutuações sazonais do emprego, sendo o período de trabalho estendido pelo ano todo, utilizando população permanente.

As simulações de uso das terras por lavouras anuais apontam uma menor demanda de mão-de-obra. Além disso, segundo as recomendações técnicas é bastante restrita a área apta para essas atividades, do que se infere que a implementação de seu uso pouco afetaria o emprego regional. No entanto, continuam sendo atividades de grande importância para o Sudoeste e uma das únicas alternativas pela demanda atual de grande parcela de sua população. Na região do chamado Alto Ribeira - Apiaí, Guapiara, Iporanga, Bom Sucesso de Itararé – culturas anuais, como o tomate, geram a maior parte do emprego e renda, apesar de serem exploradas de forma marginal, no sentido de que essa área é quase totalmente ocupada por reservas florestais.

Procurou-se fazer simulações com diferentes níveis de ocupação das terras com

atividades potenciais, a fim de medir sua capacidade de elevar o emprego na região. Ou seja, relacionou-se a demanda potencial estimada quando se utiliza total ou apenas parcialmente as áreas com as recomendações agronômicas e a oferta de mão-de-obra rural.

A demanda por mão-de-obra poderia chegar a 270% (exigindo um elevadíssimo contingente de trabalhadores) caso as terras fossem ocupadas plenamente com as atividades potenciais, uma situação ideal porém irreal para o Sudoeste. Outras simulações com a ocupação – sustentada - de 30%, 20% e de apenas 5% do total das terras na qual a demanda será de pelo menos 54% da força de trabalho regional, acima do que se pode observar hoje.

As estimativas obtidas deixam transparecer que a inclusão de e/ou a substituição por culturas perenes na região poderia aumentar significativamente o nível de emprego, desde que houvesse maior conscientização dos produtores e planejadores e, ainda, políticas públicas priorizando as explorações dessa natureza.

Além disso, seria interessante incluir nas simulações outros cultivos/criações, para se avaliar potencial de demanda da força de trabalho da região. Porém, o tipo de dado disponível permite apenas simular o uso potencial do solo (em ha) com pastagens, reflorestamento, anuais e perenes, sem detalhar as atividades aí incluídas e, não prevê áreas para olerícolas e/ou suínos e aves; atividades que têm condições de serem exploradas regionalmente, conforme observado nas cadeias produtivas. Sugestões que poderiam ser realizadas por estudos futuros específicos.

Uma vantagem do ponto de vista agronômico, é que a região apresenta características ecológicas favoráveis para um grande número de atividades como: o feijão (cultivo em 2 épocas), milho, soja, trigo e outros cereais de inverno, hortaliças²⁵ - batata, tomate, cebola, vagem, repolho, couve-flor, pepino, etc. – além de frutíferas

²⁵Em São Paulo apesar de terem participação de apenas 1% na área total cultivada, as olerícolas têm respondido por 9% da demanda da força de trabalho agrícola (BALSADI, 1998).

de clima temperado e subtropical²⁶ como pêssigo, nectarina, ameixa, pêra, maçã, caqui, uva, nêspira, abacate, ponkan, etc., que estariam aptas a utilizar a mão-de-obra rural do Sudoeste em toda sua potencialidade.

Graças ainda às boas condições climáticas regionais, principalmente para a fruticultura de clima temperado, como se disse, é possível realizar colheitas em épocas diferenciadas de outras regiões do Estado de São Paulo, tradicionalmente produtoras como Valinhos, Jundiaí, Campinas, Vinhedo e Limeira. Embora exijam um nível elevado de tecnologia e um período mais longo para o retorno do capital, essas explorações constituem-se em investimentos mais seguros do que muitas das atividades usuais na região.

A fruticultura, horticultura e floricultura têm, ainda, a vantagem de utilizar terras e mão-de-obra relativamente mais baratas que as tradicionais regiões paulistas de cultivo. Outro aspecto favorável destas explorações, é que por serem artesanais e poderem ocupar pequenas áreas e muita mão-de-obra, fixam o homem à terra e aumentam as possibilidades de emprego regional. (NOGUEIRA et al., 1998).

Em sub-regiões onde há condições geológicas mais favoráveis, podem ainda ser cultivadas a cana-de-açúcar, algodão e frutas cítricas - para mesa e suco.

No restante das áreas do Sudoeste paulista, abre-se um grande espaço para cultivos com atividades perenes, cuja utilização principal deve estar voltada às pastagens para bovinocultura de leite e de corte ou, ainda, área para suinocultura, reflorestamento e fruticultura. Na atividade pecuária ressalta-se também a potencialidade para a caprinocultura, ovinocultura e avicultura. As lavouras temporárias destinadas à alimentação animal têm crescido em termos de área e produção, o que certamente poderão colaborar com algum suporte à expansão do rebanho pecuário.

Uma enorme parte das terras (68,6% do total regional) pode ser ocupada de forma sustentável com reflorestamento e são encontradas em praticamente todos os

²⁶Estima-se que cada hectare plantado com frutas ou hortaliças possa gerar de 3 a 6 empregos diretos e igual número de indiretos. Este é um indicador importante ao se planejar o desenvolvimento regional (JUNQUEIRA, 1997).

municípios da região de estudo. Nesse caso, é grande o potencial para a exploração com pinus (madeira e resina) e eucalipto. Em função das áreas reflorestadas com eucalipto e das matas naturais, há que se destacar a potencialidade da apicultura e do ecoturismo, aproveitando as floradas e as reservas ecológicas da região, respectivamente. Assim, poderia ser incrementado o emprego, aumentando a exploração de produtos florestais, de modo a absorver parte da população regional ao longo do ano todo.

As terras inaptas ao cultivo agrícola²⁷, com cobertura florestal, poderia ser utilizada como áreas de reserva (fauna e flora) – com opção para o ecoturismo.

A indústria do turismo é hoje a que mais cresce em nível mundial, com um alto índice de ocupação de mão-de-obra. Dentro dessa indústria, o segmento do ecoturismo é o que apresenta as maiores taxas de crescimento, devido ao aumento do interesse da opinião pública por tudo o que diz respeito ao meio ambiente e sua conservação²⁸.

Cada vez mais o ecoturismo tem surgido como uma alternativa econômica para regiões, como o Sudoeste, nas quais as atividades tradicionais não representam uma forma de sustento total para as populações locais. Além disso, é considerada como sendo uma atividade que causa um baixo impacto no meio ambiente, configurando-se como uma solução para as regiões em que as restrições legais impedem a instalação explorações tradicionais.

Dentre os impactos positivos ao ecoturismo, destacam-se: geração de emprego, renda e estímulo ao desenvolvimento econômico, tanto ao nível local quanto regional, contribuindo para a fixação das populações locais; possibilidade de melhoria da infra-estrutura local e/ou regional (viária, sanitária, de abastecimento e de comunicações); sensibilização da sociedade como um todo no que diz respeito à

²⁷ Trata-se de classe de terras entre muito pedregosa a extremamente pedregosa e/ou com relevo montanhoso (45% ou mais de declive).

²⁸ O ecoturismo, segundo uma pesquisa realizada para a "Primeira Bienal de Ecoturismo" é "toda atividade turística realizada em área natural com o objetivo de observação e conhecimento da flora, da fauna e aspectos cênicos (com ou sem o sentido de aventura); prática de esportes e realização de pesquisas".

proteção da meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural.

No caso específico da região Sudoeste, a natureza é exuberante, muitos rios e riachos e com a maior concentração de cavernas e grutas calcáreas do país. A região tem, portanto, um alto grau de potencialidade para aproveitamento em ecoturismo, ainda pouco explorado.

Especificamente na região de estudo, como já comentado no capítulo quarto, existem dois parques estaduais: o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) e o Parque Estadual Intervales (antiga Fazenda Intervales), que representam as maiores possibilidades de implantação de um programa de ecoturismo para a região. Entretanto, apesar da proximidade com a cidade de São Paulo, seu potencial turístico ainda é muito pouco explorado, em razão da falta de divulgação da existência de tais atrações no Estado.

O contraste entre o recomendado e o utilizado para o solo atual, é uma constatação que conduz a análise para uma perspectiva pouco alentadora nas condições atuais da região, se nenhuma ação estratégica for estabelecida. A região tem potencialidades agrônômica e sócio-econômicas para se desenvolver, desde que se deseje investir nelas.

É preciso superar o atraso tecnológico e obter maiores níveis de produtividade, qualidade e competitividade da agropecuária com sustentabilidade dos recursos naturais porém, sempre com a preocupação de gerar emprego e renda, para solucionar os desequilíbrios econômicos e sociais.

No estudo das estruturas de consumo do Sudoeste paulista, caracterizado pela utilização da renda em compras de bens de consumo dentro da própria região, incentivando as atividades locais, há indicações de que o mesmo – consumo – deva ser relativamente pequeno, uma vez que sua rede urbana é pouco desenvolvida e mal integrada. Conseqüentemente, é pequena a oferta de bens e serviços para a população, dado o tamanho do mercado. Deve-se adicionar a essa constatação a crescente concorrência de centros maiores que oferecem serviços em escalas mais

elevadas e aos quais se dirigem parcelas importantes dos consumidores locais. Essas fugas fazem com que se tomem mínimas as possibilidades de permanência na região de importantes efeitos multiplicadores, o que torna crítica a situação em termos de possibilidades futuras de crescimento.

Para a construção do desenvolvimento da região Sudoeste do Estado de São Paulo, a análise da situação atual e das perspectivas prováveis são indispensáveis, em decorrência das características e das principais limitações regionais.

Capítulo 7: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurando atingir o objetivo central da tese de investigar as razões do atraso relativo detectado na região Sudoeste do Estado de São Paulo e tentar identificar a competitividade regional para as atividades já consolidadas e as potenciais, organizou-se um conjunto de aspectos que parecem cruciais para compreender a problemática regional presente e seus caminhos futuros.

Ao longo dos capítulos puderam ser confirmadas algumas das hipóteses levantadas na pesquisa:

A primeira delas sobre sua população que vem trabalhando o espaço de modo bastante semelhante à do processo inicial de ocupação da região, inserida que está na dinâmica maior da acumulação capitalista e da divisão do trabalho. As transformações por que vem passando a produção agrícola e a pequena produção em particular, nada mais são do que uma adaptação às novas condições do processo produtivo e do desenvolvimento dos centros urbanos. O baixo dinamismo que prevalece na área, remonta à época da sua colonização e tem permanecido ao longo do tempo, principalmente quando o problema é comparado com os resultados obtidos por outras regiões do Estado de São Paulo.

A análise da evolução histórica da região aponta uma clara distribuição altamente excludente de terras, com uma estrutura fundiária concentrada que existe desde o seu início até os dias atuais. A região apresenta os maiores índices de concentração de propriedade observáveis para o Estado de São Paulo como um todo, com a presença da grande propriedade convivendo com pequenos produtores, em um processo de simbiose através do qual, com a consolidação da primeira, há uma tendência à transformação dos segundos em trabalhadores assalariados, ao menos em parte do seu tempo disponível.

A segunda das suposições, de que a relativa estagnação regional foi conseqüência da não instalação da lavoura cafeeira em suas terras, pode ser confirmada quando são observadas as grandes transformações que essa cultura provocou no território paulista, casos de Campinas e Ribeirão Preto, que juntas hoje formam o mais importante “corredor agrícola” do Estado, além de apresentarem grande dinamismo tanto na indústria como no setor de comércio e serviços. A partir de meados do século XIX o Estado de São Paulo foi palco das principais transformações que deram origem ao complexo cafeeiro, a partir de Campinas, com a construção de importantes ferrovias e também das primeiras indústrias de máquinas e equipamentos, contando para isso com a participação decisiva dos grandes fazendeiros.

A dinâmica do complexo cafeeiro deixou a região Sudoeste à margem de uma economia com grau relativamente avançado de disseminação de relações mercantilizadas de produção e de diferenciação da divisão social do trabalho. Esse conjunto de fatores que foram fundamentais para viabilizar as transformações da economia paulista após a crise de 1929/30 e seu posterior dinamismo, não foi incorporado na região. O capital agroexportador cafeeiro que viabilizou a indústria nascente, passando novamente ao largo do Sudoeste. Sem se constituir num complexo agropecuário ou industrial, não havia como se consolidar o espaço econômico regional. Não conseguiu atrair as grandes empresas industriais e tampouco outras atividades agropecuárias modernas, sobretudo daquelas voltadas ao comércio exterior.

Em terceiro lugar, complementando a hipótese anterior, supôs-se que as limitações edafoclimáticas regionais inviabilizaram a exploração de culturas de exportação e, como conseqüência impediram o crescimento econômico da região. As características físicas e a aptidão das terras do Sudoeste confirmam as suposições formuladas legando à região, desde o início de sua ocupação, a produção quase exclusivamente voltada para atividades alimentares, subsidiárias das grandes e protegidas culturas de exportação, que avançaram por outras regiões paulistas, conferindo-lhes maior pujança. Essas regiões se beneficiaram com exploração do café, da soja, da cana-de-açúcar e da laranja, estimuladas por políticas públicas, das mais variadas formas, casos de Campinas e Ribeirão Preto, em especial.

Além das considerações anteriores, com base nos resultados apurados alguns dos determinantes essenciais do subdesenvolvimento regional do Sudoeste paulista, merecem ser destacados até aqui: o baixo desenvolvimento prévio da base produtiva regional, a baixa estruturação da rede urbana e a deficiente malha de transporte viário, condições que desestimularam o capital agropecuário e industrial; a pequena transformação e modernização da agricultura não gerou impactos positivos sobre o agronegócio e sobre as indústrias fornecedoras de insumos e equipamentos; em terceiro lugar a atuação do Governo, nas diversas instâncias, foi decisiva no processo econômico regional.

Não sendo o Sudoeste uma área produtora voltada ao mercado externo, principal preocupação da política econômica ao longo de todo processo histórico nacional, deixou de receber os investimentos na ampliação da rede viária, com baixa cobertura das redes de água e esgoto, serviços de saúde e educação e demais equipamentos. A articulação dos interesses do capital agroexportador e industrial com o poder público, pôde ser reconhecida desde a instalação das lavouras de exportação, quando uma série de investimentos em infraestrutura foram sendo realizados a favor da expansão de *commodities*. O Sudoeste permaneceu produzindo para o mercado interno, relativamente distanciado do moderno agronegócio.

Face a essas análises, a região Sudoeste pode ser considerada um caso peculiar do processo de desenvolvimento capitalista que se desdobrou na território paulista a partir da economia cafeeira. O exame de sua evolução histórica deixa claro um traço fundamental: a pequena dinamicidade fez com que a região se tornasse incapaz de transformar sua estrutura produtiva de acordo com os processos econômicos característicos de cada um dos diferentes padrões de acumulação que se manifestaram em seu espaço. Nesse sentido, o Sudoeste apesar de ser parte integrante do espaço que define, no território paulista, a frente mais avançada do capitalismo brasileiro, se constitui num dos raros casos de estagnação.

Ainda que no início de sua formação tenha desempenhado papel de destaque como ponto de integração entre São Paulo, Rio de Janeiro (Capital do país) e o Sul,

principalmente no abastecimento interno de animais para as regiões mineradoras e para os engenhos de açúcar do Oeste paulista e Vale do Paraíba, através das feiras de gado; um expressivo local de circulação de tropas e homens, com a chegada das ferrovias que acompanharam o avanço cafeeiro noutras regiões do Estado, foi abandonada à sua própria sorte.

Três características principais poderiam distinguir o Sudoeste paulista:

Em primeiro lugar o grau de relativo atraso na integração e diversificação de sua base produtiva, tanto da agropecuária quanto das atividades urbanas. Gerou, com isso, uma estrutura pouco acentuada de divisão do trabalho, um fraco processo de relações mercantis e uma frágil dinâmica econômica inter-setorial e inter-regional;

Em segundo lugar, uma baixa condição de estruturação do espaço, com uma rede urbana bastante rarefeita dominada apenas por ligações radiais e debilidade nas suas ligações transversais, sem um comando efetivo de qualquer de seus municípios, o que torna seu espaço descontínuo e confere-lhe uma característica desestruturante. Sem uma função de centralidade em qualquer de seus municípios desde sua formação, o Sudoeste adquiriu uma feição peculiar ao longo do processo de acumulação, com baixo estímulo à urbanização regional e à base econômica.

Finalmente como consequência das duas características anteriores, o região não se integrou ao espaço entre a Capital e o interior, apresentando pequeno desenvolvimento econômico e poucas transformações nos padrões sociais e urbanísticos próprios da industrialização em curso, tampouco nos setores de comércio e serviços. Não vem mostrando nem mesmo importância no setor agropecuário, sua principal base econômica.

A proposta de analisar o desenvolvimento regional, a ocupação do espaço rural e o mercado de trabalho do Sudoeste paulista se concretiza no estudo da dinâmica regional e das possibilidades de crescimento.

Em primeiro lugar, evidencia-se a grande dependência da região com relação ao setor primário face à praticamente inexistência de indústrias na área. As atividades

econômicas detectadas na região são, na sua maioria, exportações agrícolas ou pecuárias, que no entanto, não chegam a apresentar um dinamismo que permita embasar um processo de crescimento auto sustentado.

Em segundo lugar, também pode-se afirmar, com uma certa margem de confiabilidade, que as condições naturais de solo, relevo e clima da região, aliadas às ações conservacionistas ali existentes, não permitem o equilíbrio com a população residente, dando margem a um nível de desemprego que pode atingir, para algumas situações, índices superiores a 50%. O Sudoeste possui uma população com pequeno nível educacional, descapitalizada, explorando a produção com grau tecnológico aquém do desejado.

Em terceiro lugar, tem-se que as possíveis potencialidades para a região, segundo a metodologia proposta, permitem duas ordens de consideração: a identificação de atividades para as quais a região possui algum tipo de vantagem relativa e a complementação da estrutura produtiva regional, a partir do estudo das cadeias produtivas presentes na região.

Admitindo a vocação natural e histórica do Sudoeste paulista na produção primária, é possível verificar, por exemplo, a presença de culturas importantes como a do feijão, do arroz e do tomate, juntamente com algumas frutas (pêssego, ameixa e pêra), produtos da madeira e algumas olerícolas.

Quanto às possibilidades de complementação das cadeias produtivas, algumas conclusões interessantes podem se tiradas. Aparentemente, nesse aspecto, a pecuária possui uma potencialidade a ser considerada e melhor estudada tendo em vista as indicações existentes de instalação de atividades de transformação das carnes bovina e suína por frigoríficos de pequeno e médio portes. A ampliação da elaboração de rações para suínos e/ou frangos é outra possibilidade a ser considerada, sobretudo pelo fato de a região Sudoeste ser uma das maiores produtoras paulistas de milho (principal componente da ração animal).

A ampliação da cadeia produtiva do feijão, através da oferta do produto pré-cozido, embora tecnicamente possível, parece ter como obstáculo a hábito de consumo do brasileiro, pouco propenso a aceitar esse tipo de inovação. Para essa cadeia restaria a possibilidade de algum incentivo a ser dado ao tratamento e empacotamento do feijão, como uma forma de aumentar o valor adicionado a ser gerado internamente.

As cadeias produtivas das olerícolas em geral, do tomate e das frutas mostram uma boa potencialidade para a região por uma série de razões: pequena distância dos grandes centros consumidores; condições climáticas favoráveis à exploração, possibilitando entregar a produção na entressafra das outras regiões tradicionalmente produtoras; possibilidade de cultivo em pequenas áreas e com mão-de-obra familiar; perspectivas de agregar valor ao produto via embalagens diferenciadas e/ou livres de agrotóxicos (com uso da plasticultura, por exemplo) e especialmente, por demandarem grandes contingentes de trabalhadores no processo produtivo, gerando emprego e renda para considerável parcela da população regional.

No entanto, os horticultores do Sudoeste, tendem a trabalhar isoladamente, submetendo-se de forma sistemática aos intermediários para a distribuição de sua produção, não têm escala suficiente e adquirem os insumos necessários à produção também individualmente. Apresentam um mínimo nível de organização, confirmando a hipótese de que uma das razões do atraso regional, seria o baixo poder de barganha dos agricultores no mercado, devido a pouca disposição que os produtores paulistas apresentam, de modo geral, ao associativismo ou cooperativismo (exceção feita a algumas áreas e atividades específicas do Estado), fruto possivelmente de herança cultural.

Na cadeia produtiva ligada ao reflorestamento pode-se perceber a possibilidade de ampliar a atividade de resinagem que, aparentemente, é boa absorvedora de mão-de-obra. No entanto, a tendência à não reposição das árvores que se tornam velhas, poderá trazer prejuízo esse tipo de atividade.

Finalmente, ainda sob o ponto de vista das potencialidades regionais, deve-se chamar a atenção para as possibilidades que se abrem para o turismo – agroturismo

ou ecoturismo - que mostra uma certa vantagem relativa quando se consideram as atrações naturais presentes na região, principalmente no que se refere ao chamado turismo ecológico. Podendo utilizar tanto as propriedades rurais – com pesqueiros e trilhas ou mesmo na venda de produtos da região para hotéis ou turistas - como também as áreas de reserva. Uma oportunidade que, bem explorada poderia proporcionar grande número de novos empregos a custo relativamente baixo.

Considerações a respeito das possibilidades de incentivar o desenvolvimento industrial na região, deparam-se com obstáculos de diversas ordens. Em primeiro lugar, como já foi assinalado anteriormente, não existem atividades industriais na região, com a possível exceção das indústrias ligadas ao calcário (basicamente, cimento e cal), orientadas pela localização da fonte de matérias primas. Também as agroindústrias têm poucas chances de desenvolvimento, salvo se forem feitos esforços no sentido de instalar pequenas plantas desde que reúnam um certo número de produtores para que haja escala e, regularidade de oferta e que sejam realizados cursos de capacitação para a gerência dos negócios. Essas atividades seriam outra alternativa para o meio rural, uma forma eficaz de fixar o homem e elevar consideravelmente o nível de emprego no campo.

As indústrias não geograficamente orientadas, como é o caso da maior parte das unidades de transformação, dependem de economias de aglomeração e de escala e, por isso dificilmente serão levadas para um ambiente rarefeito em termos econômicos, como o que prevalece no Sudoeste do Estado. Mesmo com a possível presença do gasoduto que deverá passar pela porção Leste da região, dificilmente servirá de incentivo à atração de estabelecimentos, face ao mesmo argumento desenvolvido anteriormente, uma vez que esse tipo de insumo é mais apropriado aos grandes empreendimentos fabris, não permitindo às regiões de economia mais frágeis uma agregação de valor a suas matérias primas, visando gerar um maior dinamismo.

A privatização e mecanização do espaço rural de forma concentrada, que excluem os trabalhadores e pequenos produtores rurais e, o baixo investimento em

infraestrutura social e econômica – de transporte, comunicação, saneamento básico, assistência médico-hospitalar e educação – são alguns dos fatores essenciais que poderiam ser revistos na região, o que implicaria na melhora substancial da qualidade de vida para os que moram tanto nas zonas rurais como nas urbanas, levando ao incremento inclusive do sistema produtivo, para promover o desenvolvimento sustentável social, econômico e ambiental do Sudoeste do Estado de São Paulo.

Em termos metodológicos, pode-se considerar que o aparato teórico utilizado foi adequado para a sistematização pretendida, principalmente pelo fato de ter permitido a concentração do foco da análise em um conjunto de aspectos importantes, tais como o uso do solo e as cadeias produtivas presentes na região, suas relações com o mercado de trabalho regional, variáveis-chave para a compreensão do atual estado de estagnação prevalecente no espaço estudado. Permitiu, ainda fornecer elementos que podem subsidiar o desenvolvimento nos aspectos econômico, social e ambiental da região Sudoeste do Estado de São Paulo, sobretudo para a dinamização de segmentos específicos de sua agricultura e para a melhoria da qualidade de vida da população local, em particular, e nacional em geral, buscando a manutenção do nível de emprego e a conservação dos recursos naturais.

As questões como o desenvolvimento da participação democrática na gestão das cidades e a criação de instrumentos legais para disciplinar a ocupação das terras e promover uma ocupação física mais racional e um crescimento mais equilibrado, são fatores que devem ser considerados com a maior urgência.

Nas regiões de base econômica agrícola, como é o caso do Sudoeste paulista, o setor primário vem sustentando os serviços urbanos, o comércio e a indústria – tendo muito a ver com o bem-estar daqueles que vivem também nas áreas urbanas – e praticamente nada recebe em troca. Isso decorre da baixa participação efetiva do poder local junto ao setor primário na priorização da alocação de recursos orçamentários locais para o setor e na formulação do seu desenvolvimento. O processo participativo dos produtores e suas organizações no planejamento regional,

durante todo o processo, desde o levantamento de suas demandas até a parceria efetiva eleição das prioridades estabelecidas, possibilitaria transformar em fatos políticos suas necessidades, principalmente na manutenção do nível de emprego.

***“Para viver uma vida criativa e produtiva,
precisamos perder o medo de cometer erros”.***

(Joseph Chilton Pearce).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABLAS, Luiz A. de Q. **Alguns aspectos do desenvolvimento econômico regional**. In: Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Planejamento e Gestão. Coordenadoria de Planejamento, **Planejamento e Conjuntura**, nº 69, São Paulo, outubro, 1973.
- ABLAS, Luiz A. de Q. A questão regional: a diversidade na homogeneidade. (Comentários ao Texto de Liana da Frota Carleial). In: LAVINAS, L. et al. (org.). **Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil**. ANPUR, Ed. HUCITEC, p: 203-205, 1993.
- ABLAS, Luiz A. de Q. **Funcionamento de uma economia regional de base primária: modelo operacional**. Versão preliminar (mimeo) 1999.
- ALMEIDA, Aluisio de. Os caminhos do sul e a feira de Sorocaba. In: RIHGSP, 186, p: 96-173, jan./mar., 1945.
- ALMEIDA, Aluisio de. **História de Sorocaba**. Gráfica Guarani, Sorocaba, Vol. I e II, 1951.
- ALMEIDA, Aluisio de. Memória histórica sobre Sorocaba. **Revista de História**, São Paulo, FFLCH/USP, 31(64): 383-400, 1965.
- ALMEIDA, Cônego Luis C. de. **Achegas à história de Sorocaba**. In: RIHGSP, 36, p: 81-173, 1939.
- AMARO, Antonio A. **Cadeia produtiva de frutas**. São Paulo: SAA. 70p. **Repensando a Agricultura Paulista**. Versão Preliminar (mimeo). 1997.
- ANDRADE, Manuel C. de. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, 54, 1977.
- ANDRADE, Manuel C. de. **Élisée Reclus**, São Paulo, Ática. 1985.
- ANDRADE, Manuel C. de. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional**. 5ª ed., São Paulo, Atlas, 1987.
- ANDRADE, Manuel C. de. Geografia econômica. 11ª ed., São Paulo, Atlas, 1992.
- ANDRADE, Manuel C. de. **Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-extensiva na Bahia e Norte de Minas Gerais**, Recife, SUDENE, 494p. (Série Estudos Regionais,7). 1982.

- AZZONI, Carlos R. A lógica da dispersão da indústria no Estado de São Paulo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE-USP, nº 16, (Especial). 1986.
- BACELAR, Carlos de A. P. **Família e sociedade numa economia de abastecimento interno (Sorocaba), séculos XVII e XIX**. Departamento de História, FFLCH/USP, São Paulo, Tese de Doutorado. 1994.
- BALSADI, Otávio V. "Novas" e tradicionais atividades agrícolas: algumas características do trabalho na olericultura e na cana-de-açúcar. **Informações Econômicas**, SP, 28 (12): 15-28, dez., 1998.
- BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Agroindústria e emprego: um estudo do impacto de investimento no nível de emprego e salários. In: **Agricultura e Reestruturação Produtiva**. Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Sociologia e Economia Rural, Aracajú, SE, p: 839-855, ago., 1996.
- BOISIER, Sérgio. Crisis y alternativas en los procesos de regionalización. **Revista de la Cepal**, Santiago, nº 52, p: 179-190, abr., 1994.
- BORBA, M. M. Z. **Adequação da força de trabalho rural na moderna agricultura da região de Ribeirão Preto**. IE/UNICAMP, Campinas Tese de Doutorado. 1994.
- BORTOLETO, Eloisa E. (coord.) **Leite: realidade e perspectivas** Secretaria da Agricultura e Abastecimento de São Paulo. (Coleção Cadeias de Produção da Agricultura), 3, São Paulo, 1997.
- BOUDEVILLE, Jacques R. **Aménagement du territoire et polarisation**. Édition M. Th. Génin, Paris, 1972.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. Secretaria Nacional de Planejamento (SNPLAN/MA). **Aptidão agrícola das terras de São Paulo: estudos básicos para o planejamento agrícola**. Brasília, BINAGRI, Aptidão agrícola das terras, 20, 114 p. il., 1979.
- CADASTRO do Imposto Territorial Rural (ITR). São Paulo, 1993. (não publicado).
- CAMARGO, Ana M.M.P. de et al. Mudanças na composição da agropecuária no Estado de São Paulo, 1983-93. **Informações Econômicas**, São Paulo, 25 (5): 49-81, maio, 1995.
- CAMARGO, Ana M.M.P. de et al. Distribuição da posse da terra no Estado de São Paulo. IEA, São Paulo, SP, **Informações Econômicas**, 1(12): 11-20, dez., 1996.
- CAMARGO, M.B.P. et al. Níveis probabilísticos de ocorrências de geadas no Estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul. **Boletim Técnico**. 1989.

- CAMARGO FILHO, Waldemar P. de & MAZZEI, Antonio R. Necessidade de reconversão da produção de tomate em São Paulo: ações na cadeia produtiva. **Informações Econômicas**, 26, (6):105-116, São Paulo, jul., 1996.
- CANABRAVA, Alice P. **Terras e escravos na grande lavoura paulista**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 8º, Aracaju, 1975. A propriedade rural. São Paulo, ANPUH, v.3, p: 889-898, 1976.
- CANABRAVA, Alice P. **O algodão em São Paulo 1861-1875**. São Paulo: T. A Queiroz, 2ª ed. 1984.
- CANO, Wilson. Padrões Diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). **Estudos Econômicos**. São Paulo, IPE --USP, 15(2):291-306, 1985.
- CARLOS, Ana F.A. & ROSSINI, Rosa E. População e processo de estrututuração do espaço geográfico. **Revista do Departamento de Geografia**. Separata nº 2, 1983.
- CHIARINI, José V. & DONZELLI, Pedro L. **Levantamento por fotointerpretação das classes de capacidade de uso das terras do Estado de São Paulo**. Instituto Agrônômico de Campinas (IAC) - CPA, SP, Campinas, Boletim Técnico, 3, 1973. 20p.
- CORAGGIO, José L. Consideraciones teórico-metodológicas sobre las formas sociales de organización del espacio y sus tendencias en América Latina. **Revista Interamericana de Planificación**. 32(8): 79-101, México, 1974.
- CORAGGIO, José L. **La tarea de investigación regional: propuesta metodológica** In: INIES, Managua, 1982.
- DONZELLI, Pedro L. e CHIARINI, José V. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária. CPA, São Paulo, (Relatório de Pesquisa CPA, 04/87). 1987.
- DONZELLI, Pedro L. e CHIARINI, José V. **Levantamento por fotointerpretação das classes de capacidade de uso das terras do Estado de São Paulo**. Boletim Técnico do Instituto Agrônômico. Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária (CPA), Campinas, 3, set., 1993.
- ELLIS, M. **Contribuição ao estudo do abastecimento das áreas de mineração do Brasil no século XVIII**. Ministério de Educação e Cultura, Serviço de Documentação. 1961.
- FARIA, Vilmar E. **Divisão social do trabalho, especialização e crescimento urbano: o caso da macrometrópole paulista**. São Paulo, ABEP, 1981.

- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Regiões homogêneas: um estudo dos perfis ocupacionais do interior.** São Paulo, SEADE, 45p. (Coleção Realidade Paulista). 1988.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **O novo retrato de São Paulo: avaliação dos primeiros resultados do Censo Demográfico de 1991.** São Paulo, SEADE, 151p. 1992.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Perfil municipal, 1980-91: Região Administrativa de Sorocaba.** São Paulo, 217p. 1993.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Perfil municipal de saúde.** São Paulo, SEADE, 1996a.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Força de trabalho na agricultura paulista.** São Paulo, SEADE, 1996 b.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Sensor rural . nºs 1 e 2,** São Paulo, 1997 e 1998.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **São Paulo em Dados,** . São Paulo, SEADE, 1998.
- GALLARDO, Darío H. G. **Terras e gado no Paraná tradicional.** Departamento de História, FFLCH/USP, São Paulo, 176 p. Tese de Doutorado. 1996.
- GEORGE, Pierre. **A geografia ativa,** São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.
- GERAGE, Antonio; SAMAHA Michel J.; CORRÊA JUNIOR, Valmor. Estudo da cadeia produtiva do milho no Estado do Paraná. In: CASTRO, Antonio M. G. de. et al. **Cadeias Produtivas e Sistemas Naturais: prospecção tecnológica,** EMBRAPA, p. 497-509, 1998.
- GIANNOTTI, Sirlene M. A. **Compreensão do complexo geográfico - Pierre Monbeig: um geógrafo francês na geografia paulista.** FFLCH/USP, Departamento Geografia. Monografia. 1991.
- GIARDULLO, Paschoal & CENTURIONE, Sérgio L. **Calcário: principais aplicações.** Texto para Discussão Interna. (mimeo). 1997.
- GIORDANO, Samuel R. **A competitividade das regiões no processo de globalização.** Versão Preliminar da Tese de Doutorado (mimeo). 1996.
- GODINHO, Rodrigo de O. **Crescimento endógeno e desigualdade regional: um modelo com difusão de tecnologia e governo.** Departamento de Economia, FEAC/USP, São Paulo. Dissertação

de Mestrado. 1996.

GOLDENSTEIN, Lea. **Aspectos da reorganização do espaço brasileiro face às novas relações de intercâmbio**. Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo. 410p. Tese de Livre Docência. 1975.

GONÇALVES, José et al. Mudanças na composição da área cultivada no Estado de São Paulo e suas regiões agrícolas, 1970/72 a 1987/89. **Informações Econômicas**, SP, 20 (12): 69-72, dez., 1990.

GONÇALVES, José S. & SOUZA, Sueli A.M. Contribuição à análise regional: transformações da agricultura do Sudoeste do Estado de São Paulo, 1960-85. **Agricultura em São Paulo**, 40(1): 45-63, 1993.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Instituto de Geografia e Estatística. **Plano cartográfico do Estado de São Paulo**. São Paulo, CAR/IGE, 1986.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Secretaria de Agricultura e Abastecimento. **Programa estadual de microbacias hidrográficas: proposta de financiamento para o BIRD**. Anexo I: Diagnóstico da área do programa. São Paulo, 1989.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Secretaria da Infra-Estrutura Viária, Departamento de estradas de Rodagem. **Mapa rodoviário do Estado de São Paulo**. São Paulo, DER, 1992.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Secretaria de Economia e Planejamento. **Plano regional de Sorocaba, São Paulo**, SEPLAN/CAR, 179p. 1978.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Secretaria de Estado do Meio Ambiente (coord.) **Diretrizes para a política estadual de ecoturismo**, Versão Preliminar, São Paulo, janeiro 1997.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Secretaria de Estado do Meio Ambiente (coord.) **Educação ambiental em unidades de conservação e de produção**, São Paulo, 1991.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, CPA/SMA. **Proposta de zoneamento ambiental – áreas de proteção ambiental do Estado de São Paulo**, São Paulo, 1996.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Secretaria do Interior, Coordenadoria de Ação Regional. **Organização regional do Estado de São Paulo: polarização e hierarquia dos centros urbanos**. São Paulo, SI/CAR, 108p. 1982.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Configuração da população em risco de segurança**

- alimentar do Estado de São Paulo: região Sudoeste.** Projeto FAO/ALADI, (mimeo), dez., 1994.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. **Padrões funcionais e espaciais de rede urbana do Estado de São Paulo**, São Paulo, 1975.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Planejamento e Gestão, SEPLAN. **Diagnóstico regional: região de governo de Itapeva**, Versão preliminar, São Paulo, 1991.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Planejamento, SEPLAN. **Região de governo de Itapeva: diagnóstico regional**. Itapeva, SP, 1995.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO., Secretaria de Planejamento e Gestão, **Região Sudoeste do Estado de São Paulo – caracterização regional**, São Paulo, outubro, 1994.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAN/MA). **Aptidão agrícola das terras do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1979.
- GREEN, Raúl H. Los aportes del marketing y del derecho al análisis de las cadenas alimentarias. In: AGUIAR, Danilo R. D. de. & PINHO, José B. **O Agronegócio Brasileiro: Desafios e Perspectivas**. Anais do 36º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER), Poços de Caldas, MG, V. I, p:21-38, ago., 1998.
- HADDAD, Paulo R. coord. **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza, 1989,.692p.
- HOLLANDA, Aurélio B. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Ed. Nova Fronteira. 1986.
- HOLLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. Coleção Documentos Brasileiros, Vol 1. Livraria José Olympio Editora, 12ª ed., 1975.
- IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro 1957.
- IBGE. **Censo econômico – Comércio e Indústria**. Rio de Janeiro, 1985.
- IBGE. **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro, 1985 e 1995-1996.
- IBGE. **Censo demográfico (resultados preliminares)**. Rio de Janeiro, 1991, 95p.
- IGC. **Carta de utilização da terra do Estado de São Paulo**. Secretaria do Interior. Escala 1:250.000. 1981 e 1985.
- INCRA. **Atlas fundiário brasileiro**. Sistema Nacional de Cadastro Rural. Estrutura Fundiária Brasileira.

- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Diretoria de Cadastro Rural). ago., 103 p. 1996.
- IPT, Estado de São Paulo, Divisão de Minas e Geologia Aplicada. **Mapa geomorfológico do Estado de São Paulo**. São Paulo, vol. I e II, Série Monografias IPT. Escala 1:1.000.000, 1981.
- IPT. **Mapa geológico do Estado de São Paulo**, vol. I e II. Série Monografias IPT. Escala 1: 500.000, 1981.
- ISOMAPAS. Trabalhos cartográficos e fotointerpretação, 1999.
- JONES, Alberto da S. Lei de terras, propriedade territorial e reação latifundiária: fracasso de um projeto capitalista para a agricultura brasileira. **Economia Rural**, Viçosa, MG, 7(4): 10-16, out./dez., 1996.
- JUNQUEIRA, Antonio H. Cadeia produtiva de hortaliças. São Paulo, SAA, 94p. Repensando a Agricultura Paulista, mimeo. 1997.
- KLEIN, Herbert S. A oferta de muare no Brasil Central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. **Estudos Econômicos**, 19(2): 347-372, maio/ago., 1989.
- LENHARO, Alcyr. **As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842**. São Paulo, Ed. Símbolo, 1979.
- LIBÓRIO, Marília G.C.. **Código florestal brasileiro: um estudo sobre as relações entre a sua eficácia e a valorização da paisagem florestal no Sudoeste paulista**, IGCE/UNESP, Rio Claro, Tese de Doutorado, 1994.
- LIVRO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório das Atividades do Departamento da Produção Industrial. Ed. Empresa Gráfica "Revista dos Tribunais" 1145p. 1951.
- LOUREIRO, Maria R. **Terra, família e capital: formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo**. Petrópolis: Ed. Vozes. 1987.
- LUNA, Francisco V. Economia e sociedade em Minas Gerais (período colonial). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, IEB-USP (24):33-40, 1982.
- MAGALDI, Sérgio B. **Ação do Estado e do grande capital na reestruturação da atividade econômica: o cultivo florestal e a cadeia madeira-celulose/papel**. FFLCH-USP, São Paulo, Tese de Doutorado, 1994.
- MARANGONI, Ana M.M.C. O trabalhador volante e os quadros urbanos em Itararé e Capão Bonito (SP)

- implicações administrativas. **Geografia Urbana**, nº 19, São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1977.
- MARTIN, Nelson B. et al. Economia agrícola paulista: características e potencialidades. In: MARTIN, N. B. (coord.) **Informações Econômicas**. Suplemento 1/91, v.21, p:1-121, 1991.
- MARTIN, Nelson B. O poder local e o desenvolvimento rural. **Informações Econômicas**, SP, 23 (12): 27-43, dez., 1993.
- MARTINS, Ana L. **Império do café: a grande lavoura no Brasil 1850 a 1890**. Ed. São Paulo Atual, (História em Documentos). 7ª ed. 1990.
- MARTINS, Sonia S. (coord.) **Cadeia produtiva da carne avícola**. Secretaria da Agricultura e Abastecimento de São Paulo. **Repensando a Agricultura Paulista**, Versão preliminar, São Paulo, 1997.
- MARTINS, Sonia S. (coord.) **Cadeia produtiva de ovos**. Secretaria da Agricultura e Abastecimento de São Paulo. **Repensando a Agricultura Paulista**, Versão preliminar, São Paulo, 1997.
- MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. Col. Teoria, n º 8, Ed. Estampa, Lisboa, 3ª ed., 1973.
- MATOS, Odilon N. de. Campinas no recenciamento do marechal Müller. **Revista da Universidade Católica de Campinas**, 29, 1966.
- MATOS, Odilon N. de. **Café e ferrovias de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. São Paulo, Alfa-Ômega, Sociologia e Política. 139p. 1974.
- MELLO, Pedro C. de. Aspectos econômicos da organização do trabalho na economia cafeeira do Rio de Janeiro, 1850-88. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, FGV, 32(1):19-67, 1978.
- MELLO, Nilda T. C. de. et al. Demandas tecnológicas na agropecuária paulista: contribuição ao debate. **Informações Econômicas**, 1999. (no prelo).
- MENDES, Ana G. (coord.). **Liberalização de mercado e integração econômica do Mercosul: estudo de caso sobre o complexo agroindustrial tritícola**. Brasília: IPEA, (Estudos de Política Agrícola, Relatório de Pesquisas, 10). Projeto PNUD/BRA/91/014 – BIRD), 1994.
- MORAES, Antonio C. R. As condições naturais e a estruturação do espaço agrário. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, 1982.

- MORAES, Antonio C. R. **Geografia: pequena história crítica**, São Paulo, Hucitec 1984.
- NAÇÕES UNIDAS. FAO. **La participacion campesina en el desarrollo rural**. Chile, Oficina Regional Para América Latina y el Caribe. 214p. 1988.
- NEGRI, Barjas. . A interiorização da indústria paulista (1920-1980) In: CANO, Wilson (coord.) **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, 1920-1980**. São Paulo, SEADE, p. 55-144 (Coleção Econômica Paulista, 1-2).1988.
- NEGRI, Barjas. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas, São Paulo, Ed. da UNICAMP, (Coleção Momento). 1996.
- NEGRI NETTO, Afonso et al. Produção agrícola e agro-industrial nas Divisões Regionais Agrícolas de Sorocaba e Bauru, Estado de São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, 42: 143-201, 1995.
- NOGUEIRA, Elizabeth A. e. A organização espacial do Sudoeste paulista: um pré-diagnóstico sobre a polarização recente da região. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo , 44(1):1-16, 1997.
- NOGUEIRA, Elizabeth A. e. A questão do espaço: as interfaces da geografia com economia rural. **Informações Econômicas**, São Paulo, 28 (5):13-26, maio, 1998.
- NOGUEIRA, Elizabeth A. e. et al. Estudo sobre prospecção de demandas tecnológicas do sistema natural da eegião Sudoeste do Estado de São Paulo. In: CASTRO, Antonio M. G. de. et al. **Cadeias Produtivas e Sistemas Naturais: prospecção tecnológica**. Brasília: EMBRAPA-SPI, p: 75-100. 564p. 1998.
- NOGUEIRA JUNIOR, Sebastião et al. Produção potencial de grãos e armazenagem a granel no Estado de São Paulo. **Agricultura em São Paulo**. Instituto de Economia Agrícola. 36 (2):1-16, São Paulo, 1989.
- NUEVO, Paulo A.S. **Aspectos da cadeia agro-industrial do tomate no Brasil**. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Coordenadoria Sócio-Econômica. **Informações Econômicas**, 24(2):15-26, 1994.
- O'BRIEN, F.S. & SALM, C.L. Desemprego e subemprego. **Revista Brasileira de Economia**, RJ, 24(4):93-137, out/dez. 1970.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. **Cidades**. São Paulo, 16/10/1995.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. **Cidades** – Itapeva: Mortalidade infantil cai 54 % em 5 anos. p: C4, São Paulo, 11/04/1996.

- O ESTADO DE SÃO PAULO. **Barra do Chapéu – No limiar de um novo século.** p: C3, São Paulo, 11/10/1998.
- OLIVEIRA, Luiza G. **Excedente de mão-de-obra e desenvolvimento agrícola: o caso do Amazonas.** Viçosa, UFV, 49p. 1976.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao “estado isolado” de Von Thünen.** Departamento de Geografia, FFLCH/ USP, São Paulo. Tese de Doutorado. 489 p., 1978.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Geografia das lutas no campo.** Ed. Contexto, São Paulo, 101p. 1991.
- OLIVETTI, Mário P. de A. **Características gerais do setor florestal.** Texto para Discussão Interna. (mimeo). 1997.
- PACHECO, Carlos A. **A questão regional brasileira pós1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional.** IE/UNICAMP, Campinas, São Paulo. Tese de Doutorado. 1996.
- PAES DE CAMARGO, P. C. **Dinâmica climática do Estado de São Paulo, 1991.** Boletim para Discussão Interna. (mimeo), 1991.
- PANNUNZIO, Antonio C. **Redenção do Sudoeste paulista: um desafio para o final do século.** Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 10p. , 1995.
- PINO, Francisco A.; FRANCISCO, Vera L. F. dos S.; TORRES, A. J. (orgs.) **Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola do Estado de São Paulo: IEA/CATI, 4v. 1997.**
- PEETZ, Valéria S. (coord.) **Cadeia produtiva da carne bovina.** Secretaria da Agricultura e Abastecimento de São Paulo. **Repensando a Agricultura Paulista, Versão Preliminar,** (mimeo) São Paulo, 1996a.
- PEETZ, Valéria S. (coord.) **Cadeia produtiva da carne suína.** Secretaria da Agricultura e Abastecimento de São Paulo. **Repensando a Agricultura Paulista, Versão Preliminar** (mimeo), São Paulo, 1996 b.
- PERRIN, J.C. **Le développement régional.** Presses Universitaires de France, 1974
- PERROUX, François. **La coexistencia pacífica.** México-Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1960.

- PETRONE, Maria T.S. **Lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1821)**. São Paulo, Ed. Difel (Corpo e Alma do Brasil). 1968.
- PETRONE, Maria T.S. O afluxo do gado a Sorocaba e a importância econômica do caminho do Sul na década da independência. São Paulo, USP, **Revista de História**, 96: 383-406, 1973.
- PETRONE, Maria T.S. **O Barão de Iguape**. São Paulo, Cia Ed.Nacional, 1976.
- PINAZZA, Luiz A. & ALIMANDRO, Regis. Especial milho. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, 18 (8):11-44, ago, 1998.
- PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1998/99. Mercado de produtos agrícolas: **Trigo**. SILVA, José R. da. São Paulo: IEA, p: 256-248, 1998.
- RANGEL, Ignácio. Dualidade e escravidão colonial. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro. **Civilização Brasileira** (3):79-92, 1978.
- RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, 1983.
- REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO. **O Paraná – sua ocupação e o desenvolver de suas atividades econômicas**. Paraná, 76:33-60, jul.-set., 1981.
- REYDON, Bastian et al. **O impacto do progresso técnico sobre o nível de emprego no setor agrícola**. IE/UNICAMP, Campinas, São Paulo. (Relatório PNPE), 216p. 1986.
- RITTER, Marina L. **As sesmarias do Paraná no século XVIII**. Depto de História, FFLCH/USP, 284 p. Dissertação de Mestrado. 1980.
- ROSSINI, Rosa E. **Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista**. Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo. Tese de Livre Docência, 348p. 1988.
- SAES, Flávio A. M. de. **As ferrovias de São Paulo (1870-1940)**. São Paulo, Ed. Hucitec-INL-MEC, 1981.
- SAFFIOTI, Heleieth J.B. & FERRANTE, Vera B. A mulher e as contradições do capitalismo agrário. In: SPINDEL, Cheywa; JAQUETTE, Jane; CORDINI, Mabel (org.). **A mulher rural e mudança no processo de produção agrícola: estudos sobre a América Latina**. Brasília, IICA, p.32-39. 1984.
- SALLIT, Francisco A. A. & SCIFONE, Simone. **Caracterização dos recursos naturais de Capão Bonito - SP**, CPA/SAA, São Paulo (Relatório de Pesquisa, 02/87), 1987.

- SALLIT, Francisco A. A. & SOUZA, Maria C. M. **Caracterização da estrutura agrária da região do ERG de Itapeva-SP. CPA/SAA**, São Paulo (Relatório de Pesquisa CPA, 01/87), 1987a.
- SANTOS, Milton S. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia**, nº54, jun., 1977.
- SANTOS, Milton S. **Por uma geografia nova**. Ed. HUCITEC, São Paulo, 4ª ed., 1991.
- SANTOS, Milton S. **Técnica espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. Ed. HUCITEC, São Paulo, 1994.
- SEMEGHINI, Ulysses C. **Campinas 1860-1980: agricultura, industrialização e urbanização**. IE/UNICAMP, Campinas, São Paulo. Dissertação de Mestrado.1988.
- SETZER, J. S. Ed. **Comissão interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai**, São Paulo, 1966. 61p.
- SILVA, Eduardo da. **Oligarquia rural e cafeicultura no Rio de Janeiro**. Mensário do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 10(12):31-37, 1979.
- SILVA, José Roberto da. et al. **Cadeia produtiva da farinha de trigo**. Secretaria de Agricultura e Abastecimento, São Paulo, 18p. Versão Preliminar (mimeo). 1997.
- SILVA, Paulo C. **Do novelo de Iã a Manchester paulista- fábrica têxtil e cotidiano no início do século XX em Sorocaba**. Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo. Dissertação de Mestrado, 1995.
- SILVEIRA BUENO, Francisco. **Vocabulário Tupi-Guarani Português**. Brasilivro Editora e Distribuidora LTDA. 5ª ed. 1982.
- SIMÕES, Roberto. **As grandes questões do desenvolvimento agrícola e do desenvolvimento rural**. In: Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER), Ilhéus, v.II, p: 942-986. ago., 1993.
- SINGER, Paul. **População e desenvolvimento**. Universidade São Paulo, Instituto de Geografia. Caderno de Ciências da Terra, 18, 1971.
- SOARES, P. **Avaliação econômica da política tritícola de 1967 a 1977. Coleção Análise e Pesquisa**, Brasília, v.20, nov.,1980.
- SOUZA, Eduardo L.L.; AZEVEDO, Paulo F. ; SAES, Maria S. M. **Competitividade do sistema agroindustrial do milho**. IPEA/PENSA, 432p., 1998. (CD ROM).

- SOUZA, Maria A. A. A explosão do território: falência da região? In: **Questão Regional e os Movimentos Sociais no III Mundo**, São Paulo, 21 p., (mimeo), jun., 1991.
- SOUZA, Maria A. A. O ensino da geografia na virada do século. In: **O Novo Mapa do Mundo - natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. Ed. HUCITEC, 2ª ed., p: 29-35, 1994.
- SPEEDING, C.R.W. **An introduction to agricultural systems**. Applied Science Publishers, Barking, England, 169p., 1979.
- TOLEDO, Yuly I. M. de. **Comportamento do emprego na silvicultura paulista**. IE/UNICAMP, Campinas, São Paulo. Tese de Doutorado. 1994.
- TSUNECHIRO, Alfredo. (coord.) **Cadeia produtiva do feijão**. Secretaria da Agricultura e Abastecimento de São Paulo. **Repensando a Agricultura Paulista**. Versão Preliminar (mimeo), São Paulo 1996.
- TSUNECHIRO, Alfredo. Estimativa do valor da produção agropecuária do Estado de São Paulo, safra 1993-95. **Informações Econômicas**, São Paulo, 26 (2): 86-90, fev., 1996.
- UNIP. **Plano municipal de desenvolvimento turístico – Capão Bonito, SP**. Inventário, Diagnóstico e Prognóstico. Instituto de Ciências Humanas, (Curso de Turismo: 4º ano). Universidade Paulista (UNIP) 1997.
- VICENTE, Maria C.M. et al. Análise demográfica do setor agrícola paulista. **Informações Econômicas**, São Paulo, 21 (2): 45-54, fev., 1991.
- VOLLET, Rita C. de M. **Subsídios a uma política de regionalização no Estado de São Paulo**. ESALQ/USP, Piracicaba, São Paulo. Dissertação de Mestrado. 1972.
- YOUMANS, Russel. **An empirical study of the agricultural labor market in a developing country, Brazil**. West Lafayette, Purdue University, 168p. Tese Ph.D. 1966.



ANEXOS

Tabela A.1.1.

Uso da Área Agrícola nos Municípios do Sudoeste Paulista , Safra 1995/96

Cultura	Anuais (continua)		
	Área (ha)	%/Classe	%/Total
Milho em Grão	89.775	38,990	5,71585
Feijão das Águas	39.130	16,994	2,49135
Feijão da Seca	33.614	14,599	2,14016
Cana para Indústria	14.290	6,206	0,90982
Milho em Grão (Safrinha)	11.280	4,899	0,71818
Arroz em Casca Sequeiro e Várzea	10.112	4,392	0,64382
Trigo	8.060	3,500	0,51317
Soja	7.820	3,396	0,49789
Tomate Envarado	4.395	1,909	0,27982
Cana para Forragem	2.540	1,103	0,16172
Milho para Silagem	1.555	0,675	0,09900
Cebola de Muda	1.155	0,502	0,07354
Mandioca para Indústria	1.112	0,483	0,07080
Batata das Águas	910	0,395	0,05794
Soja (Safrinha)	850	0,369	0,05412
Algodão em Carroço	812	0,353	0,05170
Batata da Seca	782	0,340	0,04979
Feijão de Inverno sem Irrigação	341	0,148	0,02171
Maracujá	321	0,139	0,02044
Milho para Pipoca	220	0,096	0,01401
Sorgo Forrageiro	200	0,087	0,01273
Arroz em Casca Irrigado	170	0,074	0,01082
Batata de Inverno	150	0,065	0,00955
Sorgo Granífero da Seca	150	0,065	0,00955
Mandioca para Mesa	139	0,060	0,00885
Melancia	126	0,055	0,00802
Sorgo Granífero das Águas	100	0,043	0,00637
Tomate Rasteiro	100	0,043	0,00637
Cebola de Soqueira	10	0,004	0,00064
Girassol da Seca	10	0,004	0,00064
Girassol das Águas	10	0,004	0,00064
Alfafa	7	0,003	0,00045
Melão	5	0,002	0,00032
Amendoim das Águas	2	0,001	0,00013
Total Classe Anuais:	230.253	100	15

Fonte : IEA/Autor

Tabela A.1.1

Uso da Área Agrícola nos Municípios do Sudoeste Paulista , Safra 1995/96

Cultura	Perenes		(continua)
	Área(ha.)	%Classe	%Total
Laranja	14.891	4,997	0,94809
Café Beneficiado	1.630	0,547	0,10378
Banana	1.238	0,415	0,07882
Ponkan	1.071	0,359	0,06819
Pêssego para Mesa	550	0,185	0,03502
Caqui	377	0,127	0,02400
Seringueira	330	0,111	0,02101
Limão	295	0,099	0,01878
Maçã	278	0,093	0,01770
Abacate	242	0,081	0,01541
Uva para Indústria	120	0,040	0,00764
Murcote	84	0,028	0,00535
Manga	62	0,021	0,00395
Tangerina	46	0,015	0,00293
Nectarina	38	0,013	0,00242
Uva Fina para Mesa	33	0,011	0,00210
Goiaba para Indústria	20	0,007	0,00127
Mexerica	12	0,004	0,00076
Lichia	10	0,003	0,00064
Mamão	9	0,003	0,00057
Pomelo	9	0,003	0,00057
Pêra	7	0,002	0,00045
Uva Comum para Mesa	3	0,001	0,00019
Abacaxi	2	0,001	0,00013
Jabuticaba	2	0,00067	0,00013
Kiwi	1	0,00034	0,00006
Total Classe Perenes:	297.987	100	19

Fonte : IEA/Autor.

Tabela A.1.1.

Uso da Área Agrícola nos Municípios do Sudoeste Paulista , Safra 1995/96

Cultura	Olerícolas		(conclusão)
	Área(ha)	%/Classe	%/Total
Pimentão	567	21,900	0,03610
Abóbora	442	17,072	0,02814
Vagem	303	11,703	0,01929
Milho Verde	230	8,884	0,01464
Chuchu	192	7,416	0,01222
Repolho	165	6,373	0,01051
Ervilha Torta	124	4,789	0,00789
Pepino	102	3,940	0,00649
Mandioquinha Salsa	82	3,167	0,00522
Abobrinha	81	3,129	0,00516
Couve Flor	54	2,086	0,00344
Cenoura	48	1,854	0,00306
Beterraba	45	1,738	0,00287
Morango	43	1,661	0,00274
Berinjela	19	0,734	0,00121
Ervilha Seca	17	0,657	0,00108
Batata Doce	16	0,618	0,00102
Alcachofra	15	0,579	0,00096
Pimenta	11	0,425	0,00070
Moranga	10	0,386	0,00064
Alface	7	0,270	0,00045
Jiló	5	0,193	0,00032
Quiabo	5	0,193	0,00032
Couve	2	0,077	0,00013
Gengibre	2	0,077	0,00013
Alho Porró	1	0,039	0,00006
Brócolos	1	0,039	0,00006
Total Classe Olerícolas:	2.589	100	0,16

Cultura	Pastagem		%
	Área(ha)	Classe	
Pastagem Cultivada	350.998	77,115	22,34756
Pastagem Nativa	104.060	22,862	6,62536
Capim para Prod. de Semente	103	0,023	0,00656
Total Classe Pastagens:	455.161	100	29

Cultura	Florestais		%
	Área(ha)	Classe	
Mata Natural	342.832	58,381	21,82765
Pinus	113.161	19,270	7,20481
Eucalipto	98.815	16,827	6,29142
Cerradão	17.047	2,903	1,08536
Cerrado	15.375	2,618	0,97891
Total Classe Florestais:	587.230	100	37
Área Total	1.570.632		100

Fonte : IEA/Autor.

Tabela A.1.2

Uso da Área Agrícola, Safra 1995/96 no Município de Apiaí

(continua)

Cultura	Área (ha)	% Classe	Total
Anuais			
Tomate Envarado	1.200	38,34	2,7617
Milho em Grão	600	19,17	1,3808
Arroz em Casca Sequeiro e Várzea	500	15,97	1,1507
Cana para Indústria	400	12,78	0,9206
Feijão da Seca	150	4,79	0,3452
Feijão das Águas	100	3,19	0,2301
Tomate Rasteiro	100	3,19	0,2301
Maracujá	50	1,60	0,1151
Milho para Pipoca	20	0,64	0,0460
Milho para Silagem	10	0,32	0,0230
Soma Classe Anuais:	3.130	100,00	7,2034
Perenes			
Caqui	172	100,00	0,3958
Soma Classe Perenes:	172	100,00	0,3958
Olerícolas			
Pimentão	100	66,67	0,2301
Abóbora	50	33,33	0,1151
Soma Classe Olerícolas:	150	100,00	0,3452
Florestais			
Mata Natural	40.000	100,00	92,0556
Soma Classe Florestais:	40.000	100,00	92,0556
Total da Área Agrícola	43.452		100,0000

Fonte : IEA/Autor.

Tabela A.1.2

Uso da Área Agrícola, Safra 1995 /96 no Município de Barão de Antonina

(continua)

Cultura	Área (ha)	%/Classe	%/Total
Anuais			
Feijão das Águas	300	38,96	2,8310
Milho em Grão	200	25,97	1,8873
Feijão da Seca	80	10,39	0,7549
Milho em Grão (Safrinha)	80	10,39	0,7549
Arroz em Casca Sequeiro e Várzea	70	9,09	0,6606
Cana para Forragem	20	2,60	0,1887
Milho para Silagem	20	2,60	0,1887
Soma Classe Anuais:	770	100,00	7,2662
Perenes			
Ponkan	112	48,28	1,0569
Laranja	72	31,03	0,6794
Café Beneficiado	35	15,09	0,3303
Mamão	8	3,45	0,0755
Banana	5	2,16	0,0472
Soma Classe Perenes:	232	100,00	2,1893
Pastagens			
Pastagem Cultivada	7.000	93,33	66,0564
Pastagem Nativa	500	6,67	4,7183
Soma Classe Pastagens:	7.500	100,00	70,7747
Florestais			
Mata Natural	2.000	95,47	18,8733
Pinus	85	4,06	0,8021
Eucalipto	10	0,48	0,0944
Soma Classe Florestais:	2.095	100,00	19,7697
Total da Área Agrícola	10.597		100,0000

Fonte : IEA/Autor.

Tabela A.1.2.

Uso da Área Agrícola, Safra 1995 /96 no Município de Barra do Chapéu

(continua)

Cultura	Área (ha)	%Classe	%Total
Anuais			
Milho em Grão	700	64,22	5,2671
Tomate Envarado	300	27,52	2,2573
Feijão das Águas	60	5,50	0,4515
Milho para Silagem	30	2,75	0,2257
Soma Classe Anuais:	1.090	100,00	8,2017
Florestais			
Mata Natural	12.200	100,00	91,7983
Soma Classe Florestais:	12.200	100,00	91,7983
Total da Área Agrícola	13.290		100,0000

Fonte : IEA/Autor.

Tabela A.1.2

Uso da Área Agrícola, Safra 1995 /96 no Município de Bom Sucesso do Itararé

(continua)

Cultura	Área (ha)	%/Classe	%/Total
Anuais			
Milho em Grão	170	56,48	3,1569
Feijão da Seca	38	12,62	0,7057
Arroz em Casca Sequeiro e Várzea	25	8,31	0,4643
Feijão das Águas	20	6,64	0,3714
Mandioca para Mesa	15	4,98	0,2786
Batata da Seca	12	3,99	0,2228
Tomate Envarado	10	3,32	0,1857
Batata das Águas	5	1,66	0,0929
Cebola de Muda	5	1,66	0,0929
Melancia	1	0,33	0,0186
Soma Classe Anuais:	301	100,00	5,5896
Perenes			
Pêssego para Mesa	1	100,00	0,0186
Soma Classe Perenes:	1	100,00	0,0186
Olerícolas			
Repolho	5	21,74	0,0929
Abóbora	4	17,39	0,0743
Beterraba	2	8,70	0,0371
Cenoura	2	8,70	0,0371
Couve Flor	2	8,70	0,0371
Pimentão	2	8,70	0,0371
Abobrinha	1	4,35	0,0186
Alface	1	4,35	0,0186
Alho Porró	1	4,35	0,0186
Batata Doce	1	4,35	0,0186
Brócolos	1	4,35	0,0186
Mandioquinha Salsa	1	4,35	0,0186
Soma Classe Olerícolas:	23	100,00	0,4271
Pastagens			
Pastagem Nativa	2.300	82,14	42,7112
Pastagem Cultivada	500	17,86	9,2851
Soma Classe Pastagens:	2.800	100,00	51,9963
Florestais			
Pinus	1.045	46,24	19,4058
Mata Natural	622	27,52	11,5506
Eucalipto	375	16,59	6,9638
Cerradão	167	7,39	3,1012
Cerrado	51	2,26	0,9471
Soma Classe Florestais:	2.260	100,00	41,9684
Total da Área Agrícola	5.385		100,0000

Fonte : IEA/Autor.

Tabela A.1.2

Uso da Área Agrícola, Safra 1995 /96 no Município de Buri

(continua)

Cultura	Área (ha)	%/Classe	%/Total
Anuais			
Milho em Grão	2.000	36,93	2,3356
Feijão das Águas	720	13,30	0,8408
Feijão da Seca	720	13,30	0,8408
Cana para Forragem	500	9,23	0,5839
Soja	450	8,31	0,5255
Milho para Silagem	400	7,39	0,4671
Arroz em Casca Sequeiro e Várzea	240	4,43	0,2803
Sorgo Forrageiro	200	3,69	0,2336
Tomate Envarado	80	1,48	0,0934
Arroz em Casca Irrigado	50	0,92	0,0584
Melancia	30	0,55	0,0350
Maracujá	25	0,46	0,0292
Soma Classe Anuais:	5.415	100,00	6,3237
Perenes			
Laranja	1.903	87,25	2,2224
Ponkan	137	6,28	0,1600
Murcote	57	2,61	0,0666
Limão	54	2,48	0,0631
Caqui	21	0,96	0,0245
Mexerica	4	0,18	0,0047
Tangerina	4	0,18	0,0047
Abacate	1	0,05	0,0012
Soma Classe Perenes:	2.181	100,00	2,5470
Olerícolas			
Abóbora	7	20,59	0,0082
Pepino	6	17,65	0,0070
Pimenta	6	17,65	0,0070
Pimentão	6	17,65	0,0070
Berinjela	4	11,76	0,0047
Morango	3	8,82	0,0035
Gengibre	2	5,88	0,0023
Soma Classe Olerícolas:	34	100,00	0,0397
Pastagens			
Pastagem Cultivada	20.000	57,14	23,3563
Pastagem Nativa	15.000	42,86	17,5172
Soma Classe Pastagens:	35.000	100,00	40,8735
Florestais			
Pinus	22.000	51,16	25,6919
Mata Natural	15.000	34,88	17,5172
Eucalipto	4.400	10,23	5,1384
Cerrado	1.000	2,33	1,1678
Cerradão	600	1,40	0,7007
Soma Classe Florestais:	43.000	100,00	50,2160
Total da Área Agrícola	85.630		100,0000

Fonte : IEA/Autor.

Tabela A.1.2

Uso da Área Agrícola, Safra 1995 /96 no Município de Capão Bonito

(continua)

Cultura	Área (ha)	%/Classe	%/Total
Anuais			
Milho em Grão	12.000	70,09	12,0349
Feijão da Seca	1.800	10,51	1,8052
Feijão das Águas	1.200	7,01	1,2035
Cebola de Muda	450	2,63	0,4513
Tomate Envarado	400	2,34	0,4012
Milho em Grão (Safrinha)	400	2,34	0,4012
Batata da Seca	320	1,87	0,3209
Batata das Águas	250	1,46	0,2507
Milho para Silagem	200	1,17	0,2006
Arroz em Casca Sequeiro e Várzea	100	0,58	0,1003
Soma Classe Anuais:	17.120	100,00	17,1698
Perenes			
Laranja	581	50,30	0,5827
Ponkan	200	17,32	0,2006
Abacate	182	15,76	0,1825
Uva para Indústria	120	10,39	0,1203
Uva Fina para Mesa	25	2,16	0,0251
Pêssego para Mesa	24	2,08	0,0241
Murcote	20	1,73	0,0201
Uva Comum para Mesa	2	0,17	0,0020
Kiwi	1	0,09	0,0010
Soma Classe Perenes:	1.155	100,00	1,1584
Olerícolas			
Pimentão	120	27,59	0,1203
Abobrinha	50	11,49	0,0501
Pepino	50	11,49	0,0501
Repolho	40	9,20	0,0401
Abóbora	30	6,90	0,0301
Couve Flor	30	6,90	0,0301
Mandioquinha Salsa	30	6,90	0,0301
Beterraba	20	4,60	0,0201
Ervilha Torta	20	4,60	0,0201
Alcachofra	15	3,45	0,0150
Batata Doce	15	3,45	0,0150
Cenoura	15	3,45	0,0150
Vagem	10	2,30	0,0100
Soma Classe Olerícolas:	435	100,00	0,4363
Pastagens			
Pastagem Cultivada	28.000	100,00	28,0814
Soma Classe Pastagens:	28.000	100,00	28,0814
Florestais			
Eucalipto	27.000	50,94	27,0785
Mata Natural	21.000	39,62	21,0611
Pinus	5.000	9,43	5,0145
Soma Classe Florestais:	53.000	100,00	53,1541
Total da Área Agrícola	99.710		100,0000

Fonte : IEA/Autor.

Tabela A.1.2

Uso da Área Agrícola, Safra 1995 /96 no Município de Coronel Macedo

(continua)

Cultura	Área (ha)	%/Classe	%/Total
Anuais			
Milho em Grão	4.000	30,38	13,6193
Feijão da Seca	3.000	22,79	10,2145
Feijão das Águas	2.500	18,99	8,5121
Arroz em Casca Sequeiro e Várzea	1.500	11,39	5,1073
Milho em Grão (Safrinha)	700	5,32	2,3834
Cana para Forragem	400	3,04	1,3619
Cana para Indústria	350	2,66	1,1917
Soja	250	1,90	0,8512
Mandioca para Indústria	140	1,06	0,4767
Batata da Seca	100	0,76	0,3405
Trigo	100	0,76	0,3405
Batata das Águas	50	0,38	0,1702
Milho para Silagem	35	0,27	0,1192
Arroz em Casca Irrigado	20	0,15	0,0681
Maracujá	6	0,05	0,0204
Alfafa	5	0,04	0,0170
Melão	5	0,04	0,0170
Tomate Envarado	5	0,04	0,0170
Soma Classe Anuais:	13.166	100,00	44,8281
Perenes			
Laranja	927	66,88	3,1563
Café Beneficiado	350	25,25	1,1917
Ponkan	72	5,19	0,2451
Abacate	25	1,80	0,0851
Limão	9	0,65	0,0306
Murcote	2	0,14	0,0068
Uva Fina para Mesa	1	0,07	0,0034
Soma Classe Perenes:	1.386	100,00	4,7191
Olerícolas			
Pepino	2	25,00	0,0068
Pimentão	2	25,00	0,0068
Ervilha Seca	2	25,00	0,0068
Alface	1	12,50	0,0034
Mandioquinha Salsa	1	12,50	0,0034
Soma Classe Olerícolas:	8	100,00	0,0272
Pastagens			
Pastagem Cultivada	10.000	83,33	34,0483
Pastagem Nativa	2.000	16,67	6,8097
Soma Classe Pastagens:	12.000	100,00	40,8580
Florestais			
Pinus	1.000	35,59	3,4048
Mata Natural	1.000	35,59	3,4048
Eucalipto	550	19,57	1,8727
Cerradão	200	7,12	0,6810
Cerrado	60	2,14	0,2043
Soma Classe Florestais:	2.810	100,00	9,5676
Total da Área Agrícola	29.370		100,0000

Fonte : IEA/Autor.

Tabela A.1.2

Uso da Área Agrícola, Safra 1995 /96 no Município de Guapiara

(continua)

Cultura	Área (ha)	%/Classe	%/Total
Anuais			
Milho em Grão	2.000	70,18	8,6136
Tomate Envarado	400	14,04	1,7227
Feijão da Seca	200	7,02	0,8614
Feijão das Águas	100	3,51	0,4307
Cebola de Muda	100	3,51	0,4307
Arroz em Casca Sequeiro e Várzea	50	1,75	0,2153
Soma Classe Anuais:	2.850	100,00	12,2744
Perenes			
Pêssego para Mesa	410	85,59	1,7658
Caqui	35	7,31	0,1507
Nectarina	34	7,10	0,1464
Soma Classe Perenes:	479	100,00	2,0630
Olerícolas			
Repolho	100	22,73	0,4307
Pimentão	90	20,45	0,3876
Abóbora	80	18,18	0,3445
Vagem	50	11,36	0,2153
Ervilha Torta	30	6,82	0,1292
Mandioquinha Salsa	30	6,82	0,1292
Cenoura	20	4,55	0,0861
Couve Flor	20	4,55	0,0861
Beterraba	10	2,27	0,0431
Pepino	10	2,27	0,0431
Soma Classe Olerícolas:	440	100,00	1,8950
Pastagens			
Pastagem Cultivada	350	53,85	1,5074
Pastagem Nativa	300	46,15	1,2920
Soma Classe Pastagens:	650	100,00	2,7994
Florestais			
Mata Natural	18.000	95,74	77,5227
Eucalipto	750	3,99	3,2301
Pinus	50	0,27	0,2153
Soma Classe Florestais:	18.800	100,00	80,9682
Total da Área Agrícola	23.219		100,0000

Fonte : IEA/Autor.

Tabela A.1.2

Uso da Área Agrícola, Safra 1995 /96 no Município de Iporanga

(continua)

Cultura	Área (ha)	%/Classe	%/Total
Anuais			
Arroz em Casca Sequeiro e Várzea	400	29,85	0,3699
Milho em Grão	380	28,36	0,3514
Feijão da Seca	180	13,43	0,1665
Feijão de Inverno sem Irrigação	180	13,43	0,1665
Feijão das Águas	100	7,46	0,0925
Cana para Indústria	40	2,99	0,0370
Mandioca para Indústria	40	2,99	0,0370
Cana para Forragem	20	1,49	0,0185
Soma Classe Anuais:	1.340	100,00	1,2393
Perenes			
Banana	60	100,00	0,0555
Soma Classe Perenes:	60	100,00	0,0555
Pastagem Nativa	2.600	67,53	2,4046
Pastagem Cultivada	1.250	32,47	1,1560
Soma Classe Pastagens:	3.850	100,00	3,5606
Florestais			
Mata Natural	102.877	100,00	95,1446
Soma Classe Florestais:	102.877	100,00	95,1446
Total da Área Agrícola	108.127		100,0000

Fonte : IEA/Autor.

Tabela A.1.2

Uso da Área Agrícola, Safra 1995 /96 no Município de Itaberá

(continua)

Cultura	Área (ha)	% Classe	Total
Anuais			
Milho em Grão	12.000	32,88	11,0249
Feijão das Águas	8.000	21,92	7,3499
Feijão da Seca	8.000	21,92	7,3499
Arroz em Casca Sequeiro e Várzea	2.000	5,48	1,8375
Soja	2.000	5,48	1,8375
Trigo	2.000	5,48	1,8375
Milho em Grão (Safrinha)	2.000	5,48	1,8375
Milho para Silagem	300	0,82	0,2756
Cana para Forragem	200	0,55	0,1837
Soma Classe Anuais:	36.500	100,00	33,5339
Perenes			
Laranja	893	94,50	0,8204
Ponkan	52	5,50	0,0478
Soma Classe Perenes:	945	100,00	0,8682
Pastagens			
Pastagem Cultivada	33.000	97,06	30,3183
Pastagem Nativa	1.000	2,94	0,9187
Soma Classe Pastagens:	34.000	100,00	31,2371
Florestais			
Pinus	17.500	46,79	16,0779
Eucalipto	9.300	24,87	8,5443
Mata Natural	8.000	21,39	7,3499
Cerradão	1.300	3,48	1,1944
Cerrado	1.300	3,48	1,1944
Soma Classe Florestais:	37.400	100,00	34,3608
Total da Área Agrícola	108.845		100,0000

Fonte : IEA/Autor.

Tabela A.1.2

Uso da Área Agrícola, Safra 1995 /96 no Município de Itai

(continua)

Cultura	Área (ha)	%/Classe	%/Total
Anuais			
Cana para Indústria	8.000	22,22	12,3596
Milho em Grão	8.000	22,22	12,3596
Feijão das Águas	7.000	19,44	10,8147
Milho em Grão (Safrinha)	5.000	13,89	7,7248
Feijão da Seca	3.000	8,33	4,6349
Trigo	2.000	5,55	3,0899
Soja	1.000	2,78	1,5450
Soja (Safrinha)	800	2,22	1,2360
Algodão em Carçoço	400	1,11	0,6180
Batata das Águas	400	1,11	0,6180
Arroz em Casca Sequeiro e Várzea	150	0,42	0,2317
Mandioca para Indústria	130	0,36	0,2008
Milho para Silagem	80	0,22	0,1236
Maracujá	50	0,14	0,0772
Soma Classe Anuais:	36.010	100,00	55,6337
Perenes			
Laranja	563	47,43	0,8698
Café Beneficiado	490	41,28	0,7570
Limão	90	7,58	0,1390
Maçã	24	2,02	0,0371
Manga	20	1,68	0,0309
Soma Classe Perenes:	1.187	100,00	1,8339
Olerícolas			
Milho Verde	30	100,00	0,0463
Soma Classe Olerícolas:	30	100,00	0,0463
Pastagens			
Pastagem Cultivada	20.000	90,91	30,8990
Pastagem Nativa	2.000	9,09	3,0899
Soma Classe Pastagens:	22.000	100,00	33,9889
Florestais			
Eucalipto	3.000	54,55	4,6349
Pinus	2.500	45,45	3,8624
Soma Classe Florestais:	5.500	100,00	8,4972
Total da Área Agrícola	64.727		100,0000

Fonte : IEA/Autor.

Tabela A.1.2

Uso da Área Agrícola, Safra 1995 /96 no Município de Itaóca

(continua)

Cultura	Área (ha)	%/Classe	%/Total
Anuais			
Milho em Grão	400	32,52	2,1668
Milho em Grão (Safrinha)	400	32,52	2,1668
Feijão das Águas	300	24,39	1,6251
Tomate Envarado	100	8,13	0,5417
Milho para Silagem	30	2,44	0,1625
Soma Classe Anuais:	1.230	100,00	6,6631
Olerícolas			
Pimentão	20	66,67	0,1083
Vagem	10	33,33	0,0542
Soma Classe Olerícolas:	30	100,00	0,1625
Pastagens			
Pastagem Nativa	6.400	88,89	34,6696
Pastagem Cultivada	800	11,11	4,3337
Soma Classe Pastagens:	7.200	100,00	39,0033
Florestais			
Mata Natural	10.000	100,00	54,1712
Soma Classe Florestais:	10.000	100,00	54,1712
Total da Área Agrícola	18.460		100,0000

Tabela A.1.2

Uso da Área Agrícola, Safra 1995 /96 no Município de Itapeva

(continua)

Cultura	Área (ha)	%/Classe	%/Total
Anuais			
Milho em Grão	10.000	34,06	5,1830
Feijão das Águas	5.000	17,03	2,5915
Feijão da Seca	4.000	13,62	2,0732
Cana para Indústria	2.600	8,86	1,3476
Soja	2.000	6,81	1,0366
Milho em Grão (Safrinha)	2.000	6,81	1,0366
Trigo	1.000	3,41	0,5183
Arroz em Casca Sequeiro e	650	2,21	0,3369
Algodão em Carçoço	400	1,36	0,2073
Tomate Envarado	400	1,36	0,2073
Milho para Silagem	300	1,02	0,1555
Cana para Forragem	200	0,68	0,1037
Milho para Pipoca	200	0,68	0,1037
Batata de Inverno	150	0,51	0,0777
Batata das Águas	100	0,34	0,0518
Batata da Seca	100	0,34	0,0518
Sorgo Granífero das Águas	100	0,34	0,0518
Melancia	80	0,27	0,0415
Arroz em Casca Irrigado	50	0,17	0,0259
Maracujá	30	0,10	0,0155
Soma Classe Anuais:	29.360	100,00	15,2174
Perenes			
Laranja	495	79,58	0,2566
Ponkan	41	6,59	0,0213
Tangerina	26	4,18	0,0135
Limão	18	2,89	0,0093
Abacate	13	2,09	0,0067
Caqui	11	1,77	0,0057
Banana (Nov/1991->touc=ha)	6	0,96	0,0031
Mexerica	4	0,64	0,0021
Uva Fina para Mesa	4	0,64	0,0021
Jabuticaba	2	0,32	0,0010
Mamão	1	0,16	0,0005
Uva Comum para Mesa	1	0,16	0,0005
Abacaxi	0	0,00	0,0000
Soma Classe Perenes:	622	100,00	0,3224
Olerícolas			
Abóbora	90	43,90	0,0466
Morango	40	19,51	0,0207
Milho Verde	30	14,63	0,0155
Pimentão	20	9,76	0,0104
Vagem	15	7,32	0,0078
Ervilha Seca	10	4,88	0,0052
Soma Classe Olerícolas:	205	100,00	0,1063

Tabela A.1.2

Uso da Área Agrícola, Safra 1995 /96 no Município de Itapeva

(continua)

Cultura	Área (ha)	%/Classe	%/Total
Pastagens			
Pastagem Cultivada	100.000	74,63	51,8304
Pastagem Nativa	34.000	25,37	17,6223
Soma Classe Pastagens:	134.000	100,00	69,4527
Florestais			
Pinus	12.000	41,74	6,2196
Mata Natural	8.000	27,83	4,1464
Eucalipto	7.500	26,09	3,8873
Cerrado	1.250	4,35	0,6479
Soma Classe Florestais:	28.750	100,00	14,9012
Total da Área Agrícola	192.937		100,0000

Fonte : IEA/Autor.

Tabela A.1.2

Uso da Área Agrícola, Safra 1995 /96 no Município de Itapirapuã Paulista

(continua)

Cultura	Área (ha)	%/Classe	%/Total
Anuais			
Milho em Grão	1.155	63,43	3,0185
Arroz em Casca Sequeiro e Várzea	167	9,17	0,4364
Feijão de Inverno sem Irrigação	161	8,84	0,4208
Feijão da Seca	136	7,47	0,3554
Mandioca para Indústria	102	5,60	0,2666
Cana para Forragem	50	2,75	0,1307
Feijão das Águas	50	2,75	0,1307
Soma Classe Anuais:	1.821	100,00	4,7590
Perenes			
Ponkan	128	55,17	0,3345
Laranja	99	42,67	0,2587
Murcote	5	2,16	0,0131
Soma Classe Perenes:	232	100,00	0,6063
Olerícolas			
Abóbora	3	100,00	0,0078
Soma Classe Olerícolas:	3	100,00	0,0078
Pastagens			
Pastagem Nativa	18.000	70,19	47,0416
Pastagem Cultivada	7.643	29,81	19,9744
Soma Classe Pastagens:	25.643	100,00	67,0160
Florestais			
Mata Natural	8.480	80,27	22,1618
Pinus	1.800	17,04	4,7042
Eucalipto	285	2,70	0,7448
Soma Classe Florestais:	10.565	100,00	27,6108
Total da Área Agrícola	38.264		100,0000

Fonte : IEA/Autor.

Tabela A.1.2

Uso da Área Agrícola, Safra 1995 /96 no Município de Itaporanga

(continua)

Cultura	Área (ha)	%/Classe	%/Total
Anuais			
Feijão das Águas	2.500	31,55	6,8044
Feijão da Seca	2.500	31,55	6,8044
Milho em Grão	2.500	31,55	6,8044
Arroz em Casca Sequeiro e Várzea	300	3,79	0,8165
Milho em Grão (Safrinha)	100	1,26	0,2722
Maracujá	25	0,32	0,0680
Soma Classe Anuais:	7.925	100,00	21,5699
Perenes			
Café Beneficiado	574	80,17	1,5623
Laranja	142	19,83	0,3865
Soma Classe Perenes:	716	100,00	1,9488
Pastagens			
Pastagem Cultivada	18.000	89,55	48,9916
Pastagem Nativa	2.000	9,95	5,4435
Capim para Prod. de Sementes	100	0,50	0,2722
Soma Classe Pastagens:	20.100	100,00	54,7073
Florestais			
Mata Natural	8.000	100,00	21,7740
Soma Classe Florestais:	8.000	100,00	21,7740
Total da Área Agrícola	36.741		100,0000

Fonte : IEA/Autor.

Tabela A.1.2

Uso da Área Agrícola, Safra 1995 /96 no Município de Itararé

(continua)

Cultura	Área (ha)	% Classe	% Total
Anuais			
Milho em Grão	16.000	51,95	16,0759
Feijão das Águas	6.000	19,48	6,0285
Feijão da Seca	5.000	16,23	5,0237
Trigo	2.000	6,49	2,0095
Arroz em Casca Sequeiro e Várzea	1.300	4,22	1,3062
Soja	500	1,62	0,5024
Soma Classe Anuais:	30.800	100,00	30,9461
Perenes			
Banana (Nov/1991->touc=ha)	1.000	90,01	1,0047
Laranja	99	8,91	0,0995
Limão	9	0,81	0,0090
Ponkan	2	0,18	0,0020
Café Beneficiado	1	0,09	0,0010
Soma Classe Perenes:	1.111	100,00	1,1163
Olerícolas			
Milho Verde	100	85,47	0,1005
Abóbora	10	8,55	0,0100
Abobrinha	3	2,56	0,0030
Pepino	2	1,71	0,0020
Pimentão	2	1,71	0,0020
Soma Classe Olerícolas:	117	100,00	0,1176
Pastagens			
Pastagem Cultivada	38.000	97,44	38,1802
Pastagem Nativa	1.000	2,56	1,0047
Soma Classe Pastagens:	39.000	100,00	39,1850
Florestais			
Pinus	16.000	56,14	16,0759
Eucalipto	9.000	31,58	9,0427
Mata Natural	3.000	10,53	3,0142
Cerradão	500	1,75	0,5024
Soma Classe Florestais:	28.500	100,00	28,6352
Total da Área Agrícola	99.528		100,0000

Fonte : IEA/Autor.

Tabela A.1.2

Uso da Área Agrícola, Safra 1995 /96 no Município de Nova Campina

(continua)

Cultura	Area (ha)	%/Classe	%/Total
Anuais			
Tomate Envarado	500	44,64	2,0299
Milho em Grão	350	31,25	1,4209
Arroz em Casca Sequeiro e Várzea	50	4,46	0,2030
Cana para Forragem	50	4,46	0,2030
Feijão das Águas	50	4,46	0,2030
Feijão da Seca	50	4,46	0,2030
Milho para Silagem	50	4,46	0,2030
Melancia	15	1,34	0,0609
Batata das Águas	5	0,45	0,0203
Soma Classe Anuais:	1.120	100,00	4,5469
Perenes			
Laranja	450	93,95	1,8269
Abacate	10	2,09	0,0406
Ponkan	8	1,67	0,0325
Tangerina	6	1,25	0,0244
Uva Fina para Mesa	3	0,63	0,0122
Abacaxi	2	0,42	0,0081
Soma Classe Perenes:	479	100,00	1,9446
Olerícolas			
Abóbora	20	20,41	0,0812
Milho Verde	20	20,41	0,0812
Pimentão	15	15,31	0,0609
Abobrinha	10	10,20	0,0406
Moranga	10	10,20	0,0406
Vagem	8	8,16	0,0325
Alface	5	5,10	0,0203
Pepino	5	5,10	0,0203
Beterraba	3	3,06	0,0122
Couve	2	2,04	0,0081
Soma Classe Olerícolas:	98	100,00	0,3979
Pastagens			
Pastagem Cultivada	5.405	75,54	21,9430
Pastagem Nativa	1.750	24,46	7,1046
Soma Classe Pastagens:	7.155	100,00	29,0476
Florestais			
Pinus	11.000	69,71	44,6574
Eucalipto	3.500	22,18	14,2092
Mata Natural	600	3,80	2,4359
Cerrado	600	3,80	2,4359
Cerradão	80	0,51	0,3248
Soma Classe Florestais:	15.780	100,00	64,0630
Total da Área Agrícola	24.632		100,0000

Fonte : IEA/Autor.

Tabela A.1.2

Uso da Área Agrícola, Safra 1995 /96 no Município de Ribeirão Branco

Cultura	Área (ha)	%/Classe	%/Total
Anuais			
Milho em Grão	1.300	42,62	2,6377
Tomate Envarado	800	26,23	1,6232
Feijão das Águas	300	9,84	0,6087
Feijão da Seca	300	9,84	0,6087
Cebola de Muda	300	9,84	0,6087
Arroz em Casca Sequeiro e Várzea	50	1,64	0,1015
Soma Classe Anuais:	3.050	100,00	6,1885
Perenes			
Laranja	49	41,53	0,0994
Pêssego para Mesa	39	33,05	0,0791
Caqui	30	25,42	0,0609
Uva Comum para Mesa	0	0,00	0,0000
Soma Classe Perenes:	118	100,00	0,2394
Olerícolas			
Vagem	200	38,68	0,4058
Pimentão	150	29,01	0,3044
Ervilha Torta	72	13,93	0,1461
Abóbora	60	11,61	0,1217
Mandioquinha Salsa	20	3,87	0,0406
Repolho	10	1,93	0,0203
Jiló	5	0,97	0,0101
Soma Classe Olerícolas:	517	100,00	1,0490
Pastagens			
Pastagem Nativa	7.500	68,18	15,2176
Pastagem Cultivada	3.500	31,82	7,1016
Soma Classe Pastagens:	11.000	100,00	22,3192
Florestais			
Mata Natural	13.000	37,57	26,3772
Cerradão	9.000	26,01	18,2611
Pinus	5.900	17,05	11,9712
Cerrado	5.000	14,45	10,1451
Eucalipto	1.700	4,91	3,4493
Soma Classe Florestais:	34.600	100,00	70,2039
Total da Área Agrícola	49.285		100,0000

Fonte : IEA/Autor.

Tabela A.1.2

Uso da Área Agrícola, Safra 1995 /96 no Município de Ribeirão Grande

(continua)

Cultura	Área (ha)	%/Classe	%/Total
Anuais			
Milho em Grão	2.200	72,82	8,9533
Cebola de Muda	300	9,93	1,2209
Tomate Envarado	200	6,62	0,8139
Feijão das Águas	150	4,97	0,6105
Feijão da Seca	100	3,31	0,4070
Arroz em Casca Sequeiro e Várzea	60	1,99	0,2442
Cebola de Soqueira	10	0,33	0,0407
Maracujá	1	0,03	0,0041
Soma Classe Anuais:	3.021	100,00	12,2945
Perenes			
Ponkan	91	43,54	0,3703
Pêssego para Mesa	68	32,54	0,2767
Maçã	19	9,09	0,0773
Caqui	11	5,26	0,0448
Pomelo	9	4,31	0,0366
Pêra	7	3,35	0,0285
Nectarina	4	1,91	0,0163
Soma Classe Perenes:	209	100,00	0,8506
Olerícolas			
Abóbora	40	28,78	0,1628
Pimentão	25	17,99	0,1017
Pepino	20	14,39	0,0814
Beterraba	10	7,19	0,0407
Cenoura	10	7,19	0,0407
Repolho	10	7,19	0,0407
Abobrinha	5	3,60	0,0203
Berinjela	5	3,60	0,0203
Pimenta	5	3,60	0,0203
Vagem	5	3,60	0,0203
Couve Flor	2	1,44	0,0081
Ervilha Torta	2	1,44	0,0081
Soma Classe Olerícolas:	139	100,00	0,5657
Pastagens			
Pastagem Cultivada	6.000	85,68	24,4180
Pastagem Nativa	1.000	14,28	4,0697
Capim para Prod. de Semente	3	0,04	0,0122
Soma Classe Pastagens:	7.003	100,00	28,4999
Florestais			
Mata Natural	13.200	92,96	53,7197
Eucalipto	800	5,63	3,2557
Pinus	200	1,41	0,8139
Soma Classe Florestais:	14.200	100,00	57,7894
Total da Área Agrícola	24.572		100,0000

Fonte : IEA/Autor.

Tabela A.1.2

Uso da Área Agrícola, Safra 1995 /96 no Município de Ribeira

(continua)

Cultura	Área (ha)	%/Classe	%/Total
Anuais			
Milho em Grão	320	52,37	2,9328
Mandioca para Mesa	124	20,29	1,1365
Feijão das Águas	80	13,09	0,7332
Feijão da Seca	60	9,82	0,5499
Maracujá	27	4,42	0,2475
Soma Classe Anuais:	611	100,00	5,5999
Perenes			
Banana	30	43,48	0,2750
Abacate	10	14,49	0,0917
Manga	10	14,49	0,0917
Lichia	10	14,49	0,0917
Limão	5	7,25	0,0458
Mexerica	4	5,80	0,0367
Soma Classe Perenes:	69	100,00	0,6324
Olerícolas			
Chuchu	192	64,00	1,7597
Milho Verde	50	16,67	0,4583
Abóbora	38	12,67	0,3483
Pepino	5	1,67	0,0458
Pimentão	5	1,67	0,0458
Quiabo	5	1,67	0,0458
Vagem	5	1,67	0,0458
Soma Classe Olerícolas:	300	100,00	2,7495
Pastagens			
Pastagem Cultivada	1.550	68,58	14,2058
Pastagem Nativa	710	31,42	6,5072
Soma Classe Pastagens:	2.260	100,00	20,7130
Florestais			
Mata Natural	7.200	93,86	65,9885
Pinus	461	6,01	4,2251
Eucalipto	10	0,13	0,0917
Soma Classe Florestais:	7.671	100,00	70,3052
Total da Área Agrícola	10.911		100,0000

Fonte : IEA/Autor.

Tabela A.1.2

Uso da Área Agrícola, Safra 1995 /96 no Município de Riversul

(continua)

Cultura	Área (ha)	%/Classe	%/Total
Anuais			
Milho em Grão	2.500	35,97	6,8534
Feijão das Águas	2.000	28,78	5,4828
Feijão da Seca	2.000	28,78	5,4828
Arroz em Casca Sequeiro e Várzea	300	4,32	0,8224
Maracujá	100	1,44	0,2741
Milho para Silagem	50	0,72	0,1371
Soma Classe Anuais:	6.950	100,00	19,0526
Perenes			
Laranja	23	82,14	0,0631
Café Beneficiado	5	17,86	0,0137
Soma Classe Perenes:	28	100,00	0,0768
Pastagens			
Pastagem Cultivada	25.000	98,04	68,5345
Pastagem Nativa	500	1,96	1,3707
Soma Classe Pastagens:	25.500	100,00	69,9051
Florestais			
Mata Natural	4.000	100,00	10,9655
Soma Classe Florestais:	4.000	100,00	10,9655
Total da Área Agrícola	36.478		100,0000

Fonte : IEA/Autor.

Tabela A.1.2

Uso da Área Agrícola, Safra 1995 /96 no Município de Taquarituba
(continua)

Cultura	Área (ha)	%/Classe	%/Total
Anuais			
Milho em Grão	6.000	33,58	13,9593
Cana para Indústria	2.900	16,23	6,7470
Arroz em Casca Sequeiro e Várzea	2.000	11,19	4,6531
Feijão das Águas	2.000	11,19	4,6531
Feijão da Seca	1.800	10,07	4,1878
Cana para Forragem	1.100	6,16	2,5592
Mandioca para Indústria	700	3,92	1,6286
Milho em Grão (Safrinha)	600	3,36	1,3959
Batata da Seca	200	1,12	0,4653
Trigo	160	0,90	0,3722
Soja	120	0,67	0,2792
Batata das Águas	100	0,56	0,2327
Milho para Silagem	50	0,28	0,1163
Arroz em Casca Irrigado	50	0,28	0,1163
Soja (Safrinha)	50	0,28	0,1163
Algodão em Caroço	12	0,07	0,0279
Girassol das Águas	10	0,06	0,0233
Girassol da Seca	10	0,06	0,0233
Amendoim das Águas	2	0,01	0,0047
Alfafa	2	0,01	0,0047
Maracujá	2	0,01	0,0047
Soma Classe Anuais:	17.868	100,00	41,5709
Perenes			
Laranja	900	77,92	2,0939
Café Beneficiado	140	12,12	0,3257
Banana	110	9,52	0,2559
Limão	2	0,17	0,0047
Pêssego para Mesa	2	0,17	0,0047
Abacate	1	0,09	0,0023
Soma Classe Perenes:	1.155	100,00	2,6872
Olerícolas			
Abobrinha	12	30,77	0,0279
Abóbora	10	25,64	0,0233
Pimentão	10	25,64	0,0233
Ervilha Seca	5	12,82	0,0116
Cenoura	1	2,56	0,0023
Pepino	1	2,56	0,0023
Soma Classe Olerícolas:	39	100,00	0,0907
Pastagens			
Pastagem Cultivada	18.000	87,80	41,8780
Pastagem Nativa	2.500	12,20	5,8164
Soma Classe Pastagens:	20.500	100,00	47,6944
Florestais			
Mata Natural	1.500	43,86	3,4898
Pinus	1.200	35,09	2,7919
Eucalipto	370	10,82	0,8608
Cerrado	300	8,77	0,6980
Cerradão	50	1,46	0,1163
Soma Classe Florestais:	3.420	100,00	7,9568
Total da Área Agrícola	42.982		100,0000

Fonte : IEA/Autor.

Tabela A.1.2

Uso da Área Agrícola, Safra 1995/96 no Município de Taquarivaí

(conclusão)

Cultura	Área (ha)	%/Classe	%/Total
Anuais			
Milho em Grão	5.000	56,79	20,7452
Soja	1.500	17,04	6,2235
Trigo	800	9,09	3,3192
Feijão das Águas	600	6,81	2,4894
Feijão da Seca	500	5,68	2,0745
Arroz em Casca Sequeiro e Várzea	200	2,27	0,8298
Sorgo Granífero da Seca	150	1,70	0,6224
Batata da Seca	50	0,57	0,2075
Maracujá	5	0,06	0,0207
Soma Classe Anuais:	8.805	100,00	36,5322
Perenes			
Laranja	945	63,13	3,9208
Maçã	235	15,70	0,9750
Ponkan	214	14,30	0,8879
Caqui	97	6,48	0,4025
Pêssego para Mesa	6	0,40	0,0249
Soma Classe Perenes:	1.497	100,00	6,2111
Pastagens			
Pastagem Cultivada	7.000	70,00	29,0432
Pastagem Nativa	3.000	30,00	12,4471
Soma Classe Pastagens:	10.000	100,00	41,4903
Florestais			
Mata Natural	2.550	67,11	10,5800
Eucalipto	950	25,00	3,9416
Pinus	300	7,89	1,2447
Soma Classe Florestais:	3.800	100,00	15,7663
Total da Área Agrícola	24.102		100,0000

Fonte : IEA/Autor.

Tabela A.1.3.
Evolução da Área Agrícola, Culturas Anuais, Região Sudoeste, Estado de São Paulo, 1985-1996

(ha)

(continua)

Cultura	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
Alfafa	5.500	1.000	14.500	19.000	25.000	11.000	11.000	9.000	14.000	3.000	10.000	11.000
Algodão em Carçoço	1.608	1.537	1.522	1.637	1.588	1.290	1.650	1.600	1.875	3.000	2.531	2.650
Amendoim da Seca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amendoim das Águas	0	0	0	0	0	0	0	0	1.500	2.000	1.500	3.000
Arroz Irrigado	0	0	0	0	0	0	0	4.425	3.100	3.000	4.167	5.000
Arroz Sequeiro e Várzea	1.444	1.297	1.480	1.776	1.796	1.761	1.305	1.396	1.269	1.334	1.371	1.347
Batata da Seca	22.371	20.743	19.575	19.575	21.000	21.086	21.943	21.200	18.000	16.286	20.083	16.417
Batata das Águas	21.720	19.800	20.700	21.450	20.600	20.753	23.186	21.711	18.667	19.500	20.438	20.214
Batata de Inverno	26.027	20.988	18.000	21.300	20.250	21.000	18.000	18.000	15.000	19.375	23.500	21.000
Cana para Forragem	45.625	51.429	52.857	45.000	46.667	50.000	42.500	46.250	47.887	52.500	50.000	45.000
Cana para Indústria	70.000	47.500	76.667	63.333	62.500	60.000	49.333	47.672	61.006	48.750	60.000	65.000
Cebola de Muda	11.500	10.598	10.200	8.250	8.750	12.000	10.750	11.000	11.250	10.857	12.000	11.600
Cebola de Soqueira	10.000	11.000	10.000	12.500	10.000	15.000	15.000	0	0	12.000	0	6.000
Feijão da Seca	800	792	640	913	892	816	842	960	919	1.102	998	1.011
Feijão das Águas	561	313	472	896	762	581	798	768	1.039	870	924	908
Feijão de Inverno irrigado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feijão de Inverno sem Irrigação	1.200	900	660	0	0	1.500	0	900	2.520	0	1.050	618
Gergelim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Girassol da Seca	0	0	0	1.000	1.519	1.250	1.200	1.500	1.200	1.500	1.000	1.500
Girassol das Águas	0	0	0	0	1.200	1.500	0	1.500	1.200	1.200	0	1.400
Mamona	3.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mandioca para Indústria	0	0	0	30.000	43.333	42.500	38.750	46.667	30.000	26.667	25.000	25.000
Mandioca para Mesa	13.555	15.250	11.500	12.500	20.000	20.000	12.000	12.500	20.833	10.643	13.500	10.500
Maracujá	0	0	30.000	0	18.000	19.500	16.800	18.500	20.000	15.200	15.350	14.621
Melancia	10.000	15.000	20.000	10.000	30.500	30.000	27.500	30.000	20.313	8.333	17.200	28.750
Melão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20.000
Milho em Grão	2.128	1.840	2.165	2.492	2.623	2.589	2.379	2.476	2.529	2.600	2.812	2.818
Milho em Grão (Safrinha)	0	0	0	0	0	2.550	2.390	2.550	2.490	1.991	2.515	2.400
Milho para Pipoca	0	1.500	1.800	1.650	1.680	1.600	1.620	1.600	2.100	1.483	2.260	1.800
Milho para Silagem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rami	0	0	0	0	0	50.000	0	0	0	0	0	0
Soja	1.500	1.524	1.950	1.997	2.169	2.033	1.830	2.186	2.057	2.314	2.724	2.903
Soja (Safrinha)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	600	2.100
Sorgo Forrageiro	0	0	0	30.000	615.000	0	0	0	60.000	41.667	35.000	60.000
Sorgo Granífero da Seca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.920	0	0
Sorgo Granífero das Águas	0	6.000	5.000	5.000	5.000	5.000	0	33.000	1.980	0	3.000	1.200
Tomate Envarado	32.917	33.750	32.321	39.167	37.083	35.044	50.714	56.167	54.375	44.917	48.000	50.521
Tomate Rasteiro	30.000	22.500	32.667	40.000	39.400	191.458	36.750	31.667	36.667	45.000	51.667	30.000
Trigo	1.271	1.207	1.340	1.182	1.362	1.452	1.763	1.714	1.800	1.740	1.791	1.903

Fonte: IEA/Autor.

Tabela A.1.3.
Evolução da Área Agrícola, Culturas Perenes Região Sudoeste, Estado de São Paulo, 1985-1996

Cultura	(ha)											
	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
Abacate	585	589	539	695	773	230	180	200	190	234	367	243
Abacaxi	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2
Acerola	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ameixa	84	84	75	74	16	16	12	0	34	0	6	0
Banana	193	158	167	117	90	111	108	120	60	60	229	1.211
Cacau	0	9	16	14	7	0	5	36	0	0	0	0
Café Beneficiado	1.663	2.261	2.781	3.044	2.921	2.806	2.981	2.167	2.108	1.375	1.374	1.595
Caqui	95	96	114	124	138	140	154	141	303	397	365	376
Figo para Mesa	0	0	21	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Goiaba para Mesa	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Jabuticaba	0	0	0	0	0	1	1	2	0	4	2	2
Kiwi	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Laranja	1.614	1.859	2.055	2.344	2.517	3.645	4.849	5.416	5.170	6.437	8.564	8.139
Lichia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	0	10
Limão	499	660	494	778	638	687	665	525	527	439	292	187
Maçã	2.907	580	581	526	396	398	380	330	360	36	302	278
Macadâmia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mamão	0	0	2	0	0	2	1	1	1	4	1	9
Mamão Havaí	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Manga	0	0	0	10	6	0	0	20	20	20	20	30
Marmelo	2	2	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Mexerica	31	9	9	9	9	12	12	12	6	23	35	12
Murcote	43	51	51	54	86	100	102	102	75	91	22	84
Nectarina	14	14	15	1	11	53	19	273	34	34	38	38
Nêspera	37	21	21	23	3	3	3	3	3	14	0	0
Nogueira	48	48	48	48	49	49	0	0	0	0	0	0
Oliveira	0	0	0	0	0	25	20	20	0	41	41	0
Pêra	667	301	303	215	105	77	43	22	0	0	7	7
Pêssego para Indústria	0	2	2	2	0	0	0	0	0	0	4	0
Pêssego para Mesa	325	431	435	449	526	675	573	1.365	555	552	539	550
Pomelo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
Ponkan	370	347	426	426	493	553	643	705	665	952	949	1.057
Seringueira	4	0	0	0	21	21	21	21	0	2	0	0
Tangerina	14	46	46	46	42	4	14	14	12	18	14	36
Uva Comum para Mesa	26	25	30	25	33	6	18	30	14	0	3	3
Uva Fina para Mesa	122	52	52	29	81	41	132	137	70	47	33	33
Uva para Indústria	120	100	100	72	100	100	100	120	120	120	120	120
Total Global	9.464	7.746	8.388	9.128	9.062	9.755	11.037	11.782	10.325	10.922	13.330	14.032

Fonte: IEA/Autor

Tabela A.1.3.

Evolução da Área Agrícola, Pastagens e Pecuária, Região Sudoeste, Estado de São Paulo, 1985-1996

(continua)

Pastagens

Tipo de Pastagem (ha)	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
Pastagem Cultivada	259.250	261.250	290.250	296.350	287.150	302.950	327.050	361.550	384.540	419.635	345.079	350.998
Pastagem Nativa	100.500	105.000	77.600	76.200	64.800	67.100	74.600	77.300	122.820	129.780	117.768	104.060
Total Global	359.750	366.250	367.850	372.550	351.950	370.050	401.650	438.850	507.360	549.415	462.847	455.058

Bovinos

Soma de Nº de Cabeças	Ano	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
Bovinos de Corte		196.680	209.872	220.470	224.950	176.800	204.600	244.050	241.934	246.850	255.650	294.255	289.315
Bovinos de Leite		49.618	54.715	61.409	55.085	52.535	71.940	75.950	72.008	72.225	76.035	86.085	95.405
Bovinos Mistos		66.800	69.900	86.450	106.977	96.877	113.100	98.700	117.195	139.217	146.678	134.112	133.887
Total Global		313.098	334.487	368.329	387.012	326.212	389.640	418.700	431.137	458.292	478.363	514.452	518.607

Suínos

Soma de Nº de Cabeças de Suínos	Ano	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
Total		108.000	103.440	122.350	113.110	124.160	130.950	110.600	117.960	109.805	129.913	127.776	120.581

Aves

Soma de Nº de Cabeças de Aves	Ano	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
Frangos de Corte		141.900	99.000	102.000	42.000	84.000	15.500	76.100	222.000	37.500	295.700	220.700	400.000
Galinhas Poedeiras		18.300	68.300	23.400	15.700	17.300	35.300	18.080	21.150	15.250	41.500	21.400	21.009

Fonte: IEA/Autor.

Tabela A.1.3.
Evolução da Área Agrícola, Culturas Anuais, Região Sudoeste, Estado de São Paulo, 1985-1996

(ha) (conclusão)

Atividades Florestais

Vegetação (ha)	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
Cerradão	26.540	26.000	26.000	26.000	26.350	15.100	15.100	15.100	15.100	15.297	12.597	12.397
Cerrado	27.400	25.400	25.100	22.900	23.900	22.900	23.200	22.760	22.760	24.061	23.561	23.561
Eucalipto	103.925	107.695	108.755	108.765	108.925	106.248	82.033	84.148	77.183	61.888	58.416	70.063
Mata Natural	328.066	327.716	308.816	302.400	303.400	308.400	304.100	309.213	290.813	314.313	303.735	302.229
Pinus	147.848	133.548	135.048	136.248	126.498	118.478	119.198	83.572	112.248	95.623	90.734	98.941
Total Global	633.779	620.359	603.719	596.313	589.073	571.126	543.631	514.793	518.104	511.182	489.043	507.191

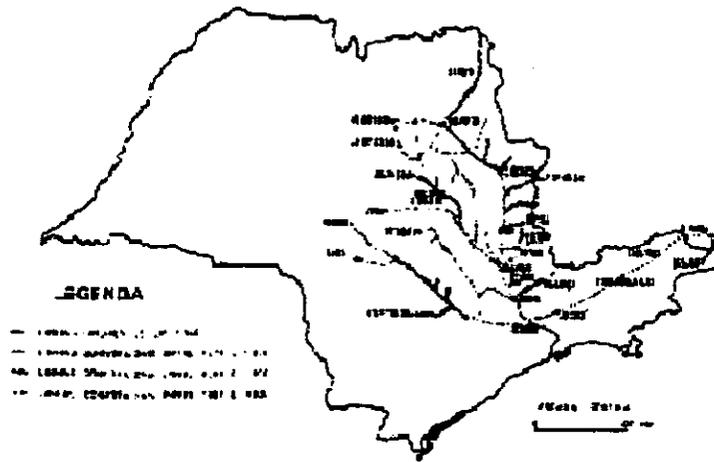
Olerícolas

Cultura (ha)	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
Abóbora	858	1.293	740	735	670	375	333	343	483	421	442
Abobrinha	22	44	44	12	31	107	55	30	112	118	81
Alcachofra	90	90	90	70	70	60	45	40	40	20	15
Alface	0	0	2	0	0	0	0	0	15	6	7
Alho	7	5	38	2	14	14	10	0	5	3	0
Alho Porró	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Almeirão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Batata Doce	4	16	15	0	0	15	12	10	21	16	16
Berinjela	12	12	12	9	9	11	10	13	23	11	19
Beterraba	15	10	21	10	11	23	10	10	38	48	45
Brócolos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Cenoura	48	56	64	55	70	55	56	43	61	62	48
Chicórea	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0
Chuchu	0	30	30	30	0	30	20	12	25	0	192
Couve	3	3	3	0	0	0	0	0	2	2	2
Couve Flor	21	16	12	28	28	85	20	20	62	29	54
Ervilha Seca	371	371	440	240	70	32	5	2	1	7	17
Ervilha Torta	0	0	3	57	57	60	30	30	45	45	124
Ervilha Verde (Comum)	27	0	43	0	0	3	0	0	0	0	0
Gengibre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Jiló	0	0	0	0	0	20	24	10	10	5	5
Mandioquinha Salsa	129	115	114	110	60	160	225	195	155	65	82
Milho Verde	50	50	50	0	0	70	0	0	136	320	230
Moranga	0	0	0	0	0	0	0	0	10	10	10
Morango	1	5	11	10	10	10	11	10	37	35	43
Pepino	18	23	28	15	15	47	47	45	64	116	102
Pimenta	0	0	0	0	0	0	0	5	5	100	11
Pimentão	194	327	289	149	246	312	318	330	490	532	567
Quiabo	0	0	0	0	0	0	0	0	100	5	5
Rabanete	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Repolho	69	74	95	116	116	115	100	100	149	155	165
Vagem	36	0	61	55	55	315	190	190	248	343	303
Total Global	1.975	2.540	2.215	1.703	1.532	1.919	1.521	1.438	2.337	2.478	2.589

Fonte: IEA/Autor.

Figura A. 2.1 – Evolução Ferroviária do Estado de São Paulo no Séc. XIX

A. Evolução Ferroviária do Estado de São Paulo [1]



B. Evolução Ferroviária do Estado de São Paulo [2]

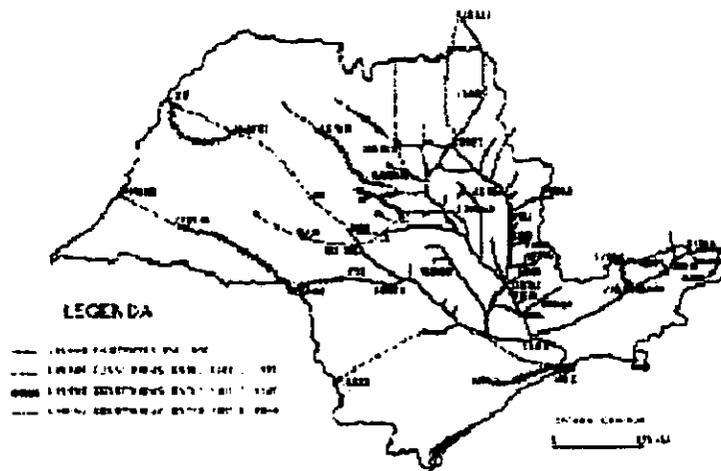
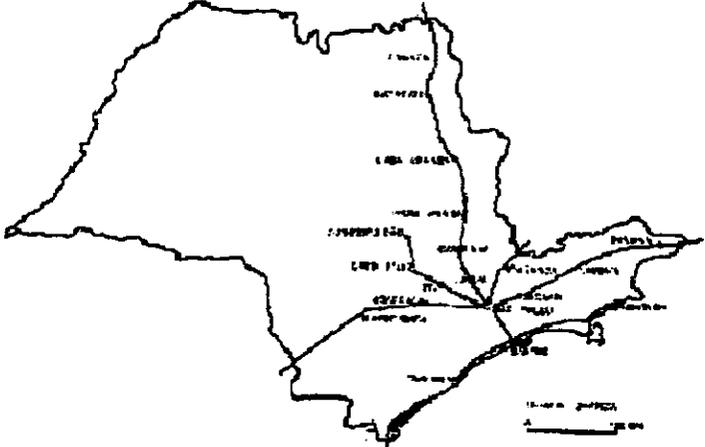
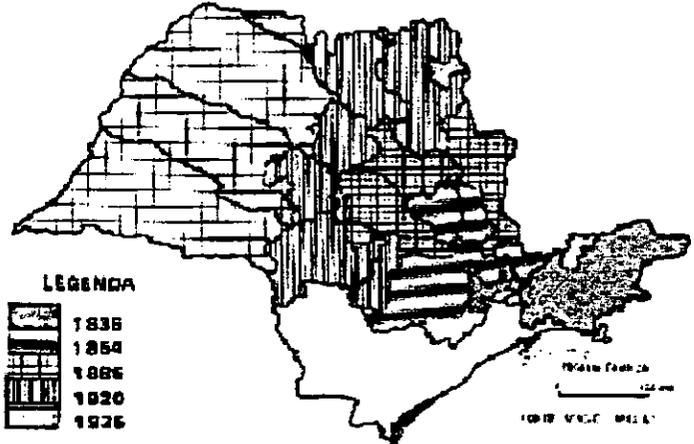


Figura A. 2.2 - Esquema das Vias de Comunicação em São Paulo na Época da Independência e O Roteiro do Café no Estado de São Paulo .

Esquema das Vias de Comunicação em São Paulo na Época da Independência



O Roteiro do Café no Estado de São Paulo



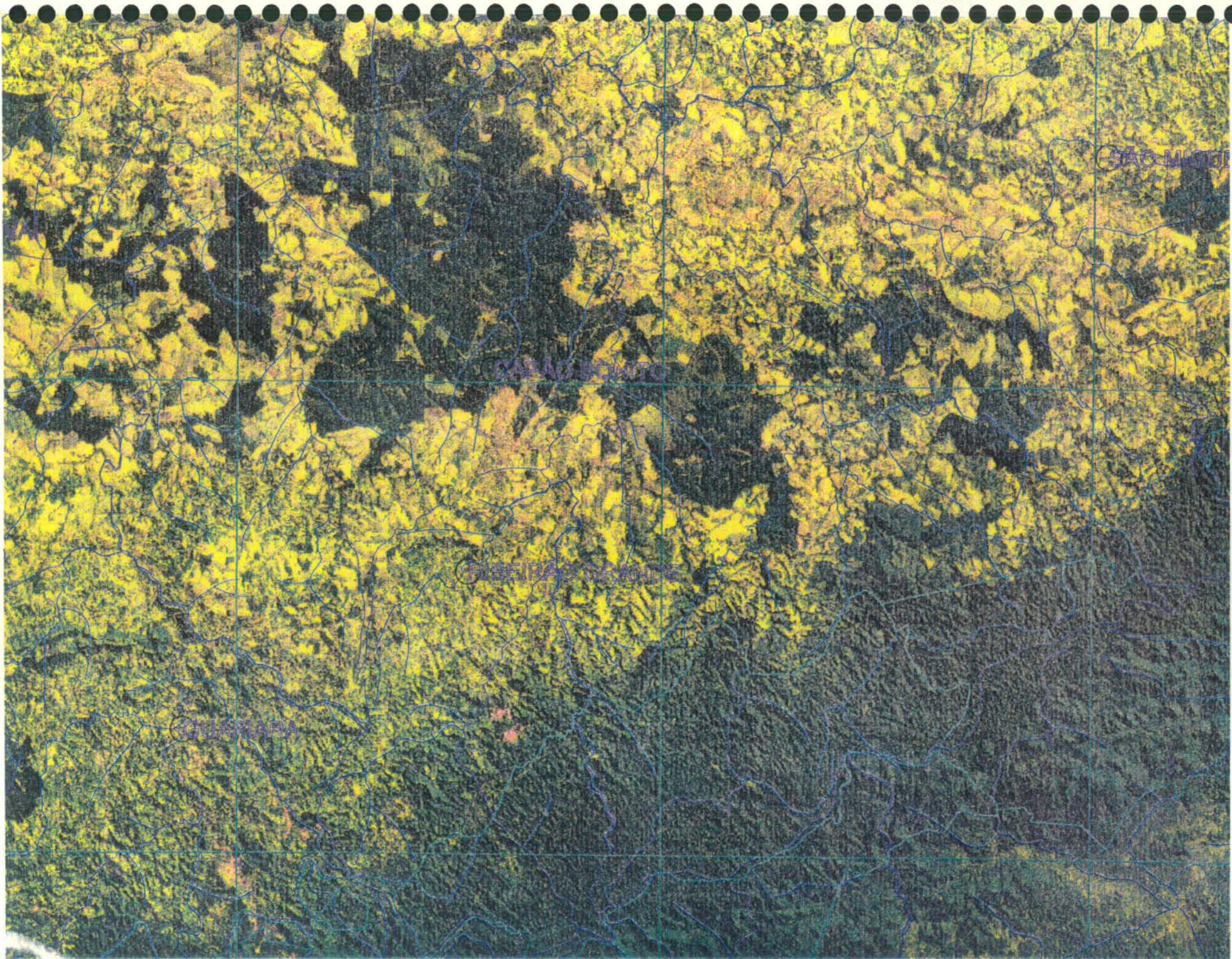


FIGURA 2.4

Região do Sudoeste do Estado de São Paulo Distribuição da Cobertura Vegetal

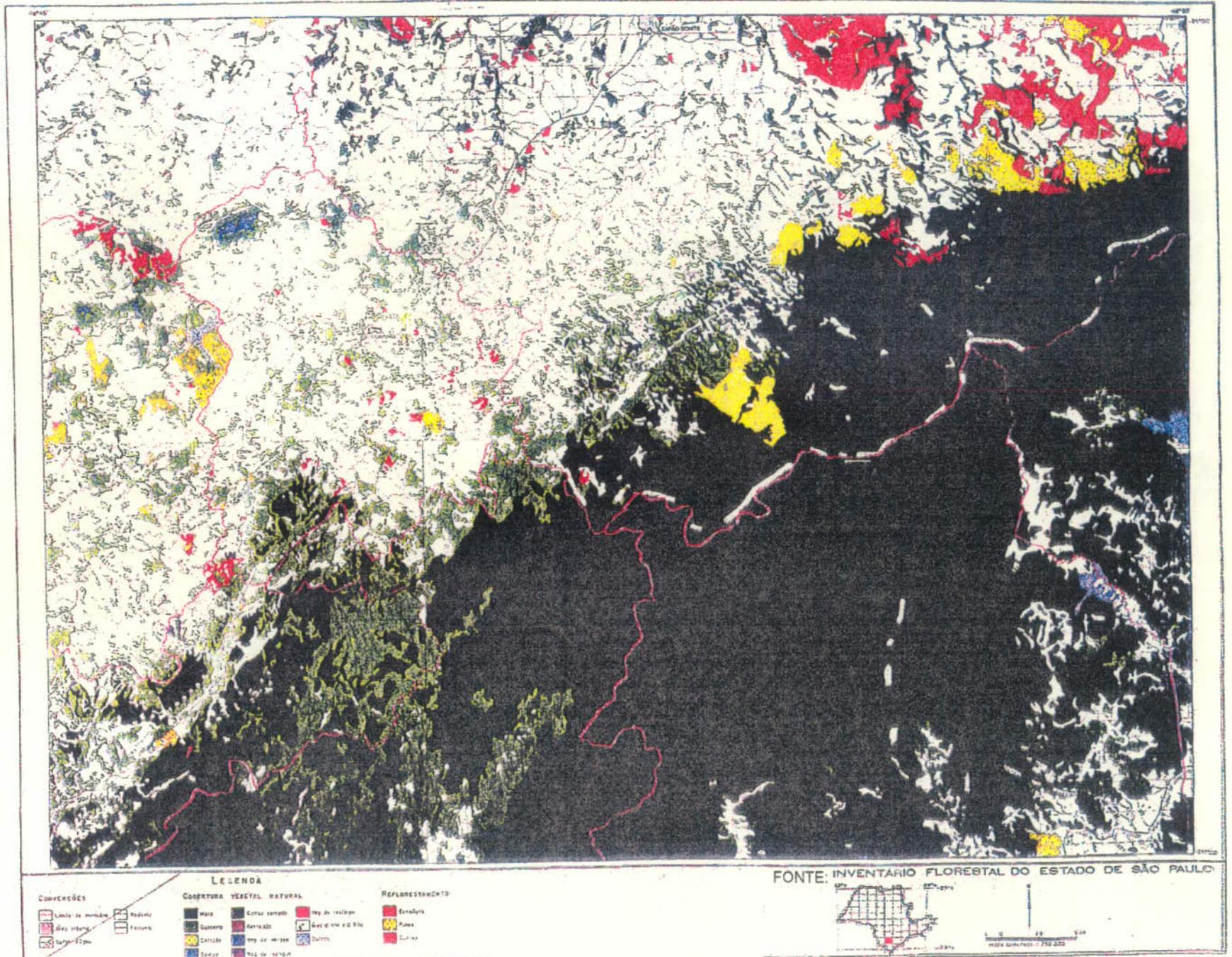


FIGURA A.2.5

Região do Sudoeste do Estado de São Paulo Distribuição da Cobertura Vegetal

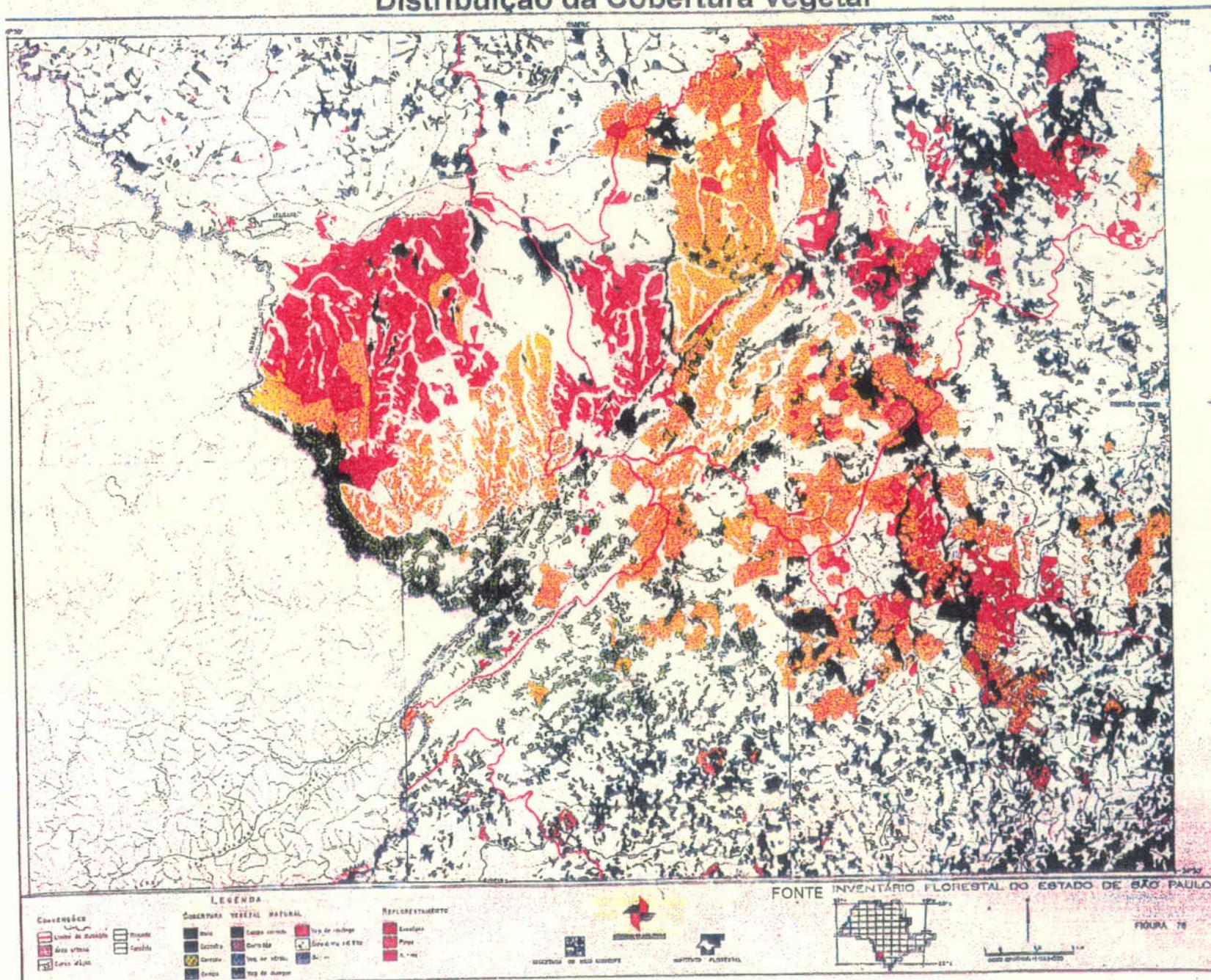


FIGURA A.2.6

Fig. A.2.7

Região Sudoeste do Estado de São Paulo Distribuição da Cobertura Vegetal

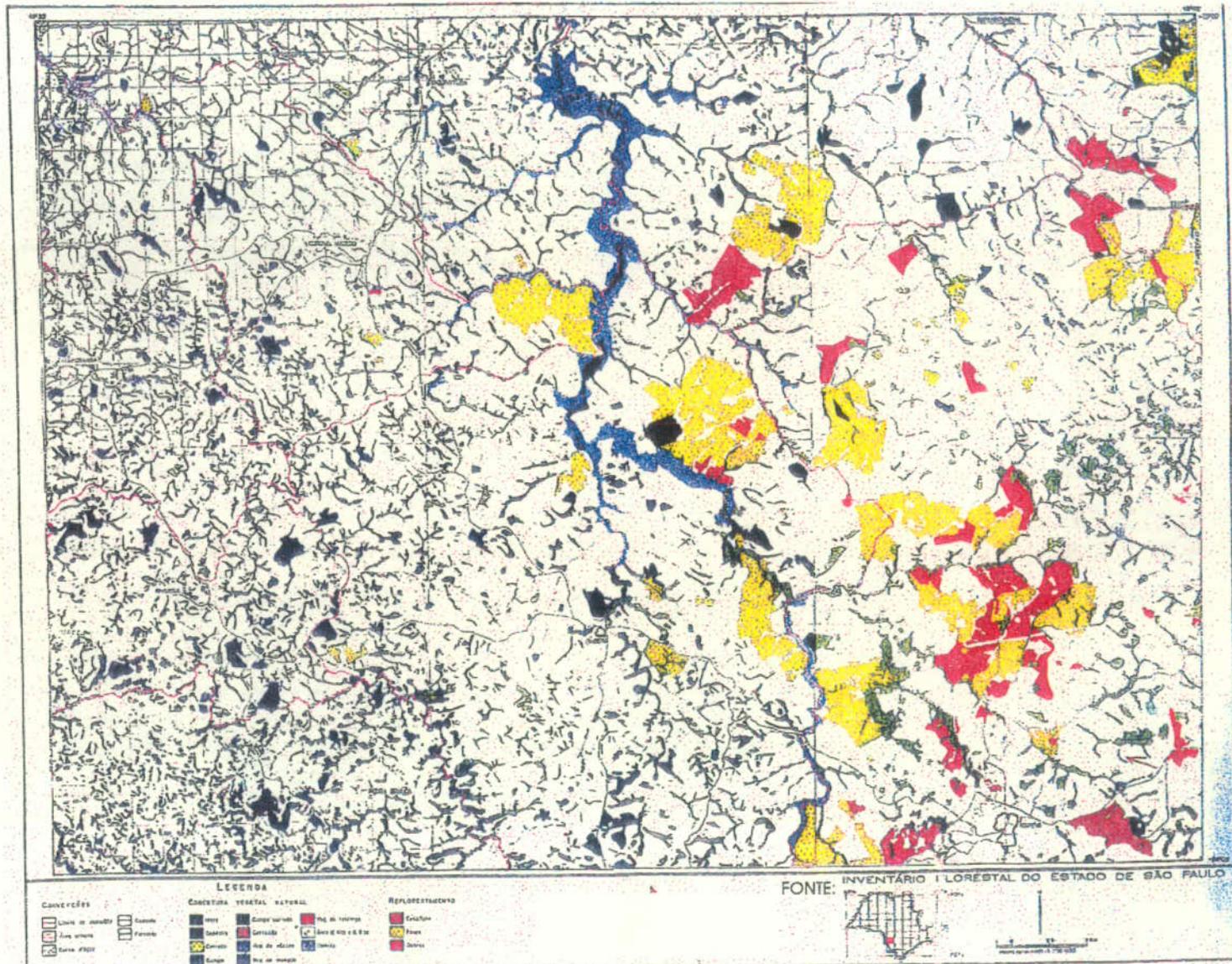


FIGURA A.2.7

DESENVOLVIMENTO REGIONAL, OCUPAÇÃO DO ESPAÇO RURAL E O MERCADO DE TRABALHO NO SUDOESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

ERRATA

(continua)

Página/linha	Onde se lê	Leia-se
Página 12 : 4ª Linha	Este documento estrutura-se em sete capítulos, além dos anexos. Inicialmente, apresenta-se uma introdução na qual se faz ponderações sobre o crescimento e o desenvolvimento econômico - que têm levado a acentuadas disparidades regionais - e sobre os rumos tomados pelos estudos regionais. Dá-se ênfase aos conceitos de região e de divisão do trabalho, como categorias de análise, para a compreensão de questões relativas às distorções do crescimento econômico e da expansão do capital num espaço sócio-econômico concreto que se pretende estudar. Define-se o objetivo geral da tese e estabelecem-se algumas hipóteses que se pretende testar.	Este documento estrutura-se em sete capítulos, além dos anexos. Inicialmente, apresenta-se uma introdução na qual se faz ponderações sobre o crescimento e o desenvolvimento econômico - que têm levado a acentuadas disparidades regionais - e sobre os rumos tomados pelos estudos regionais. Define-se o objetivo geral da tese e estabelecem-se algumas hipóteses que se pretende testar.
Página 44: 25ª Linha	Quanto à número médio de anos de estudo dos chefes de domicílios era de 4,8 anos no Sudoeste, valores Estado ⁶	Quanto à número médio de anos de estudo dos chefes de domicílios era de 3,7 anos no Sudoeste, valores contrastantes aos 6,3 anos encontrados para a RA de Campinas, 5,3 anos em Sorocaba, 4,4 anos em Registro e 6,3 anos em Ribeirão Preto.
Página 47: 3ª Linha	contrastantes aos 6,3 anos encontrados para a RA de Campinas, 5,3 anos em Sorocaba, 4,4 anos em Registro e 6,3 anos em Ribeirão Preto. O número de leitos em hospitais equivalia a 2,5 por mil habitantes no Sudoeste contra 4,1 por mil para o	contrastantes aos 6,3 anos encontrados para a RA de Campinas, 5,3 anos em Sorocaba, 4,4 anos em Registro e 6,3 anos em Ribeirão Preto. O número de leitos em hospitais equivalia a 2,5 por mil habitantes no Sudoeste contra 4,1 por mil para o Estado ⁶ . Esses indicadores deixam claro as precárias condições de vida da população residente e os marcantes quadros de exclusão de boa parte do povo do Sudoeste paulista.

⁶Esse indicador que mede a disponibilidade de recursos hospitalares existentes, tem como valor aceitável estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de 4,5 leitos por mil habitantes. Embora menor que o parâmetro definido, o Estado de São Paulo está muito próximo do desejável, ao passo que o Sudoeste encontra-se numa posição baixíssima.

Página/linha	Onde se lê	Leia-se
Página 48: 19ª e 20ª Linhas	Em 1980 essa região abrigava um total de 313.932 indivíduos, passando para 364.387 em 1991. A população total estimada dos municípios da região Sudoeste do Estado de São Paulo para 1996 era de 372.045 habitantes, com 224.786 na zona urbana e 147.437 na zona rural (Figura 2.3).	Em 1980 essa região abrigava um total de 313.932 indivíduos, passando para 364.387 em 1991. A população total estimada dos municípios da região Sudoeste do Estado de São Paulo para 1996 era de 374.041 habitantes, com 250.470 na zona urbana e 123.562 na zona rural (Figura 2.3).
Página 57: 17ª Linha	A ocupação das terras da região Oeste de São Paulo, a partir da segunda metade do século XVIII, se deu com a compra ou concessão de sesmarias e sua subdivisão, chamado por ELLIS (1961) de "feudos patriarcais paulistas" entre 1847-1857, nas áreas de Jundiá, Campinas, Limeira, Piracicaba, Rio Claro e Pirassununga, como produtores de açúcar.	A ocupação das terras da região Oeste de São Paulo, a partir da segunda metade do século XVIII, se deu com a compra ou concessão de sesmarias e sua subdivisão, chamado por ELLIS (1961) de "feudos patriarcais paulistas" entre 1747-1757, nas áreas de Jundiá, Campinas, Limeira, Piracicaba, Rio Claro e Pirassununga, como produtores de açúcar.
Página 130: 18ª Linha	Na região, as lavouras anuais são responsáveis por cerca de 72% do valor total da produção agropecuária, enquanto que a pecuária responde por 18%, cabendo às culturas perenes os 10% restantes (TSUNECHIRO, 1996). As Figuras 4.1 e 4.2 sobre o valor da produção agropecuária do Sudoeste paulista permitem melhor visualização.	Na região, as lavouras anuais são responsáveis por cerca de 72% do valor total da produção agropecuária, enquanto que a pecuária responde por 18%, cabendo às culturas perenes os 10% restantes (TSUNECHIRO, 1996). As Figuras 4.2 e 4.3 sobre o valor da produção agropecuária do Sudoeste paulista permitem melhor visualização.
Página 140: 10ª Linha	Nas Tabelas do ANEXO 1 pode ser observada a evolução das áreas ocupadas pelas culturas anuais, perenes, olerícolas, pastagens e florestais, em cada município e por classes de atividade agrícola, no período de 1985 a 1995, bem como o valor da produção das várias atividades agropecuárias do Sudoeste paulista.	Nas Tabelas do ANEXO 1 pode ser observada a evolução das áreas ocupadas pelas culturas anuais, perenes, olerícolas, pastagens e florestais, em cada município e por classes de atividade agrícola, no período de 1985 a 1996, bem como o valor da produção das várias atividades agropecuárias do Sudoeste paulista.

(conclusão)

Página/linha	Onde se lê	Leia-se
Página 153: 5ª Linha	utiliza-se um instrumental teórico que sirva à sua organização, com base nas teorias sobre região, inserida num processo mais amplo de mercado nacional e internacional da produção e do trabalho. Conceitos sobre formação econômico-social e divisão do trabalho também são estudados desenvolvendo sua relação com a região, que servem como categorias analíticas. Adicionalmente, apresenta-se uma revisão bibliográfica relativa às questões de pobreza e do emprego agrícola. Na parte final deste item é proposto, para o equacionamento da economia da região, um instrumental de análise -ajustado para sua realidade.	utiliza-se um instrumental teórico que sirva à sua organização, com base nas teorias sobre região, inserida num processo mais amplo de mercado nacional e internacional da produção e do trabalho. Conceitos sobre formação econômico-social e divisão do trabalho também são estudados desenvolvendo sua relação com a região, que servem como categorias analíticas. Na parte final deste item é proposto, para o equacionamento da economia da região, um instrumental de análise -ajustado para sua realidade.
Página 222: 14ª Linha	No segmento de distribuição merecem destaque a cadeia do frio e os mercados - atacadista, varejista e exterior. Embora considerada insuficiente, a região Sudoeste do Brasil concentra a maior parte instalada.	No segmento de distribuição merecem destaque a cadeia do frio e os mercados - atacadista, varejista e exterior. Embora considerada insuficiente, a região Sudeste do Brasil concentra a maior parte instalada.
Página 333: 2ª Linha	Tabela A.1.3. Evolução da Área Agrícola, Culturas Anuais, Região Sudoeste, Estado de São Paulo, 1985-1996	Tabela A.1.3. Evolução da Área Agrícola, Atividades Florestais e Olerícolas, Região Sudoeste, Estado de São Paulo, 1985-1996